

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Cris Fernández Andrada

**Trabalho e política no cotidiano da autogestão:
o caso da rede Justa Trama**

São Paulo

2013

Cris Fernández Andrada

**Trabalho e política no cotidiano da autogestão:
o caso da rede Justa Trama**

(versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.^a Dra. Leny Sato

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO, TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Andrada, Cris Fernández.

Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama / Cris Fernández Andrada; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2013.

217 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Trabalho 2. Política 3. Cotidiano 4. Autogestão 5. Psicologia Social 6. Etnografia (Método de pesquisa) I. Título.

HD4831

Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama

Cris Fernández Andrada

Banca Examinadora

para

meus avós, Juan Manuel e Ercília (*in memoriam*),
meu filho, Ernesto,
e às trabalhadoras da Economia Solidária.

Agradecimentos

Este trabalho tem como tema uma experiência coletiva, de encontro e de partilhas. De certa forma, também ele é alvenaria feita por muitas mãos. Várias pessoas trabalharam ou colaboraram com ele, direta ou indiretamente.

É uma grande alegria perceber a presença de cada um de vocês nele e sentir que, de fato, ele só faz sentido no plural. A cada um de vocês, minha mais viva gratidão!

à *Justa Trama*, a cada empreendimento e pessoa que a compõe, e que me receberam, de modo farto e sincero, em suas vidas, trabalhos e casas. Não raramente perguntava-me como podiam ser tão generosos comigo. Pelas contribuições à pesquisa, na forma de inesquecíveis conversas ou entrevistas, agradeço especialmente a Rogaciano, Chagas, Lino, Chiquinho, Dalvani, José Ribeiro, Idalina, Márcia, Ismael, Terezinha e Nelsa. Também agradeço as contribuições de Denise Laitano e de Letícia Balester.

à Nelsa, Terezinha, Isaurina e Idalina. As expressões de amizade de vocês, em momentos de alegria, cansaço ou aflição em campo, serão eternas companheiras da memória.

à professora e amiga *Leny Sato*, pela orientação dedicada e vivaz, deste e de outros trabalhos. E pelo tanto vivido e aprendido contigo, em tantos anos de convívio. Sobretudo agradeço, por oferecer a nós, seus alunos e orientandos, *companhia, confiança e liberdade* - liga especialmente rica no cultivo do ofício de pesquisar.

aos professores Maria Helena Souza Patto e Peter Kevin Spink, pela leitura generosa e pelas preciosas contribuições ao trabalho, especialmente no Exame de Qualificação. As reflexões, por vocês estimuladas, serviram-me de guia dos trabalhos, e de companhia também.

aos professores Paul Singer e Sylvia Leser de Mello, mestres queridos, que tanto ensinam, e que demonstram, por meio das linhas de seus textos e de suas práticas militantes, que ainda é possível “restituir ao trabalho o seu sentido maior”, como uma vez disse a Professora Sylvia.

aos professores José Guilherme Cantor Magnani, Marilena Chauí, Leny Sato, Marilene Proença Rebello de Souza e Marcelo Afonso Ribeiro, pelos aprendizados propiciados nas disciplinas cursadas, pelas importantes sugestões de bibliografia, entre outras contribuições.

ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (USP), pelos apoios recebidos, inclusive o custeio de grande parte das despesas de campo.

À equipe da Secretaria do Departamento (PST). Em especial, agradeço a Nalva Gil, por seus inestimáveis apoios, socorros e estendidas de mão.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, que permitiu a realização deste trabalho.

À Andréa Ferrara, pelo cuidadoso trabalho de transcrição das entrevistas.

A Rafaela Crespo e Eduardo Secchi, pela valiosa ajuda com o *abstract*. O incentivo e os apoios de vocês, especialmente na reta final do trabalho, foram muito importantes.

aos colegas do *Grupo de Orientandos* e do *Grupo de Estudos sobre Trabalho e Cotidiano*, pelo tanto que aprendemos e nos divertimos juntos. Em especial, agradeço à Fabiana Jardim, Fábio de Oliveira e Juliana Braz, pelos apoios e referências bibliográficas preciosas.

às companheiras e companheiros do movimento da Economia Solidária, trabalhadores e militantes, pelo tanto vivido e partilhado, desde 1999, em diversos espaços, fóruns e arenas.

aos representantes das cooperativas e instituições que tão bem me receberam nas viagens de campo: UNISOL Brasil, ESPLAR, CEPESI. À Red del Sur, FCPU, Coopima, Cooperativas *Ahora se Puede*, *Caminos*, *Camino Natural* e *Factor Común* - de Uruguay. À CONOSUD, SETEM, Intermón-Oxfam e Fundació Ateneo de Sant Roc - da Espanha. Nessa viagem, agradeço especialmente os apoios de Gabriel Abascal e Salvador Goya (CONOSUD), além da generosa acolhida do casal Juanje e Ana, com quem tanto aprendi.

aos amigos e familiares, pelos incontáveis amparos, na forma de cartas, abraços, telefonemas, livros, visitas. Especialmente agradeço a Alcione Silva, Daniela Catherall, Laura Fernández, Fernando Carpani, Eduardo Fernández, Mônica Kumimoto, Mariluz Gómez, Lilia Mary, Anibal Esteves, Rafaela Crespo, Tatiana Neves, Allan Dias, Fábio de Oliveira, Jaqueline Kalmus, Juliana Breschigliari, Maria Luísa (Malu) Schmidt, Liana Soares, Fernando Almeida, Lia Schucman, Valéria Santos e Márcia Ávila.

a meus pais, Cristina e Eduardo, e a meus avós, Juan Manuel e Ercília (*in memoriam*). Pelos incentivos e pelo essencial - aquilo que foge às palavras, mas cabe solto num olhar.

A Egeu e a Ernesto, pelas melhores horas. E pelas esperanças que gostamos de cuidar, ver crescer e colher, todos os dias.

Perdón por irme tan lejos, cuando la historia aún no se llamaba así, allá en el remoto tiempo de las cavernas: ¿cómo se las arreglaron para sobrevivir aquellos indefensos, inútiles, desamparados abuelos de la humanidad? Quizá sobrevivieron, contra toda evidencia, porque fueron capaces de compartir la comida y supieron defenderse juntos. Y pasaron los años, miles y miles de años, y a la vista está que el mundo raras veces recuerda esa lección de sentido común, la más elemental de todas y la que más falta nos hace. [...] El punto de partida de una cultura solidaria está en las bocas de quienes hacen cultura sin saber que la hacen, anónimos conquistadores de los soles que las noches esconden, y ellos, y ellas, son también quienes hacen historia sin saber que la hacen. Porque la cultura, cuando es verdadera, crece desde el pie, como alguna vez cantó Alfredo Zitarrosa, y desde el pie crece la historia. [...]

A primera vista, el mundo parece una multitud de soledades amuchadas, todos contra todos, sálvese quien pueda; pero el sentido común, el sentido comunitario, es un bichito duro de matar. La esperanza todavía tiene quien la espera, alentada por las voces que resuenan desde nuestro origen común y nuestros asombrosos espacios de encuentro. Yo no conozco dicha más alta que la alegría de reconocerse en los demás. Quizás ésa es, para mí, la única inmortalidad digna de fe. Reconocerme en los demás, reconocerme en mi patria y en mi tiempo, y también reconocerme en mujeres y hombres que son compatriotas míos, nacidos en otras tierras, y reconocerme en mujeres y hombres que son contemporáneos míos, vividos en otros tiempos. Los mapas del alma no tienen fronteras.

Eduardo Galeano

RESUMO

Andrada, C. F. (2013). *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O crescente desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, disparado pela Crise do Emprego dos anos 90, exigiu de muitos trabalhadores a dedicação a ações econômicas e políticas mais amplas. Por meio da interação com diversos atores e instituições, passaram a criar e a modificar processos, nos modos de gerir o trabalho, de comercializar produtos, de obter crédito, de praticar intercooperação, no ânimo resistente de gerar trabalho e renda e de organizar “outra economia”. Esta pesquisa propõe compreender uma dessas experiências, a *Justa Trama*, rede autogestionária que reúne cerca de seiscentos trabalhadores, de sete empreendimentos de todas as regiões do país. Abarca grande parte dos elos da cadeia produtiva têxtil, do plantio do algodão agroecológico à confecção final. A pesquisa objetivou identificar e descrever as principais relações entre trabalho e política no cotidiano desses trabalhadores. Como referencial metodológico, adotou a etnografia, e como ferramentas, a observação etnográfica combinada a entrevistas prolongadas. Um extenso trabalho de campo permitiu acompanhar atividades políticas da rede entre 2010 e 2012, em onze incursões. Como resultados, apresenta *casos* que ilustram como os trabalhadores conciliam demandas do trabalho e da política, e assim constroem e sustentam a rede no cotidiano; que alimentos e entraves encontram e que recursos têm desenvolvido para operar com eles. As entrevistas fundamentaram a exposição de *narrativas* sobre o processo histórico de organização da rede, outro importante resultado. Os principais apoios teóricos da pesquisa são as obras de Agnes Heller sobre cotidiano e história. Concluiu-se que os espaços políticos da rede não são os elos em separado, mas os encontros onde estão representados e ativos todos os elos. Ali os trabalhadores comungam de uma identidade coletiva e dedicam-se ao desenvolvimento do empreendimento que criaram. As práticas cotidianas da rede revelaram uma tensão dialética constante. Significa viver, enquanto trabalhadores, os efeitos das contradições do modo de produção capitalista mas também construir recursos para esquivar-se deles e, muitas vezes, agir politicamente no sentido de criar outro paradigma econômico, não sem dificuldades. A rede Justa Trama revelou-se dialeticamente como organização econômica, cujo fim é gerar renda, e como organização política, de resistência ao modo de produção capitalista, por meio de práticas apoiadas em valores humano-genéricos. Concluiu-se também que a política no cotidiano da autogestão da rede pode ser entendida como inerente ao trabalho. E o trabalho, por sua vez, pode ser tomado como objeto da atividade política do grupo de trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Trabalho 2. Política 3. Cotidiano 4. Autogestão 5. Psicologia Social 6. Etnografia (Método de Pesquisa) I. Título.

ABSTRACT

Andrada, C. F. (2013). *Work and politics in everyday life of self-management: the case of the Justa Trama network*. Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The increasing development of Solidarity Economy in Brazil, triggered by the Employment Crisis of the 1990s, demanded from many workers dedication to more comprehensive economic actions and policies. Through interaction with various actors and institutions, they began to create and modify processes, in ways to manage the work, to trade products, to obtain credit, to practice intercooperation, in the tough-mind towards generating jobs and income and to organize "other economy ". This research proposes the understanding one of these experiences, the *Justa Trama*, a self-managed network that brings together about six hundred workers of seven economic enterprises from all regions of the country. It encompasses most of the links in the textile production chain, from agroecological cotton plantation to the final making. The research aimed to identify and describe the main relationships between work and politics in the daily lives of these workers. Ethnography was adopted as a methodological framework while ethnographic observation combined with long-lasting interviews was used as tools. An extensive fieldwork enabled to monitor the political activities of the network in eleven surveys between 2010 and 2012. As a result, it presents cases that illustrate how workers reconcile the demands of work and politics, and thus builds and maintain the network in everyday life; and what inputs and barriers they face and what resources they have developed to deal with them. The interviews, in turn, justified the exhibition of the historical process of organizing the network, another important result. The works of Agnes Heller about daily life and history are the main theoretical framework of this research. It was concluded that the political spaces of the network are not separate links, but the join where all links are active and represented. There, workers share a collective identity and are dedicated to developing the enterprise they created. The everyday practices of the network revealed a constant dialectical tension. It means living, as workers, the effects of the contradictions of the capitalist mode of production but also, to build resources to evade them and often act politically to create another economic paradigm, not without difficulties. The *Justa Trama* network proved dialectically as an economic organization, whose purpose is to generate income, and as a political organization, resistance to the capitalist mode of production, by means of practices sustained in human-generic values. It was also concluded that politics in the daily self-management of the network can be regarded as inherent to the work. And the work, in turn, can be taken as an object of political activity of the group of workers.

KEYWORDS: 1. Work 2. Politics 3. Everyday Life 4. Self-management 5. Social Psychology 6. Ethnography (Research Method) I. Title.

LISTA DE SIGLAS

ABPES	- Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária
ADEC	- Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá
ADS	- Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	- Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEPESI	- Centro Público de Economia Solidária de Itajaí
CGIL	- Confederazione Generale Italiana del Lavoro
CONAES	- Conferência Nacional da Economia Solidária
CONOSUD	- Associació de Coperació Internacional Nord-Sud
CPAT	- Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho
CPS	- Cadeia de Produção Solidária
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	- Empreendimento Econômico Solidário
FBB	- Fundação Banco do Brasil
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCPU	- Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay
FLO	- Fairtrade Labelling Organizations
FSM	- Fórum Social Mundial
FUCVAM	- Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua
GAM	- Grupo de Agroecologia e Mercado
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBD	- Instituto Bio Dinâmico
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISCOS	- Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo
ITCP	- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
NAPES	- Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária
OP	- Orçamento Participativo
PET	- politereftalato de etileno
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	- Secretaria Nacional da Economia Solidária
SESAMPE	- Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa
SIES	- Sistema Integrado de Informações em Economia Solidária
SNCJS	- Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
Unisol Brasil	- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

SUMÁRIO

<i>Como um vitral: os antecedentes da pesquisa</i>	1
I. Circunscrições: o contexto, o tema, os campos	5
1. Autogestão como modo de trabalho e de vida social	7
2. Trabalho e política no cotidiano de uma cadeia produtiva autogerida	10
3. Justa Trama: breve apresentação da rede	16
II. Os meios no centro: o método e o trabalho de campo	35
1. Psicologia Social e método etnográfico: nortes semelhantes	36
2. Os trabalhos, as viagens e os múltiplos deslocamentos	48
3. Quando o campo é plural: um aparte sobre etnografia multissituada.....	61
III. Entre mapas, retratos e diários: o cotidiano político da rede	66
Cotidiano como lugar de História: um convite à leitura dos textos etnográficos.....	69
1. <i>Diário de Tauá</i> : Onde a Justa Trama acontece? O cotidiano dos elos e da cadeia	80
2. <i>Diário de Fortaleza</i> : o encontro com a rede e com seus fenômenos	93
O campo exige revisões	106
3. <i>Notas de Pará de Minas</i> : diferenças e desigualdades entre os elos	108
4. <i>Notas de Montevideo</i> : Justa Trama também tece história	112
5. <i>Notas de Porto Velho</i> : o trabalho como objeto da política.....	124
6. <i>Notas de Badalona</i> : uma experiência de intercâmbio político	129
7. <i>Notas de Itajaí</i> : entre o vigor da política e a fragilidade da economia.....	135
IV. Valores, parcerias e outros marcos do percurso: sobre a história da rede	140
1. A Justa Trama pelas lentes de seus protagonistas	143
2. Memórias do sonho, dos primeiros encontros e dificuldades.....	144
3. As primeiras ações em rede	150
4. Entre o sonho e a loucura: as primeiras reações ao projeto.....	152
5. Marcos distintivos do percurso.....	154
6. Pactuando princípios e modos de fazer	160
7. Modos de fazer – dificuldades e recursos para enfrentá-las no cotidiano	162
8. Sobre as lideranças da rede.....	165
9. As relações de parceria: a importância da política externa à rede.....	171
10. O futuro como parte da história: atuais necessidades, novos sonhos	173
V. Trabalho e política no cotidiano da autogestão da rede.....	176
1. Da dialética desta história: resistência e transformação	180
2. Trabalho e Política: tramas indissociáveis da autogestão.....	196
Considerações Finais	206
Referências Bibliográficas.....	210

Como um vitral: os antecedentes da pesquisa

A imagem de um grande vitral surgiu ao pensar como apresentar esta pesquisa. Como um vitral, ela é resultado da reunião de partes distintas e ao mesmo tempo dialógicas.

Ainda na graduação, por intermédio da Prof^a. Leny Sato¹ e da equipe do CPAT², escolhi trabalhar na perspectiva da *Psicologia Social do Trabalho*, campo de pesquisa e de intervenção que toma o trabalho como objeto das lentes psicossociais, sempre a partir de seus habitantes, os trabalhadores. Em 1999, fiz parte de um grupo de alunos que, sob orientação de Leny Sato, propôs conhecer a recém-lançada Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP), como parte de um estágio curricular. Passado o estágio, permaneci ali como *formadora em cooperativismo*, participando de instigantes experiências de autogestão: a dos trabalhadores organizados em cooperativas, e a da própria equipe da ITCP.

Foi na ITCP-USP que tive os primeiros contatos com o grande-campo deste estudo, a Economia Solidária. Ali também aprendemos muito sobre *trabalho*, sobre *política* e sobre as relações entre estas dimensões da vida social³. O interesse por estas relações, no cerne da autogestão, tema desta pesquisa, nasceu no solo da ITCP-USP, especialmente nas reuniões com o grupo de artesãs da *Itacooperarte*. Entre outras coisas, as trabalhadoras nos ensinaram que um trabalho de bases autogestionárias pode inspirar mudanças nas relações vividas em outras esferas da vida social, como no âmbito da família ou da comunidade (Andrada, 2006).

Outra parte do vitral das influências desta pesquisa foi a *Verso Cooperativa*, fundada em 2001. Éramos 26 psicólogos, a princípio, muitos de nós, também envolvidos com a proposta do cooperativismo autogestionário. Durante anos experimentamos em nosso trabalho os mesmos princípios de que tratávamos nas ações da ITCP-USP, com toda sorte de exigências e delicadezas, próprias do cotidiano da autogestão, pouco visíveis à distância⁴.

Resultado desses encontros, esta pesquisa é, sobretudo, desdobramento e continuidade de investigação anterior, mestrado defendido em 2005, neste Programa, também sob orientação de Leny Sato. Tratou-se de um estudo de caso, desenvolvido junto às costureiras

¹ Leny Sato é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e orientadora desta pesquisa. Sobre os efeitos de suas aulas à época, escrevi em 2005: “Em pequenos círculos, falávamos inquietos de questões como a centralidade do trabalho, de seus diferentes modos de organização e das possíveis repercussões que a vivência de cada um deles poderiam ocasionar aos trabalhadores. E as angústias cresciam mais quando tratávamos das mazelas do desemprego crescente e do aumento da frequência e das formas de precarização das condições de trabalho das pessoas ainda empregadas. Pensávamos também em como poderia ser uma experiência de trabalho que salvaguardasse princípios humanistas bastante simples, porém, a nossos olhos fundamentais, como igualdade, autonomia e pertencimento. [...] recorro ter ouvido pela primeira vez os nomes *economia solidária, cooperativismo, autogestão*” (Andrada, 2009a, pp. 19-20).

² CPAT - Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

³ Neste percurso, foram fundamentais as orientações práticas e teóricas do Prof. Paul Singer, tanto no interior da própria ITCP, quanto por meio do grupo de estudos que coordenava à época.

da *Cooperativa Univens*, de Porto Alegre, que propôs compreender as principais *repercussões psicossociais da autogestão*. De fato, identificamos uma série de mudanças significativas na vida das trabalhadoras, disparadas pela vivência cotidiana da autogestão. Mas outra questão, imbricada à primeira, também nos cativou. As cooperadas da Univens revelaram, aos poucos, relações complexas entre *trabalho* e *política* no cotidiano da experiência de autogestão.

Nas ruas do bairro por elas transformado, na capela por elas erigida, nas reuniões do Orçamento Participativo (OP), sítio simbólico da formação política do grupo, elas mostraram, entre outras coisas, que aquilo que reluzia como repercussão da autogestão na cooperativa poderia ser seu pressuposto. Por exemplo, em vez de ser incubada, a cooperativa, já legalizada, ‘incubou a incubadora’, ao pleiteá-la junto ao Orçamento Participativo. Outra conclusão importante deste estudo foi apontar como a paulatina segurança conquistada pelas cooperadas na égide do trabalho lhes permitiu alcançar mais liberdade para ações políticas em horizontes mais amplos, nas terras do município, do estado e até em âmbito nacional. Exemplo disto foi a proposição, por parte destas trabalhadoras, junto de outros companheiros, da rede *Justa Trama* – a primeira cadeia produtiva autogerida de algodão agroecológico do país, notável realidade hoje, que reúne cerca de 600 famílias em seis estados brasileiros.

Os dias vividos em companhia das cooperadas da Univens e a fortuna de ter visto nascer a idéia desta rede, junto das demais experiências citadas, representam as principais influências da presente pesquisa. Mas é preciso dizer ainda que o mundo do trabalho atraía cedo minha atenção, por razões biográficas que também compõem o quadro de motivações deste estudo. Nasci numa família operária de Montevideo, nos anos 70, época em que a política, e logo depois o trabalho, foram interditados pela ditadura militar. Interdições violentas, de resultados devastadores, empurraram para o exílio (político e/ou econômico) milhares de uruguaios. Estar em casa era ouvir falar muito de trabalho e de política, ainda que “*entre dentes*”. Talvez pela conjuntura, talvez por um traço cultural dos uruguaios - *la nostalgia* - recordava-se amiúde como era viver e trabalhar em outras épocas, épocas de liberdade e de democracia, épocas das juventudes dos meus avós com quem convivi muito. Seus *cuentos de trabajo* estavam entre os preferidos. Nessas narrativas, o trabalho não surgia só, mas envolto em histórias. Hoje é possível dizer que tratavam de modos de viver o trabalho, de sofrê-lo, mas também de ocupá-lo, dentro dos limites que toda resistência

⁴A Verso esteve ativa até 2010. Nestes dez anos, o grupo, suas propostas e ações viveram inúmeras fases e mudanças. Algo, no entanto, sempre esteve presente: a satisfação de viver e pensar o trabalho coletivamente, entre amigos. Revelar a todos nós esta possibilidade e dar-nos a senti-la foi, para mim, sua maior graça e legado.

conhece. Falava-se de trabalho com dor e também com entusiasmo; com pesar e com afeto. Falava-se de trabalho, enfim, como se fala da própria vida⁵.

Anos depois, grosso modo, escolho fazer isso: ouvir trabalhadoras e trabalhadores sobre suas histórias e cotidianos de trabalho, pensando-os junto das obras de pessoas, que fizeram o mesmo. E, no decurso desta atividade, um horizonte em geral permanece: pensar, como Brecht, que “*en tiempos de desorden, de confusión organizada, de humanidad deshumanizada, nada debe parecer natural. Nada debe parecer imposible de cambiar.*”

Um dos maiores encantos da Economia Solidária parece, pois, a possibilidade que porta de reaproximar os trabalhadores da condição de co-autores da História; da história de vida e de trabalho de cada um, da história de seu grupo, da história *latu sensu*, a partir das circunstâncias que encontram. E, assim, devolver ao trabalho o seu sentido maior, como ensinou Sylvia Leser de Mello⁶.

*

Para compreender, portanto, como os trabalhadores de uma rede, organizada em autogestão, conciliam as demandas do trabalho e da política em suas práticas, e como constroem e sustentam no cotidiano o empreendimento que criaram, propomos este estudo.

Organizamos o texto de modo a apresentar, no Capítulo I, o contexto no qual desenvolveu-se a pesquisa, o tema, bem como o caso estudado. O Capítulo II é dedicado à discussão das escolhas metodológicas, a partir do debate de certos aspectos da relação entre a Psicologia Social e a Antropologia, mais especificamente, com o método etnográfico. Também é neste capítulo que apresentamos as etapas do trabalho de campo, seus limites e peculiaridades. O Capítulo III, por sua vez, porta a diversidade das incursões etnográficas. Por meio de *casos*, narramos situações vividas pelos trabalhadores no cotidiano relacionadas aos objetivos colocados. O Capítulo IV foi proposto para expor o processo histórico de constituição da rede, na tentativa também de revelar, em seus entremeios, valores, recursos, dificuldades e principais marcos no percurso desses trabalhadores. Por fim, o Capítulo V representa o esforço de reunir as principais conclusões do trabalho, discutidas com o auxílio das lentes da filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller, entre outros aportes teóricos.

⁵ Recentemente ouvi uma caríssima entrevistada (Neide) falar sobre a percepção desta co-incidência no cotidiano da classe trabalhadora. Ela disse justa e simplesmente: “*a vida é trabalho*” (Andrada, 2009b, p. 29).

⁶ Em texto que apresenta o livro resultado de minha pesquisa de mestrado (Andrada, 2009a), Sylvia Leser de Mello escreveu: “[...] trabalho e vida se interligam, mostrando que se a vida é trabalho, também o trabalho pode ser vida, e não morte, ficamos convencidos, mais uma vez, que depende de cada um de nós devolver ao trabalho o seu sentido maior”.

I. Circunscrições: o contexto, o tema, os campos

Este capítulo expõe e discute inicialmente o contexto no qual se desenvolveu a pesquisa, traça os principais argumentos que sustentam sua proposição e, ao final, apresenta de modo breve as principais características da Justa Trama, já que adiante trataremos detidamente de seu cotidiano e processo histórico.

“Nosso tempo é um tempo paradoxal”, diz Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 13), ao dispor lado a lado a opulência das novas tecnologias a males sociais que para alguns pareciam superados – formas degradantes de trabalho e de vida que acarretam em adoecimentos e sofrimentos dos mais primários. Alçadas à categoria de revoluções – revolução microeletrônica, revolução da informação e da comunicação, revolução da genética e da biotecnologia – os recentes construtos humanos permanecem apartados da vida cotidiana de numerosas populações expostas às carências mais elementares: alimentos para o corpo e trabalho digno para garantir a sobrevivência dos seus.

Para Milton Santos, eliminar a pobreza exige mudanças no próprio processo produtivo, “o que vale dizer, nas relações do homem com a natureza e dos homens entre si” (2004b, p. 68). Universos tão desiguais, riqueza e pobreza, como aponta o célebre geógrafo, são antagônicos e também complementares. Além disso, comungam da mesma autoria: a rica tecnologia e a miséria da fome e da doença são criações históricas, adventos humanos na colonização dos tempos e dos espaços. Frutos de uma produção mal distribuída, estes universos concentram de um lado, potencialidades de produzir e viver cada vez mais, e de outro, carências e incertezas em relação às próximas horas⁷.

Como fazem cada vez mais outros economistas, Ladislau Dowbor (1998) afirma que:

a simples reprodução do capital, ou reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas que vivemos [...] em sucessivos relatórios sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, o objetivo central do desenvolvimento é o homem, enquanto a economia é apenas um meio (p. 29).

Paul Singer (2004) e Milton Santos (2004b), por exemplo, apontam também, e há tempo, para a necessidade de mudar os modelos de crescimento:

se trataria de uma ‘ótica econômica estreita’, sacrificar o futuro em favor do presente, porque o crescimento apenas pelo crescimento não é desejável. O crescimento deve ser subordinado aos dados sociais. [...] Para isto, impõe-se uma reorganização radical dos objetivos da produção e, paralelamente, do consumo. (Santos, M. 2004b, pp. 68-69).

⁷ A incerteza em relação ao presente é uma das muitas repercussões ocasionadas pela vivência do desemprego prolongado identificada em estudos importantes como o de Mandelbaum (2004) e Jardim (2004).

No Brasil dos últimos anos, segundo os indicadores dos institutos de pesquisas, experimenta-se relativo alento em termos macroeconômicos: diminuição dos índices de desemprego e melhoria na distribuição geral de renda, por exemplo. Porém, conforme alerta recente análise divulgada pelo DIEESE, permanecem desafios históricos e estruturais do mercado de trabalho brasileiro, com destaque para os baixos rendimentos, a informalidade e a rotatividade (DIEESE, 2010).

De fato, se “abaixarmos a lupa”, logo notamos signos de dificuldade e miséria na vida diária de milhões de trabalhadores: doenças provocadas por condições insalubres de trabalho, pela instabilidade e precariedade dos vínculos, entre outros. E estes são apenas alguns exemplos, entre os mais evidentes, perante a impossibilidade de ilustrar aqui o que se dá por trás do véu translúcido das estatísticas e das manchetes dos jornais⁸.

1. Autogestão como modo de trabalho e de vida social

À semelhança do que se deu em outros países (Hespanha, Cattani, Laville & Gaiger, 2009; Santos, 2002), trabalhadores brasileiros mobilizaram-se diante dos efeitos da crise econômica, iniciada nos anos 80 e agravada na década seguinte, com as políticas neoliberais (Singer, 1998; Matoso, 1999; Pochmann, 2001). Penalizados com o crescente desemprego e com a precarização das condições de trabalho, buscaram formas alternativas de sobrevivência ao emprego formal e, entre outras ações, fizeram ressurgir relações autogestionárias de trabalho, impulsionando a constituição de outro modelo de economia, a Economia Solidária (Singer, 2002; Singer & Souza, 2000; França-Filho & Laville, 2004)⁹.

Para Paul Singer, principal referência do movimento no Brasil, o modelo atual de autogestão é mais reinvenção que mera repetição do antigo cooperativismo da Escola Associativista do séc. XIX, que apresentava limites já apontados por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1848/1987). O que distingue o “novo cooperativismo”, segundo o autor, “[...] é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à

⁸ Revelar como cidadãos expostos à negação de seus direitos elementares vivenciam esta condição e os recursos que desenvolvem na luta pela sobrevivência foi tarefa abraçada por grupo de pesquisa do IP - USP (PST/PSA), coordenado pela Prof^a. Maria Helena Souza Patto, do qual fizemos parte no *Subgrupo Trabalho*, sob orientação da Prof^a. Leny Sato. Para saber mais, consultar Patto (2009).

⁹ Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, a Economia Solidária é “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE/SENAES, 2006. p. 11). Segundo o SIES (Sistema Integrado de Informações em Economia Solidária), em seu levantamento mais recente, existiam no país, em 2007, aproximadamente 1,7 milhão de trabalhadores(as) associados(as) em cerca de 22 mil empreendimentos econômicos solidários. A rede

igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (Singer, 2002. p. 111)¹⁰.

Na relação de trabalho autogestionária, os trabalhadores organizam-se democraticamente para a construção e gestão de um empreendimento que pertença a todos, política e economicamente. Esta relação baseia-se por princípio na posse e socialização dos meios e dos resultados da produção, na gestão democrática e na fundamental condição de igualdade entre os membros (Singer & Souza, 2000).

A Economia Solidária brasileira tem se desenvolvido muito nos últimos dez anos, inclusive institucionalmente, embora ainda expresse fragilidades importantes (Leite, 2009; Souza, 2011). Em 26 de junho de 2011, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) completaram oito anos de existências imbricadas. Trata-se de espaços políticos estratégicos, que têm atuado de modo articulado. De um lado, a SENAES significa a conquista de reconhecimento e lugar no poder público, em nível nacional, com vistas à proposição, planejamento e execução de políticas públicas de fomento a iniciativas econômicas solidárias de crédito, produção, comercialização e consumo. De outro, o FBES representa o engajamento articulado, duradouro e em expansão de um movimento de trabalhadores em um fórum público, aberto e diverso, cujo um dos lemas é “outra economia acontece”. Paul Singer, à frente da SENAES desde a fundação, em evento comemorativo aos 8 anos, explica que “Hoje nos tornamos complexos: temos conosco indígenas, quilombolas, quebradeiras de cocos e uma infinidade de pessoas com quem caminhamos juntos”¹¹ (Cunha, 2011).

Além disto, experiências de estudos e intervenções no campo da Economia Solidária brasileira têm demonstrado que a vivência da autogestão nas terras do trabalho por vezes leva à transposição das fronteiras artificiais que o apartam das demais esferas da vida social, como as relações familiares, comunitárias e cidadinas. Assim, podem inspirar seus sujeitos, não sem

deste campo conta ainda com mais de 5 mil entidades de fomento à Economia Solidária <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html> [acessado em 02/01/2013].

¹⁰ A crise do emprego e o surgimento do capitalismo flexível também impulsionaram o aumento das terceirizações por intermédio de falsas cooperativas de mão-de-obra. Conhecidas como ‘coopergatos’ ou ‘cooperfraudes’, “são cooperativas apenas no nome, arapucas especialmente criadas para espoliar os trabalhadores forçados a se inscrever nelas” (Singer, sd. p. 02). Trata-se de formas de precarização das condições de trabalho e das garantias sociais do vínculo empregatício como estratégias para reduzir custos e aumentar a competitividade empresarial (Lima, 2010). Pesquisas consistentes, como a de Fábio Oliveira (2007), demonstram que os sentidos e as práticas do cooperativismo nestes empreendimentos diferem daqueles vivenciados nas chamadas cooperativas populares, orientadas pelos princípios acima apontados.

¹¹ Sobre a relação entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Paul Singer declarou: “Várias das nossas atividades são realizadas com o FBES; é nosso grande parceiro nos cento e dez convênios que realizamos na proposição de políticas públicas para o Brasil.” (L. Cunha, 2011)

dificuldades, a orientarem outras ações no cotidiano pelos princípios da igualdade e da participação democrática (Singer, 2002; Parra, 2002; Andrada, 2009a; Lacerda & Veronese, 2011).

Como refere Gaiger (2006), a racionalidade dos empreendimentos solidários compreende simultaneamente três dimensões - econômica, social e política - o que exige uma abordagem que contemple as múltiplas demandas e as influências recíprocas entre elas:

Essas iniciativas locais não têm apenas um papel econômico. Ativando solidariedades de proximidade, elas também desempenham um papel social e, permitindo aos membros da sociedade civil uma expressão e uma ação ligadas à satisfação das necessidades sociais, revelam-se igualmente políticas (Caillé e Laville citados por Gaiger, 2006. p. 232)

A partir de outra ótica, Paulo Salles de Oliveira (2001; 2006) sugere que as práticas de Economia Solidária podem fazer emergir uma modalidade de cultura também solidária, ainda que em meio a contradições próprias do embate com as práticas capitalistas de mercado:

As formas de manifestação da economia solidária tanto emergem como resposta a uma situação aflitiva quanto engendram possibilidades de organização coletiva. [...] Ao contrário da segmentação dos tempos, edificar uma organização solidária no trabalho implica simultaneamente a construção de relações solidárias na totalidade da vida das pessoas. (P. S. Oliveira, 2001, p.17)

Estas afirmações também podem ser localizadas no trecho seguinte, de Paul Singer:

A experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate de cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. (Singer & Souza, 2000. p. 28)

Da Psicologia Social e de um profundo envolvimento com experiências da Economia Solidária, é Sylvia Leser de Mello quem nos diz:

a Economia Solidária vai se ampliando e ganhando novos espaços e dimensões inesperadas. [...] O orgulho pelo que se faz, que acreditávamos desaparecido da experiência sofrida do trabalho, pode ser encontrado em qualquer esquina das nossas feiras de Economia Solidária, em qualquer encontro de trabalhadores cooperados e associados. Há uma alegria que não é apenas a alegria do dinheiro ganho. Às vezes, nem se acredita que é isso que os move. Claro que também é isso, mas há alguma coisa a mais.¹²

Em suma, é possível afirmar que a Economia Solidária é uma realidade histórica, embora frágil e incipiente em muitos aspectos de seu desenvolvimento, como mais tarde veremos. Conforme apontam Lacerda e Veronese (2011):

¹² Trata-se de fragmento do texto elaborado pela Profa. Sylvia Leser de Mello, por ocasião da defesa de minha dissertação de mestrado (17/06/2005). Posteriormente este texto foi gentilmente cedido por ela, em nova versão, como apresentação externa do livro baseado neste trabalho (Andrada, 2009a).

A Economia Solidária constitui-se como uma realidade concreta, embora com limitações, mas com interessante potencial nessa direção. Sem generalizações, que seriam descabidas e nossos dados não permitiriam ousar, podemos contudo extrair desse registro empírico aqui analisado, importantes lições, para reflexão sobre as potencialidades/virtualidades emancipatórias da economia solidária. [...] Essas considerações situam a Economia Solidária enquanto possibilidade concreta, embora eventualmente contraditória, frágil e incompleta, na busca pela melhoria na qualidade de vida e na diminuição das desigualdades sociais (p. 22)

2. Trabalho e política no cotidiano de uma cadeia produtiva autogerida

Se há pouco falamos da importância das condições materiais (como as econômicas) para a promoção de desenvolvimento humano, senso comum e reflexões filosóficas desde a antiguidade sempre apontaram necessidades de ordem simbólica (como as políticas) como igualmente importantes neste tocante (Arendt, 2009; Weil, 1996)¹³.

Para Paul Singer, “autogestão tem como mérito principal, não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” (Singer, 2002, p. 21). Segundo ele, “participar das ações e discussões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (Singer, 2002, p. 21).

Ao estudar experiências autogestionárias, pesquisadores como Holzmann (2001), Pedrini (2000) e Parra (2002) identificaram ali o conseqüente aprimoramento de *habilidades políticas* em boa parte dos trabalhadores. A necessidade dada pelo novo contexto de criar, gerir e planejar a produção, em companhia de seus pares, convoca os trabalhadores a uma maior expressão e confrontação dos seus pontos de vista, por meio do discurso¹⁴. Afinal, não estão presentes ali o patrão ou o gerente para indicar o quê e como deve ser feito (Sato &

¹³ Hannah Arendt (2000), por exemplo, situa *o labor, o trabalho e a ação* como as três atividades humanas fundamentais. As duas primeiras, relativas à manutenção da vida e à transformação material do mundo, respectivamente, operam no plano econômico. Já a *ação* - responsável pela erupção do novo, do transformador, e pela revelação da singularidade do sujeito - se dá no plano da **política** e no âmbito da liberdade das necessidades vitais (*labor*) e materiais (*trabalho*) (Arendt, 2000). Simone Weil (1996), por sua vez, situa o *enraizamento* entre as necessidades mais importantes da alma humana. Por enraizamento, devemos tomar a necessidade de “(...) **participação real**, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente” (Weil, 1996. p. 411) [grifos nossos]. Como estamos interessados em analisar a relação entre trabalho e política na autogestão, destacamos, com base na obra dessas autoras, a ação política entre outras condições simbólicas importantes para o desenvolvimento humano.

¹⁴ Lorena Holzmann (2001), por exemplo, afirma que, na nova condição de trabalho, muitos dos operários que acompanhou aos poucos abandonaram condutas de submissão, passando a exercer o direito de intervenção que a condição de sócios lhes propiciou: “Assumir ativamente os espaços de participação, expor-se publicamente, arriscar-se a ser vaiado e contestado, enfim, desenvolver argumentos em sua defesa, foi um aprendizado árduo para muitos trabalhadores que nunca tiveram a oportunidade de fazer valer sua voz, que nunca foram consultados e a quem nunca foi permitido pedir explicações sobre decisões tomadas [...] O mundo autoritário do trabalho nega o direito de expressão dos trabalhadores, e a hierarquia de saberes que ele comporta inibe o desenvolvimento daquela capacidade, particularmente entre trabalhadores treinados apenas para executar ordens de outros trabalhadores, detentores de saberes aos quais não tiveram acesso.” (Holzmann, 2001, p. 131).

Esteves, 2002). Julieta, cooperada da Univens com quem conversamos longamente sobre o assunto por ocasião da pesquisa de mestrado, ilustra este fenômeno a seguir, a partir de um árduo e cativante processo de aprendizagem política:

*eu mesma, nas primeiras assembléias, quase não falava nada. Às vezes eu ficava apavorada! E não falava [...] Mas eu comecei a ir e a descobrir: 'Meu Deus! **Eu não sou tão humilde assim que eu não possa aprender** ' [...] '**que eu não possa entender as coisas**'. Eu me fortaleci porque apesar de todos os anos de experiência de trabalho, eu era mais quieta. **Eu não sabia se eu tinha algum dom, dom de falar ou dom de entender as coisas.** [...] Existem trabalhos em que a pessoa pode ficar anos sem que ninguém chegue e pergunte a opinião dela sobre aquilo.- Julieta. [grifos nossos] (Andrada, 2009a, p. 174-178)*

Foi no interior da pesquisa que desenvolvemos junto às companheiras de Julieta, na Univens (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos), que nos foi sendo revelada pouco a pouco a existência de relações plurais e complexas entre as dimensões do trabalho e da política na história e no cotidiano daquelas pessoas. Daremos aqui um exemplo:

Ao contrário do que em geral ocorre na maioria nas cooperativas *autogestionárias*, em que o surgimento de um trabalho participativo e democrático pode fazer emergir a política em meio a uma motivação inicialmente econômica (Parra, 2002), no caso da UNIVENS, foi a experiência política vivenciada no Orçamento Participativo do bairro que colocou no centro do debate a economia, e o trabalho como seu objeto (Andrada, 2009a. p. 258).

Ou seja, para vários membros deste grupo, a experiência política maior se deu *antes* da fundação da cooperativa e, na realidade, “convocou” sua criação e a alimenta simbolicamente até hoje. O Orçamento Participativo local foi berço da transfiguração do bairro em que moram, operada pelas ações de muitas delas, e também cenário em que a maioria se conheceu, e viu refletidas na outra, as mesmas marcas deixadas por anos de um trabalho instável e precário. O trabalho, neste momento, passou a ser o próximo objeto de ação política para elas, que sem qualquer apoio ou tutela institucional, começaram a organizar a cooperativa, nos idos de 1996. Ouçamos agora a cooperada Terezinha falar deste processo:

*Acho que a gente é o orgulho aqui da Vila, sabe? Até por aquelas benfeitorias que acabaram acontecendo. Porque dentro desse grupo todo, teve essas participações no Orçamento Participativo. **A Vila inteira foi asfaltada, esgoto, iluminação, tudo junto com essa mobilização toda. O próprio prédio da Incubadora foi através da cooperativa. Quem lutou pra fazer isso daí foi o pessoal. Foi dentro das rodadas do Orçamento que se conseguiu. Elas disseram: “Tem que ter aqui na Vila uma incubadora popular.” E nós vamos sair dali e o prédio vai continuar. Quer dizer, é uma conquista que a gente conseguiu não pra nós, e sim pra comunidade.** [...] Porque quando nasceu a Incubadora, a cooperativa já estava quase com quatro anos. – Terezinha [grifos nossos] (Andrada, 2009a, p. 74)*

A pesquisa também nos ajudou a compreender como a paulatina conquista da estabilidade econômica da cooperativa – representada pelo que chamamos de *Direito ao Trabalho* - foi responsável por garantir a estas trabalhadoras a manutenção da vida cotidiana (condição material, da ordem da necessidade, própria da esfera privada, segundo Arendt

(2000). Assim, tendo garantido o presente, foi possível cada vez mais a elas dirigir-se a projetos futuros de intervenção, em uma sólida *prática política* na esfera pública (da ordem da liberdade), verificada na ativa participação que muitas exercem na vida comunitária e da cidade em que vivem (Andrada, 2009a), como demonstra Nelsa a seguir:

Isso eu acho que é o que mais te dá felicidade! Quando eu ando lá pela Restinga [outro bairro] e vejo o nome de ruas com pavimento que a gente aprovou.... que a gente aprovou quando estava no Conselho [do Orçamento Participativo], eu tenho um orgulho! Por isso eu adoro essa cidade. [...] Eu vejo a reforma no Mercado Público... [...] A entrada da cidade, toda aquela favela que tem, na entrada da cidade, ela está sendo mudada. Nós votamos por aqueles recursos, sabe? Nós debatemos, discutimos, fomos pra confronto com o governo e tal, de como deveria ser. – Nelsa (Andrada, 2009a, p. 89) [comentários nossos]

Se o passado, representado pela história do bairro e da cooperativa, comparece nos relatos destas trabalhadoras com notável intimidade e fluidez - só possível por suas condições de co-autoras destes espaços - e o presente, lugar do cotidiano por excelência, é vivido com “uma segurança imensa”, nas palavras da cooperada Isaurina, o que mais impressionou foi a relação delas com o tempo futuro. No convívio com o grupo, pululavam termos como “projeto”, “sonho” e suas variantes, sempre presentes, de formas diversas e inusitadas. E ao longo dos anos de contato com as trabalhadoras, tivemos o privilégio de acompanhar, pouco a pouco, o processo de transformação de alguns destes sonhos-projetos de ação política rumo à materialidade, como demonstram os trechos a seguir:

A princípio o sonho era a gente sair dali [Incubadora] e comprar o nosso terreno. Já realizamos. Foi feito o galeto, foi feito rifa... Foi mandado projeto pra fora. A gente já tinha um fundo, que desde que começou a cooperativa a gente vai deixando ali os 10% [das retiradas]. Nós já compramos o terreno, e o nosso sonho é ver o prédio erguido agora. – Julieta, 26/03/2004 (Andrada, 2009a, pp. 127).

Em 28 de janeiro de 2005 aconteceu a tão esperada festa de inauguração da sede própria. Como previam os sonhos das cooperadas, tratou-se de uma *celebração* farta e generosa, que fechou o trânsito da rua para deixar passar a banda da escola da Vila. Emocionadas, elas ofertavam a todos nós, convidados boquiabertos, largos sorrisos e diversos depoimentos sobre o processo da construção do prédio. Já na entrada, outra faixa alertava os visitantes: “Outro mundo já é possível”. Estávamos em dias de Fórum Social Mundial, do qual quase todas as cooperadas participaram de pelo menos uma oficina, além daquela inscrita e organizada por elas sobre “a cadeia produtiva e solidária do algodão”. (Andrada, 2009a, p.271).

Organizar e gerir de modo autogestionário, a primeira cadeia produtiva de algodão agroecológico, foi outro projeto político que vimos ser gestado até se transformar em viva realidade, cadeia que tomamos como campo da presente pesquisa:

Quem dera um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós, os trabalhadores, sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade, e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. **Já imaginou nós administrando nossa produção de sapatos, de roupas,** de comidas, de fogões? Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos digladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe com os laços do individualismo e nos faz

sonhar de novo. [...] **Hoje de fato existe a possibilidade de construirmos uma cadeia produtiva do algodão de forma toda cooperativada e também ecológica**¹⁵ [...]. **Com isso ganharíamos o mundo!** [...]. Dá para vibrar muito com tudo isso, e dá para não parar mais de sonhar, sem jamais tirar os pés do chão. Isso motiva a levantar todos os dias e a transformar cada dia em um dia diferente, pois conseguimos enxergar mais longe. – Nelsa Nespolo, 2003 (Andrada, 2009a, p. 273-274) [grifos nossos].

Para muitos que acompanhavam de longe os movimentos das costureiras, que começaram sem dispor de máquinas de costura adequadas, que aportaram como capital social cotas de R\$1,00 (um real) cada uma, esses sonhos soavam como delírios desconcertantes:

Parece um bando de loucas que de repente resolveram que podiam fazer alguma coisa. E fizeram. [...] Todo mundo ficava assim, ó: ‘Mas o quê isso? Tão pensando o quê, essas mulheres? Que vão revolucionar o mundo agora?’ [...] Porque tem muita gente que achou que aquilo ali ia ser só um fogo de palha. – Terezinha [grifos nossos] (Andrada, 2009a, pp.101-102).

A cadeia almejada nos sonhos dessas trabalhadoras hoje está legalmente constituída em uma cooperativa de segundo grau, a *Justa Trama*, que envolve cerca de seiscentas famílias de empreendimentos de todas as regiões do país, e boa parte dos elos da cadeia têxtil, conforme veremos. Reúne desde os plantadores associados do algodão no sertão do Ceará, até as costureiras gaúchas e catarinenses, passando por coletoras de sementes e artesãs de Rondônia (responsáveis pelos botões e demais adereços das peças) e por fiadores e tecelões de uma fábrica recuperada¹⁶ no interior de Minas Gerais - “sem ter explorado ninguém”, como diz Nelsa Nespolo (cooperada da Univens e diretora-presidente da rede). De desempenho econômico estável, exporta produtos para o chamado *comércio justo* europeu. Politicamente, é referência importante de organização para diversos empreendimentos e instituições da Economia Solidária no Brasil e no exterior¹⁷.

Como foi possível a estas trabalhadoras a lide cotidiana com as necessidades do trabalho e da política - a conciliação entre o imperativo da necessidade, da esfera privada da família e da produção material, com o chamado pulsante das arenas da política, dos espaços públicos, dotado também de um universo próprio de tensões e ambivalências? Que alimentos e entraves simbólicos e materiais encontram no cotidiano, e principalmente, que recursos desenvolveram para operar com eles?

¹⁵ Parte deste projeto ganhou materialidade nas sacolas do Fórum Social Mundial 2005, realizado em Porto Alegre. Convidadas para novamente confeccioná-las, as cooperadas da Univens propuseram ao Fórum Estadual de Economia Solidária que uma rede de cooperativas assumisse a empreitada. Desta experiência de autogestão, que reuniu 35 empreendimentos de quatro estados brasileiros (SP, PR, SC e RS), falaremos adiante.

¹⁶ Termo originalmente utilizado na Argentina e no Uruguai, também é empregado no Brasil para designar as cooperativas industriais autogeridas, oriundas de massas falidas ou arrendadas por seus antigos empregados (Novaes, 2010).

¹⁷ Para saber mais, consultar www.justatrama.com.br

Do interior deste arcabouço vivido e pensado junto dessas trabalhadoras, propomos a presente pesquisa, dirigida agora às trabalhadoras e trabalhadores da rede *Justa Trama*¹⁸, com os seguintes objetivos: identificar e descrever as principais relações entre trabalho e política no cotidiano de sujeitos de uma experiência de autogestão, mais especificamente, de uma cadeia produtiva solidária.

Como principal justificativa para esta proposição, apontamos o desenvolvimento crescente de experiências autogestionárias, e a necessidade, por conseguinte, de compreender melhor os processos psicossociais cotidianos que as sustentam, as alimentam e arrefecem. A consideração da dinâmica de mútua influência entre as dimensões do trabalho e da política no cotidiano dos trabalhadores autogestionários pode revelar elementos importantes, pouco visíveis à distância, de uma trama tão rica quanto complexa. Processos que, bem compreendidos, podem contribuir para o (re)planejamento de ações de fomento à Economia Solidária que os tomem em conta, tanto no desenho de políticas públicas específicas, quanto nas ações de organizações do próprio movimento de trabalhadores autogestionários¹⁹. Ouçamos o Prof. Paul Singer, entrevistado por Paulo de Salles Oliveira (2008), sobre o tema:

Já há muito tempo o movimento inteiro vem tentando construir redes – redes econômicas de *cooperativas* de segundo grau, cadeias produtivas organizadas. Pregamos isso aparentemente no deserto por anos, muito antes de surgir a Secretaria [Secretaria Nacional de Economia Solidária], porque as cooperativas isoladamente são muito frágeis. A maior parte é de gente muito pobre, não tem acesso a capital; tem difícil acesso ao mercado e também não tem acesso ao conhecimento, embora eles voltem à escola. Mas, como nós vimos, a escola não é tão eficaz assim. Agora, finalmente, depois de vários anos, estão surgindo cada vez mais redes de cooperativas. **Um caso emblemático é a Justa Trama. [...] São cooperativas autônomas, mas elas se articularam para serviços comuns, formando uma cooperativa de segundo grau. É uma bela experiência e não é única.** Paul Singer. (p.296) [grifos nossos]

Como afirmou Paul Singer, há tempos estudiosos da Economia Solidária em diversos países apontavam a necessidade de criar complexos cooperativos ou redes²⁰, capazes de fazer

¹⁸ Ao longo do texto faremos referência aos trabalhadores(as) da Justa Trama também como associados e associadas. Trata-se de um recurso para distinguir o vínculo com a Cooperativa Central daquele que cada um tem com o empreendimento de base quando, em geral, utilizamos o termo cooperados (as).

¹⁹ Citamos duas entre as diversas instituições organizadas autonomamente por trabalhadores da Economia Solidária: a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária) e a UNISOL BRASIL (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil). A primeira foi fundada em 1996, e a segunda, em 2000.

²⁰ As redes sociais têm sido objeto de crescentes estudos na atualidade, em áreas diversas. Construto teórico, é também um conceito genérico e antigo, empregado por Radcliffe-Brown, ainda em 1952 (Mayer, 1966). Atualmente também tem sido tomado como categoria ou mesmo marco interpretativo (Marques, 2010; P. H. Martins, 2010; Mance, 2000). Por sua plasticidade, aceita empregos e leituras divergentes (Freitas & Montero, 2006). Para Milton Santos (2004a), “a voga que a palavra e a ideia de rede estão encontrando, tanto nas ciências exatas e sociais, como na vida prática, paga o preço devido a essa popularidade. A polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa seu sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambigüidades” (p. 261). Fiquemos com a definição de Barnes, presente em Mayer (1966), de *rede social como um campo social formado por relações entre pessoas que, por sua vez, podem pertencer a grupos com interconexões separadas da rede*. Vale lembrar,

girar uma efetiva economia de bases solidárias e autogestionárias, e não somente frágeis “ilhas de solidariedade” em meio ao gigantesco mercado de produção e comércio capitalista.

Atualmente, a proposição de redes e cadeias solidárias já é tema constante das pautas e agendas de diversos fóruns e instâncias deliberativas da Economia Solidária no país. Trata-se de um eixo não apenas central, mas estratégico para o desenvolvimento do movimento e para a efetivação da proposta de transformação social que ele carrega. Os trechos abaixo, relatórios de plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2009) e da II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010), demonstram bem este fato:

A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se conseguirmos afirmar os empreendimentos solidários como motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, o que indica a responsabilidade e importância do eixo de produção, comercialização e consumo solidários e da **estratégia de organização e articulação em redes e cadeias solidárias**. (Relatório da IV Plenária do FBES, seção 2.2.1) (IBASE, 2011a, p. 08) [grifos nossos]

Portanto, a estratégia nacional de comercialização solidária deve prever ações de fomento à Comercialização Solidária, ao Comércio justo e solidário e ao Consumo responsável. Para tanto, necessariamente, deverá: fomentar e financiar a criação de espaços de comercialização solidários permanentes e centros públicos de economia solidária territoriais; apoiar a constituição e **construção de redes e cadeias solidárias de produção e de agroindustrialização, de comercialização, de logística e de consumo solidários**; identificar cadeias produtivas étnicas; implantar processos de certificação participativa e o selo da economia solidária; promover a identidade visual e territorial dos produtos e serviços; promover a formação/assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização; promover o consumo responsável; e fomentar a priorização de produtos e serviços da Economia Solidária nas compras institucionais em todas as esferas, modificando a lei 8.666/93 e expandindo as aquisições para quaisquer produtos ou serviços da economia solidária. (Artigo 98 do Relatório da II CONAES) (IBASE, 2011a, p. 09) [grifos nossos].

Os trabalhadores e trabalhadoras associados à Justa Trama já vem fazendo isso: tomam diariamente como sua, a tarefa de construir esta grande rede - outra importante justificativa para conhecer mais e melhor como se vivencia, no cotidiano, este que talvez seja um dos maiores desafios da atualidade do movimento da Economia Solidária.

como fez Milton Santos (2004a), que a rede social tem ao menos duas matrizes, uma material, e outra social: “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam” (p. 262).

3. Justa Trama: breve apresentação da rede

Trama: aquilo que foi tecido; teia; tela; o que constitui a ligação de algo organizado. *Justa*: precisa, legítima, íntegra. Centenas de trabalhadores e trabalhadoras, organizados em todo o país, tecem a trama de uma cadeia produtiva movida pela economia solidária e sustentável. A meta é mesmo gerar trabalho e renda, alcançar o comércio justo, e uma vida digna para todos que se juntaram para tecer esta *justa trama*. (NAPES, 2009)

A Justa Trama é uma Cooperativa Central, composta por 7 (sete) cooperativas ou associações singulares²¹. Criada em 2005 e formalizada em 2008, reúne cerca de seiscentos trabalhadoras e trabalhadores, de empreendimentos autogeridos de todas as regiões geográficas do país.²²

Esta rede autogerida, livre proposição de seus trabalhadores (as), abarca grande parte dos elos da cadeia produtiva têxtil do algodão agroecológico, do plantio à confecção final, buscando promover, inclusive, novas práticas de consumo, como apontam Lima (2006) e IBASE (2011b).²³

Entende-se por cadeia produtiva solidária, uma rede de EES [empreendimentos econômicos solidários] que se organiza em torno da elaboração de um produto final, envolvendo a produção de seus insumos, assim como os serviços que possam estar a ela associados. Portanto, os principais elos cadeia produtiva estão representados por empreendimentos que operam de acordo com os princípios da economia solidária, agindo de maneira democrática, solidária e justa tanto em suas relações internas quanto na relação com os demais elos da cadeia. (Metello, 2007, pp.68-69) [comentário nosso]

²¹ A Justa Trama atrai a atenção de pesquisadores, de diferentes áreas, desde 2006. Em levantamento bibliográfico sobre a rede, encontramos cerca de 80 citações do termo *Justa Trama* em documentos acadêmicos como artigos, periódicos, anais, dissertações e teses. Deste conjunto, dez estudos adotaram a rede como objeto principal. Neste texto, recorreremos a alguns deles, a depender de seus respectivos enfoques e aportes.

²² Faz-se necessário esclarecer os termos utilizados. **Cooperativa Central** é designação presente na legislação do cooperativismo. Conforme a Lei 5.764/1971, em seu artigo VI, “As sociedades cooperativas são consideradas: I – singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas [...] II - **cooperativas centrais** ou federações de cooperativas, **as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares**”. [grifos nossos] Já **cadeia produtiva** é um construto teórico polissêmico, emprestado das ciências físicas (Pegler, 2009); em economia, é utilizado para nomear **um conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados insumos em produtos, bens e serviços** – designação presente em diversos autores (Zylbersztajn, Farina & Santos, 1993, Prochnik & Haguenaue, 2001, Triche, Siman & Caldart, 2004, citados por Metello, 2007). Em Metello (2007), encontra-se uma discussão interessante sobre as diferentes concepções de redes e cadeias produtivas, além de um comparativo entre modalidades capitalistas e solidárias desses arranjos: “As redes de pequenas e médias empresas guardam semelhanças com as redes ou cadeias produtivas solidárias, porém com outro fator desencadeador. O que normalmente une as redes de pequenas e médias empresas convencionais é a questão do território, enquanto o fator de união das redes solidárias são os laços de cooperação e solidariedade (podendo ou não ter relação direta com o território)” (Metello, 2007, p. 46).

²³ Neste texto, *rede*, *cadeia* e *central* terão relação de sinônimos e serão utilizados para nomear a Justa Trama. *Elo(s)* - termo do léxico da área, muito utilizado pelo grupo de trabalhadores - também será usado aqui para denominar os empreendimentos que a compõem.

**A Justa Trama no mapa
os elos, onde ficam e o que produzem**



Figura 1. Localização dos empreendimentos da rede no país com a indicação de suas atividades produtivas.

A Justa Trama é atualmente composta pelos empreendimentos acima representados: duas associações de pequenos agricultores familiares, uma fábrica recuperada de médio porte e quatro pequenas cooperativas, localizadas nas periferias de grandes centros urbanos²⁴. Seus trabalhadores fabricam os diversos insumos que, juntos, resultam nos produtos da Justa Trama: peças de vestuário, bolsas, brinquedos, jogos e adereços de algodão agroecológico.

²⁴.Para a finalidade da pesquisa, nos ativemos aos empreendimentos formalmente associados à rede desde o começo dos trabalhos de campo (março de 2010): Adec, Coopertêxtil, Açaí, Fio Nobre e Univens. Entre 2011 e 2012, a **APOMS** e a **INOVARTE** integraram-se à rede. Optamos por incluir informações gerais sobre eles aqui, para oferecer um panorama geral atualizado sobre a Justa Trama. Porém, infelizmente, não tivemos muito contato com estes dois empreendimentos e com seus trabalhadores (as).



Fotos 1 e 2. Produtos e materiais de divulgação da Justa Trama²⁵

No arranjo da rede, portanto, encontram-se, associados em autogestão, trabalhadores dos meios rural e urbano, de diversos setores da economia, como a agricultura, a indústria e o artesanato. São agricultores, operárias, coletores de sementes, tecelões, costureiras, artesãos. Esta integração multidimensional é um aspecto central na identidade da Justa Trama, conforme veremos. Em seu estudo, Lima (2006) trata do tema, apresentando um interessante relato sobre o encontro dos agricultores com os produtos finais da rede:

‘É nosso algodão mesmo?!’ Há o prazer no olhar dos agricultores ao vislumbrarem o fechamento de um ciclo que começa com eles. É uma outra relação quando você vê ‘um ciclo que se fecha’. E junto às costureiras, a criatividade é incentivada: ‘queremos um detalhe diferente em cada peça’. É o inverso das produções em massa, padronizadas ao máximo. (p.33)

Parte deste fenômeno advém da própria proposta de uma *cadeia produtiva solidária de têxteis orgânicos*, cujos processos produtivos encontram-se relacionados abaixo:

A cadeia produtiva de têxteis orgânicos de algodão é bastante extensa. É composta pelos segmentos de insumos para a agricultura, de produção agrícola propriamente dita, de beneficiamento do algodão em caroço, de fiação das fibras, de tecelagem de tecidos planos e de malha, de acabamento, onde se inclui a tinturaria e a estamparia, de confecção e de distribuição dos produtos para os consumidores. (Agência de Desenvolvimento Solidário, 2002, p. 45)

A figura a seguir, elaborada pelo IBASE (2011b), com participação de trabalhadores da rede, representa, de modo esquemático, o fluxo produtivo da Justa Trama:

²⁵ A primeira imagem foi gentilmente cedida por representantes da rede. Já a segunda encontra-se em reportagem sobre a Justa Trama, disponível na internet: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI262826-18283,00-TRAMA+DE+ALGODAO.html>, acessado em 06/03/2012.

O fluxo de produção da Justa Trama

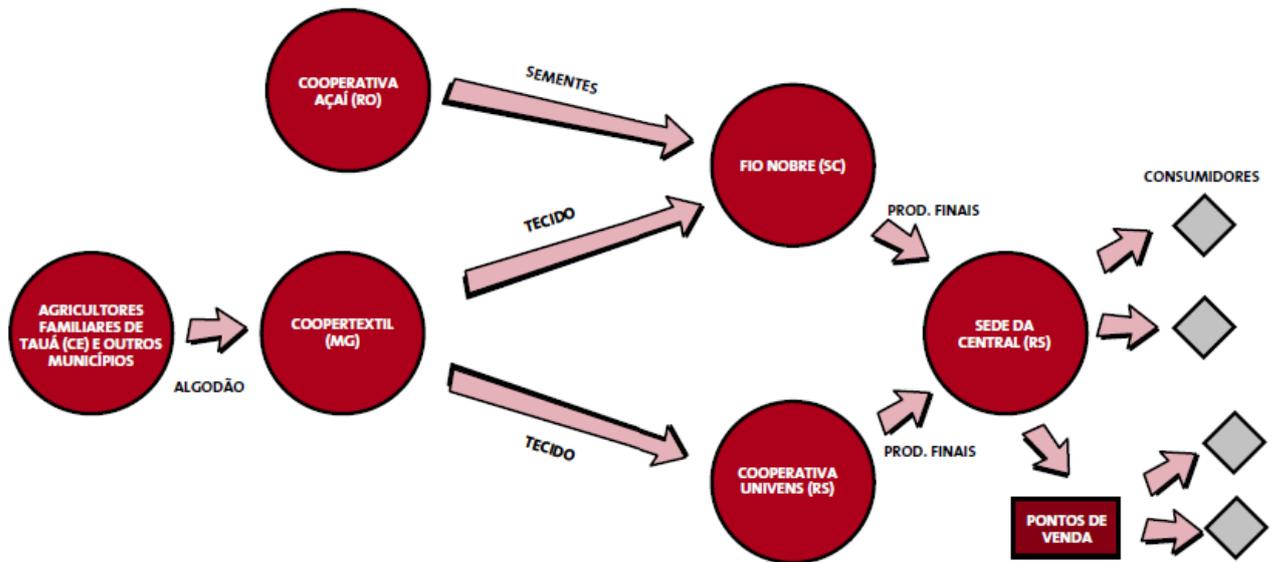


Figura 2. Representação do fluxo produtivo da Justa Trama, segundo IBASE (2011b).²⁶

Rede presente em outras redes, a Justa Trama participa ativamente em diversos fóruns locais, regionais e nacionais, não apenas do movimento da Economia Solidária, para o qual tornou-se importante referência, mas também em ações políticas ligadas à promoção da agroecologia e da segurança alimentar, como apontam os estudos de Lima (2006) e Gomes (2011)²⁷. Desde o início, a Central conta com vários parceiros e apoiadores, instituições governamentais e não-governamentais, inclusive do exterior (Cruz, 2010; Metello, 2007).²⁸

²⁶ A imagem é anterior ao ingresso da APOMS e da Inovarte na Justa Trama, como veremos. Ainda assim, a representação auxilia a compreender, de modo geral, o fluxo produtivo da rede. A APOMS ocupa posição semelhante aos “agricultores familiares de Tauá (Adec)” no esquema acima – ambas produtores de algodão (distinguem-se pelas cores cultivadas). Já a Inovarte insere-se como um dos elos finais da cadeia, junto da Univens e da Fio Nobre, pois utiliza os retalhos da confecção de vestuários para a produção de peças artesanais.

²⁷ Antônio Cruz (2010) que, realizou ampla investigação sobre a rede, diz que: “A representação simbólica da Justa Trama no ‘mundo da Economia Solidária’ é enorme. Ela significa que é possível integrar distintos nodos de uma cadeia produtiva por meio da cooperação e da solidariedade, a partir de um produto diferenciado, com amplo apelo de mercado e, ao mesmo tempo, plenamente vinculado à proposta da sustentabilidade ambiental. [...] A Justa Trama, sem dúvida, representa – junto com outras experiências abarcadas no projeto de pesquisa do qual este relatório é parte – um novo paradigma de produção e de consumo.” (Cruz, 2010. pp.348-349). Recentemente, o Instituto Polis selecionou a rede como uma das experiências inovadoras, no marco da pesquisa *Novos Paradigmas de Produção e Consumo* (Morais & Borges, 2010). Em 2009, o Instituto Ethos reconheceu-a como *tecnologia sustentável*, e a Fundação Banco do Brasil, como *tecnologia social*. Recuperado em 20 de setembro de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

²⁸ Instituições parceiras nacionais: UNISOL BRASIL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (www.unisolbrasil.org.br); FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária (www.fbes.org.br); SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br); FBB - Fundação Banco do Brasil (www.fbb.org.br); SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (www.sebrae.com.br); ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria (www.esplar.org.br). Parceiros internacionais: CONOSUD – Associació de Coperació Internacional Nord-Sud - ESPANHA (www.conosud.org); Fair Societa Cooperativa Sociale (www.faircoop.it) - Itália; Nexus – CGIL (www.nexuscgil.org) – Itália. Recuperado em 20 de setembro de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

Entre elas, destaca-se a Unisol Brasil. Todos os empreendimentos da rede estão associados a ela e várias de suas lideranças são, ou já foram, dirigentes da instituição.

Em pesquisa desenvolvida no âmbito da engenharia de produção, sobre os possíveis benefícios da articulação em cadeias produtivas solidárias (CPS), Daniela Metello (2007) identificou um ganho importante, ao analisar o caso específico da Justa Trama: a redução da dependência econômica dos empreendimentos em relação ao mercado capitalista:

Pode-se concluir que a articulação em CPS faz reduzir a dependência com o contexto capitalista de produção, pois resultam na diminuição do contato dos EES com empresas capitalistas (tanto na relação de compra e venda, quanto na competição pelo mercado) que tem seu foco principal no lucro, propondo, de fato, uma economia baseada em valores como a justiça, a solidariedade e a cooperação, não mais apenas internamente aos EES, mas nas trocas entre os empreendimentos. **No caso da Justa Trama, ao invés da necessidade de levar ao mercado, e se submeter à sua lógica todos os produtos envolvidos na cadeia - algodão, fio, tecido, sementes e roupas – a CPS proporciona que todos os produtos intermediários (que são produtos finais de EES) sejam comercializados levando-se em conta valores da economia solidária, e que apenas os produtos finais, as roupas e bolsas, sejam vendidas no mercado.** Se, além disso, a venda dos produtos finais puder ser realizada junto a um mercado que valorize tais produtos, ou exportando para locais onde se comercializam produtos do *Fair Trade*, ou se consolidando esse mercado nacionalmente, a dependência em relação ao mercado se torna ainda menor já que esses produtos (finais) não ficam totalmente sujeitos à lógica de competição. (pp.130-132) [grifos nossos]

A seguir, apresentaremos dados gerais a respeito da gestão da rede, sua situação econômica, o grupo de trabalhadores a ela associados e os empreendimentos que a compõem. Detalhamentos e especificidades surgirão relatados nos capítulos destinados a apresentar o cotidiano da rede (III) e o processo histórico de sua constituição (IV).

Sobre a situação econômica da rede

A economia solidária contraria tudo o que está escrito nos manuais de economia e de administração: teoricamente, ela não poderia existir. Suas escalas de produção são muito pequenas; a falta de capital leva a uma baixa produtividade; suas preocupações morais produzem deseconomias de todo tipo [...] Os manuais não sabem que, na maioria das vezes, para os empreendimentos da economia solidária, essa conjuntura não resulta de uma escolha [...] **O grande e maior desafio da Justa Trama, assumido por seus participantes, é provar que é possível construir uma outra economia, na qual a vida prevaleça sobre o trabalho, e o trabalho prevaleça sobre o capital.** (Cruz, 2010. p. 375) [grifos nossos]

Atualmente, a Justa Trama conta com um desempenho econômico geral estável e em curva levemente ascendente, quando cotejado a períodos anteriores, demonstrando força, dado o desafio, mas também moderação. Em reunião destinada a analisar o balanço do ano de 2011, realizada em Porto Alegre, em março de 2012, uma das associadas afirmou: “conseguimos nos planejar e cumprir bem [o planejado]”. Exemplo disto é que foi possível

escoar toda a produção do período, remunerar o trabalho e ainda discutir o que fariam com as sobras que, se não eram muitas, possibilitaram algum reinvestimento.

Optamos por não revelar dados quantitativos referentes ao faturamento e à produção anual de peças da rede, em atenção a um pedido do grupo. Todavia, entendemos que, para esta pesquisa, importam mais os aspectos qualitativos do desempenho econômico da cadeia. A seguir, apresentamos a avaliação de um pesquisador da engenharia de produção (POLI-USP), que se dedicou a tecer uma análise da viabilidade econômica da rede:

A principal vantagem da Justa Trama é que todos os integrantes da cadeia conseguiram ampliar seus ganhos com o algodão ecológico, comparativamente aos produtos tradicionais. Isso é possível porque a marca eliminou os intermediários, que são quem mais lucraria em toda a cadeia. Acredita-se que esse procedimento dobrou a renda de todos os trabalhadores da cadeia, sem alterar o preço final do produto, ainda competitivo no mercado. (Estevan, 2006, p. 56)

Com pouco mais de sete anos de atividade, a Justa Trama é capaz de pagar todos os seus custos, facilitar aos empreendimentos associados o acesso a recursos simbólicos e materiais (equipamentos e melhorias nas instalações), praticar intercooperação (oficinas de formação sobre processos produtivos, comércio justo, exportação etc.), aumentar a renda e melhorar as condições de vida das centenas de famílias associadas a ela. Se quantitativamente o desempenho econômico da Justa Trama ainda é tímido, suas conquistas qualitativas valem muito e têm exercido grande influência política no interior da Economia Solidária (Lacerda & Veronese, 2011).

É certo também que a Justa Trama não é a única fonte de renda dos empreendimentos que a compõem. Uma discussão recorrente no interior do grupo, por exemplo, é “se a Justa Trama é um meio ou um fim”, ou seja, se a ênfase de seus processos cotidianos deve estar na dimensão econômica (geração de trabalho e renda) ou na dimensão política (como projeto de transformação política e social, por meio da Economia Solidária).

Conforme refere Cruz (2010), o impacto econômico da cadeia em cada empreendimento é de fato muito diferente:

Para cada uma destas iniciativas, a Justa Trama tem uma representação diferente, e representa ao mesmo tempo um elo distinto com os demais mercados em que atuam. Economicamente, por exemplo: para a Adec, a Justa Trama representa quase 35% de seu mercado consumidor; já para a Coopertêxtil, ela é menos de 1% do seu faturamento. Para a Coopertêxtil, a Justa Trama representa, sobretudo, uma aposta de futuro; a Univens e a Fio Nobre praticamente se confundem, em sua identidade atual, com a Justa Trama. (p. 347)

Vale destacar que a rede está inserida em um setor da economia capitalista altamente competitivo - o setor têxtil e da confecção - conhecido por condições insalubres de trabalho, inclusive por práticas ilegais (porque desumanas) de exploração de sua mão-de-obra (Casara,

2006). Sabe-se também que este setor vem sendo afetado especialmente pela expansão da economia chinesa (M. Oliveira, 2009)²⁹. A opção da Justa Trama neste tocante, no entanto, é estratégica: o grupo direcionou seus produtos a um mercado alternativo, que experimenta crescimento: o comércio justo ou *fair trade*, também conhecido como consumo responsável ou consciente³⁰. De acordo com um levantamento realizado pela *Faces do Brasil*³¹, com a Justa Trama, em 2010 rede já vendia cerca de 50% dos seus produtos em espaços e feiras da economia solidária e outros 22% no mercado institucional (camisetas e sacolas para eventos e congressos) (Pateo, 2010). Conforme Cruz (2010):

A expansão efetiva do consumo consciente pode significar uma revolução nas relações mercantis, especialmente para empreendimentos como a Justa Trama, que estão ancorados a esta perspectiva na ponta da produção. Este é um desafio e tanto: participar desta virada é como navegar num sonho com um barco de verdade. (p. 375)

Portanto, trata-se de crescer economicamente, mas com uma consideração vigilante a princípios políticos caros ao grupo, como mais tarde veremos. Como exemplo, citamos por ora o modo *como são formados os preços dos produtos da Justa Trama*. Trata-se de um processo central, identitário do coletivo, que revela os permanentes esforços que seus trabalhadores dedicam à conciliação de demandas da esfera do trabalho com as da política.

Os preços dos produtos da Justa Trama são resultado de um duplo compromisso dos trabalhadores da rede, vivido por eles como um dilema, dado o desafio de executá-lo: de um lado, trata-se de vender os produtos a preços não-elitizados, para permitir o acesso a eles por todas as classes sociais. Como critério de vigilância do cumprimento deste princípio, os associados se perguntam, periodicamente, se eles mesmos poderiam pagar aqueles valores ao comprar uma vestimenta ou um brinquedo, por exemplo. Por outro lado, busca-se operar com preços que permitam gerar uma boa remuneração, a mais equânime e justa possível, para todos os trabalhadores. Para isto, os valores dos produtos são definidos a partir de um estudo de custos, feito por uma comissão de trabalhadores, levando em consideração, especialmente, o tempo de produção de cada um e um valor de referência, de R\$ 1.000,00 de remuneração

²⁹ Matéria publicada na revista do IPEA, Desafios do Desenvolvimento, traz uma interessante análise sobre a expansão da economia chinesa. Disponível no seguinte link, acessado em 15/02/2012:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23

³⁰ Cabe citar o debate existente em torno desses conceitos, já que podem indicar orientações políticas distintas. Tema freqüente entre os associados da Justa Trama, é ilustrado no relato de oficina organizada pela *Faces do Brasil*, na sede da rede, da qual participamos: “A discussão chegou a ser acalorada, pois colocou-se em questão qual seria a real propensão das pessoas a direcionar seu consumo de acordo com princípios e critérios de justiça e solidariedade [...] O debate passou pela **necessidade de diferenciar o consumo responsável do que poderia ser chamado de consumo assistencialista** (para ‘ajudar os pobres’).” (Pateo, 2010. p. 03). [grifos nossos]

³¹ Faces do Brasil é uma plataforma de entidades e atores do movimento do Comércio Justo e Solidário, com vistas ao fomento da produção de base solidária a partir do conceito de comércio justo. Mais informações estão disponíveis na página da instituição na Internet: <http://www.facesdobrasil.org.br/>, acessada em 03/03/2012.

mínima mensal para cada trabalhador(a) da cadeia, valor que, aliás, encontra-se em reavaliação, conforme fala de uma das associadas da rede, em reunião sobre o tema:

*O que a gente não quer, de jeito nenhum, é repetir o que está aí [trabalho precário]. Isso não! [...] **Se não for pra ser melhor que o capitalismo não vale a pena. Não digo no começo de uma cooperativa, que tu está te estruturando. Ali você tem que dar tudo, te sacrificar mesmo. Mas depois tem que ser melhor, sabe? Melhor pra saúde, para as condições de trabalho e de vida de cada um.*** [Diário de Campo, Porto Alegre, 17/10/2010] [grifos nossos]

Ainda sobre a formação de preços dos produtos da Justa Trama, destacamos interessante análise do IBASE (2011b), sobre este processo:

Este é um diálogo que envolve toda a cadeia, afinal, trata-se de discutir a fonte de renda de cada integrante, mas dentro de uma proposta mais ampla, de construção de uma nova economia, justa e solidária, onde cada representante traz a discussão realizada com a sua cooperativa. É neste debate (que não acontece apenas na assembleia anual, mas no dia-a-dia dos empreendimentos) que se revela como cada pessoa pensa a qualidade devida, suas necessidades e os valores correspondentes para seus sonhos. Valores e sonhos que variam conforme o empreendimento, a região, as condições locais. **Este é um processo que exige muito trabalho, participação e uma postura democrática. Cada elo da cadeia tem a liberdade de se organizar e discutir a definição de seus custos. Isto é, então, compartilhado com os demais componentes da Justa Trama**, que trocam informações sobre suas planilhas, seus dados de produção, suas demandas – e **neste diálogo são construídos critérios coletivos para a formação de preços.** [...]. **A instância de poder** (e a formação de preço é parte importante neste processo) **é, pois, participativa**, haja vista que as discussões são abertas e todos têm o direito de opinar. E a participação favorece a construção do saber, já que, no diálogo, os empreendimentos trocam seus conhecimentos e informações. (p. 21) [grifos nossos]

Por fim, cabe citar as principais dificuldades ou limitações atuais da Justa Trama, apontadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. De fato, boa parte delas encontram-se no plano econômico ou desembocam nele, afetando-o sensivelmente. Entre as mais citadas, está o fato da rede ainda não operar volumes estáveis e suficientes para garantir uma boa sustentabilidade econômica, por si só, a todos os seus elos. Os produtos da cadeia parecem ter uma boa aceitação no mercado consumidor, no qual são oferecidos, porém, novos canais de comercialização precisam ser ainda mais bem explorados, algo que os trabalhadores vêm perseguindo, ao longo dos anos (Metello, 2007; Cruz, 2010). Outra dificuldade encontrada refere-se às distâncias geográficas entre os empreendimentos que, segundo estudos, representa um ônus adicional às suas operações, embora os trabalhadores não o considerem propriamente um entrave (IBASE, 2011b; Gomes, 2011). As grandes distâncias que entre os elos também limitam, de fato, a frequência dos encontros e contatos entre os trabalhadores, o que representa, sem dúvida, um desafio extra à autogestão cotidiana da rede.

Ao longo deste trabalho, retornaremos a estes aspectos, ressaltando, na medida do possível, como o grupo compreende e representa estas dificuldades e, principalmente, que recursos tem desenvolvido para enfrentá-las no cotidiano.

Sobre a gestão da rede

A rede possui uma coordenação geral, formada por representantes de todos os elos. Trata-se de uma direção executiva, colegiada, eleita a cada três anos, composta por uma diretora-presidente, uma secretária-geral, um tesoureiro, além dos chamados diretores de Formação, de Comunicação e de Relações Públicas. E, conforme prevê a legislação, a rede conta com um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes.

Ao grande grupo da coordenação-geral cabe realizar avaliações sistemáticas e planejar e coordenar as atividades de gestão econômica e política da rede. Além da assembléia anual, abaixo descrita, este grupo maior reúne-se a cada três ou quatro meses, em encontros que costumam durar ao menos um final de semana. O grupo busca intercalar a sede destas reuniões de modo a facilitar a participação de diferentes elos e associados nestes eventos, considerados importantes do ponto de vista micropolítico. Segundo o IBASE (2011b), em publicação dedicada à Justa Trama:

A gestão na cadeia da Justa Trama é coletiva [...] Este modelo pressupõe gestão, participação, transparência e democracia. E um momento importante disso é o da assembléia anual, que reúne todos os representantes das cooperativas associadas, envolvidas na cadeia. Este é um momento de intensa troca, onde se discute todos os aspectos de funcionamento da Justa Trama e o seu fortalecimento. Entram na pauta aspectos práticos, como a avaliação dos produtos, novas idéias do que se irá produzir, os investimentos necessários, mas também os aspectos políticos da experiência: onde se quer chegar, os valores solidários, a relação com os consumidores, entre outros. (pp. 19-21) [grifos nossos]

Com efeito, o grupo não adota no cotidiano um modelo pronto ou rígido de gestão, nem conta com uma equipe de técnicos que concentra estas atividades. Pelo contrário, como veremos ao longo do trabalho, a gestão da rede ocorre em meio aos processos produtivos de cada elo, conforme demandas e tarefas previamente agendadas ou acordadas (reuniões com parceiros, pagamento de contas etc). De fato, não há associados destacados exclusivamente para cuidar das tarefas administrativas. Esta escolha do grupo, no entanto, não é consensual atualmente. Como disse um associado, “*todos fazem tudo, e isso é bom e ruim ao mesmo tempo*”. Apenas há cerca de dois anos, a rede conta com os serviços de uma assessora, contratada em tempo parcial, para ajudar na execução de tarefas administrativas da rede.

A gestão da rede parece, decerto, resultado de interações cotidianas fluidas, ancoradas em relações horizontais, de confiança e de reciprocidade, que respondem, com notável plasticidade, às demandas existentes. Para a tomada de decisões cotidianas e a resolução de problemas imprevistos, por exemplo, vimos que os associados da Justa Trama envolvidos com a situação consultam rapidamente uns aos outros, por meio de mensagens eletrônicas e de contatos telefônicos (menos frequentes devido ao alto custo).

Por fim, frisamos que tanto a sede, o estoque como parte da confecção final da rede situam-se no prédio da Univens, o que acaba por exigir das cooperadas deste elo uma dedicação maior à gestão da Justa Trama. Este trabalho, não remunerado, é realizado em meio à produção, como dissemos³². Embora o grupo trate de redistribuir frequentemente estas responsabilidades para evitar sobrecarregar as mesmas pessoas, nota-se uma concentração maior de tarefas administrativas nas cooperadas da Univens que compõem a direção da rede.

Sobre o grupo de associados e os elos que compõem a rede

Apresentar a Justa Trama de modo objetivo é assumir uma tarefa difícil, sob os riscos de praticar demasiada generalização ou perder-se em meio às tantas especificidades. Em um primeiro momento, trata-se do encontro emblemático de trabalhadoras (es) organizadas (os) em contextos específicos e distantes, orientadas (os) por ações políticas comuns, basicamente: a resistência aos ditames de uma economia capitalista, que as excluiu do mercado de trabalho ou tendia a fazê-lo, e a construção de uma alternativa de trabalho justa e democrática.

Trabalhadoras e trabalhadores, de cada grupo, experimentaram o desalento de um trabalho precário, instável e penoso, seja na falta de recursos para enfrentar a seca do sertão, nas horas vergadas sobre a máquina de costura como trabalhadoras autônomas ou no desemprego com a falência da fábrica capitalista, que confiscara economias e direitos trabalhistas.

É fato também que os grupos que hoje formam a Justa Trama nasceram da necessidade imperativa de reunir *esforços políticos* para sobreviver economicamente, riqueza fundamental em movimentos de resistência. Em geral, seus quadros contam com lideranças formadas nas arenas dos movimentos sociais dos anos 80 e 90 do século passado, com destaque para o meio sindical e as pastorais da Igreja Católica (Cruz, 2010; Lacerda & Veronese, 2011).

³² A não-separação entre as esferas da gestão e da produção é característica marcante da organização da Univens, desde sua fundação. Foi, aliás, um dos fatores identificados na pesquisa anterior para explicar a intensa atividade política cotidiana do grupo (Andrada, 2009a).

A organização política em rede destes coletivos já é, de um lado, evidência da sobrevivência destes grupos de base, conquistada por anos de lutas locais, e de outro, do desenvolvimento, inclusive institucional, da Economia Solidária brasileira. Sublinhe-se que os primeiros encontros entre representantes destes grupos ocorreram nas reuniões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), no início da década atual. Do processo histórico de constituição do grupo da rede trataremos posteriormente, junto aos relatos dos associados.

*

A maioria dos associados da Justa Trama é formada por mulheres, acima de 40 anos, com baixa escolaridade; pessoas que, em princípio, enfrentariam maiores dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho. Segundo apurado por Cruz (2010), a distribuição étnica da região de cada elo está perfeitamente representada nos quadros dos associados, embora não pareça haver, segundo ele, uma agenda política sobre o assunto.

As principais lideranças políticas do grupo também são mulheres. O protagonismo feminino na rede, aliás, é fenômeno que saltou aos olhos de praticamente todos os estudiosos que nela se debruçaram (Estevan, 2006, Lima, 2006, Metello, 2007, Cruz, 2010, Lacerda & Veronese, 2011, Turcato, 2011; Gomes, 2011). Não foi possível nos dedicar em profundidade à sua análise nesta pesquisa. Mas é razoável afirmar, com base em outros estudos, que o trabalho autogestionário brinda uma cara potencialidade, em particular, às mulheres. Permite-lhes, em tese, empreender, com notável autonomia política, conciliações importantes entre as demandas das esferas da família, da vida comunitária e do trabalho, como observamos junto às trabalhadoras da Univens (Andrada, 2009a), e como atestam Lacerda e Veronese (2011), no trecho a seguir:

Não há, em nosso entendimento, como afirmar que a economia solidária como um todo se organiza de forma a libertar a mulher de sua condição de inferiorização, sob o jugo da ideologia patriarcal; mas esse desdobramento existe, como potencialidade, como desejo e como construção, nas práticas das trabalhadoras e trabalhadores da Justa Trama. Parece existir a produção de um novo equilíbrio entre o espaço doméstico e o espaço da produção. (p. 13)

Passamos a apresentar dados objetivos sobre cada elo que compõe a cadeia. Outras informações virão aos poucos, no decorrer do texto, em meio aos relatos das viagens e das entrevistas realizadas. Porém, por tomarmos como objeto as relações entre trabalho e política *no plano da rede* (e não de seus elos por separado), não pudemos nos dedicar às suas variadas e ricas especificidades locais (regionais, culturais, organizativas etc).³³

³³ Maiores informações a respeito de cada empreendimento e contexto, como condições geográficas, históricas e culturais, podem ser encontradas em estudos como os de Cruz (2010), Gomes (2011) e Turcato (2011).

1. ADEC – Tauá e região (CE)

O algodão agroecológico, de cores cru, marrom e mesclado, utilizado na produção de roupas da Justa Trama, é plantado no sertão do Ceará, por agricultores familiares adeptos à agroecologia e associados à ADEC – Associação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá. A Associação é membro-fundador da Justa Trama:

Porque pra produzir assim... [...] não é mais você produzir de qualquer maneira. Tem um conjunto de critérios que tem que ser seguidos, desde o preparo do solo. Você tem que ter a consciência... É uma mudança de vida, é fazer outra coisa totalmente diferente. Pra você ver, até a maneira de tratar o solo, até a maneira de você ver as coisas. [...] É outra coisa. – Rogaciano (Adec), em entrevista.



Fotos 3 e 4. Sede da Adec, em março de 2010, e agricultor associado, durante colheita do algodão.

A Adec foi fundada em 1986 por um grupo de mulheres dedicadas ao artesanato, como meio de complementar a renda familiar. Em 1993, diante das dificuldades de comercializar seus produtos, a Associação volta suas atividades para o fomento da agroecologia, a partir do plantio consorciado do algodão, ou seja, combinado a outros produtos como o milho, o gergelim e o feijão.

Atualmente a Adec congrega cerca de 170 associados, mas este número varia consideravelmente, ano a ano, de acordo com as condições de plantio do algodão, como veremos mais tarde. A sede da Associação situa-se no município de Tauá, no semi-árido cearense, mas a atuação do grupo se dá em outros municípios da região, como Quixadá, Choró, Massapé, Canindé, Sobral, Forquilha, Santana do Acaraú e Parambu. O processo de cultivo é desenvolvido sem o uso de agrotóxicos sintéticos, utilizando técnicas naturais de controle de pragas, como o extrato de nim e a urina de vaca. Após a colheita, a associação é responsável pelo beneficiamento, certificação e enfiamento do algodão.

³⁴ As fotografias utilizadas aqui foram produzidas no campo da pesquisa, salvo exceções, devidamente indicadas.

³⁵ Recuperado em 05 de março de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

Conforme Gomes (2011), a opção pela agroecologia é resultado de um processo de resgate de práticas de manejo sustentáveis, utilizadas na região por séculos, antes da produção mecanizada e do uso de altas doses de adubos e venenos químicos. Segundo o pesquisador, “isto causou impacto ambiental e social na região, uma vez que os agricultores perderam a condição de donos da terra e a autonomia de plantar um algodão apropriado às condições geoclimáticas do semiárido, passando, por fim, a depender das sementes patenteadas pelo agronegócio.” (Gomes, 2011, p. 81)

Desde 1993, a Adec conta com o apoio estratégico do ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria³⁶, organização não-governamental que reúne especialistas em agroecologia, com grande atuação na resistência aos cultivos transgênicos.

2. COOPERTÊXTIL – Pará de Minas (MG)



Foto 5. Fachada principal da Coopertêxtil (2010). Foto 6: Fios do algodão agroecológico da Justa Trama.³⁷

O algodão colhido e beneficiado pelos agricultores segue para o município de Pará de Minas (MG), onde se localiza a Coopertêxtil (Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas), elo responsável pela produção dos fios e dos tecidos para a Justa Trama. Para fazê-lo, é preciso interromper a produção com a matéria-prima convencional e limpar as máquinas cuidadosamente, para não haver mescla entre o algodão agroecológico e o convencional.

A fábrica da antiga empresa capitalista (Companhia Fiação e Tecelagem de Pará de Minas) foi recuperada por seus trabalhadores, organizados em regime de autogestão, após concordata e duro processo judicial. Em 2000, a cooperativa obtém autonomia jurídica. Atualmente conta com 251 cooperadas (os), cuja maioria é feminina. A Coopertêxtil conseguiu comprar todo o maquinário, bastante automatizado, mas ainda enfrenta desafios:

³⁶ Para saber mais, acessar www.esplar.org.br

³⁷ Recuperadas em 05 de março de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

Boa conversa com Zé Ribeiro sobre a Coopertêxtil - História comovente, de luta e resistência, que pude gravar apenas na memória. Em seu auge, a antiga empresa capitalista chegou a ter 900 funcionários, com bons salários, participação nos lucros etc. A segunda geração de dirigentes teria ‘posto tudo a perder’. Em meio a violações de direitos dos trabalhadores, a empresa entrou em grave e irreversível crise. [...] Comento com ele o quão importante fora reunir votos de confiança no processo de luta pela recuperação da fábrica: juiz, dirigentes do sindicato, promotora [...] O grupo alavancou a empresa rapidamente: 15 meses. Neste período conseguiram pagar as maiores dívidas, os passivos trabalhistas, reconquistaram fornecedores e clientes. Ele também contou, no entanto, que por meio de ação judicial, julgada em última instância, os antigos donos conseguiram recuperar a parte mais rentável da empresa, o acabamento. [Diário de Campo, Fortaleza, 06 e 07/08/2010]³⁸

A filiação à Justa Trama acontece em 2008, quando outras cooperativas industriais desligam-se da rede, por motivos diferentes (Cones e Textilcooper).

“O trabalho desenvolvido pela Coopertêxtil não é apenas fabril”, é o que diz num documento oficial da Justa Trama. Recentemente, o grupo de cooperados foi consultado por uma promotora sobre a possibilidade de acolher lá quinze apenados em regime semi-aberto:

José Ribeiro (Coopertêxtil) conta: *‘Curioso que fomos o primeiro lugar em que ela bateu. Dissemos que iríamos consultar o pessoal. Eles disseram: ‘claro, sem problemas.’ Então, depois que passar pela burocracia do Sistema Prisional, eles virão. Nós pensamos em reativar nossa oficina com o trabalho deles. E vamos ensinar as coisas, formá-los. Vai ser muito bom. Todos ficamos felizes com isso.’* Nelsa (Univens) comenta: *‘Como uma cooperativa, e mesmo a Central, mexem com o seu entorno, né?’* [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010].

3. COOPERATIVA AÇAÍ – Porto Velho (RO)

A Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia, a Açaí, localizada na região norte do país, reúne cerca de 23 artesãs e artesãos que trabalham a partir do beneficiamento de sementes amazônicas, desde a secagem até o tingimento natural, por meio de técnicas tradicionais.

Hoje a gente está em 23 cooperados porque a gente fez uma reestruturação. Era uma cooperativa de trabalho, transformamos numa cooperativa de produção e comercialização, porque é isso que nós fazemos, não é? – Dalvani (Açaí), em entrevista.

³⁸ Posteriormente, José Ribeiro falou mais sobre este processo: “A coopertêxtil veio de uma empresa falimentar. Embora os ex-empregados tenham assumido, perante o Ministério Público e do Trabalho, as responsabilidades legais sobre o passivo dela, até que isso se consolidasse, foi feito um contrato de arrendamento fabril. Ao final dele, os proprietários reivindicaram a área do acabamento. Essa decisão, de fragmentar a unidade fabril, acabou por comprometer o equilíbrio financeiro da cooperativa à época.” (Comunicação Pessoal, 16/02/2013).



Foto 7. Sede da Associação (2011)

Foto 8: A caminho da mata, com associados da Justa Trama³⁹

Fundada em 2001 como uma associação de artesãos, a Açaí integra a Justa Trama desde o lançamento da marca, em 2005, ano em que assume a forma jurídica cooperativa. É o empreendimento responsável pelos adereços das peças finais da rede, como botões e fechos de bolsas. A cooperativa produz também as chamadas *ecojoias*, além de outros artefatos artesanais a partir do beneficiamento de fibras e talhos da floresta.

Entre os empreendimentos que compõe a rede, é a cooperativa que mais impressiona pela diversidade. Reúne em seu seio artesãs e artesãos diversos, que trabalham a partir de técnicas distintas e em locais diferentes também – oficinas coletivas, ateliês individuais e até no interior de presídios da região. Ou seja, o grupo conta com homens e mulheres apenados, formados artesãos pela ação militante de cooperadas da Açaí. A cooperativa também tem uma relação próxima com comunidades ribeirinhas, dedicadas à coleta das sementes:

A gente tem cinco pólos, porque são coisas diferentes: temos os ribeirinhos que fazem a coleta, que são três comunidades [...] Aí temos os artesãos, que fazem o beneficiamento da semente. [...] Eles se tornaram multiplicadores que vão pra dentro do presídio. [...] Trinta no 'Urso Branco' e dez no outro presídio, trabalhando com o beneficiamento. Então eles vão ser multiplicadores de conhecimento lá dentro. Tem as meninas da biojóia; são entorno de sete mulheres. [...] a gente está trabalhando também com o pessoal da cestaria, que são três. São grupos familiares. É filiado um, mas tem outros que trabalham junto com eles.

Dalvani (Açaí), em entrevista.

Pergunto a Dalvani como surgiu esta iniciativa de aproximação com os grupos de apenados. A resposta não podia ser mais esclarecedora:

Surgiu de outro sonho. Porque... eu sou policial civil. Eu trabalho como policial há 27 anos. Trabalho como comissária da delegacia da mulher, já trabalhei também em outras áreas, de rua mesmo. [...] A gente sente, como policial, que você 'trabalha pra bandido'. Assim, tu prende o cara e joga dentro de um presídio. Às vezes o cara não é bandido, ele só errou. Mas ele entra no presídio e sai bandido. Entendeu? E não há nada que... que possa transformar a

³⁹ Recuperadas em 05 de março de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

vida dessas pessoas [...] Ta, tu tem um bom salário, tudo. Mas, quer dizer... Não é esse o nosso papel. Não é esse o papel que a gente queria fazer. - Dalvani (Açaí), em entrevista.

4. FIO NOBRE – Itajaí (SC)

A Fio Nobre (Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí) é uma cooperativa de artesanato e costura que conta com cerca de vinte cooperados. É um dos empreendimentos fundadores da Justa Trama. Produz roupas artesanais em tear, tricô e tecido, como vestidos, blusas, camisetas e variados adereços. Desde o início, teve uma participação de destaque na proposição e organização do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), importante centro regional do movimento, em termos políticos e econômicos.

A Cooperativa Fio Nobre surgiu da fusão de uma microempresa autogerida, a *Fio Nobre*, existente desde 1986, e um pequeno grupo informal de costura e artesanato, o *PAS - Produção Alternativa Solidária*. A cooperativa foi formalizada em 2007, em meio às ações de viabilidade legal à Justa Trama. Segundo Cruz (2010):

as lideranças da Fio Nobre original e do PAS, assim como as lideranças da Univens e da Adec, eram vinculadas às experiências sociais e comunitárias das pastorais da Igreja Católica. Seu ingresso na Justa Trama, em 2004, foi o resultado da aproximação entre suas lideranças, por meio dos contratos construídos nos encontros e plenárias do FBES. [Fórum Brasileiro de Economia Solidária] (p. 355).



Fotos 9 e 10. Cooperadas da Fio Nobre⁴⁰

A Fio Nobre nasce num processo histórico de 20 anos, 30 anos, quando nós, um grupo de jovens, viemos da Bruscor. [empresa autogerida] [...] Não existia nada, na época, de Economia Solidária. Mas nós militávamos, íamos pra rua, batíamos panela, fazíamos greve [...] . Essa foi exatamente a base nossa. Passamos a discutir que a gente queria criar um grupo que pudesse gerar renda e que nos permitisse militar. - Idalina (Fio Nobre), em entrevista.

⁴⁰ Disponíveis em <http://www.fionobresc.com.br/galeria.php>, acessado em 05/03/2012.

5. UNIVENS – Porto Alegre (RS)

Tu não sabe como eu fico feliz ao ouvir que o que temos ali é algo especial. É um clima muito bom. As pessoas que vão nos visitar dizem que nós trabalhamos com alegria, e é verdade. - Nelsa [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]



Foto 11. Sede da Cooperativa Univens e da Central Justa Trama.⁴¹

Fundada em 1996, em Porto Alegre, a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens) conta com 28 trabalhadoras dedicadas à confecção de roupas em série, em malha e tecido, como camisetas e calças, além de outros produtos, como bolsas e uniformes. O prédio da Univens também abriga a sede e o estoque da Central Justa Trama, localizados em uma sala própria para ela, contígua ao hall de entrada.

A cooperativa atua intensamente nos espaços políticos da cidade e na vida comunitária da Vila Nossa Sra. Aparecida, bairro da periferia norte da cidade, onde todas as trabalhadoras residem, por princípio estatutário (Andrada, 2009a). Estas ações ganham materialidade em diversos espaços da Vila, organizados a partir da ação militante das cooperadas, como o Ponto de Cultura e Saúde *Geração Livre* e a Creche Cooperativa *Nova Geração*. A creche, fundada em 2006, com o apoio da Aldeia SOS e Acsur/Conosud (instituição espanhola), é mantida com recursos da prefeitura e da comunidade, atende cerca de oitenta crianças, filhos de cooperadas e de famílias de baixa renda do bairro.



Foto 12. Cooperadas da Univens do corte e da costura.⁴²

⁴¹ Recuperado em 05 de março de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

Em pesquisa de mestrado, baseada na experiência da Univens, concluímos que o berço simbólico da cooperativa foi o fórum local do Orçamento Participativo. Ali, as fundadoras da cooperativa se conheceram e compartilharam importantes ações políticas, que transformaram as feições e as condições de vida do bairro. Esta experiência política não apenas precedeu como orientou a experiência de trabalho do grupo, em regime de autogestão, que se tornou uma importante referência no universo da Economia Solidária (Andrada, 2009a), como aponta Gomes (2011):

A Univens, dentro deste aspecto, pode ser considerada, do ponto de vista do cooperativismo, uma referência de viabilidade econômica aliada à manutenção dos princípios da economia solidária. Pois, percebe-se que existe entre seus filiados uma constante preocupação com o econômico, com a melhoria da remuneração de seus cooperantes, com o bem-estar da comunidade, porém, apesar disso ser fundamental para a Rede e membros, as lideranças da Univens não descuidam dos aspectos políticos que envolvem a articulação e a visibilidade nacional e internacional da Rede. (pp.90-91)

Segundo Patrícia, responsável por apresentar a Univens aos demais elos *‘a produção mensal é bem estável, de 12 a 14 mil peças, principalmente camisetas, uniformes, e sacolas para eventos [...] a parte administrativa é feita junto da produção, e a renda varia de acordo ela’*. Para Nelsa, alguns fatores podem ajudar a compreender a estabilidade da Univens - próspera e incomum: o fato de todos os trabalhadores serem moradores do mesmo bairro; a ativa participação em diversos espaços políticos (o que ajuda na divulgação da cooperativa); a carteira vasta e antiga de clientes. Segundo Patrícia: *‘A gente sempre faz de tudo, desde o começo.’* Já há algum tempo, o grupo conta com sede própria, fundo para férias remuneradas, entre outras conquistas. E é preciso dizer: o projeto da Justa Trama, entre outros, nasceu ali, no cotidiano de trabalho e de política deste grupo. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Em uma das últimas incursões da pesquisa, colhemos as seguintes notícias sobre a cooperativa:

‘A produção está à milhão’, diz Patrícia. Elas estão pensando em ações de formação para o ingresso de novas costureiras: *‘estamos precisando de mais gente’*. Falam também do desejo de terem tempo e condições de fazerem outro tipo de atividade em nome da saúde e de uma melhor *‘qualidade de vida’*. Entre as idéias, organizar ciclos de oficinas e até uma escola de costura. [Diário de Campo, Porto Alegre, 23/03/2012]

⁴² Recuperado em 05 de março de 2012 de <http://www.justatrama.com.br>

6. Inovarte – Porto Alegre (RS)

A *Inovação através da Arte* (Inovarte) surgiu em 2011. Trata-se de um pequeno grupo autogestionário, sediado na capital gaúcha, que desenvolve produtos artesanais e de costura a partir dos retalhos dos tecidos do algodão agroecológico, entre outras atividades artísticas. As artesãs também atuam como educadoras populares e formadoras em Economia Solidária.



Foto 13. Artesãs da Inovarte⁴³

7. APOMS – Assentamento Itamarati (Ponta Porã-MS)

A Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS) foi criada em 2002, integrando-se à Justa Trama no fim de 2011. Organizada em nove núcleos regionais, congrega cerca de 200 agricultores familiares do Assentamento Itamarati, um dos maiores do país, fruto da ação de movimentos de luta pela reforma agrária. Atualmente sete famílias associadas produzem algodão naturalmente colorido (verde e rubi) para a Justa Trama.



Foto 14. Algodão orgânico cultivado pela APOMS⁴⁴

⁴³ Disponível em <http://www.justatrama.com.br/menu/inovarte>, acessado em 20/01/2013.

⁴⁴ Disponível em <http://www.justatrama.com.br/menu/apoms>, acessado em 20/01/2013.

II. Os meios no centro: o método e o trabalho de campo

1. Psicologia Social e método etnográfico: nortes semelhantes

Esquece-se, porém, de que frequentemente os meios transformam o fim; que todo fim tem implícitos os seus próprios meios. Se se quer realizar um fim com meios que lhe são heterogêneos não se consegue nunca fazê-los.

Agnes Heller

Eu sugiro que já demos à psicologia tempo suficiente de romper com suas raízes e vimos que não é capaz de abrir mão de sua ontologia liberal e individual. Precisamos de uma psicologia social capaz de respeitar as capacidades coletivas expressas em saberes, práticas e ações organizativas, com a disposição e a competência de entrar na luta para as utopias, capaz de compreender as redes solidárias, a autogestão e a solidariedade. Está na hora de acharmos o nosso próprio caminho. (Spink, 2008b. pp. 90-91)

Este texto destina-se a discutir a escolha do referencial teórico-metodológico da pesquisa e suas relações com nosso objeto e lugar de partida – a Psicologia Social⁴⁵. Também procura descrever, adiante, as etapas do trabalho de campo e seus principais desafios, revelando critérios e princípios que nortearam seu desenvolvimento.

*

Uma vez definidos o tema e o objeto da pesquisa, dirigi-me à Antropologia para estudar mais detidamente o método etnográfico, que já havia significado um marco importante em pesquisas anteriores (Andrada, 2006; Andrada 2009a)⁴⁶. Justamente por apoiar-se na observação e na vivência prolongada “da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece” (Sato & Souza, 2001, p. 30), o enfoque etnográfico vem guiando cada vez mais estudos nas Ciências Sociais, a partir da década de 70 do século passado, alargando o campo talhado pelos paradigmas metodológicos tradicionais que ainda orientam, por exemplo, a maior parte das pesquisas na psicologia experimental e na sociologia quantitativa (Rockwell, 1986; Barbosa & Souza, 2009).

Primeiro e literalmente, saí do Instituto de Psicologia para cursar uma disciplina de Antropologia Urbana. O eco do ali vivido - leituras, debates, seminários – foi tamanho que por vezes, e de início, cheguei a *estranhar* meu território (a Psicologia Social) e a sentir-me *em casa* em solo estrangeiro (a Antropologia).

⁴⁵ O texto que integra este capítulo vem sendo trabalhado desde o início do curso, tendo sempre, como pano de fundo, a pesquisa. Para escrevê-lo, contamos com os aportes de duas disciplinas cursadas na pós-graduação: *A dimensão cultural das práticas urbanas*, ministrada pelo Prof. Dr. José Guilherme Magnani (FFLCH-USP) e *O trabalho de campo na pesquisa qualitativa em Psicologia*, ministrada pelas Prof^{as}. Dras. Leny Sato e Marilene Proença (IP-USP), em 2009 e 2010, respectivamente. Uma de suas primeiras versões foi publicada como artigo na revista *Ponto Urbe*, do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Andrada, 2010).

⁴⁶ As pesquisas mencionadas também contaram com a orientação da Prof^a Leny Sato (IP-USP), que há tempo estuda a abordagem etnográfica em interface com a Psicologia Social do Trabalho (Sato & Souza, 2001).

Mais tarde, no entanto, cresceu a necessidade de retornar e de encontrar, nas linhas do texto psicossocial, as pontes que nos levam ao encontro com aqueles aspectos que mais fascínio exerceram nas terras antropológicas. Neste ímpeto, foi reconfortante ler os textos de Mary Jane Spink (2007) e Peter Spink (2008a) que recuperam, na memória da Psicologia Social, nossas experiências autóctones de *observação no cotidiano*.

Antes, cabe apontar o que reconhecemos como insumos valiosos da Antropologia e que justificaram a hospitalidade experimentada no contato com os *vizinhos de disciplina*. A possibilidade larga e espontânea, conferida pela Antropologia, de apreciar a diferença *tal - qual*, de não lhe imputar exigências de enquadre em algo que não lhe é próprio, exerceu grande encanto. Decerto, trata-se de um aporte clássico desta área às demais Ciências Sociais, incluindo a Psicologia. Se há no interior da Antropologia pluralidade e dissensos, também se localiza ali em geral um convite ao encontro com a diferença sem extraí-la de seu sítio original e sem violentá-la com questões alheias a ela, que a dilaceram, porque não lhe cabem.

Entre outras coisas, aprendemos com os colegas antropólogos que uma realidade é cultural porque foi construída e que, portanto, guarda em seu solo as nascentes de seus sentidos, feitos e refeitos por seus habitantes nas lides uns com os outros e com este solo ao longo dos tempos. Para alcançar estes sentidos, eles também ensinam, é preciso praticar uma reserva – um retiro que nos coloque em algum ponto entre o nosso lugar e o do outro – e ali permanecer, suspenso entre duas culturas (DaMatta citado por Magnani, 2009). Permanecer ali o tempo que pede a experiência, mas também retornar ao nosso ponto de partida e estabelecer os diálogos entre “o lá e o cá” – entre o *experience-near* e o *experience-distant* de Geertz (1999). Isto sim, com o cuidado de não exigir, de um lado ou de outro, aquilo que não pode ou não se propôs fazer. Recordo agora uma cena vivida logo no começo do campo da pesquisa atual, que fala deste fenômeno. Ou melhor, remete a esta situação de retiro e de permanência, já que o retorno ainda tardaria a acontecer:

Em meio à nossa animada conversa, uma associada se aproxima da roda e me pergunta: ‘*E aí, o que tu achou da reunião?! Conseguiu pegar o que tu queria?*’ Estava com um sorriso no rosto. Aquilo me pegou de surpresa. Demorei a entender que ela estava falando da pesquisa. Tive que me colocar a pensar nisso e percebi uma dificuldade. Disse que estava impressionada com o que eles já conquistaram e principalmente com o modo com que faziam as discussões. Naquele momento não estava preocupada com ‘as minhas coisas’, mas em acompanhá-los, em conhecê-los. Pensei depois que não tinha como imaginar viver o que vivi naquela tarde. Se antes supunha ‘coisas’, pareciam distantes agora. [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]

Com efeito, esta era uma preocupação metodológica que em grande parte justifica a eleição do método etnográfico: queria evitar dirigir-me aos trabalhadores e trabalhadoras da

Justa Trama portando questões postizas a eles, em nome da pesquisa⁴⁷. De modo simples, gostaria que a experiência da pesquisa pudesse permitir um encontro respeitoso entre diferentes, que afinal somos, e que ela pudesse ensejar a construção de um sentido compartilhado.

Na pesquisa anterior, realizada com as costureiras da Univens, notamos que esta abertura, propiciada pelo método etnográfico, permitiu o alargamento das possibilidades do vivido de modo a contemplar nossas idiossincrasias e interesses, inclusive, as demandas que trazia como pesquisadora. Amiúde surgiam questões como “*o que me permitiu chegar a esta compreensão?*” ou “*porque tive tanta dificuldade em determinada situação?*” E a resposta mais freqüente era “*o método ou o modo como conduzimos os trabalhos*”. Neste sentido, os métodos da pesquisa, ou ainda, o modo como os encaramos e os significamos - como escolhas que tensionam micro-decisões em campo em face do vivido - foram ganhando centralidade.

Certamente não se tratou de um processo fácil ou fluido. Foi preciso diminuir o passo, retroceder, parar e reconversar os termos da pesquisa repetidas vezes. Negociações, contratos, mal-entendidos, não-entendidos – tudo isso foi conjugado no plural, o que, aliás, é próprio do método etnográfico e da observação participante, principalmente no início dos trabalhos (Becker, 1999; Sato & Souza, 2001). Também é preciso dizer que esta interação em campo não se deveu apenas ao método adotado, mas a uma característica intrínseca da situação pesquisada: a exigência de autonomia política do grupo de cooperadas. Como veremos, mais que personagem, foi protagonista do enredo da pesquisa (Andrada, 2009a). No entanto, se tivéssemos nos dirigido a elas com uma prancheta de questionários debaixo do braço, o desfecho da pesquisa teria sido outro, provavelmente mais opaco.

Sabe-se também que o método etnográfico caracteriza-se por ser mais exigente com o pesquisador (Sato & Souza, 2001). Ele certamente demorará mais em campo, quando comparado a outros métodos e técnicas. Sentir-se-á perdido, deslocado, muitas vezes, lançado ao inusitado e diverso da vida cotidiana do lugar – e pior, de início, sem nada saber sobre seus códigos e léxicos – desconhecendo até mesmo as portas de entrada e de saída. Não à toa, questões corriqueiras ganham enorme importância nos primeiros dias em campo: o que comer ou vestir, onde guardar os pertences (DaMatta, 1978; Sato & Souza, 2001). Como observa Roberto DaMatta (1978),

⁴⁷ Outro aspecto que sustenta a escolha do enfoque etnográfico é sua adequação ao objeto da pesquisa, ou seja, à experiência cotidiana da autogestão. Trata-se de algo fundamental; conforme Ecléa Bosi, “no tocante às técnicas de pesquisa, estas devem ser adequadas ao objeto: é a lei de ouro. Não conheço outra” (Bosi, 2003. p. 55).

a oscilação do pêndulo da existência para tais questões – onde vou dormir, comer, viver – não é nada agradável. Especialmente quando nosso treinamento tende a ser excessivamente verbal e teórico, ou quando somos socializados numa cultura que ensina sistematicamente o conformismo, esse filho da autoridade com a generalidade, a lei e a regra. (p. 24)

De fato, também terá que se desfazer de qualquer resquício de autoridade – não importa quem o pesquisador seja, que títulos porte, chegará em terra estrangeira sem nome, sobrenome ou apostos, a não ser o de forasteiro. E se vir a alcançar algum reconhecimento ali, certamente teve que ser construído na relação com as pessoas do lugar, que nada ou pouco sabem dele de antemão, e que, na melhor das hipóteses, tiveram com ele de início uma complacência humano-genérica, como bem aponta Cláudia Fonseca (1999)

Nesta situação, o pesquisador, um intruso mais ou menos tolerado no grupo, não nutre mais a ilusão de estar ‘em controle da situação’. É justamente aqui, quando seu mal-estar, sua incompetência nas linguagens locais o obriga a reconhecer dinâmicas sociais que não domina bem, que o antropólogo sente que está chegando a algum lugar. [...] Quando nossos ‘nativos’ começam finalmente a sentir-se em casa na nossa presença, zombam de nós ou até nos ignoram, aí passamos além dos diálogos ‘para inglês ver’. Ninguém nega que somos parte da realidade que pesquisamos. (p. 65)

O lugar de partida – a Psicologia Social⁴⁸

Nosso lugar de partida – Psicologia Social – inevitavelmente configura, ainda que parcialmente, o que dizemos ou fazemos, ou passo atrás, como pensamos. Para apresentá-lo de modo breve, servimo-nos de um texto de Arackcy Martins Rodrigues (1978), tão tocante quanto preciso:

Se, por certos períodos, tendi para uma explicação intra-subjetiva do homem, se em outros, o peso da percepção das determinações sociais me levou praticamente a abdicar da Psicologia, como ocorreu com inúmeros estudiosos de Psicologia Social, procurei aqui um equilíbrio na busca de uma explicação interativa entre o homem e os processos sociais historicamente dados. Sei que enveredo por um caminho perigoso: tenho consciência do risco que representa, hoje, ‘desenterrar’ **a ponte indivíduo-sociedade [o ‘hífen’, como ela dizia]** que, por um acordo tácito, foi deixada de lado pelos cientistas sociais nas últimas décadas. Sei ainda que ocupo um **lugar de fronteira**, reivindicado por várias disciplinas. **Região vulnerável, alvo fácil para os estudiosos que ocupam espaços mais centrais** nas áreas de Psicologia, Psicanálise, Sociologia e Antropologia. (p. 15) [grifos e comentários nossos]

José Moura Gonçalves Filho (1998) também recorre à noção de fronteira para situar o enfoque psicossocial:

Esta disciplina de fronteira, a Psicologia Social, caracteriza-se não pela consideração do indivíduo, pela focalização da subjetividade no homem separado, mas pela exigência de encontrar o homem na cidade, o homem no meio dos homens, a subjetividade como aparição

⁴⁸ Como fizemos anteriormente (Andrada, 2010), esta seção apresenta a Psicologia Social a partir de uma leitura específica, que joga luz sobre a tensão identitária que a orienta – os elos entre *pessoa e mundo* ou *indivíduo e sociedade*. Como nas demais áreas do conhecimento, também há aqui muito dissenso (Farr, 1998; Lane, 1994). Por ora, afirmamos que é deste lugar que partimos neste trabalho.

singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências. [...] Os temas da Psicologia Social, justamente, incidem sobre problemas intermediários, difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade (p. 11).

A título de ilustração da proximidade entre pressupostos as vertentes da Psicologia Social e da Antropologia aqui discutidas, transcrevemos uma definição do método etnográfico a partir de uma reconhecida antropóloga. Em artigo destinado a discutir as aproximações problemáticas de outras áreas com este enfoque, Cláudia Fonseca (1999) assim o define: “o método etnográfico é visto como o encontro tenso entre o individualismo metodológico (que tende para a sacralização do indivíduo) e a perspectiva sociológica (que tende para a reificação do social).” (p. 59)

Pontos de contato entre a psicologia social e o método etnográfico

Embora não seja a intenção aqui, devemos reconhecer as diferenças existentes entre estas disciplinas, que são vizinhas, mas não se confundem. É preciso distinguir as especificidades entre os enfoques psicossocial e etnográfico, e os limites da aproximação entre eles, sem incorrer, no entanto, em posturas patrimonialistas que cerceiem a circulação e a construção de saberes.

De fato, entre áreas fronteiriças há mais intercâmbio e há também a necessidade periódica de re-demarcar as linhas que configuram os territórios e que lhes confere identidade. Boa parte dos problemas identificados por estudiosos na aproximação desses campos advém de riscos inerentes a toda prática interdisciplinar. Um deles, por exemplo, é o uso instrumental do método etnográfico em pesquisas psicológicas sem o cuidado de situar os sujeitos envolvidos em seus contextos histórico e social, como bem apontou Fonseca (1999):

Resumimos o problema assim. Por causa do valor central do indivíduo em nossa sociedade [...] existe entre nossos estudantes uma forte tendência a isolar o indivíduo de seu grupo social. A ‘pesquisa de campo’ se reduz a entrevistas quase terapêuticas entre apenas duas pessoas. Existem ramos científicos (da psicologia e das ciências cognitivas) que fornecem orientações para a análise de tal situação. [...] Mas no clima iconoclasta atual – essas abordagens são rejeitadas por boa parte dos antigos adeptos em prol de algo mais ‘aberto’: o método etnográfico. O problema é que **a etnografia não é tão aberta assim, pois faz parte das ciências sociais e exige o enquadramento social (político e histórico) do comportamento humano** (p. 62). [grifos nossos]

A exigência atribuída à etnografia por Fonseca (1999), qual seja, ler o comportamento humano segundo os marcos de seus contextos político e histórico, também é premissa basal da Psicologia Social, materializada nas linhas de inúmeros textos e nos modos de fazer de seus agentes. Como exemplos, apontamos obras de psicólogas sociais brasileiras, já clássicas,

como as de Arakcy Martins Rodrigues (1978) e Sylvia Leser de Mello (1988). Adiante tomaremos contato com outras expressões deste fenômeno, na discussão de pontos de contato entre as disciplinas. Mas sabidamente há *psicologias e psicologias sociais*, como sinaliza Farr (1998). E nesta pluralidade não é difícil encontrar *psicologismos* - reducionismos que tomam o indivíduo como um fenômeno desgarrado de seu contexto, história e condição.

*

Como fizemos em trabalho anterior (Andrada, 2010), discutiremos alguns *pontos de contato* entre a Psicologia Social e o método etnográfico como apoios para justificar a adoção das direções metodológicas da pesquisa. Cabe dizer, pontos de contato que têm amparo na própria história do desenvolvimento destas áreas, que há muito dialogam e que, como apontamos, guardam diferenças (Barbosa & Souza, 2009). Enfocaremos estes pontos de convergência por meio do exame de dois aspectos: a) o deslocamento que ambos os enfoques teórico-metodológicos exigem na direção do *outro*; b) a consideração de pesquisa como “processo de convivência entre pessoas” (Sato & Souza, 2001; Spink, 2008a).

a. Deslocamentos para o encontro com o *outro*: semelhanças e inspirações

Evocaremos outras referências da Psicologia Social para nos auxiliar a tecer relações com o método etnográfico. As obras de Sylvia Leser de Mello (1988) e Ecléa Bosi (1994; 2003), por exemplo, também convidam a assumir uma peculiar *reorientação de corpo e espírito* na direção do *outro*, no ato de pesquisar. Esta exigência emerge da própria natureza de nosso objeto e de um compromisso ético com o quê pretendemos ter como fruto das práticas de pesquisa:

aponta a circunstância de nos vermos pessoalmente expostos ao fenômeno que se vai pensar. Indica a situação do cidadão e pesquisador que se deslocou para bem perto daqueles sobre quem o fenômeno cai ostensivamente, **deslocou-se em corpo e alma para bem perto daqueles em quem o fenômeno pega por dentro**. Esta imersão no campo do fenômeno como uma condição mesma para a mais objetiva revelação do fenômeno, **este convite à participação, devemos aos antropólogos contemporâneos** (Gonçalves-Filho, 2003, p. 194). [grifos nossos]

Este trecho nos remete à obra de José Guilherme Magnani, que desde a Antropologia Urbana, aponta para a necessidade de um olhar ‘de perto e de dentro’, quando orientados pelo método etnográfico, em detrimento a enfoques ‘de longe e de fora’ (Magnani, 2002)⁴⁹.

⁴⁹ Magnani (2002) também aponta a necessidade posterior de ‘afastar a lupa’ para alcançar um ponto de vista mais alargado e complementar a perspectiva do estudo empreendido. Deste ‘jogo de lentes’ falaremos adiante.

Desde a Psicologia Social, Ecléa Bosi (2003) resgata de Jacques Löew a noção de *comunidade de destino*. Para ela, trata-se de uma condição necessária para alcançar a compreensão plena de uma certa condição humana: “[...] significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.” (Bosi, 1994, p. 38). Para Gonçalves-Filho (2003), *Comunidade de destino* “[...] pede muitos deslocamentos e pede sempre. Pede deslocamentos que dão em deslocamentos que culminam numa alteração de ponto de vista: uma alteração do ponto no mundo desde o qual nossa visão vai se abrir” (p. 196-197). Mas uma ressalva faz-se necessária: não se trata de aderir às opiniões do *outro*, mas de “alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões” e desse “lugar compartilhado”, compor com ele (Gonçalves-Filho, 2003).

Sylvia Leser de Mello (1988), que estudou as condições de vida de mulheres de um bairro periférico de São Paulo, recebeu um comentário original de Paulo Freire (que apresenta seu livro), sobre a beleza de seu *método* de trabalho – aliás, marca pessoal:

A boniteza de seu livro, porém, não está apenas no seu jeito gostoso de escrever [...] está igualmente na lealdade com a qual você lida com o discurso delas. Está em como você vai permitindo que o leitor acompanhe a sua coragem de ser simples e humilde nascendo, sendo partejada nas reuniões com as mulheres, nas suas idas e vindas à favela; na sua viagem a Minas [...] com rigor mas sem rigorismos. [...] Saber ouvir, respeitar o espaço do discurso do outro, da outra, é virtude ou qualidade nem sempre cultivada por nós. [...] Paulo Freire, abril de 1987. (Mello, 1988. p. 07)

A própria Prof^a. Sylvia Leser de Mello lamentou recentemente o fato de que “a maioria dos trabalhos acumula textos sobre textos, mostra que o pesquisador leu muito, mas não abriu seus olhos, não abriu os ouvidos, não saboreou ou tocou com as mãos aquilo sobre o que escreve.” Antes disso, ela dizia que “as palavras da ciência parecem duras e sem vida” quando comparadas à riqueza do que as pessoas nos falam diretamente em campo. Mas para acessá-las, é preciso estar em boa condição de escuta, escuta que só é possível alcançar sem pressa, a partir dos deslocamentos materiais e simbólicos dos quais falamos anteriormente. Ela nos diz: “ouvir com inteligência e também com afeto”.⁵⁰

Como se vê, não se trata de um método científico propriamente. Refiro-me, apoiada nestes autores, a certa postura psicossocial que também se inspira em práticas centrais da Antropologia e de seu método etnográfico. Significa, de algum modo, um giro de corpo e de alma na direção do *outro*, reconhecendo os imperativos da diferença e da distância, portanto, mas expondo-se inteiramente a ter com ele uma experiência largamente significativa,

⁵⁰ Comunicação Pessoal (17 de junho de 2005), por ocasião da defesa de dissertação de mestrado (Andrada, 2005). Também compõe texto de sua autoria presente no livro resultado desta pesquisa (Andrada, 2009a).

transformadora também para o pesquisador, capaz de engendrar novas compreensões sobre o que se quer conhecer. Retornemos à obra de Magnani (2002):

a antropologia não se define por um objeto determinado: mais do que uma disciplina voltada para o estudo dos povos primitivos, ela é, como afirma Merleau-Ponty, ‘a maneira de pensar quando o objeto é o ‘outro’ e que exige nossa própria transformação’. (p. 16).

Voltemos às referências já citadas da Psicologia Social. Cada um a seu modo, e a partir de temas específicos, inspira não só ao deslocamento para perto das pessoas e dos fenômenos que desejamos conhecer, mas para demorada permanência junto deles, tanto quanto a experiência exigir. Retornemos a Gonçalves-Filho (2003), referido em Merleau-Ponty:

Os etnólogos, como nos disse Merleau-Ponty, conceberam a pesquisa como um trabalho que não é somente mental. Mediante longa residência em território indígena, conceberam a experiência etnológica como uma incessante prova de nós mesmos pelo outro e do outro por nós mesmos. Aprenderam a ver o que é nosso como se fôssemos estrangeiros, aprenderam a ver o que é estrangeiro como se fosse nosso. Aprenderam a deixar-se ensinar por uma outra cultura. Morando e demorando em aldeia Bororo ou Suruí, numa aldeia Yanomami ou num acampamento Guaiáqui, foram trazidos para uma nova posição do conhecimento. A posição de quem, por assim dizer, é devolvido a uma região selvagem de si mesmo, a região nunca perfeitamente abraçada por nossa própria cultura e por onde nos comunicamos com outras culturas (p. 195)

Ao retornar a Geertz (1999), colhemos alertas importantes: “não é necessário ser um deles [nativo] para conhecer um”, ou ainda, “ver as coisas do ponto de vista dos nativos” é algo “menos misterioso que se colocar embaixo da pele do outro” (p. 88). É inevitável e de certo modo imprescindível, viver uma atitude de *estranhamento e/ou exterioridade*, como ensina Magnani (2002; 2009). De alguma forma, conforme Ecléa Bosi, “somos, em geral, prisioneiros de nossas representações, mas somos também desafiados a transpor esse limite acompanhando o ritmo da pesquisa” (Bosi, 2003, p. 61).

Outro aspecto no tocante à experiência de estranhamento do *outro* é o modo como o tomam o olhar antropológico, de cunho etnográfico, e a Psicologia Social. Clifford Geertz (1978), por exemplo, passa em revisão o cenário antropológico do seu tempo e propõe um novo enfoque para a área, uma teoria interpretativa da cultura amparada fundamentalmente na etnografia. Em suas bases, encontra-se uma noção de cultura, essencialmente semiótica, como podemos notar abaixo, que converge com os interesses da Psicologia Social, aquela que se ocupa de compreender o *outro* em sua condição, e não em inseri-lo em estruturas pré-estabelecidas, etnocêntricas ou normativas:

O homem é um animal amarrado a teias que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias; e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (Geertz, 1978. p. 15)

Elsie Rockwell (1986) também trata deste olhar antropológico a partir de uma revisão das tensões entre esta área e a sociologia, tarefa também abraçada por Delamont (2005). Neste exame, a autora aponta a necessidade de resguardar os fenômenos estudados de leituras que enquadram o *outro*, a diferença, em categorias como anormalidade ou desvio, eximindo-se da tarefa de conservar suas complexidades e ordens locais:

A etnografia proporcionou uma volta a observação da interação social em situações ‘naturais’, um acesso a fenômenos não-documentados e difíceis de serem incorporados às exigências do levantamento e do laboratório. Os antropólogos exprimiam um empenho em contextualizar e conservar a complexidade dos processos sociais, bem como uma tendência para encontrar ordem onde outras disciplinas só viam anormalidade e desvio, e uma sensibilidade para com a linguagem e as concepções dos sujeitos estudados (Rockwell, 1986, p.38).

Uma noção interessante a ser retomada aqui é a de *atenção*, essa modalidade de percepção dedicada ao outro, sem destituir-se de si – o que seria impossível - mas com abertura perceptiva o suficiente para deixar vir o espanto, a comoção, a angústia, o desalento e outros estados de afeto que uma experiência nova pode disparar (Fravret-Saada, 2005); tudo isso antes que se interponham as já cristalizadas representações presentes na consciência do pesquisador, fruto de outros tempos e paragens, de outras vivências no (seu) mundo.

Diversos antropólogos como Peirano (1995) também fazem alusão a uma modalidade de atenção, “uma atenção viva” que, acompanhada de uma presença continuada em campo, pode conduzir às tais “sacadas” na pesquisa etnográfica. Ecléa Bosi (2003) recorre a Walter Benjamin e Simone Weil para trabalhar esta noção dentro da Psicologia Social:

O que seria atenção para Simone Weil? ‘O método para compreender os fenômenos seria não tentar interpretá-los mas olhá-los até que jorre a luz. Em geral, método de exercer a inteligência que consiste em olhar [...] A condição é que a atenção seja um olhar e não um apego’. Trata-se nessa inteligência voltada para o bem de uma percepção nova (p. 210).

Adiante, ela complementa a apresentação sobre a *atenção*, como algo que “[...] traz consigo uma liberdade para o objeto, como se ela cortasse as peias que nos prendem a nós mesmos” (Bosi, 2003. p. 210).

Ainda que trate deste fenômeno por ângulos sutilmente distintos, antropológicos, Magnani também alude a influência da cultura de origem do pesquisador e “dos esquemas conceituais de que está armado” (2002, p. 16). No entanto, chama a atenção para a impossibilidade de descarte deste aparato simbólico e, antes disso, enuncia que é justamente essa *copresença*, “[...] a atenção em ambas é que acaba provocando a ambigüidade, a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada” (Magnani, 2002. p. 16).

Considerando estes aportes, e em companhia de outros autores de ambas as áreas (Psicologia Social e Antropologia), relembramos que tão fundamental como se deslocar na direção do outro e ali demorar, é empreender o caminho de volta ao campo referencial do pesquisador, em busca de formulações mais gerais que a experiência vivida em campo. Nas palavras de Fonseca (1999): “Descentrando o foco da pesquisa dele para o outro, ele realiza *le detour par le voyage* – e só assim, completando o processo com a volta para casa, alcança a reflexividade almejada.” (p. 65). Trata-se do chamado pressuposto da totalidade, que exige ver a experiência de campo em “múltiplos planos e escalas” (Magnani, 2009):

uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. (Magnani, 2009, p. 138)

Este “jogo de lentes” (perto e longe) já tão descrito por notáveis antropólogos (Geertz, 1999; Peirano, 1995), também é tema de debate na Psicologia Social. Leny Sato e Marilene Proença de Souza (2001) consideram que “[...] o local e o particular são espaços possíveis para desenvolver o trabalho empírico, no qual processos mais gerais podem ser descritos e compreendidos, bem como conceitos e teorias podem ser construídos” (p. 31).

b. Pesquisa como “processo de convivência entre pessoas”⁵¹

Focalizando o *trabalho de campo* propriamente, retomamos outro *ponto de contato* interessante entre a Psicologia Social e o método etnográfico (Andrada, 2010). Refiro-me ao tema das relações em campo entre pesquisador e “pesquisados” e aos processos de negociação e constantes revisões protagonizados pelas pessoas envolvidas em toda prática de pesquisa. Muito já se escreveu sobre o tema no cerne da Antropologia, como também no interior da Psicologia Social. Ouçamos Leny Sato e Marilene Proença de Souza a esse respeito:

Ao optarmos por uma abordagem etnográfica, optamos por nos inserir num local com pretensões de pesquisa, onde somos os pesquisadores e as pessoas do local o ‘objeto’ a ser pesquisado. Porém, esse é um ponto de vista nosso, pois há outros – o das pessoas do local – para os quais nós também nos constituímos em objeto de pesquisa e isso tem implicações para o ‘estar no campo’ e para a condução a ser adotada nessa relação entre pessoas (Sato & Souza, 2001, p. 35).

Considerar que no cotidiano de toda relação interpessoal ocorre certa prática de pesquisa também é uma questão importante na medida em que revela que a relação entre pesquisador e as pessoas da realidade pesquisada é menos assimétrica do que de princípio

⁵¹Sato & Souza, 2001.

parece, como referem Sato & Souza (2001): “[...] essa assimetria no relacionamento deixa de ser motivo de surpresa quando vemos a pesquisa de campo como um processo de convivência entre pessoas” (p. 36).

Ao postular o cotidiano como “tudo o que temos”, Peter Spink (2008a) também recupera “a noção da Psicologia Social como prática social, de conversa e de debate, de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários” (p. 70), sempre situados em lugares ou ‘micro-lugares’. Neste mesmo texto, Peter Spink (2008a) também trata da pesquisa psicossocial como um processo de convivência entre pessoas:

No cotidiano, pessoas que se encontram pela primeira vez normalmente buscam se conhecer, incluindo aqui os psicólogos sociais quando não estão se esforçando para serem psicólogos sociais. Buscam, em outras palavras, chegar mais perto, conhecer o outro e trocar figurinhas para ter uma visão mais objetiva um do outro, conhecer seus pontos de vista e de onde falam; ou seja, uma objetividade construída intersubjetivamente (Habermas, 1984). O problema portanto não é com a objetividade em si, mas em como é entendida. (p. 72)

Elsie Rockwell (1987) argumenta no mesmo sentido e sustenta que devido a este aspecto interativo de toda pesquisa, no caso, etnográfica, não há como dispor de normas rígidas acerca do ‘proceder’ em campo, na medida em que depende também do outro lado da relação:

Lo que de hecho se hace en el campo depende del objeto que se construye; depende de la interacción que se busca con la realidad; depende, en parte, de lo que ponen los otros sujetos con quienes se interactúa. La interacción etnográfica, en el campo, por ser social, en cierta medida está fuera de nuestro control. (p. 07)

Para Sato & Souza (2001), não são apenas as técnicas e rigores metodológicos que assegurarão a qualidade da pesquisa, mas também a própria qualidade das relações estabelecidas entre o pesquisador e as pessoas da situação pesquisada. Ecléa Bosi (2003) aponta para a mesma direção dizendo-nos que as relações em questão não devem ser tomadas como efêmeras, já que envolvem certa responsabilidade com o outro, e que ambos “participarão de uma aventura comum” (p. 61). Nesta mesma passagem de sua obra, a autora refere-se novamente ao trabalho dos *etnólogos*:

Para emprendermos tal aventura, útil é nos munirmos como os etnólogos de um diário de campo, onde iremos registrando dúvidas e dificuldades. Nossas falhas, longe de serem um entrave, irão, se compreendidas, aplainar o caminho dos estudiosos que nos agradecerão por tê-las apontado (Bosi, 2003. p. 61).

Apontar e analisar falhas e dificuldades ocasionadas pelas experiências em campo, nas relações com os sujeitos da situação pesquisada, nos parece relevante por se tratar de fatos vividos e construídos no contexto daquilo que se quer conhecer, e que portanto, podem ter muito a dizer sobre nosso ‘objeto’ (Chataway, 2001; Delamont, 2005). Como dissemos, nas

experiências de campo desta pesquisa e de outras, anteriores, tivemos que nos dedicar muito à compreensão das dificuldades surgidas nos primeiros contatos. Tais situações foram narradas e analisadas em um primeiro momento, e de modo intensivo, no Diário de Campo. Este recurso acabou revelando-se muito valioso para conferir uma primeira organização àquelas vivências, uma organização à guisa de narrativa que precisava ser fiel ao ocorrido e também permitir a compreensão de um leitor externo à situação, interessado nos frutos da investigação.

Como vimos, a negociação entre pesquisador e comunidade pesquisada sempre se dá, mais ou menos revelada ou legitimada, durante todo o desenvolvimento da pesquisa, embora seja mais intenso em seu início (Sato & Souza, 2001). Mas quando assumida como algo próprio de toda relação social, permite a condução deste processo de modo mais fluido e, inclusive, como sugere Chataway (2001), permite uma maior participação das pessoas da situação pesquisada que, de certa forma, podem ser consideradas co-autoras da investigação.

Por fim, como já destacamos, não há no método etnográfico protocolos rígidos, capazes de dirigir as palavras e as atitudes do pesquisador em campo – o que, aliás, podem acabar por determinar e padronizar também os ‘resultados’. Mas é precisamente aí, nesta aparente ‘liberdade anárquica’, que reside um dos maiores desafios (ou armadilhas) do método etnográfico. Justamente por isso, por essa exigência peculiar que o próprio método etnográfico guarda, que é sumamente importante que o pesquisador esteja atento a si mesmo, “[...] uma vez que é a sua relação com as pessoas do local e dele com as teorias e hipóteses que gerarão os achados. Ou seja, é preciso que continuamente estejamos nos perguntando: o quê estamos fazendo?” (Sato & Souza, 2001. p. 40).

Finalizamos em companhia de Geertz (1978), para quem a pesquisa etnográfica, como experiência pessoal, consiste basicamente em situar-nos - “negócio enervante que é só bem-sucedido parcialmente” (p.33). A citação abaixo, aliás, nos remeteu diretamente a Peter Spink (2008a), que desde a Psicologia Social propõe reposicionar o pesquisador como um *conversador no cotidiano*: “um entre muitos membros competentes de uma comunidade moral que busca argüir e agir para melhorias, tal como fazem as outras” (p. 70):

O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles, o que é muito mais difícil, e não apenas com estranhos, do que se reconhece habitualmente (Geertz, 1978, pp.23-24).

2. Os trabalhos, as viagens e os múltiplos deslocamentos

Nesta etapa, ou antes, nesta dimensão da pesquisa, eu não me encontro mais dialogando com índios de papel ou com diagramas simétricos, mas com pessoas. [...] Estou, assim, submerso em um mundo que se situava, e depois da pesquisa volta a se situar, entre a realidade e o livro. [...] É vivenciando esta fase que me dou conta (não sem susto) que estou entre dois fogos: a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro. (DaMatta, 1978, p. 25)

No projeto da pesquisa lia-se a seguinte proposição que, do ponto de vista objetivo, levamos adiante: “estudo de caso baseado em ampla experiência etnográfica, composto por três etapas: a) primeiros contatos com os trabalhadores(as) para a apresentação da proposta; b) visitas de campo aos empreendimentos integrantes da rede de cooperativas, localizados em 5 (cinco) estados do país; e c) retorno a alguns deles para realização de entrevistas semi-estruturadas prolongadas com trabalhadores(as) escolhidos a partir das visitas realizadas”.

Mas se não eram *índios de papel*, parecia ainda um diagrama - desenho feito à mão livre, intenção traçada no silêncio da escrivadinha. Faltava sair, colocar os pés nas estradas, nos aviões e ônibus que me conduziriam até os trabalhadores deste grande coletivo que se esparrama por quatro das cinco regiões do país. E ao encontrá-los, aí sim, dar início a uma aventura comum, como diz Ecléa Bosi (2003), porque este grupo, que pulsa autogestão, seria certamente co-autor - não do projeto, senão da experiência da pesquisa.

A seguir, apresentamos um quadro-síntese das principais atividades realizadas: onze incursões (três internacionais) e seis entrevistas, experiências de intenso convívio com trabalhadoras e trabalhadores da rede, em cerca de 2 (dois) anos e meio de campo da pesquisa⁵².

⁵² Para a realização das viagens contei com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (IP-USP) que custeou parte das despesas por intermédio do PROAP – CAPES (Programa de Apoio à Pós-Graduação). Em geral, alojei-me com o grupo, em hospedagens solidárias (casas de cooperados ou de militantes da Economia Solidária) ou de baixo custo. Por isso, as maiores despesas referiram-se ao transporte.

Data e duração	Localidade	Objetivos da viagem
1ª) mar. 2010 4 dias	Tauá e região (CE)	Conhecer o elo local da Central – a Adec, responsável pelo plantio e beneficiamento do algodão agroecológico. Encontros com associados na sede (diretoria e assessores técnicos) e visitas a produtores de algodão. <i>* Realização de duas entrevistas (uma individual e outra em grupo).</i>
2ª) ago. 2010 4 dias	Fortaleza (CE)	Acompanhar a Reunião Geral da Cadeia e a participação de seus representantes em atividade do Setorial da Confecção da UNISOL. Na reunião da rede, todos os elos estavam representados. Atividade anual importante – tem caráter de avaliação e de planejamento.
3ª) out. 2010 2 dias	Porto Alegre (RS)	Acompanhar uma atividade de formação da rede, em sua sede, sobre o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e rever, ainda que brevemente, o elo local, a Cooperativa Univens.
4ª) nov. 2010 3 dias	Pará de Minas (MG)	Conhecer o elo local (Coopertêxtil) e, em especial, acompanhar uma atividade política interna da rede. Representantes da direção (de outros elos) fizeram uma visita para atualizar os contatos com o grupo.
5ª) fev. 2011 2 dias	Montevideo (Uruguay)	Acompanhar uma atividade política externa, com participação da Justa Trama, que reuniu atores da Economia Solidária dos dois países, com o objetivo de dar início à constituição de uma cadeia binacional a partir da reciclagem do plástico PET, para fabricação de fios e tecidos.
6ª) mar. 2011 3 dias	Porto Velho (RO)	Conhecer o elo local (Cooperativa Açai) e acompanhar a Assembléia Geral Ordinária da Justa Trama.
7ª) out. 2011 3 dias	Porto Alegre (RS)	Acompanhar uma atividade nacional da Justa Trama e realizar entrevistas semi-estruturadas prolongadas. <i>* Realização de duas entrevistas (individuais).</i>
8ª) nov. 2011 7 dias	Barcelona e Badalona (Catalunha/ Espanha)	Acompanhar outra atividade de política externa da rede, sua participação na <i>III Semana do Comércio Justo e Solidário de Badalona</i> , na Espanha. Os representantes da Justa Trama, e de outras redes solidárias latino-americanas, presentes no evento, estabeleceram contatos com instituições de fomento à Economia Solidária locais e participaram de mesas-redondas, palestras e aulas para públicos diversos - escolas públicas de ensino médio, universidades, centros técnicos, associações de bairro, grupos de mulheres... <i>* Realização de uma entrevista (individual).</i>
9ª) mar. 2012 02 dias	Porto Alegre (RS)	Acompanhar outra Reunião Nacional da Central, com representação de todos os elos e fazer reuniões devolutivas com parte das pessoas entrevistadas. A entrevista prevista para ocorrer nesta viagem, deu-se em outra incursão, com esta finalidade específica, dois meses mais tarde.
10ª) jul. 2012 02 dias	Itajaí (SC)	Conhecer o elo local da rede, a Fio Nobre, bem como o Centro Público de Economia Solidária (CEPESI), organizado a partir da participação de cooperadas do empreendimento nos fóruns locais da Economia Solidária.
11ª) nov. 2012 02 dias	Montevideo (Uruguay)	Acompanhar atividade de intercâmbio entre representantes da rede Justa Trama e de uma rede autogerida local, com vistas a estabelecer práticas de intercooperação.

Tabela 1: Quadro-síntese das principais incursões de campo da pesquisa

Cada incursão requereu vários trabalhos prévios e posteriores à sua realização. Uma série de contatos, leituras e levantamentos, particulares a cada localidade e grupo visitado, era uma exigência para que as experiências de campo se desenvolvessem bem e para começar o processo de deslocamento antes mesmo da partida.

Ao retornar era necessário desenrolar os fios do vivido ali, com seus sentidos e saberes autóctones, próprios daqueles lugares e pessoas: reler os registros feitos em pequenas cadernetas⁵³ e transpô-los em versão revista e ampliada ao diário de campo. Em seguida, havia que sistematizá-los em pré-categorias e por fim categorias, a partir de repetidas leituras. Este processo (escrita, leitura, re-escrita e re-leituras) foi um meio que encontramos de ‘decantar o vivido’ com o grupo, extraíndo e relendo de seus registros o que nos pareceu mais significativo em relação aos objetivos da pesquisa. Trabalho essencialmente coletivo, fez recordar os apontamentos de Peter Spink (2003), sobre ciência como uma modalidade de narrativa:

Muito daquilo que chamamos de Ciência, especialmente a Ciência Social e a Psicologia Social, é a re-textualização do outro; o re-narrar do já narrado. O re-narrar acadêmico é um narrar de maneira escrita do narrar oral, da conversa, da visita, do material, da materialidade, dos achados e perdidos. A linguagem acadêmica não tem direito a priori de dominar as demais formas de expressão, porque não há um saber ou um conhecimento que engloba os demais. [...] Os saberes são processos sociais e coletivos e a pesquisa em Psicologia Social também é um processo social e coletivo. (p. 38)

Em suma, deste modo buscávamos traçar ou evidenciar, entre uma viagem e outra, as próximas direções a seguir com a pesquisa, a partir da interpretação do vivido com o grupo. *Seguir os fios de sentidos* deixados pela viagem anterior ao dirigir-se novamente a campo foi uma imagem que aos poucos ganhou nitidez durante a pesquisa⁵⁴.

⁵³ Questão aparentemente corriqueira, a escolha por pequenas cadernetas para os registros de campo revelou-se importante. Era preciso um instrumento que permitisse registros rápidos, em lugares diversos e inusitados (no interior de ônibus e vans, no balcão de um bar ou sobre o colo, sentada na calçada). Diferente de outras pesquisas, em que nada anotávamos em campo (apenas na chegada ao alojamento), no caso desta seria estranho e incauto não fazê-lo. Estranho já que todos os presentes numa reunião da rede faziam também suas anotações; e incauto porque nem sempre era possível o registro pormenorizado do ocorrido em horas da madrugada, já que compartilhava alojamento e/ou havia outro dia pela frente logo cedo. Por essas razões, era necessário fazer uso dos breves hiatos (momentos em trânsito, à espera do banho ou do jantar, por exemplo) para fazer rápidos registros que serviriam como ‘ganchos para a memória’ dias mais tarde. Em vez de um computador (pesado para carregar num dia de visitas a agricultores ou de caminhada por uma fábrica e pouco prático para ligar, desligar e guardar), nada melhor que as velhas cadernetas – pequenas o suficiente para caber num bolso da roupa ou da mochila. Ao todo utilizamos seis delas. Sobre o tema, sugerimos interessante artigo de Magnani (1997): “O (velho e bom) caderno de campo”.

⁵⁴ Sobre os resultados brutos da pesquisa: cada dia de incursão resultou em média em oito páginas de relato no Diário. As seis entrevistas realizadas (cinco individuais, uma coletiva) somaram cerca de nove horas de gravação.

Sobre conversas e entrevistas

D. Arlete, cooperada da Açaí, folheia o livro (fruto da outra pesquisa) e observa: *‘Aqui tem muitos depoimentos. São falas delas, é?’* Digo que foi uma opção [...] *‘Sabe, Cris, eu queria contar uma história’* [...] *‘Eu era cabeleireira e fiquei doente. Daí fui pra Minas Gerais e passei muita dificuldade. Lá eu tive um sonho: minha mãe, já falecida, me ensinava a fazer uma boneca [artesanalmente]. Fiz cinco bonecas até chegar naquela do sonho. E hoje estou aqui. Esse anel, olha, fui eu que fiz.’* Fico tocada com a história e com a beleza do anel: *‘É lindo... Um lindo trabalho de ourives!’*, digo. Ela diz: *‘Hoje sou artesã e ourives.’* [...] A reunião recomeça e somos obrigadas a interromper nossa conversa: *‘Sabe, eu queria muito contar essa história.’* [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]

A passagem acima, vivida com D. Arlete (Açaí), nos remeteu à boneca contadora de histórias, dos *pueblos* do Novo México, resgatada por Peter Spink (2003):

Nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que contamos. Os contadores e contadoras de histórias nos contam sobre valores, sobre heróis, heroínas, sobre o passado e sobre o presente, para que possamos vir a ser as histórias que são contadas. Seguramos seus aventais, sentamos no chão a seus pés e nos localizamos e posicionamos nas tramas que aí se desenrolam.(p. 22)

A menção à boneca contadora de histórias é utilizada pelo autor para problematizar o sentido tradicional de *campo* - como *um lugar* onde o pesquisador vai fazer os seus estudos - e para propor uma compreensão mais alargada, a noção de *campo-tema* (Spink, 2003; 2008a), que nos parece bastante apropriada para esta pesquisa, conforme veremos:

Se o campo não é um lugar específico, delineado, separado e distante, segue que estamos sempre potencialmente em múltiplos campos. **Podemos variar em relação à nossa centralidade no campo**, mas matrizes do campo estão sempre presentes; **sempre temos acesso – pelo menos de maneira subordinada e tática** (Certeau, 1994) – **a uma parte das conversas e ações que o produzem e o reproduzem.** (Spink, 2003. p. 28) [grifos nossos]

*

De fato, em meio aos trabalhos da pesquisa cresceu a necessidade de conversar com os associados mais detidamente sobre seu tema, ressalte-se, nos contextos da experiência etnográfica – multissituada, como veremos - e a partir do vivido nela. Ou seja, essas conversas, as entrevistas, vieram como apoio, para esclarecer dúvidas e levantar questões que não haviam sido suficientemente esclarecidas até então. Em especial, queríamos resgatar aspectos históricos, ouvir os trabalhadores sobre os primeiros encontros, as primeiras ações em rede – questões que comparecem no cotidiano do grupo mais como *fundo* que como *figura*.

Mais que entrevistas, convém chamá-las de *conversas gravadas*. Em alguns casos, as entrevistas representaram a continuidade e o aprofundamento de reflexões que vinha tendo com determinada pessoa, em meio às atividades do grupo. Outras vezes, a proposta de uma

interlocução mais reservada, com uma organização prévia de temas a seguir (ainda que não-rígida), expandiu um canal até então tímido de comunicação, permitindo ter com algumas pessoas um contato mais acurado e duradouro. Porém, também nestes casos servimo-nos do anteriormente vivido com estas pessoas e, reciprocamente, as vivências posteriores às entrevistas beneficiaram-se do contato mais detido, de modo que a separação entre estas conversas e as demais experiências de campo não nos parece muito adequada.

Como aponta Spink (2003), todas as conversas e eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, mais ou menos centrais ao *campo-tema*. Neste sentido, as conversas têm também sua materialidade, que é sempre social:

Alguns até podem acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. Entretanto, esses lugares não são contextos; os blocos de anotações, os gravadores, os ônibus, a padaria, a universidade, os jornais, o rádio, os documentos, os achados e artefatos são, como materialidades, também parte das conversas. (Spink, 2003, p. 29)

A escolha das pessoas com quem conversaríamos em entrevistas seguiu critérios de representatividade, para tentar garantir a escuta de trabalhadores de vários elos, de sócio-fundadores e também daqueles mais recentes; de integrantes da direção da rede, mas não apenas eles⁵⁵. Mas naturalmente elegemos também pessoas com quem tivemos um contato mais significativo durante as incursões. Elaboramos um roteiro geral, enxuto e muito aberto, a partir dos objetivos da pesquisa e das observações já feitas. Preparamos também questões pensando em cada pessoa. Para isso partimos literalmente do Diário de Campo - selecionamos passagens que estivessem relacionadas com aspectos que gostaríamos de esclarecer e que, desta forma, viriam pautados por vivências compartilhadas entre nós.

Um fato notável nessas conversas foi poucas vezes precisar, com efeito, recorrer ao roteiro. De tanto que já havíamos convivido, os entrevistados sabiam exatamente o que eu queria conhecer. E sem exageros, por vezes pareciam dominar mais e melhor minhas questões e interesses. Em determinadas passagens, conduziram a conversa para situações e temas que, embora estivessem relacionados ao meu objeto, não faziam parte do roteiro, já que de antemão os desconhecia: “*você vai entender depois*”, disse-me Idalina, por exemplo. Os seguintes trechos são bons exemplos disto:

Comoveu a preocupação de Idalina com meu trabalho, diante da falta de tempo para entrevistá-la, como combinado. Dizia-lhe para não se preocupar, que iria a Itajaí com prazer, para isso também [...] Ao chegarmos tarde, na última noite aqui, sou surpreendida por ela, que me pediu para ser entrevistada naquele momento: ‘*Quero falar. Vai ser bom pra mim depois de toda esta semana, de tudo que conversamos.*’ Foi uma conversa ótima, com muita

⁵⁵ Perguntamos aos trabalhadores se gostariam de serem identificados neste texto e, em caso afirmativo, de que forma (nome próprio ou de pseudônimo, por exemplo). Todas as pessoas optaram por serem identificadas por seus nomes próprios.

confiança e proximidade. Depois de tanto convivermos, Idalina sabia exatamente o que eu queria saber. Em algumas situações penso que ela sabia melhor do que eu do que falar para tematizar aspectos importantes para a pesquisa: *‘você vai entender depois.’* [Diário de Campo, Badalona, 26/11/2011]

Eu não tinha essa clareza toda disso... Eu não tinha. E quando eu te disse assim: ‘Eu quero fazer a entrevista mesmo que seja tarde.’ Foi por isso. [...] Eu sabia que ia organizar os meus pensamentos – Idalina (Fio Nobre), em entrevista.

Ainda sobre as entrevistas, vale mencionar os processos de revisão e de edição conjunta, que procuramos fazer com os entrevistados, sempre que possível. Já no convite para a atividade, propusemos a entrega ou o envio de uma cópia impressa e encadernada da conversa transcrita (o que foi feito). Mas principalmente expressamos a vontade de rever e de editar, com cada pessoa, o texto final da entrevista, a partir de suas leituras e impressões, algo que já havíamos feito em trabalhos anteriores (Andrada, 2009b). Este processo ocorreu em alguns casos mais que outros, e decerto foi muito significativo para os resultados da pesquisa, em termos objetivos e subjetivos. Memória marcante desta etapa foi receber, em mãos, as revisões e sugestões de edição dos agricultores de Tauá, presentes na roda-de-conversa, gravada em 2010. Após lerem todo o material, zelosamente registraram e entregaram suas contribuições, depois de acertarmos o processo por e-mail⁵⁶.

Os primeiros contatos: pequena amostra de uma característica típica da rede

As incursões da pesquisa começaram em março de 2010, com a viagem ao sertão cearense, onde se localiza a associação de agricultores de algodão agroecológico. Porém, os primeiros contatos com o grupo começaram meses antes.

Foram muitos telefonemas e mensagens até estabelecer contato com todos os trabalhadores e apresentar a proposta da pesquisa para que pudessem avaliá-la. Há um aspecto curioso a respeito deste processo, a princípio, trivial. A espera pela resposta de todos os elos da Central revelou-se uma pequena amostra de uma característica intrínseca à rede: o manejo constante com as distâncias geográficas e culturais e a atenção permanente aos meios e ao fluxo da comunicação entre os elos. Algumas respostas tardaram a chegar. Após algumas experiências com o grupo, pude saber que certos elos têm dificuldade de acesso à Internet e pouca familiaridade com o uso do computador. Já nos primeiros contatos com a Justa Trama,

⁵⁶ Importante dizer que este mesmo processo ocorreu na revisão do próprio texto da tese. Já havíamos acordado enviá-lo para os trabalhadores, de modo que pudessem fazer as devidas revisões e sugestões. Após vinte dias, aproximadamente, começamos a receber mensagens, de associados de diversos elos, com importantes reflexões e sugestões que, na medida do possível, procuramos incorporar ao texto.

sem querer, experimentei um pouco de uma dificuldade que eles vivem cotidianamente: a comunicação entre os elos é inconstante. Porém, não se trata de disparar conclusões apressadas. Dalvani, artesã da Cooperativa Açaí, de Porto Velho, é quem adverte: “*Estamos isolados mas unidos. Entendeu?!*” (em entrevista).

As viagens de campo: múltiplos deslocamentos e encontros inusitados

Enduro de moto no sertão cearense; canja quente e banho frio no retiro das Irmãs Josefinas de Fortaleza; a van até Quixadá, e a parada para as cajuínas comunitárias. Em Pará de Minas, aula sobre moda no sindicato, pamonha paulista e cordeiro uruguaio, mas a hospitalidade era mineira, e das melhores. Ficamos num bonito sítio de familiares de um dos cooperados, com direito a suflê de piranha e provas de cachaça da terra. Um quarto para duas pessoas serviu a oito em Porto Velho, contando comigo: “*é só separar as camas [dessas ‘box’] e deitar duas em cada!*”, resolveu uma das associadas. No banho improvisado, a calça da trilha na mata virou toalha. A beleza da Amazônia desconserta e a pesquisadora desavisada leva como *souvenir* uma queimadura de cipó-fogo. Uma pequena marca entre as tantas deixadas por viagens de campo tão ricas quanto diversas, como os elos da Justa Trama.

A intenção do parágrafo acima foi fotográfica. Diante da tarefa de apresentar as viagens de campo e da impossibilidade de descrever em pormenores a riqueza e a amplitude das diferenças entre elas buscamos, acima e abaixo, um modo de condensá-las por meio de retratos textuais⁵⁷. Com isso quisemos fazer também como Roberto DaMatta (1978) e trazer à luz “um outro lado” da pesquisa de campo:

os aspectos que aparecem nas anedotas e nas reuniões de antropologia [ou da psicologia social], nos coquetéis e nos momentos menos formais. Nas estórias que elaboram de modo tragicômico um mal-entendido entre o pesquisador e o seu melhor informante, de como foi duro chegar até a aldeia, das diarreias, das dificuldades de conseguir comida e – muito mais importante – de como foi difícil conseguir comer naquela aldeia do Brasil Central. Esses são os chamados aspectos românticos da disciplina, quando o pesquisador se vê obrigado a atuar como médico, cozinheiro, contador de histórias, mediador entre índios e funcionários da FUNAI, viajante solitário e até palhaço, lançando mão destes vários e insuspeitados papéis para poder bem realizar as rotinas que infalivelmente aprendeu na escola graduada. (pp.26-27) [comentário nosso].

⁵⁷ A diversidade de textos e contextos que compõe a Justa Trama, experimentada nas incursões da pesquisa, nos fez recorrer ainda ao uso de fotografias, em meio ao texto da tese, como um recurso frente ao desafio de apresentá-la. Em artigo destinado a discutir múltiplos usos da fotografia em estudos de Psicologia Social do Trabalho, Leny Sato (2009b) trata da pesquisa como processo de construção de visibilidades. Neste enquadre, fornece elementos que permitem valorizar “[...] formas de alcançar a aproximação com fenômenos que passam pelo não-dito: o contato, a convivência e a observação” (p. 218).

É possível que a leitura destes relatos cause estranhamento pelo tom coloquial e por expor aspectos subjetivos das relações vividas em campo. Se não acreditamos em neutralidade em qualquer ação humana, quando se trata de pesquisa, entendemos como um dever, revelar os meios de proceder e as concepções político-filosóficas que nos guiaram em campo porque, de certo modo, são eles que sustentam e orientam a interpretação das práticas e dos resultados do estudo empreendido (Heller, 2008; Becker, 1999). Spink (2003), brinda argumentos importantes, no mesmo sentido, no trecho a seguir:

Lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e pedaços (muitos pedaços); um confronto de saberes, uma negociação de sentidos numa busca de ampliar possibilidades de transformar práticas. Só o mal-avisado pode pensar que isso é uma atividade neutra. [...] Transformar o agir do outro em ‘dados’ é desqualificar sua presença e reduzi-lo, como Garfinkel (1967) argumentou, ao status de ‘idiota cultural’, ou pior, ao status de uma mercadoria onde a mais-valia acadêmica rouba-lhe a sua competência na construção diária da desigualdade. (p. 37)

Retornando à companhia de DaMatta (1978):

não há dúvida de que todo o anedotário referente às pesquisas de campo é um modo muito pouco imaginativo de depositar num lado obscuro do ofício os seus pontos talvez mais importantes e mais significativos. É uma maneira e- quem sabe? – um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo, temor este que é tanto maior quanto mais voltado está o etnólogo para uma idealização do rigor nas disciplinas sociais. Numa palavra, é um modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente, é o medo de sentir o que a Dra. Jean Carter Lave denominou, com rara felicidade, de *anthropological blues*. (p. 27)

A viagem a Montevideo com integrantes da rede teve um significado especial; estendeu e aproximou ainda mais os sentidos de *campo* e de *tema* da pesquisa, como tão bem discute Spink (2008a). Estavam ali para propor algo novo e muito ousado: uma cadeia binacional a partir da reciclagem do plástico PET, também autogerida, como veremos. Era presenciar o fenômeno-foco da pesquisa longe dos espaços do grupo e nas ruas da minha cidade. Ali a nativa era a pesquisadora. Com enorme satisfação (e algum assombro) me vi apresentando a cidade, os códigos e os ritos do lugar aos visitantes. O grupo conferiu-me a credencial de ‘tradutora oficial’. E, junto dos representantes da Justa Trama nesta missão, conheci conterrâneos com os quais compartilhamos algo mais que a nacionalidade: a aposta no caráter transformador da Economia Solidária. Estivemos em ministérios, entre secretários de Estado de ambos os países, mas recordarei mais os recicladores da cooperativa *Ahora se puede* e os operários que lutam para recuperar o direito ao trabalho na *Cooperativa Maragata*. Numa antiga lousa disposta na grande planta industrial alguém havia escrito: “*hoy podemos dar más que ayer, por nuestros hijos.*” E em meio às enormes dificuldades e à militância

teimosa daquelas pessoas, vimos ressoar os ecos dos sonhos dos associados da Justa Trama. Agora podiam ser sentidos dos dois lados da fronteira.

Outra viagem de campo nos levou a terras mais distantes: Espanha, ou melhor, Catalunha. Estivemos ali uma semana, alojados na casa de um encantador casal de longa militância. Junto dele e de outros companheiros da Economia Solidária de lá, da Bolívia e da Nicarágua, palmilhamos os espaços públicos de trabalho, de educação e de luta da pequena Badalona e de sua vizinha Barcelona. Ao final, os dias pareceriam semanas e o mundo, menor. Não pela longa viagem, mas por reconhecer ali os mesmos fenômenos, os reflexos de uma mesma humanidade. A crise econômica aproximou o novo-sul do velho-norte que, hoje, vislumbram uma direção comum: quando a crise é econômica a saída só pode ser política - ‘*y desde abajo*’. Entre as memórias desta viagem, não podia faltar aquela noite fria quando, já cansadas, Idalina e eu nos perdemos num bairro operário, à saída do metrô. Depois de andar em círculos e de girar o mapa nas mãos por mais de meia-hora, avistamos uma placa: “*Plaza Karl Marx*”.

Por último, onde tudo começou: estive em Porto Alegre, na sede da Univens e da Justa Trama, pelo menos três vezes durante a pesquisa. Embora na primeira viagem reconhecesse os ares do estudo anterior, todas elas ganharam a perspectiva de estar ali na companhia dos associados da rede. Foi com eles que caminhamos pelas ruas da Vila, que tomamos os mates e que saboreamos os carreteiros e os churrascos que o grupo anfitrião ofertou. Se não estava propriamente no meu território, tampouco era estranha àquele lugar e àquelas pessoas. Anos antes havia andado com o grupo local no mesmo ‘diretão’ - o ônibus que une a vila ao centro. Também voltei à feira do livro, ao mercado público e sua loja de Economia Solidária, espaços tão apreciados por elas, que hoje ajudava a apresentar aos demais companheiros. Agora o grupo era não só maior como outro: às costureiras gaúchas, uniram-se os agricultores cearenses e mato-grossenses, as artesãs de longe (Porto Velho) e de perto (Porto Alegre), e os companheiros mineiros e catarinenses. Oito anos depois, o Brasil chegara mais perto da Vila Nossa Senhora Aparecida⁵⁸.

⁵⁸ A primeira visita à Univens merece ser resgatada por representar o istmo que une a pesquisa anterior à atual. Na cena descrita a seguir, comparecem o elo e a cadeia numa tensão cotidiana peculiar e também fotográfica. O relato serve também como amostra dos trabalhos de campo, objeto deste subcapítulo: “Decido ir à pé até a Univens, como nos velhos tempos, também por falta de opção. Começo a caminhada, mochila nas costas, e uma boa ventania me toma. Ventos da memória convocada, de fora para dentro, pelas ruas da vila. Pelo menos cinco anos se passaram desde a última vez em que fiz este caminho. Trilha marcada pela peleja com limites e exigências que, ao cabo, escolhi como pesquisadora: escolha do tema e da cooperativa, escolha longe de casa, escolha exigente, de encontros exigentes, com pessoas exigentes. Exigentes e tremendamente encantadoras. Tão encantadoras que me desafiaram a percorrer este e outros caminhos, mais difíceis, e que vão se revelando acertados aos poucos, em meio a incertezas [...] Chego à Univens e já encontro Isaurina e Edília no portão. Consertavam a caixa de correio. Entro sem o grande constrangimento da primeira vez, mas com algum recato.

Tantas viagens diferentes uma da outra guardam uma semelhança: se eu me deslocava para longe do meu território para estar com os associados da Justa Trama, eles faziam exatamente o mesmo. A cada viagem (exceto a primeira), outros integrantes da cadeia também haviam viajado para ali se reunirem - ao lado da minha mala estavam as deles. Também sentiam saudades de casa e curiosidades com o lugar. Além de compartilhar remédios ou pasta de dente, trocávamos impressões como viajantes que éramos. Era comum, portanto, o nativo de uma viagem ser o forasteiro em outra.

Outro fenômeno curioso atinente à pesquisa: por mais tempo que estivesse “em campo”, era comum chegar e perceber que conhecia apenas parte dos presentes. A outra parcela do grupo (em geral formada por membros locais) era absolutamente nova para mim. Este fato ocasionou algumas demandas excedentes: a necessidade de voltar a apresentar a cada incursão a mim e à pesquisa, e a incômoda sensação de estar sempre “entrando em campo”, mesmo após um ano ou mais de ter iniciado as viagens.

E assim, por essas razões, ora pensava que estávamos todos em campo; ou que alguns traziam o campo junto com eles; que tudo aquilo era um grande campo ou grandes campos, assim, no plural. O que quero destacar é a idéia de que *campo, pesquisadora e pesquisados pareciam fora de seus lugares tradicionais, em permanentes deslocamentos*. Essa impressão aderiu fortemente às reflexões destas experiências como algo muito significativo.

Avisto Nelsa. Caminha de um lado a outro do salão, com o telefone entre o ombro e a cabeça, revira anotações e entremeia falas assertivas com sorrisos soltos. Ao me ver é carinhosa, mas não perde o foco ou o ritmo. Vou ao encontro de Terezinha e de Helena que como de costume foram muito receptivas. [...] Subo ao mezanino e lá, numa extensão da costura, reencontro Patrícia, Preta, Gisa e conheço Alecsandra, Edi e Liane. Gisa me interpela: ‘Vamos ter outro livro?! Se tiver, eu quero estar nele!’. Conhecemo-nos no lançamento do tal livro, quando prepararam um delicioso ‘entrevero’, na cooperativa, com maridos e filhos, num domingo de chuvoso. [...] Todas são unânimes em dizer que ‘estão com muito serviço’. Deço e detenho-me na máquina de Isaurina, que já regressara. Comove estar ali novamente com ela, das companhias mais importantes na pesquisa anterior [...] Entre outros assuntos, comenta sobre um impasse atual da Univens. Ressente-se do pouco espaço para trabalhar. Notei mais máquinas, mais pessoas, mais rolos de tecidos e mais barulho também [...] Sempre discreta, aponta para uma máquina nova, uma bordadeira digital: ‘ela faz muito barulho, não tem condições.’ Conta que chegou só há três dias, já mudou de lugar e ainda gera conflitos. Algumas cooperadas sugeriram alocá-la na sala da Justa Trama, mas a idéia não foi bem-recebida por todas – há um zelo em separar as identidades do elo e da cadeia, que já bastante se confundem. Conta do sonho atual de comprar o terreno do lado para construir o prédio da Justa Trama e assim resolver dois problemas de uma só vez. Mas aquele impasse está colocado e exige cuidados imediatos. Em suas análises, Isaurina pondera muito, visita as razões dos lados envolvidos, analisa as circunstâncias geradoras da situação, mas também se posiciona com clareza, sem eximir-se de tecer propostas, em geral inclusivas e conciliadoras [...] comento com ela que chama minha atenção não o conflito (novas máquinas interferem nos processos produtivos e, em geral, exigem mudanças que inevitavelmente geram conflitos), mas a liberdade que elas dispõem para expressá-lo e debulhá-lo [Diário de Campo, Porto Alegre, 16/10/2010].

Sobre o rito de passagem: exigência e autonomia como signos políticos da autogestão

Os trechos do diário de campo que se seguem apresentam passagens importantes dos primeiros momentos em contato com o grupo, aquelas que aludem ao *processo de negociação* dos termos da pesquisa. Como discutiremos mais tarde, embora os contatos e atividades com o grupo tivessem começado meses antes, quando visitamos um dos elos, a negociação e o chamado ‘rito de passagem’ da pesquisa só se deram na primeira reunião geral da rede que presenciamos. Este fato, como veremos, nos pareceu sugestivo sobre onde e quando acontecem os fenômenos políticos do cotidiano da Justa Trama:

Ainda nos informes fiz uma breve e atrapalhada fala de apresentação. Logo vi que não era um bom momento. Estavam aflitos com o horário, avançado perante a grande pauta. Esta tentativa, porém, me fez atualizar minha posição ali: forasteira. Forasteira pois ainda sem um lugar legítimo (o que só o grupo poderia me outorgar). Apesar dos e-mails e dos telefonemas, apesar da amizade com vários membros da rede, faltava um contato real e um processo de negociação sobre a pesquisa. [...] Horas depois, surge um debate inflamado, com queixas sobre o oportunismo dos pesquisadores em geral, suscitado por situação vivida com outra pessoa [...]. Uma associada comentou que gostou de outra proposta: *‘um modelo de universidade popular, em contraposição ao modelo vigente. Esse modelo atual se apropria do saber da gente para seu uso, ou pior, não é nem apropriação, porque se fosse, pagava. [...] Eles estudam lá as coisas deles e vem querer confirmar aqui. Vem, nos encham de perguntas e tem que ser naquela hora, sabe? E se logo naquela hora a pessoa não está num dia bom, e fala de um jeito desanimado, pronto. Já compromete tudo, porque o que eles escrevem é o que fica, é o que conta.’* Fiquei constrangida, afinal estava ali como pesquisadora, embora concorde com boa parte do que foi dito, embora não pratique pesquisa daquele jeito. Ingenuamente estranhei fazer este debate de novo considerando a história vivida com as cooperadas da Univens. Ofereci-me para sair. *‘Não, tu fica. Nós vamos falar na sua frente do mesmo jeito.’* Entendi que o que precisava fazer era silenciar e ouvir, com respeito e com minha melhor atenção. [...] Depois senti que era um dever posicionar-me. Citei as discussões sobre método e ética nas universidades, falei das diferenças e dos conflitos. Disse que o fato das universidades hoje pesquisarem Economia Solidária é resultado de luta também. Destaquei a importância daquele debate, e mesmo receosa, entreguei a carta que havia escrito a eles sobre a pesquisa. [...] Durante minha fala, expressões sérias e nenhum comentário. Como encaminhamento, a exigência da avaliação prévia dos materiais frutos de pesquisas na rede - justíssimo. [...] Quando retornamos do almoço, Chagas e Zé Ribeiro liam atentamente minha carta. Pedem para lê-la em voz alta a todos, o que Chagas faz de modo muito respeitoso. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

O trecho acima explicita a tensão vivida em um dos primeiros dias de campo em contato com a rede. Se há estranhamento no ar, há também repetição. Havia vivido na pesquisa anterior cenas muito parecidas. As costureiras da Univens, parte integrante da Justa Trama, que haviam sido tão exigentes antes, acolheram-me muito bem depois, passada a negociação inicial (Andrada, 2009a). Foi com elas que aprendi que a exigência de autonomia e de igualdade política não era algo pessoal, mas um modo peculiar de se relacionarem com quem quer que delas se aproxime. Naquela manhã em Fortaleza, as cenas e diálogos travados em Porto Alegre, anos antes, retornaram como avalanche. Fizeram-me pensar que esta

exigência pode ser um fenômeno político da experiência de autogestão, estendida a outras arenas e atores. Não há espaço para sujeição ou coação ali, não importa o interlocutor e suas credenciais. Em outra viagem de campo, meses mais tarde, um diálogo entre membros da rede explicita esta escolha:

Uma cooperada da Univens diz: *‘Já tivemos experiências ruins com designers de nariz empinado que chegaram aqui e... nós tivemos que botar pra correr.’* Outra associada, da Fio Nobre, arremata: *‘Por que é assim mesmo: se precisar nós botamos pra correr. Nós queremos é fazer junto, de verdade’.* Ela prossegue: *‘Tem uma fala da Nelsa que me emociona sempre que revejo [num vídeo]: ela diz que foi muito importante pra nós descobrirmos que podíamos fazer nossas peças do começo ao fim e que são as que mais saem. Porque nas fábricas por aí o trabalhador recebe tudo cortado, tudo pronto, abaixa a cabeça e toca. Ninguém pergunta nada pra ele ali.’* [Diário de Campo, Porto Alegre, 16/10/2010]

Ainda em Fortaleza, no dia seguinte à primeira cena descrita, foi possível viver com o grupo momentos de grande proximidade, uma amostra de tantos outros que viriam:

O almoço em Quixadá (CE) – Depois da visita aos agricultores partimos para um restaurante no alto de um morro. A longa espera pelos pratos serviu para apreciarmos a beleza do lugar e para conversarmos mais. Foram momentos muito bons. S. Chiquinho, Zé e Chagas criaram ótimos repentes, numa série memorável. Nelsa aproxima-se de nós e fala sobre minha pesquisa na Univens: *‘ela vem e fica com a gente, sabe? E todos que lêem depois entendem. Tu te vê ali. Ela é a nossa escritora’.* [...] O que pode valer mais para um pesquisador? Resolvo caminhar e, como quem vê um filme, ocorrem-me cenas dos últimos sete anos, tempo em que conheço parte do grupo. Penso no que nos fez estar ali, hoje, na luta tenaz desses trabalhadores, nos momentos-chave e nas falas de descrença também. Sinto-me dentro e diante de uma importante transformação. Como reação, surge justo uma vontade de escrever. Talvez seja mesmo esta, minha pequena contribuição [...] Voltamos, todos muito cansados. Ao chegar, Nelsa comenta que amanhã cedo deixarão o hotel [irão para o ‘retiro das freiras’ para a atividade da Unisol]. [...] *‘Não fique aqui sozinha. Vamos com a gente!’* Em seguida correm ao telefone; tudo acertado por elas: posso ficar no retiro, inclusive é mais barato. [...] O cuidado delas comigo cai como um bom alento. [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]

Estas passagens nos põem em contato com um trecho do belo trabalho de Sylvia Leser de Mello (1988), uma importante referência para nós, sobre as relações estabelecidas em campo com as mulheres da Vila Helena:

Nem todos os momentos transcorreram sem problemas ou dificuldades. Mesmo vencida a desconfiança inicial, esta não se dissipa integralmente. É certo que as determinações de classe permeiam as nossas relações. [...] Tenho, ou temos, à medida que vão se integrando à pesquisa, que partir delas e dentro delas encontrar pontos de apoio. [...] Aos poucos o trabalho que estão realizando comigo tem o condão de nos tornar cúmplices num mesmo empreendimento. Eu não seria capaz de precisar até que ponto este problema causou as dificuldades encontradas: algumas recusas, alguns recuos e a ausência de certos temas nos depoimentos. Vale notar também outros embaraços menores [...] No entanto os laços afetivos mais fortes e comoventes, estabelecidos durante o trabalho, foram forjados entre nós. (pp. 22-23)

Como Sylvia Leser, nesta pesquisa também identificamos resistências, recuos, aproximações e distanciamentos entre os modos dos associados se relacionarem comigo e

com a pesquisa, durante todo o seu desenvolvimento. Houve quem conversou longamente comigo, ofertou-me dicas preciosas, mas que se recusou a gravar entrevista: “*Pra quê? Não está bom assim?*”. Houve também pessoas com quem tivemos mais dificuldade de contato, porém, passadas algumas vivências, mais significativas, foi possível rever a relação comigo e com a pesquisa. Houve também aqueles que optaram por estabelecer e por manter um distanciamento maior durante todo o tempo. Mas, de modo geral, posso dizer, pude ter com os associados da Justa Trama um paulatino envolvimento. Uma vez passada a pesquisa, como uma vez sugeriu Ecléa Bosi (2003), entre seus frutos contarão relações de sincera amizade.

Encerramos com um trecho que remete a outra modalidade de deslocamentos vivida em campo, fruto de aspectos biográficos tratados na apresentação da pesquisa⁵⁹:

Em certas ocasiões, o impulso de participar mais, de falar e fazer mais, se fez presente. Sinto que é difícil separar os ‘lugares’. Outro dia uma cooperada da Univens destacou-me isto, ou seja, a importância política de saber o lugar e o papel que cada um ocupa em diferentes situações e, enfim, ‘*actuar acorde*’, como dizemos aqui. Isto vale para orientar o comportamento de técnicos e assessores nas relações com os cooperados (espera-se que sejam estes últimos, obviamente, os verdadeiros protagonistas), dos representantes de instituições parceiras, e claro, dos pesquisadores. [...] Há momentos em que volto a sentir-me ‘formadora da ITCP-USP’, cooperada, pesquisadora na Univens ou simplesmente companheira de militância. Foram muitos os lugares ocupados e vividos. Muitos deslocamentos e alguns estranhamentos também. Difícil, talvez impossível, abdicar de todos eles em favor de apenas um (pesquisadora), ainda mais quando se tem tanto envolvimento com o tema, com o grupo, com o movimento como um todo. [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

⁵⁹ Sobre a peculiar condição do “pesquisador-militante” na Economia Solidária, sugerimos leitura de interessante artigo, escrito por Gabriela Cunha e Aline Santos (2011): “o cotidiano acadêmico revela que a discussão neutralidade *versus* engajamento do cientista não está superada. [...] Intelectual engajado ou silencioso, neutralidade ou ideologia da neutralidade, demissão dos sábios e abandono do político: questões como essas se colocam permanentemente para a construção do conhecimento científico, e se traduzem na busca de uma postura epistemológica simultaneamente equilibrada entre a objetividade e o reconhecimento da subjetividade, entre o rigor teórico e metodológico e a participação social e política.” (p. 40-41).

3. Quando o campo é plural: um aparte sobre etnografia multissituada

Como vimos, os processos cotidianos da Justa Trama não estão reunidos num único e contínuo território. Este fato, aliado à adoção da etnografia como referencial metodológico, nos colocou diante de um grande desafio: como fazer etnografia quando o campo é plural? Neste processo, o encontro com a proposta de uma *etnografia multilocal ou multissituada*⁶⁰, amplamente divulgada por George Marcus (1995; 2001; 2004), foi um importante achado, do qual trataremos brevemente aqui⁶¹.

*

Sabe-se que tradicionalmente os estudos etnográficos baseiam-se na observação e na participação, intensas e prolongadas, sobre uma única localidade, desde a clássica *mise-en-scène malinoswskiana* (Marcus, 2004). Ao mesmo tempo, e também tradicionalmente, o etnógrafo recorre a outros métodos e técnicas para estabelecer as devidas relações entre a situação pesquisada e seus contextos maiores, como a consulta a arquivos documentais e a obras de “teóricos do macro” (Marcus, 1995). Não há dúvidas, para o autor, que tais estudos têm produzido importantes contribuições, por exemplo, para a compreensão dos mecanismos de dominação histórica de povos tradicionais, a partir das múltiplas formas de ação da economia capitalista (Marcus, 2001).

No entanto, há outros modos, menos usuais, de empreender etnografias. A etnografia multissituada, por exemplo, foi formalmente proposta por Marcus (1995) nos anos 90, mas é praticada por diversos estudiosos das Ciências Sociais há décadas, em distintos matizes, como Pierre Bourdieu (Wacquant, 2006)⁶². Ela propõe a saída do pesquisador de uma dada situação local para seguir objetos localizados num tempo-espço difuso (Marcus, 2001):

Esta clase de investigación define para si un objeto de estudio que no puede ser abordado etnográficamente si se permanece centrado en una sola localidad intensamente investigada. En

⁶⁰ Devemos a referência à etnografia multissituada e sua relação com a presente pesquisa ao Professor José Guilherme C. Magnani (Antroplogia – FFLCH / USP).

⁶¹ George Marcus, em companhia de colegas como James Clifford, são expoentes da chamada Antropologia crítica ou pós-moderna. Clifford e Marcus (1986) escreveram juntos *Writing Culture*, obra que se tornou representativa de um movimento crítico no interior da disciplina, que já se havia nutrido do *Orientalism*, de Edward Said (1978/2007). Dirigidas a aspectos tradicionais da prática etnográfica, associados a modos naturalistas de representação do *outro* e com a “autoridade incontestada do etnógrafo”, tais críticas alicerçaram, entre outras proposições, formas não-eurocêntricas ou não-ocidentais de alteridade, baseadas em postulados como o da *reflexividade* e da *cumplicidade* (Marcus, 1995; 2004).

⁶² Loïc Wacquant (2006) recorda os primeiros estudos de Pierre Bourdieu, desenvolvidos concomitantemente na Cabília (Argélia colonial) e em sua aldeia natal, Béarn (sudoeste da França), e afirma: “Utilizando, assim, os mesmos instrumentos de observação e perseguindo questões da mesma natureza em duas comunidades separadas por grandes diferenças culturais e de poder, Bourdieu pode ser encarado como um precursor ímpar da etnografia ‘multissituada’ [‘multi-sited’ ethnography], décadas antes desta ser identificada como um gênero metodológico distinto.” (Wacquant, 2006, p. 21). O autor também trata das diferenças entre as concepções de etnografia multissituada contemporânea e a utilizada por Bourdieu, no início dos anos 60.

cambio, desarrolla una estrategia de investigación que reconoce los conceptos teóricos sobre lo macro y las narrativas sobre el sistema mundo, pero no depende de ellos para delinear la arquitectura contextual en la que están enmarcados los sujetos. (Marcus, 2001, p. 111)

Conforme Teresa Fradique (2003), o modelo permite deslocar-se de um paradigma assente num único lugar de investigação para o exame de territórios com múltiplos ancoramentos, na tentativa de encontrar as expressões de certos objetos de estudo. Esta espécie de *etnografia móvel* ganhou visibilidade nas últimas duas décadas por representar um potente recurso diante de desafios empíricos contemporâneos, próprios de um mundo mais globalizado e fragmentado. Certamente, as novas formas de ocupação do espaço e do tempo na modernidade avançada provocaram a releitura de tradicionais objetos da Antropologia, como territorialidade, diversidade e identidade cultural (Barañano, García, Cátedra & Devillard, 2007; Fradique, 2003; Sciré, 2009). Para muitos etnógrafos, especialmente da antropologia crítica, como Clifford e Marcus (1986), estes fenômenos implicaram também na necessidade de reinventar os modos tradicionais de fazer pesquisas de campo:

La distinción entre mundos de vida de los sujetos y sistema no se sostiene, y el aporte de la etnografía dentro del alcance de lo local, perspectiva cercana, es descubrir originales rutas de conexión y asociación a través de las cuales el interés etnográfico tradicional relacionado con la agencia, los símbolos y las prácticas cotidianas pueda seguir siendo expresado en un lienzo con una configuración espacial diferente. (Marcus, 2001, p. 113)

Por certo, etnografias multissituadas têm sido desenvolvidas no interior dos marcos conceituais clássicos da Antropologia, como nas vertentes marxistas da disciplina ligadas à economia e à história. Mas elas tornaram-se mais frequentes, nos anos 80 e 90, em projetos e objetos multidisciplinares, como aqueles que tratam das expressões artísticas em contextos urbanos, dos meios de comunicação e dos processos migratórios: “[...] quando as culturas e populações estabelecidas se fragmentaram, tornaram-se móveis e transnacionais, bem como mais cosmopolitas (ou, ao menos, mais invadidas e ingeridas) localmente; a pesquisa de campo teve simplesmente de acompanhar, quando pôde, esses processos no espaço.” (Marcus, 2004, p. 149)

Porém, segundo Marcus (2004), os desafios efetivos ao imaginário da pesquisa de campo tradicional não se ancoram apenas nas complexidades do mundo globalizado. Também relacionam-se com o que chamou de “auto-estima da antropologia”:

O problema fundamental aqui é confrontar a política de conhecimento, que qualquer objeto de pesquisa de campo envolve, e a tentativa do etnógrafo de marcar posição em relação a esta política, fazendo do próprio lugar parte do plano de investigação da pesquisa de campo. Assim, desde os anos 80, qualquer antropologia crítica merecedora do nome não apenas tenta falar a verdade ao poder – poder como conceitualizado e teorizado; verdade como subalterna e entendida no interior da vida cotidiana de pessoas comuns

observadas de perto -, mas também tenta entender o poder e suas agências, nos mesmos termos etnograficamente empenhados e nas mesmas fronteiras de pesquisa de campo nas quais o subalterno está incluído. **A própria compreensão etnográfica, nos termos de Bourdieu, como um segmento dominado no interior do dominador, sugere uma modalidade alternativa relevante para as circunstâncias da pesquisa de campo atual [...]** Sem dúvida, **isso é o que mais conta na luta para tornar a pesquisa de campo contemporânea mais multilocalizada e política.** (p. 150-151) [grifos nossos]

Segundo Marcus (1995) e Sciré (2009), o pesquisador interessado em compreender mudanças sociais e culturais locais, a outros âmbitos relacionados, deve dedicar-se especialmente ao uso de estratégias e técnicas que lhe permitam ultrapassar o local e as fronteiras e promover conexões em escalas etnográficas distintas. Para tanto, Marcus define pelo menos *seis técnicas*, compreendidas como *práticas construídas* por meio do movimento e rastreio, em diferentes cenários, de um fenômeno cultural complexo (Marcus, 1995; 2001). São elas: *seguir as pessoas; seguir os objetos; seguir a metáfora; seguir a trama, história ou alegoria; seguir a vida ou a biografia; e seguir o conflito* (Marcus, 1995; 2001)⁶³:

O objeto da pesquisa não é, assim, necessariamente, restrito a determinado grupo situado no interior de um campo de observação. Muitas vezes, o objeto consiste em um determinado fenômeno social [...] e **sua construção ocorre ao se fazerem determinados movimentos** (por meio de passos já previamente planejados ou oportunistas), **seguindo pessoas, histórias, objetos, ao longo de várias cadeias**, superpondo situações e verificando os pontos nos quais as intersecções, ressonâncias e associações ocorrem (Sciré, 2009. p. 97). [grifos nossos]

E, ao enunciar o trabalho de campo, bem como suas estratégias e técnicas, enquanto *práticas construídas*, o autor assume a filiação, ao menos parcial, da etnografia multissituada como uma prática atualizada de construtivismo, nas palavras do autor:

La investigación multilocal está diseñada alrededor de cadenas, sendas, tramas, conjunciones o yuxtaposiciones de locaciones en las cuales el etnógrafo establece alguna forma de presencia, literal o física, con una lógica explícita de asociación o conexión entre sitios que de hecho definen el argumento de la etnografía. En realidad, tal etnografía multilocal es una puesta al día de una sofisticada práctica del constructivismo, una de los más interesantes y fértiles ejercicios de representación e investigación del movimiento vanguardista ruso de cambio social, justo antes y después de su revolución. (Marcus, 2001, p. 118)

⁶³ Marcus (1995) aponta também outra modalidade, a *etnografia estrategicamente situada*. Neste caso, o pesquisador não se desloca literalmente por diferentes locais, mas desenvolve seu trabalho de campo num contexto, por si só, multissituado: “[...] o que ocorre nele não deixa de estar inserido e imbricado em um traçado de redes e no intercruzamento de processos e práticas, mediações, conexões e circuitos. Como estes não permanecem encapsulados em seus contextos imediatos de referência, também acabam sendo considerados. O importante a ser notado é que o entendimento das dinâmicas locais de um determinado fenômeno social supõe (e exige) seguir empiricamente essas linhas entrelaçadas que o compõem, mas que transbordam de maneira ampla o perímetro local, justamente porque fazem o traçado de redes superpostas, de escalas variadas, que atravessam e definem (ou redefinem) cada situação.” (Sciré, 2009, p. 98)

Atualmente, a proposta da etnografia multissituada pode gerar *ansiedades*, nos termos de Marcus, entre os etnógrafos: preocupações com os limites da etnografia e com a aparente redução do poder do trabalho de campo, por exemplo (Marcus, 1995; 2004). No tocante à segunda questão, o autor argumenta que, na maior parte dos estudos etnográficos, já se atravessa muitas localidades no trabalho de campo, e que a concepção, portanto, de *campo* e de *trabalho de campo*, deveria pressupor, ao menos em potencial, uma liberdade maior de movimento do pesquisador pelo espaço de sua empiria: “As normas de pesquisa de campo precisam ser libertadas do enfático e vigoroso *estar lá* do imaginário clássico.” (Marcus, 2004, p. 149).

Mientras el trabajo se desarrolla, operan principios de selección para alinear el **campo efectivo** respecto a las percepciones disciplinarias tradicionales sobre qué debe ser el objeto de estudio. Así, el **trabajo de campo, tal como es percibido y practicado habitualmente, es en si mismo potencialmente multilocal.** (Marcus, 2001, p. 114) [grifos nossos]

Desde a Psicologia Social, Peter Spink (2003) também discute a concepção de campo como um “complexo de redes de sentidos que se interconectam” (p. 28). Neste sentido, o autor afirma que se trata de um espaço criado, ainda que não voluntariamente, já que o pesquisador terá que debatê-lo e negociá-lo para inserir-se em suas “teias de ação” (Spink, 2003): “Campo portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem **em muitos lugares diferentes.**” (p. 28). [grifos nossos]

Ainda que consideremos os valiosos aportes da perspectiva aqui apresentada, não é preciso estar sob este determinado marco metodológico, a etnografia multissituada, para orientar-se com liberdade e sagacidade em campo, e ali seguir o rastro das expressões de nossos ‘objetos’, por diferentes sítios, sempre que necessário. O belo estudo psicossocial de Leny Sato (2007) sobre feira livre, é exemplo disto:

Apreender a rede de relações sociais que configura a feira livre demandou seguir os fios e identificar os ‘nós’ que tecem sua organização. [...] Nessa rede, os fluxos de interação simbólica não estão norteados por um centro a partir do qual emanam as informações, os motes das conversas e as decisões. Os ‘fios’ que ligam as pessoas entre si estendem-se em diversas direções. A estrutura da rede de relações sociais e de significados pôde ser apreendida, mas *a posteriori* (Mayer, 1966/1987). **A rede abriga e é construída pela presença de várias lógicas que se encontram em um lugar, em um dia da semana e se espalham em várias outras feiras livres nos outros dias e em outros lugares.** Em pequenos espaços e num determinado tempo há maior densidade de encontros que dão substância a essa organização, construindo, questionando e repondo continuamente as regras, os valores e a cultura. (pp. 98-99) [grifos nossos]

Com efeito, para manter-me junto do objeto de estudo da pesquisa – os fenômenos políticos da autogestão cotidiana da Justa Trama – tive que me deslocar a diferentes sítios, e não apenas pelos diversos empreendimentos da rede, geograficamente distantes entre si. Foi preciso circular ainda por um campo mais ampliado, conformado pelos circuitos de ações e de interesses dos trabalhadores, que se dirigem ao encontro de muitos parceiros políticos, nacionais e internacionais, em diversos espaços e fóruns do universo da Economia Solidária. Neste sentido, o diálogo com a perspectiva da etnografia multissituada trouxe contribuições importantes para o desenvolvimento dessa tarefa que, em parte, tratamos de apresentar aqui.

III. Entre mapas, retratos e diários: o cotidiano político da rede

Cientistas sociais e cidadãos comuns usam rotineiramente não somente mapas, mas também uma grande variedade de outras representações da realidade social – alguns exemplos aleatórios são filmes documentários, tabelas estatísticas e as histórias que as pessoas contam umas para as outras, de modo a explicar quem são e o que estão fazendo. Todos eles, como os mapas, dão uma descrição apenas parcial, mas apesar disso adequada para algum objetivo. (Becker, 2009, p. 15)

O objetivo deste capítulo é apresentar uma seleção de episódios das incursões de campo, precedida de um breve texto sobre os principais apoios teóricos do estudo – *Cotidiano como lugar de História: um convite à leitura dos textos etnográficos*. A expectativa é que, uma vez reunidas e interpretadas, essas passagens possam decantar como achados, ainda que indiciais, sobre **o cotidiano político da autogestão da rede**. Para isso, foi preciso tomar em mãos cada uma delas, relê-las e reinterpretá-las, e aprender a descartar. Neste processo, priorizamos os fenômenos que mais se destacaram quando cotejados aos objetivos da pesquisa, além de passagens que pudessem ajudar a dar-lhes contexto, uma vez que a cada incursão nos dirigíamos a lugares, empreendimentos e pessoas diferentes.

Optamos por não pintar um retrato minucioso de cada viagem, tarefa que pareceu hercúlea e pouco eficaz. Buscamos, isto sim, reunir recortes que pudessem representar os principais achados do ponto de vista etnográfico. Indícios que, por ora, assemelham-se a suspeitas, que permaneceram suspensas no ‘mural da memória da pesquisa’, enquanto aderiram em seu entorno reminiscências oriundas, ora do campo, ora das leituras feitas.

O tom das passagens é basicamente etnográfico, daí a escolha do nome dos subtítulos - *diários* e *notas*. Para distingui-los, recorreremos ao universo do cinema: enquanto os *diários* assemelham-se a ‘longas-metragens’, as *notas* são de linguagem mais concisa, como os ‘curtas-metragens’⁶⁴. Servimo-nos, para isto, basicamente de anotações do Diário de Campo revistas e comentadas, em alguns casos, transpostas como *crônicas do vivido* junto aos trabalhadores.

*

⁶⁴ A aproximação entre o texto etnográfico e o cinema não é incomum, como demonstra o trecho a seguir, do antropólogo Vagner da Silva (2006): “A montagem de uma etnografia (ou do texto etnográfico) assemelha-se muito à de um filme em que o resultado final é sempre uma seleção segundo critérios pré-estabelecidos de uma quantidade muito maior de opções e enfoques”. (p.59)

Por meio dos dois primeiros textos, mais extensos, *Diário de Tauá* e *Diário de Fortaleza*, buscamos evidenciar, primeiro, o contraste existente entre o cotidiano de um elo e o cotidiano da rede como um todo, em termos políticos. Eles também são representativos das duas etapas da pesquisa – antes e depois da revisão de que tratamos no item *O Campo exige revisões*, que também integra este capítulo.

No item *Diário de Fortaleza* também apresentamos oito casos que ilustram processos cotidianos interessantes ao objeto da pesquisa. Nas *Notas de Pará de Minas*, damos uma pequena amostra sobre diferenças e desigualdades existentes entre os elos, e deles, em relação à cadeia. Já nas *Notas de Porto Velho* focalizamos passagens vividas na Assembléia da Central, buscando exemplificar como o trabalho pode ser visto como objeto de prática política na autogestão do grupo. No caso das *Notas de Itajaí*, especificamente, o objetivo foi relatar a visita a outro elo da rede, e ali, o encontro com dificuldades de âmbito econômico que, de certa forma, sinalizaram um dilema que toca todos os trabalhadores da cadeia: “*a Justa Trama é um meio [político] e/ou um fim [econômico]?*”

Os relatos das viagens a *Montevideo* e a *Badalona*, por sua vez, evidenciam que os interesses políticos dos trabalhadores da rede ultrapassam as fronteiras geográficas de seus empreendimentos. Distantes de seus lugares de origem, representantes da Justa Trama buscam estabelecer ou atualizar relações com parceiros políticos da Economia Solidária de outros países. E, no caso específico da viagem a Montevideo, veremos ainda o empenho dos trabalhadores em construir outra rede solidária, de contornos maiores, inspirada na experiência da Justa Trama – a cadeia solidária binacional do PET.

Cotidiano como lugar de História: um convite à leitura dos textos etnográficos⁶⁵

A vida cotidiana não está 'fora' da História, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social. - Agnes Heller

A autogestão é a abertura ao possível – Henri Lefebvre

[A Justa Trama] foi criando uma dimensão porque foi atingindo os locais. E foi impactando cada canto. Hoje ela se tornou grande e está fazendo a história em cada canto. [...] Pra mim, o princípio maior dela é essa possibilidade de mudança [...] Então, quer dizer, o foco maior é te reconhecer como algo importante. Tu é importante aonde tu está, tu não precisa inventar a roda; com aquela roda tu vai conseguir, entendeu? - Dalvani (Cooperativa Açai)

Este texto é uma breve introdução sobre os apoios teóricos da pesquisa. Tem por objetivos apresentá-los e servir como um convite à leitura dos relatos etnográficos deste capítulo. Não pretende, portanto, ser uma revisão bibliográfica. Mas, na medida em que nasceu de uma necessidade advinda do campo da pesquisa, é portador de uma história que precisa ser contada.

Já havíamos abdicado de escrever um capítulo teórico de antemão, prévio ao campo e organizado à moda clássica, na “tranquilidade do gabinete”. Embora seja um modo legítimo de pesquisar, abdicamos dessa possibilidade por amparar-se numa concepção de pesquisa que espera que a experiência investigativa confirme conhecimentos e hipóteses previamente arranjados e cotejados a determinado enquadre teórico.

Em vez de servir *a priori* a um arcabouço ou a afiliar-nos a uma escola, desde o início dos trabalhos buscamos manter o juízo suspenso e a percepção fresca, a serviço do trabalho investigativo, o quanto possível. Não se almejava verificar o que sabíamos, mas compreender o que constantemente indagamos e para o qual não tínhamos outra resposta a não ser a proposição desta pesquisa.

Ainda assim, parte-se para um novo estudo minimamente orientado por concepções teórico-filosóficas. Neste caso, dispúnhamos de concepções bastante claras sobre trabalho e política, por exemplo, e dos ecos da pesquisa anterior⁶⁶. Como dissemos, nela tomamos o

⁶⁵ Este texto beneficiou-se muito dos estudos realizados no *Grupo de Estudos sobre Trabalho e Cotidiano*, coordenado pela Profa. Dra. Leny Sato (IP-USP) e daqueles praticados na disciplina de pós-graduação “Merleau-Ponty: discussões sobre a Política”, ministrada pela Profa. Dra. Marilena Chauí (FFLCH-USP), em 2009. Embora saibamos que se tratam de referenciais distintos, propomos refletir a partir de aspectos convergentes entre eles, especialmente aqueles que aludem à perspectiva dialética do materialismo histórico de Marx.

⁶⁶ *Trabalho* é categoria preñhe de polissemias, dada a distintas leituras e usos por correntes de pensamento diversas (Sato, 2009a; Schwartz, 1996). Parte-se claramente aqui de uma concepção marxista de trabalho, tomando-o dialeticamente nas relações de transformação entre o homem e a natureza (Marx, 1980), no centro do processo humanização do homem (Engels citado por Antunes, 1999). Buscamos apoio também na leitura arendtiana de trabalho, que o compreende entre as atividades humanas fundamentais, junto do labor e da ação política (Arendt, 2000). Esta autora também nos ajuda a compreender a *Política* como “única atividade que se

tema das repercussões psicossociais da vivência da autogestão. No meio do caminho, vimos nossa hipótese inicial ser desconstruída pelas experiências de campo. Foi também durante a travessia que saímos em busca dos apoios teóricos que dialogavam mais e melhor com o que lá percebíamos.

No caso desta pesquisa, é preciso frisar, chegamos carregando nas mãos uma inquietação advinda da investigação anterior - aquela que nos dizia haver complexas relações entre trabalho e política no cotidiano da autogestão. Porém, à medida que as viagens de campo foram acontecendo, outra questão derivada desta, surgiu, ganhou corpo e foi aos poucos imantando nossa percepção: *como os trabalhadores/as da Justa Trama conseguem fazer o que vimos? Como constroem esta cadeia e a sustentam no cotidiano?*

Cabe mencionar que a sedimentação paulatina de indícios do campo na forma de uma nova questão é algo não apenas corrente como esperado em pesquisas antropológicas. Neste sentido, a adoção do enfoque etnográfico, oriundo da Antropologia, pode justificar o ocorrido. Conforme Fonseca (1999),

na antropologia clássica, o pesquisador escolhe primeiro o seu 'terreno' e só depois procura entender sua representatividade. Chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o 'problema' focado sofre uma transformação radical em função das preocupações que só vem à tona na pesquisa de campo. (p. 60)

Em outros termos, enquanto sofríamos os impactos desta inquietude advinda do campo, começamos a buscar, ainda ao tateio, a companhia de obras que nos auxiliassem a ouvir e a interpretar os primeiros indícios sobre o tema da pesquisa, que emergiam da convivência com os protagonistas da Justa Trama.

Foi neste contexto, portanto, que nos deparamos com a necessidade de escrever este texto, ainda em meios aos trabalhos de campo, em lealdade ao processo da pesquisa. Embora possam conter faltas e imprecisões, os próximos parágrafos apresentarão as primeiras leituras realizadas no marco da pesquisa e os motivos que nos levaram a escolhê-las, na tentativa de compreender os sinais do campo. Cabe ainda dizer que estes sinais - processos e fenômenos psicossociais alusivos à construção cotidiana da Justa Trama - serão em seguida apresentados.

exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade [...] cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história" (Arendt, 2000. p. 15-17). Para ela, cabe à política a instituição do novo, do imprevisto e do estatisticamente improvável.

A busca de uma teoria dialética da História e o encontro com os estudos sobre o cotidiano

Uma primeira necessidade advinda do campo foi a de buscar, de certa forma, uma teoria dialética sobre a História, um conjunto articulado de ideias sobre os indissociáveis processos de reprodução e produção social, tomados a partir de uma escala tangível; escala que permitisse focalizar e seguir, a olhos nus, os movimentos de pessoas como os trabalhadores da Justa Trama - homens e mulheres que num só tempo sofrem e criam o mundo em que vivem, todos os dias.

Dito de outra maneira, enquanto avançávamos em campo, cresceu especialmente a necessidade de uma certa concepção de História que nos facilitasse a *compreensão dos processos de construção política da rede Justa Trama* no contexto em que ela se encontra e se (re)produz: tempos de capitais globalizados, de fragmentação do trabalho e de desarticulação dos movimentos dos trabalhadores, como ensinou João Bernardo (2000).

Partimos do pressuposto que o caso da Justa Trama, como o do próprio movimento da Economia Solidária, de certa maneira, é de resistência política e de criação histórica. Neste sentido, os estudos da *vida cotidiana*, na perspectiva marxista apresentada por Martins (2000), baseado nas obras de Henri Lefebvre e Agnes Heller, revelaram-se muito promissores como suporte teórico para a pesquisa⁶⁷.

Distante das sociologias positivistas, esta vertente concebe a História como história vivida e, embora não coincida com o cotidiano, tem nele um lugar essencial:

A história real se desenrola, pois, no claro-escuro do percebido e do concebido, por meio do vivido, como sugere Henri Lefebvre. Isto é, o cotidiano não é o meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. **A História é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano.** (Martins, 2000. p. 142) [grifos nossos]

Os estudos sobre o cotidiano, no enquadre apresentado aqui, preocupam-se em resguardar a perspectiva dialética do materialismo histórico e, assim, já haviam nos auxiliado a compreender as práticas autogestionárias a partir de seus sujeitos, em trabalhos anteriores (Andrada, 2006). A concepção marxista de História apóia-se na ideia largamente difundida de que os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente estabelecidas. Suas

⁶⁷ Por certo encontram-se diferenças, mais ou menos sutis, na leitura das obras destes autores. Aqui, e por ora, trataremos mais dos pontos de confluência entre suas principais ideias a respeito da vida cotidiana e de sua relação com o processo histórico. No decorrer da pesquisa, iremos identificando aquele referencial mais adequado para ler os achados de campo.

teses fundamentais são a da imanência, de um lado, e a da objetividade, de outro. Nas palavras precisas de Agnes Heller (2008):

Os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados etc. Mas essa distinção seria verdadeira tão-somente se ‘circunstância’ e ‘homem’ fossem entidades separadas. Todavia, essas circunstâncias determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações sócio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. (p. 11)

A partir de uma ótica que focaliza apenas as macroestruturas, ou de um historicismo demasiado subjetivista, como explicar a construção improvável da Justa Trama, uma rede livremente organizada por trabalhadores - costureiras, artesãs, agricultores e operários - das cinco regiões desse país, de dimensões continentais? Como conceber este encontro e, mais, como compreender os processos que orientaram as primeiras ações do grupo e que sustentam suas práticas cotidianas, cravadas no seio das contradições de um mercado capitalista? Para realizar estas tarefas, sentimos a necessidade de dialogar com uma teoria sobre a História que permanecesse nos paradoxos que sustentam a instituição do novo e a reprodução do velho; que pudesse tomar, ora como figura, ora como fundo, não apenas as circunstâncias, mas também as práticas humanas que as constroem e que também as desafiam ininterrupta e cotidianamente.

“*O que é mesmo fazer História sem saber que a estamos fazendo?*”, para José de Souza Martins (2000; p 58), autor desta arguta questão, a resposta passa por um caminho que vai da Filosofia à Sociologia:

A hipótese de que ‘os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado, retorna forte e desafiadora. Não só aos que querem mudar o mundo, mas também aos que querem compreender e explicar essa mudança. Esse desencontrado agir histórico pede e propõe uma reflexão propriamente sociológica. E essa reflexão incide exatamente sobre as características, as peculiaridades e a eficácia desse conhecimento próprio da realidade de todo dia, até há pouco recusado ou desqualificado justamente em nome de seu suposto desencontro com a História. (p. 58)

Para Maria Helena Souza Patto (1993), estudiosa de Agnes Heller, a vida cotidiana é lugar privilegiado para apreensão do processo histórico, e também a esfera da vida social que mais se presta à alienação, em circunstâncias favoráveis a ela, como no caso do capitalismo industrial. Abaixo, a autora nos faz um alerta:

a vida cotidiana é, dialeticamente, lugar da dominação e da rebeldia ou da revolução [...] **não existe perfeita submissão**, nem mesmo na sociedade administrada pela burocracia e pela indústria cultural. Mais importante é que, **ao privilegiar a vida cotidiana como lugar onde a**

sociedade adquire existência concreta, Heller redefine o lugar onde se dão as transformações sociais. (pp. 131-132) [grifos nossos]

Balandier argumenta no mesmo sentido, segundo Tedesco (1999). Para o autor, o maior mérito da sociologia do cotidiano é sua potencialidade de estabelecer relações entre os grandes dispositivos sociais e aqueles que operam na vida cotidiana e, assim, reencontrar o sujeito face às estruturas.

Henri Lefebvre (2008) afirmou que a história e a sociologia de caráter organicista não souberam alcançar as *diferenças* e que reduções abusivas ocorreram em detrimento tanto das diferenças como também do processo de criação histórica. Para ele:

Há muito tempo que o conhecimento hesita diante da criação. Ou esta parece irracional, espontaneidade que surge do desconhecido e daquilo que não é passível de ser conhecido. Ou então a criação é negada e se reduz àquilo que nasce, àquilo que preexistia. A ciência se pretende ciência dos determinismos, conhecimento das coações. (Lefebvre, 2008. p. 57) [grifos nossos]

Marilena Chauí (2003) também trata do tema a partir do exame da “tríplice herança política de Marx”: leninismo, luxemburguismo e social-democracia – o socialismo como transição, como ruptura ou como continuidade. Cada um a seu modo atribuiu um sujeito e uma teoria à história. No trecho abaixo, encontramos parte da crítica da autora às leituras não-dialéticas do materialismo histórico de Marx:

O materialismo é histórico porque é dialético, porque nele o movimento real é o de uma reflexão negadora cujo motor é a contradição, isto é, a luta de classes. [...] por que há [então] a elaboração de uma teoria da história na qual necessidade se torna sinônimo de determinismo, e temporalidade se torna sinônimo de progresso? (Chauí, 2003. p. 158)

A autora também trata especificamente da proposta dos trabalhadores de viver a democracia no plano da produção – onde o problema da liberdade não se esgota, “mas onde efetivamente pode começar” (Chauí, 2003. p. 208). Para ela, tais bandeiras não podem receber o rótulo nem de voluntaristas, nem de reformistas, e nem mesmo de revolucionárias:

Por que tais classificações não teriam cabimento? [...] porque, no caso dos trabalhadores, a indeterminação das propostas é, justamente, sua grande novidade e etiquetá-las seria eliminar aquilo que, por serem indeterminadas, as põe no movimento da história: seu sentido como seu por vir. **A política não é ciência mas ação que se inventa.** (Chauí, 2003. p. 263) [grifos nossos]

Mais adiante, Chauí (2003) retorna à questão aproximando-nos ainda mais de fenômenos como o da construção política da Justa Trama - por ser algo novo, resistente e improvável:

Se é verdade que o novo nasce dos escombros do velho [conforme Marx], é porque há um duplo e simultâneo movimento de ruptura e de continuidade determinando a temporalidade: algo ainda indeterminado (o novo) emerge (nasce) no interior de relações sociais como algo

posto por elas e que, no entanto, elas não têm força interna (o velho) para repor. (Chauí, 2003. p. 265)

Para Henri Lefebvre (2008), a reprodução social, além de ser a reprodução ampliada do capital, é também a reprodução ampliada das contradições sociais. Portanto, segundo Martins (2000):

não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. (p. 63)

Para este autor, portanto, é na prática de homens e mulheres comuns, na vida cotidiana, que se encontram as condições de transformação do impossível em possível (Martins, 2000).

Nossa proposta é, pois, refletir sobre os feitos dos trabalhadores da Justa Trama que, entre outros, fazem da autogestão na atualidade uma possibilidade histórica, de fronteiras cada vez mais alargadas, em meio a um sem-fim de dificuldades. Porque ousaram romper com o instituído e assim instituíram (Chauí, 2009). Porque o fizeram sem escolha ou vaidade, em meio a muita angústia e ambigüidade. Primeiro expostos ao árido istmo que une pavor e esperança, sonho e desespero, reconheceram-se ali pouco a pouco como iguais e fizeram sólido - porque se solidarizaram - o que era solidão. Porque não puderam outra coisa senão *‘tomar a história para fazê-la’* (Chauí, 2009), pois enquanto se confrontavam com a contingência do desemprego ou da miséria, faziam política - aquilo que Merleau-Ponty (1966) tão bem descreveu como *ação que se inventa*. Nossa proposta é tomar do marxismo por ora o essencial, e desde então indispensável, que é o enunciado de uma outra história possível:

[...] o marxismo não é uma filosofia otimista – é somente a idéia de que uma outra história é possível, que não há destino e que a existência é aberta. É a tentativa resoluta por este futuro que ninguém no mundo, nem fora do mundo, sabe se será ou não será. (Merleau-Ponty, 1966, p. 209.)

Sobre continuidades e discontinuidades do processo histórico

Agnes Heller (1982) afirma que “a História é feita de continuidade e discontinuidade” (p. 155). Ela, como Henri Lefebvre, desvela em profundidade o elo fecundo que une o cotidiano à história, sempre atenta à dialética dos processos de reprodução e de produção social. Para a autora, só pode desejar o impossível aquele cuja vida cotidiana tornou-se insuportável, pois já não poderá mais ser manipulada (Martins, 2000; Heller, 2008). É de José de Souza Martins (2000) o comentário desta importante passagem da obra helleriana:

É aí que o reencontro com as descobertas das orientações fenomenológicas ganha novo e diferente sentido. Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, **nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão.** E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. **Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História.** (Martins, 2000. p. 64) [grifos nossos]

Com efeito, nesta vertente dos estudos sobre a vida cotidiana é freqüente a alusão a termos como rupturas, fissuras, descontinuidades, lacunas, sempre em tensão com a continuidade, a repetição, e também com a totalidade, com o conjunto (Tedesco, 1999; Martins, 2000)⁶⁸. Conforme Lefebvre (1984a):

El problema, tanto para la sociedad como para unos elementos sociales tan importantes como la ciudad, consiste en evitar las metamorfosis organicistas sin perder de vista el conjunto y, lo que es más, sin olvidar las distorsiones, lagunas, fisuras y agujeros. (p. 93)

É Lefebvre (2008) também quem sublinha um cuidado necessário na lide com as continuidades e descontinuidades do processo histórico:

O organicismo, o continuísmo não deve ser substituído por separações, consagrando-as pela teoria. [...] A reflexão põe em evidência as articulações para que as decupagens sigam as articulações e não para desarticular o real. Evitar a confusão numa continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas, esta é a regra metodológica. (Lefebvre, 2008. p. 58)

Tratar dos problemas teóricos da autogestão, especificamente, também foi tarefa abraçada por Lefebvre (1966), estudo discutido no Brasil por Claudio Nascimento (2008). Para ele, as experiências de autogestão surgem nos “pontos frágeis” da sociedade. No trecho abaixo, nota-se a leitura articulada do real, seja na relação estrutura-fissuras, seja na relação pontos fortes-pontos frágeis do conjunto:

Toda sociedade tem seus ‘pontos fortes’ que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade. [...]. Todavia, entre estes ‘pontos fortes’, consolidados pelo Estado, encontram-se as ‘áreas frágeis’ e as lacunas. É aí que acontecem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em ‘pontos fortes’ ou em ‘outra coisa’ [...] **Para Lefebvre, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado.** (Nascimento, 2008. p. 31)

Segundo Lefebvre, estes ‘pontos frágeis’ só se revelam na prática de indivíduos capazes de agir, e podem resultar de um abalo ou de uma desestruturação de todo o conjunto (Nascimento, 2008). Tomar a autogestão na produção como *ato histórico* é também compreendê-la como ação política empreendida pelos próprios trabalhadores; ações de

⁶⁸ Merleau-Ponty, a partir de outro enquadre, também se dedica a analisar as tais rupturas e sua relação com a instituição do novo. Conforme Marilena Chauí, para ele, “as rupturas são possibilidades inscritas na continuidade temporal da estrutura, não como um em-si à espera de atualização, não como probabilidades, mas como

resistência às contradições do sistema atual, que em suas fissuras, lutam por mais liberdade e controle no plano das relações de produção, instituindo novas modalidades de viver o trabalho, a partir dos “escombros do velho”, como disse Marx. Estas instituições são em si um ato político, e histórico, e seus processos cotidianos dependem tanto da produção quanto da ação política de seus sujeitos pois, como já dissemos, não há ali patrão, encarregado ou chefe para indicar como e o que deve ser feito (Sato & Esteves, 2002; Andrada, 2009a).

Permanecer sem pressa junto de trabalhadores reunidos em autogestão, como os da Justa Trama, é conhecer narrativas cativantes de quem se expôs inteiro à indeterminação da experiência política, ao ir-e-vir multifacetado de uma história em construção. Não há linearidade aí, e sim, percursos oblíquos de buscas de sentido e de instituição (Chauí, 2009). Recordo neste momento depoimentos de cooperadas da Univens, sobre as primeiras expectativas com a constituição da cooperativa. Para além da égide dos desejos, daquela fé compartilhada que mobiliza toda ação coletiva, não havia muito a vislumbrar – tratava-se de fato de uma indeterminação política, própria da história como construção aberta. Nos dizeres de D. Isaurina, uma das fundadoras do grupo:

Eu não imaginava nem como seria, nem como deveria ser [...] Eu imaginava assim: ‘será que eu vou me adaptar nesse trabalho, com isso de estar conversando, de estar discutindo, de estar levando e dando ideia?’ [...]. Não havia uma imagem, uma luz que abrisse e dissesse assim: ‘Isso aí é uma coisa que vai dar totalmente certo.’ Não. Pra mim era um mistério. (Isaurina) (Andrada, 2009a. p.101)

Curioso, no entanto, como o risco de lançar-se a essa indeterminação, de embrenhar-se em meio às fissuras da estrutura e ocupá-las, mais que mistério, representava sinal de desatino a olhos alheios ao pequeno grupo de costureiras gaúchas. É a cooperada Terezinha (Univens) quem nos explica que, para muitos, só “um bando de loucas” podiam pensar que iriam “revolucionar o mundo” daquele jeito:

*Por que de repente um grupo de mulheres, que nunca se autogestionaram... Trabalhava uma numa fábrica de uma coisa, outra numa fábrica de costura, outra vem de trabalhar em casa, tinha máquina em casa, e aí parece um bando de loucas que de repente resolveram que podiam fazer alguma coisa. E fizeram. [...] **Porque tu imaginar, que tu pode, dentro do mercado de trabalho que está agora, que não absorve nem aqueles que têm estudo, que dirá pessoas que não tinham estudo, que não tinham mais nem idade de estar no mercado de trabalho, ou por serem jovem demais ou por estarem velhos demais, ou por não ter qualificação profissional. E ainda sem nunca ter feito um tipo de negócio desse?! Aí de repente resolveram, botaram na cabeça que podiam fazer. E sem ter um outro grupo pra se espelhar. [...] É como se fosse um bando de loucas, que botaram uma idéia na cabeça e que todo mundo ficava assim, ó: ‘Mas o quê isso?! Tão pensando o quê, essas mulheres? Que vão revolucionar o mundo agora?’ [...]. Porque tem muita gente que achou que aquilo ali ia ser só um fogo de palha. (Terezinha) (Andrada, 2009a. pp. 101-102)***

transformações operadas sobre a instituição (ou o instituído) pelas ações dos agentes, que são determinadas pelo próprio sistema e, no entanto, o ultrapassam e produzem o novo (são instituintes)” (Chauí, 2009, p.25).

Primeiro diálogo com as ideias de Agnes Heller: os *pequenos grupos* e o enfrentamento dos *carecimentos radicais*

Nos estudos sobre a vida cotidiana certamente há outras noções e conceitos que devem ser evocados para tratar com acuidade a análise de processos históricos. Lefebvre, por exemplo, aporta às mediações uma notável importância, não apenas histórica mas também metodológica, ao referir-se a elas como aquilo que em um só tempo pode bloquear ou possibilitar o processo histórico (Lutfi, Sochaczewski & Jahnel, 1996).

Por ora, trataremos aqui apenas de alguns aspectos da obra de Agnes Heller, tão bem apresentada por Maria Helena Souza Patto (1993; 1996), com os quais estabelecemos um contato especialmente profícuo. Por ora, trataremos de enunciar brevemente a *teoria dos carecimentos radicais* e o conceito de *pequenos grupos* da autora⁶⁹, por considerar que, junto dos demais aspectos colocados, nos auxiliará a expor uma parcela das continuidades e descontinuidades que, em parte sabemos, deram origem ao projeto da rede Justa Trama.

Heller retorna às linhas dos textos marxistas para resgatar questões deixadas de lado pelo marxismo oficial, questões que não poderiam ter sido colocadas por Marx em seu tempo (Patto, 1996). A partir da análise filosófica da vida cotidiana, ela questiona a classe operária como o sujeito estrito da história. Para a autora, conforme Patto (1993):

o sujeito da história não é estritamente a classe operária; é todo e qualquer grupo que seja objeto de exploração, de dominação, discriminação, que careça das condições de vida prometidas pelo liberalismo, mas não realizadas pela sociedade capitalista (p. 124)

Heller vai além na atualização dos textos marxistas. Revê, por exemplo, a utopia de uma sociedade sem Estado e sem produção de mercadorias: “A questão agora é outra: que Estado queremos construir e que tipo de relações de produção de mercadorias queremos implantar” (Patto, 1996. p. 134).

Por *carecimentos radicais*, Agnes Heller compreende basicamente todas aquelas necessidades nascidas no seio da sociedade capitalista, em seu desenvolvimento, mas que não podem ser satisfeitas dentro de seus limites (Heller, 1982). Em seus dizeres, trata-se de uma teoria aberta, e que estende o conceito marxista de *sujeito da história* a outros grupos, para além do proletariado:

do ponto de vista da práxis, faz depender apenas dos carecimentos, dos conteúdos expressos, do grau de consciência adquirido, o caráter revolucionário de uma classe, de um estrato social e dos programas políticos dos partidos e dos movimentos. (Heller, 1982. p. 134)

⁶⁹ Retornaremos à teoria helleriana e a estes conceitos, em particular, de modo mais detido, no último capítulo.

É também Agnes Heller (1982) quem sublinha a importância do que chamou de *pequenos grupos*. Para ela, a revolução passa pela participação, pela *práxis* como ação transformadora e consciente, num processo lento, molecular e dialético, na tentativa de questionar as relações de poder e de atender os carecimentos radicais (Patto, 1993; 1996). É no cerne das pequenas conquistas na vida cotidiana destes grupos que pode se dar, para Heller, uma relação libertadora, de superação da condição de alienação e da inconsciência dela, por meio da prática política:

É no plano de um trabalho invisível em pequenos grupos que se toma consciência da alienação e de que é agindo que se acaba com ela. Desta forma, invalida uma leitura de Marx segundo a qual há uma seqüência mecânica de modos de produção. **No contexto de suas ideias, a revolução é possibilidade e não destino e se fará na vida cotidiana.** Esta possibilidade não é natural, mas depende da práxis, ou seja, da ação transformadora consciente. (Patto, 1996. p. 144) [grifo nosso]

Trata-se de uma suspeita, portanto, que a emergência histórica da rede Justa Trama seja exemplo deste processo; porque surgido no seio de um pequeno grupo de costureiras, organizado politicamente em autogestão; porque, como veremos, enfrentavam dificuldades agudas no cotidiano de trabalho; e porque tinham, em seu interior, a consciência das contradições vividas, de um lado, e da possibilidade de serem sujeitos de mudança, de outro. Bom lembrar, estas trabalhadoras já haviam passado por todo o processo de construção da cooperativa Univens, sortido de indeterminações e de desafios cotidianos.

Ainda da pesquisa anterior, desenvolvida nesta cooperativa de costura (Andrada, 2009a), emergem informações importantes para compreender os processos que deram origem à Justa Trama. Nos trechos abaixo, Nelsa fala primeiro do intenso ritmo de trabalho vivido à época e da necessidade urgente de mudar este quadro. Em nome da saúde e da renda das costureiras, era preciso ganhar mais e trabalhar menos. No trecho seguinte, depoimento colhido meses mais tarde, já era possível ver, despontada no horizonte, o que ela chamou de ‘luz do algodão’ (alusão ao projeto que mais tarde deu origem à rede Justa Trama). E, no último trecho, num exemplo de consciência crítica, ela nos chama a pensar o que pode ser entendido no cotidiano de trabalho como uma “vivência socialista”:

Hoje eu acho que a gente está numa fase!... [tom entusiasmado] Só que a gente tinha que tentar fazer com que o nosso ritmo de trabalho pudesse render mais, trabalhando menos horas. Eu acho que a gente tem uma carga horária que está sendo terrível. [...] Eu não sei como a gente podia conciliar, porque a gente tem vontade de desenvolver outro produto, mas não consegue ter tempo pra isso. [...] A gente tinha que agregar mais valor no nosso produto e ter uma carga de horário menor. [...] Mas não tem como tu pegar e dizer assim: “Olha, nós não vamos pegar esse serviço aqui”. [...] Porque estabelece uma relação afetiva também com as pessoas [clientes], é difícil. [...] Daí o pessoal fala assim “Por que vocês não colocam mais

gente, daí vocês trabalham menos?” Só que, Cris, a renda que a gente tem, ela deve ser preservada [...] Então temos que agregar valores. Se nós conseguirmos agregar valores, nós podemos colocar mais gente. (Nelsa) (Andrada, 2009a, p.119-120)

Aí veio essa luz, do algodão [projeto da cadeia produtiva solidária do algodão]. Porque a gente sempre falou que tinha que buscar isso, da gente poder ter a matéria-prima. Sempre que se falava em redes a gente imaginava alguma coisa, mas não imaginávamos nunca que isso pudesse ser algo viável um dia. Que pudéssemos ter algum contato nas pontas, sabe? [...] Nessa última ida pra São Paulo, pudemos conhecer o pessoal da Textilcooper [cooperativa de tecelagem] e o pessoal da Cones [cooperativa de fiação] [...] a gente pôde ver que isso pode ser bem concreto, isso de fazer um produto 100% solidário. [...] E isso empolga, sabe? Empolga qualquer um. [...] E acho que dá pra trabalhar, agregar valores aqui dentro, mas não só, pensando fora daqui também. (Nelsa) (Andrada, 2009a, p.120-121) [grifos nossos]

Eu pensei muito, sabe? O quê é isso, quando a gente fala em socialismo? O quê que é? É uma sociedade onde não tenha ninguém se explorando, onde a gente consiga ter uma vida decente, onde a gente tenha valores como pessoa, onde acima de tudo se coloque a pessoa. Puxa, se é isso, então eu entendo que o quê a gente tenta construir dentro do Cooperativismo é isso, é a vivência socialista. [...] E ter um trabalho assim é tão bom... Isso a gente discute muito na cooperativa. (Nelsa) (Andrada, 2009a, p. 174) [grifos nossos]

*

De fato, ao longo dos anos de contato com parte das trabalhadoras que hoje compõe a Justa Trama, campo desta pesquisa, vimos como aos poucos os projetos de ação política do grupo vêm assumindo materialidade, em meio a contradições e a muitos desafios.

Os depoimentos colhidos na pesquisa anterior e algumas experiências de campo da pesquisa atual podem servir de exemplo da consciência que o grupo possui sobre suas condições e perspectivas como classe trabalhadora e como sujeitos potenciais da História, sempre a partir das circunstâncias dadas, algumas também construídas por elas. Por isso pensamos, com Marilena Chauí, que:

a necessidade histórica no marxismo nada tem a ver com uma causalidade do tipo físico, na qual antecedentes determinam as conseqüências. [...] Sem a consciência das contradições e sem a decisão de mudar, a história não cessará de repetir, cada vez mais violentamente, as mesmas contradições. (Comunicação Pessoal, aula ministrada em 08/12/2009)

E é por meio desta pesquisa, e na companhia das concepções aqui apresentadas, que propomos estudar como são tecidos os fenômenos de trabalho e de política da Justa Trama. Porque enquanto trabalham fazem política. E enquanto resistem às teias de um sistema excludente, instituem História. Como se dão estes processos, nas tramas do cotidiano, é o que pretendemos examinar, junto de seus sujeitos, os trabalhadores da rede.

1. *Diário de Tauá: Onde a Justa Trama acontece? O cotidiano dos elos e da cadeia*⁷⁰

Nós temos um princípio aqui: o da recuperação do nosso solo, de trazer uma agricultura diferente, preservando a natureza. Nós passamos 500 anos ou mais trabalhando de forma a levar um desgaste muito grande ao nosso solo. [...] E quando se fala da preservação da natureza, é claro, é evidente, que aí, o homem, a mulher, estão acima de tudo. [...] É aí que a gente quer chegar: que um dia nós possamos ver um envolvimento maior, da sociedade como um todo, nisso. - Lino (agricultor e presidente da Adec)

Em março de 2010, fizemos a primeira viagem de campo⁷¹. Saímos de São Paulo rumo a Tauá⁷², no semi-árido cearense, a 337 km de Fortaleza, no *Sertão dos Inhamuns*. O objetivo era conhecer o primeiro elo da Justa Trama⁷³, formado pelos agricultores familiares associados à Adec, responsável pelo plantio e beneficiamento do algodão agroecológico⁷⁴.

Como veremos, esta incursão revelou a complexidade da realidade local e ensinou-nos muito, não apenas em termos formais. Mas também nos levou a questionar qual *o lugar do cotidiano político da Justa Trama* e, neste sentido, que estratégia metodológica teríamos que adotar para estabelecer contato com ele.

1.1. A chegada à associação de agricultores e os primeiros contatos em campo

A sede da Adec é uma casa branca, de esquina. Entra-se nela por um pátio amplo, quadrado, que nos conduz a uma generosa varanda. No centro dela, uma mesa de reuniões chama a atenção; parece uma protagonista do lugar. Nas paredes, murais e cartazes informativos. Numa lousa há um quadro com a agenda da semana; encontro meu nome entre os eventos. Tudo sugere ser um espaço de muitos, de um coletivo. [Diário de Campo, Tauá, 26/03/2010]

⁷⁰ Este texto foi elaborado a partir das anotações do Diário de Campo (pp. 01-25). Também teve como fontes duas entrevistas (uma coletiva e outra individual) cujos áudios foram gravados e posteriormente transcritos.

⁷¹ Este plural devo a Egeu Esteves, colaborador nesta primeira viagem.

⁷² Formalmente de pequeno porte, Tauá tem cerca de 55 mil habitantes e é um importante centro regional.

⁷³ Nos quatro dias em que ali estivemos, aprendi muito sobre agroecologia e sobre o modo de vida sertanejo. Tive a boa sorte de encontrar pessoas generosas e pacientes comigo, que sequer havia visto um pé-de-algodão. Conversei com agricultores, com técnicos que os assessoram em agroecologia e com dirigentes da associação.

⁷⁴ Segundo o ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria em agroecologia, parceira da Adec e pioneira no assunto na região, “as lavouras de algodão são campeãs mundiais no uso de agrotóxicos, provocando intoxicação e morte de milhares de agricultores e agricultoras, pássaros, peixes, insetos e muitos outros animais, além de poluir o ar, o solo e as fontes d’água. Por estas razões, desde o final dos anos 80, milhares de agricultores em cerca de 20 países do mundo vêm se conscientizando da necessidade de cultivar algodão em bases orgânicas ou ecológicas. [...] Essa proposta compreende um conjunto de tecnologias em que se destacam: plantio em nível, enfileiramento de restos de culturas também em nível e, quando necessária, valetas de retenção; plantio do algodão nas primeiras chuvas, em consórcio com culturas alimentares [...]; plantio de variedades precoces de algodão [...] adubação com esterco de gado, quando possível; adubação foliar com calda nutritiva ou biofertilizante [...] O objetivo é gerar renda através da venda de produtos no mercado, em especial o algodão, com maior valor agregado; diversificar a oferta de alimentos saudáveis para as famílias que dele participam e melhorar a qualidade do solo nas áreas trabalhadas. O algodão e outros produtos quando comercializados no mercado orgânico obtêm preços vantajosos em relação aos produtos convencionais.” Disponível em: <http://www.esplar.org.br/projetos/agroecologicos.htm> acessado em 22/09/2011.

Aos poucos se aproximam Rogaciano e S. Chiquinho, com quem havia falado por telefone. Somos conduzidos à grande mesa da varanda. [...] Conteí da experiência com a Economia Solidária, com a Univens [...] do privilégio de ver a ideia da Justa Trama nascer e de, anos depois, estar com eles, que a realizam todos os dias. Digo que a história deles impressiona quem a ouve e que, sobretudo, estou aqui para aprender com eles. [...] Chagas prontamente se dispôs a nos acompanhar no domingo. [...] Objetivamente acordamos com Rogaciano também a visita a dois agricultores amanhã. [...] Antes de nos despedir, comenta que havia se questionado sobre o interesse de uma psicóloga por agricultores mas, depois da conversa, entendeu. [Diário de Campo, Tauá, 26/03/2010]

Este primeiro encontro permite alcançar as notas que modularam a viagem, ao menos na relação comigo e com a pesquisa. Assim como a recepção, os momentos seguintes também foram de cordialidade e de colaboração. Podemos afirmar que não houve, ainda nesta incursão, um ‘rito de passagem’, de que tratam os textos antropológicos, e que sentimos em experiências anteriores (Andrada, 2009a).⁷⁵

1.2. Na visita aos agricultores, aulas sobre agroecologia: mais saúde, autonomia e renda

“O valor pago é maior. E esse [valor] é importante também!” - S. Rosendo (Adec)

Seguem abaixo narrativas do rico contato que tivemos com os agricultores. Todos eles foram veementes em afirmar que o trabalho com agroecologia, promovido pela Adec, associada à Justa Trama, garante maior renda e melhor condição de trabalho. Os relatos revelaram também, lado a lado, as agruras do cotidiano dos trabalhadores rurais e a engenhosidade e a força do povo sertanejo, como ensinou D. Moza (Adec), agricultora com quem conversamos.

Nas quatro visitas a famílias de agricultores que fizemos surpreendeu o impacto do trabalho de extensão rural da Adec, refletido nas palavras do S. Rosendo: “*eu aprendi a plantar*”, ditas do alto de seus 81 anos. Entre as muitas semelhanças, reconhecemos em todas elas a garantia promovida pelo *consórcio de culturas*, como nos explicou S. Raimundo. Exemplo disso foi o contraste entre a força do gergelim de S. Rosendo ao lado do milho, mirrado pela última seca.

Também foi possível verificar na experiência de todos eles, e em meio a muitas dificuldades, outros frutos da produção agroecológica: maior renda, maior autonomia (menor dependência econômica dos pesticidas e adubos químicos e das sementes modificadas), e também menores taxas de adoecimento em decorrência da contaminação com esses

⁷⁵ À época escrevemos: “Tal fato dispara algumas suposições que por ora ficam em suspensão. Por exemplo, que este processo de negociação talvez ocorra depois, num espaço político mais amplo da cadeia, uma vez que a

agrotóxicos. Como afirmou D. Moza: “*Pro meio ambiente e pras novas gerações. É pra eles que são os maiores ganhos com a agroecologia.*”

Visita a S. Raimundo e D. Maria Raimunda

Casinha branca, pequena, é aberta para um largo que parece uma vila. Bem perto há um açude de onde avistamos mulheres lavando roupa na outra margem⁷⁶. [...] Quem nos recebe é D. Maria Raimunda. Quando a vi, já sorria para Rogaciano [técnico da Adec], por quem parece nutrir afeição. [...] A casa é de uma simplicidade tocante, ao menos para quem vem da opulência dos grandes centros. Não que falte algo essencial; chama a atenção a pequena quantidade de objetos e móveis. Mas é D. Raimunda quem estendia a mão em ofertas: ‘*Sentem-se; fiquem à vontade. Olhe só, minha filha, uma água geladinha.*’ O caminho da casa para a roça da família revelou-se mais desafiador do que supúnhamos. [...] Encontramos S. Raimundo sozinho, trabalhando no alto das terras. Chapéu de palha na cabeça, camisa puída, mas de manga longa, que é pra se proteger do sol. Não esqueço seus pés, descalços, sobre a terra quente. Vi que S. Raimundo escolhia com zelo onde pisar e cuidei de fazer o mesmo. É que os pés-de-algodão e das outras culturas surgiam ali, pequenos e teimosos, desafiando a seca. À saída, notei seus chinelos, dispostos junto da porteira da roça. Ao ver o calçado ali, do lado de fora, pensei no recato que algumas culturas têm com as áreas íntimas, lugares caros demais para serem pisados com sapatos. [Diário de Campo, Tauá, 27/03/2010]

S. Raimundo mostrou naturalidade e simpatia com a visita inesperada⁷⁷. Logo vai mostrando os pés de algodão, enfileirados em ‘carreiras’ [...] Foi um dos poucos que apostou no plantio precoce, mesmo com o prenúncio de poucas chuvas: ‘*estas são de 02 de fevereiro; veja só como já estão! São ligeiras!*’ Falei do meu interesse em conhecer a experiência deles e pedi desculpas pela ignorância. [...] Ao falar da pesquisa e dos outros elos da cadeia, S. Raimundo me interpela: ‘**Bom! Pra eles saberem deste trabalho todo, do tanto que a gente faz pra eles terem aquele algodão bom, sem nadinha de veneno, agroecológico mesmo.**’ [Diário de Campo, Tauá, 27/03/2010]



Foto 15. Com S. Raimundo.

pesquisa a tem como foco (não os elos) e que os primeiros contatos estabeleceram-se com as ‘lideranças nacionais’” [Diário de Campo, Tauá (CE), 26/03/2010.]

⁷⁶ Mais tarde S. Raimundo apontou-nos o açude e disse: “*deu muito trabalho, afundei todas minhas reservas aí, mas ficou bom, viu?*” “*Foi o senhor quem fez?*” “*Sim, com ajuda, com o trator do pessoal, mas fizemos.*”

⁷⁷ Soubemos nesta ocasião que os agricultores da Adec são muito visitados. Na semana anterior havia estado “um grupo de noruegueses”. [Diário de Campo, Tauá (CE), 27/03/2010]

‘*A dificuldade maior é o bicudo, sem dúvida.*’ A praga que atormenta os produtores desde os anos oitenta foi tema amplamente desenvolvido por S. Raimundo. Explicou que a larva se instala no botão novo da flor, suga sua seiva até fazê-lo murchar e cair. Disse-nos que **o cultivo agroecológico exige muito trabalho, porque o controle do bicudo tem que ser todo manual**. Isto significa passar recolhendo as larvas do chão a cada três dias, para evitar a proliferação da praga, e verificar um a um, cada pé, para ver se há novos furos em seus botões. [Diário de Campo, Tauá, 27/03/2010]

Entre as vantagens do cultivo agroecológico, ele destacou o preço: “*trabalhar com algodão agroecológico compensa porque o preço compensa, ele paga esse trabalho todo*⁷⁸; *enquanto que o tradicional, não; você fica dependente do veneno, que é caro, e tira muito pouco.*” S. Raimundo frisou ainda que isto só é possível pelo trabalho associativo da Adec: “*os compradores não estão interessados em pequenas quantias, eles querem saber de toneladas, aí a gente não dá conta.*” Outro benefício da agroecologia, para ele, é também uma de suas exigências: o **consórcio de culturas**⁷⁹. Ele mesmo produz uma variedade impressionante de coisas: algodão, feijão, milho, gergelim, melancia, além de mel (até 500 kg por ano): “*Isso é bom porque se um vai mal o outro garante. Sempre tem alguma garantia*”. O milho desta safra, por exemplo, foi todo perdido pela seca⁸⁰. [Diário de Campo, Tauá, 27/03/2010]

Visita a S. Rosendo e D. Graça

Chagas conta que eles não são donos das terras, cuidam das terras de outrem, desde 1995. Passando a porteira azul [...] encontramos a casinha branca, muito simples, com porcos e galinhas na varanda. S. Rosendo acabara de chegar da roça [...] Recebeu-nos tímido, mas logo nos convidou a sentar. Estava visivelmente abatido. A falta de chuvas das últimas semanas o fez perder o milho e o algodão não crescia. Segundo Chagas, além do mau tempo, o solo ali é arenoso demais. [Diário de Campo, Tauá, 29/03/2010]

A roça do S. Rosendo... parece um lugar sacro. Lá só ele costuma entrar. Tudo era de um zelo sutil. Trabalha sozinho, junto de seus 81 anos. Acorda à uma e meia da manhã e vai para a roça às 5h, ainda no escuro. D. Graça nos levou até lá. [...] Falava pouco; expressava-se com o rosto todo ao apontar as culturas, ora com gosto, ora com pesar: o gergelim estava bonito! O milho, mirrado, só serviria aos animais. O algodão, apesar de pequeno, estava saudável. D. Graça mostrou-nos também o pepino, o jerimum, o melão, a melancia e o feijão. Além da criação de animais, poucos e variados: porco, galinha, pato, cabra e o jegue, claro, que reconhece o dono e o segue para todo lado. [Diário de Campo, Tauá, 29/03/2010]

⁷⁸ A Adec pagava à época R\$27,00/arroba de algodão agroecológico ao agricultor associado, enquanto a usina local paga R\$13,00/arroba pelo algodão tradicional. Segundo Pedro Jorge Lima (ESPLAR), especialista em agroecologia, o algodão da Justa Trama é comercializado pelo maior preço que se tem notícia, mesmo comparado com o algodão egípcio (NAPES, 2009).

⁷⁹ Segundo o ESPLAR: “O algodão é cultivado em sistemas consorciados com culturas alimentares como milho, feijão, gergelim e guandu, além de espécies arbóreas como nim e leucena. Nesses sistemas consorciados os agricultores/as empregam técnicas de conservação do solo, adubação orgânica, manejo ecológico de pragas e promovem a diversificação de culturas, o que resulta na colheita de produtos livres de resíduos químicos”. <http://www.esplar.org.br/projetos/agroecologicos.htm> acessado em 22/09/2011.

⁸⁰ Antes de nos despedir, agradecidos, pergunto a S. Raimundo onde nasceu. Ele me diz que o mais longe que morou foi a uma légua dali: “*Conheço cada palmo disso aqui, tenho 68 anos, todos vividos aqui.*” Conta que seu pai veio para ser vaqueiro em 1959. Em 1973, o INCRA fez uma grande remarcação de terras, já que a área era de um único latifundiário, que pouco produzia. As famílias que trabalhavam na região, como meeiros ou como agregados, foram consultadas quanto ao interesse de receber e trabalhar em parcelas daquela terra – por isso, são chamados de “parceiros”. Mais tarde, Rogaciano explica que as frações não são iguais, que S. Raimundo possui terra de boa qualidade e de dimensões razoáveis, mas que nem todas as famílias tiveram a mesma sorte, tema mais tarde apontado por Chagas como uma das dificuldades enfrentadas no trabalho da Adec.



Foto 16. Com Chagas, D. Graça e S. Rosendo.

Pergunto a ele como é trabalhar com agroecologia: ‘Eu aprendi a plantar’ [risos] *‘Como assim, S. Rosendo?’* É que antes, ele usava o ‘método convencional’. *‘Eu aprendi a fazer diferente. [...] Por exemplo, eu ia direto, sem curva [de nível].’* *‘E qual a maior diferença, S. Rosendo?’* *‘O valor é maior.’* *‘Mas tem outros valores além deste, do dinheiro?’* pergunta Chagas. *‘Ah, mas esse é importante também!’*, diz ele. Tiramos fotos. S. Rosendo, visivelmente mais animado, escolhia os pés de planta para servirem de cenário. Depois, posava orgulhoso. Antes de nos despedir, D. Graça pediu para ver as fotos, menos encabulada. Foi um momento bom. Ambos gostaram muito de se verem nas imagens, rimos juntos dos comentários de um e de outro, e nos despedimos, agradecendo a acolhida. [Diário de Campo, Tauá, 29/03/2010]

1.3. Os múltiplos trabalhos da Adec: o ponto de vista dos técnicos

“nós tiramos leite de pedra todo dia aqui, há anos.”

Lino (presidente da Adec)

Em diversos momentos, surgiu a impressão de estar diante não de um, mas de pelo menos dois elos da Justa Trama. A Adec exerce múltiplas funções: de um lado, compra e beneficia o algodão agroecológico produzido por seus associados; de outro, o comercializa. Para isso, cuida dos burocráticos e onerosos trâmites com as certificadoras⁸¹ e presta assessoria técnica em agroecologia aos sócios, em condições, aliás, bastante precárias.

Rogaciano e Chagas são técnicos que trabalham em ambos os eixos, remunerados com verba de um projeto de cooperação com uma instituição internacional, que periodicamente pondera sua renovação, o que acarreta numa condição bastante instável de trabalho. Para

⁸¹ A certificação agroecológica é conferida pelo IBD - Instituto Bio Dinâmico. Já a chamada ‘certificação social’ é outorgada pela agência FLO (Fairtrade Labelling Organizations) que, entre outras coisas, pretende assegurar aos compradores que não houve violação de direitos humanos e trabalhistas fundamentais no processo produtivo, como utilização de mão-de-obra escrava ou infantil. Vale frisar que estas certificações não são exigência da Justa Trama, mas de clientes europeus, do chamado *fair trade*, como um fabricante francês de calçados. Ouvimos diversas vezes, nesses dias de campo, menções às duras exigências deste processo de certificação. Segundo Rogaciano: *“E agora tem a certificação, que é uma coisa que tem mais exigência do que a própria exigência da gente, porque nós temos já os nossos critérios, que tem que ser seguidos [os da agroecologia].”*

realizá-lo, contam apenas e recentemente com uma moto. A verba para o transporte não é muita e as distâncias entre as propriedades podem chegar a mais de 100 km uma da outra. Os longos percursos são feitos a diário, no calor das estradinhas do sertão, às vezes em dupla, levando no colo “*o que conseguir carregar*”. E esta é apenas uma entre as tantas funções que têm que cumprir cotidianamente:

A gente faz tudo. Vai fazer parte da inspeção [o controle interno exigida pela certificadora]. Tem que ir pro campo [...] Tem o beneficiamento [...] Desde quando o algodão está lá na propriedade até chegar aqui, tem que estar acompanhando direto. Identificação, códigos, controle de estoque. Tudo é a gente quem faz. – Rogaciano (Adec), em entrevista]

Os seguintes trechos revelam mais sobre o trabalho e a política neste elo da Justa Trama, a partir dos contatos que tivemos com seus técnicos e dirigentes.

É preciso destacar, desde já, um questionamento que crescia nestes dias de campo. Enquanto tomava contato com a realidade cotidiana e histórica da Adec, mas me sentia enredada às idiossincrasias locais e me perguntava: “*Onde está a Justa Trama? Onde a cadeia acontece?*” “*Como ela se faz presente nos elos?*” Parte das respostas a essas questões vão aparecendo devagar, em especial, no relato da história de dificuldades da Associação.

Com Chagas, enduro de moto e conversa sobre trabalho e política na Adec. Domingo de manhã. Era Chagas, numa visita inesperada. [...] Fala do enduro de moto que está mobilizando a cidade. Depois do enduro [...] nos convida para tomar uma cerveja num bar em frente, desses com sinuca e som alto. [...] Ficamos horas conversando [...] Falamos da situação dos agricultores com a seca, do cotidiano e dos desafios do trabalho que realizam, da relação com outras instituições e da política interna da Associação, que vive tensões há anos⁸². **Das dificuldades do cotidiano de trabalho: ‘A dificuldade não é a adesão, mas a permanência dos agricultores [na agroecologia]’.** Segundo Chagas, o trabalho em consórcio de culturas exige mais do agricultor, que já é muito assediado por vendedores de agrotóxicos de toda ordem. Para ele, é necessário mantê-los envolvidos com a proposta, por exemplo, por meio de ‘dias de campo’, visitas técnicas e outras atividades de formação. **A desigualdade entre os lotes é outro problema** nos assentamentos atuais. Apenas 35 hectares, pouco, considerando as condições geográficas das terras. Falo da importância do trabalho de extensão rural que realizam; ele aponta outras condições como igualmente importantes, como as de **infraestrutura**: recursos como o escarificador e o cultivador (a tração animal): *‘mesmo no momento da chuva, para quem não tem acesso a esses recursos, é muito difícil conseguir plantar’*. [...] Segundo ele, **como a propriedade toda precisa ser agroecológica para obter a certificação, é preciso garantir a compra de toda a produção consorciada [não apenas do algodão], e com adicional de pelo menos 30% por ser agroecológico.** Diz-nos que há demanda por produtos orgânicos em Fortaleza (o milho, por ex.), mas não localmente: *‘garantia de compra não se faz da noite pro dia’*. [Diário de Campo, Tauá, 28/03/2010]

Das novas ações (políticas) e das dificuldades para realizá-las: Chagas falou da ideia de construir ‘unidades de demonstração’ pelo município, como uma forma de sensibilizar os

⁸² Outras pessoas também nos falaram da difícil política interna da Associação. Avaliamos, no entanto, que seria não apenas desnecessário mas inadequado expô-las aqui. Primeiro, pensamos que as relações de trabalho e de política locais interessam enquanto estiverem referidas aos outros elos e ao eixo central da cadeia. E, em segundo lugar, pensamos como Florence Weber (2009), que nem tudo deve ser publicado: “censurar a publicação [do diário de campo] permite não censurar a escrita” (p. 157).

agricultores, de atrair novos financiadores, testar sementes etc.: ‘*onde eles pudessem ir para ver como se faz*’. Esta ideia foi um exemplo do grande envolvimento de Chagas com o projeto [...] mas ele a relata para ilustrar, junto de outras situações, a falta de condições políticas para realizá-las. Ao final, relembramos um ditado regional: ‘*a vida é como rapadura, é doce mas é dura*’. [Diário de Campo, Tauá, 28/03/2010]

Essas dificuldades nos fazem pensar nas condições peculiares que a realização de ações políticas exige, como um espaço público compartilhado em torno da possibilidade de expressão entre iguais – e ao mesmo tempo diferentes - e em torno da crença, ainda que frágil, em alguma possibilidade de entendimento (Arendt, 2000). Também é preciso prever, no intercurso das expressões políticas, ou seja, da exposição das diferenças presentes, momentos de encontro e de desencontro, de comunhão e de conflito. Segundo Hannah Arendt (2009), “Onde quer que os seres humanos se juntem – em particular ou socialmente, em público ou politicamente – gera-se um espaço que simultaneamente os reúne e os separa” (p. 159).

1.4. Roda de conversa na sede: história talhada pelas dificuldades

Não dá pra falar das conquistas e dos problemas sem falar da história. Porque se pegar a história, no decorrer do tempo, vão aparecendo as dificuldades. E essa dificuldade, que nós tivemos, foi muito grande. – Lino (Adec)

Há afirmações que portam muitos sentidos, um sobre o outro, como em camadas, camadas de significação. É possível acessar-lhes compreensões diferentes, ou mesmo complementares, a depender do lugar e do momento em que as ouvimos. Só depois de reler a história do grupo foi possível alcançar outros sentidos da frase de Lino, acima.

Os trechos abaixo tratam da história da Associação e de seus principais marcos. Eles são partes de uma boa e longa conversa, com dirigentes e técnicos da Associação⁸³. As balizas da história do grupo parecem mesmo ser os reveses porque passaram. Um aspecto, no entanto, parece ter sido determinante para mudar o curso da reprodução das dificuldades: *as relações de parcerias*. Neste sentido, e como veremos, a Justa Trama aparece na história recente, junto de outras instituições, como companhias políticas importantes para suportá-las ou superá-las. Veremos também como confiar em parceiros ‘de última hora’ gerou problemas graves.

*Nós estamos na terceira fase da Adec. Ela fundada em 1986, por um grupo de mulheres. [...] Eram muito freqüentes, as secas. Quando vinha trabalho, vinha mais para os homens e as mulheres ficavam de fora. Então começaram a se organizar no sentido de buscar um trabalho. E elas conseguiram fundar essa associação [...] **O Sindicato dos Trabalhadores Rurais era que articulava todo esse trabalho.** [...] Tinha grupo de confecção, de crochê, de tecelagem de rede [de pesca] [...] **Fizeram muitos produtos, mas a comercialização encolheu.** Lino*

⁸³ O áudio da conversa, ocorrida em 29/03/2010, foi gravado e transcrito (cerca de duas horas de gravação).

De 90 a 93, o Sindicato dos Trabalhadores encampou outra luta, que foi fazer um diagnóstico do município, pra ver a questão das áreas degradadas [degradação do solo]. A gente trabalhou pra que isto se tornasse o Plano de Desenvolvimento Agroecológico de Tauá, o PDA. [...] **Muitas instituições vieram nos apoiar e fizemos esse trabalho em toda a região.** Como era um 'sindicato dos trabalhadores rurais', acharam que isso ia demandar uma política assim, mais freqüente. Aí achou por bem transformar a Adec. Lino

Aí vieram os 'projetos de fora' [...] foi quando começou a cisterna de placa. Hoje é uma política pública. Unidades de caprinos e ovinos, os consórcios, tudo isso foi trabalhado nessa época. [...] pra implantar em áreas degradadas, no sentido de ir recuperando o solo e ir produzindo. A gente atuava por microrregiões. Chagas⁸⁴

Aí já é a segunda fase. Fomos trabalhando, pouco ainda, no plantio do algodão. Mas até esse período, quase todo mundo era assustado com o algodão por conta do aparecimento do bicudo, que tinha acabado com a lavoura. **Então ninguém mais queria saber de algodão. Ficava difícil encampar uma luta.** Lino

Aí com o ESPLAR começamos com uma área de pesquisa com consórcio de algodão mocó [agroecológico]. Isso em meio hectare e quatro agricultores! Foi em 97, 98. **Em 2000 nós já tínhamos 150 trabalhadores plantando o algodão. Aí fizemos uma parceria com quase todos os movimentos de Tauá:** Sindicatos, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, EMATERCE. Pra ver não só a produção, mas pensando na questão da comercialização. **E foi aí... uma grande frustração da gente. Porque no período mais necessário todo mundo puxou o tapete e ficou só a Adec. A gente ficou só.** Gerou expectativa, da gente ter esse apoio [...] E teve quem ainda vendeu a imagem da gente! Lino

A gente ficou com uma grande dificuldade. Produzimos mais de 30 toneladas de algodão em rama e tivemos condições de comprar só 12 toneladas. Nós tínhamos nesse período, uns 400 sócios. [...] Teve gente que quis tirar o algodão daqui de dentro e levar pra vender nas usinas. Um 18 ou 20 toneladas foi pras usinas vender no preço do convencional. **Então houve uma revolta muito grande dos próprios agricultores.** E aí em 2001, fomos obrigados a fazer um recadastramento [...] **Só ficaram 52 sócios.** Mas mesmo assim a gente achou por bem tocar o barco. [...] Ficaram aqueles que realmente queriam mesmo, que estavam apostando num novo jeito de se trabalhar, de tocar a agricultura. Lino

E a gente começou a trabalhar o contato com algumas empresas, com a possibilidade de firmar um contrato de compra do nosso produto. E também começamos a trabalhar a ampliação pra mais municípios no Estado do Ceará. Lino

Isso com o apoio mais decisivo do Esplar. [...] Ofereceram subsídio, de 2002 a 2005. [...] **Aí houve uma retomada, houve esse crescimento.** Nós agora já estávamos, no ano passado, com 170 agricultores associados. Chagas

No momento que as empresas vieram [empresas francesas compradoras de algodão], teve as discussões com os agricultores, os diretores da Adec, para calcular o custo de produzir um quilo de algodão. [...] **Depois veio a Justa Trama que apoiou, e que entrou no mesmo barco.** Chagas

[a Justa Trama é] Uma cadeia com o pé no chão, como diz a história. Os produtos voltam pra todos os elos [distribuição de renda], a gestão é todinha transparente. Ela tem vocação pra solidariedade... [...] Antes, em 2005 nós fizemos um contrato que rezava que uma empresa comprava 60% do nosso produto. [...] E, ao mesmo tempo, **a gente foi construindo a cadeia com a Justa Trama.** [...] **E a Justa Trama, a proposta dela sempre foi que o restante ela nos comprava** [garantia mínima de compra de 40%]. Lino

⁸⁴ A partir destas informações, entende-se melhor o processo de intervenção porque passou toda a região na última década, sintetizado por D. Moza: "Isso aqui melhorou muito, minha filha."

Entre as maiores dificuldades, “a mudança cultural”

Ao sabermos que atualmente toda a produção dos associados tem garantia de compra (compartilhada entre a Justa Trama e o cliente francês), perguntamos aos agricultores quais seriam, então, as dificuldades de se aumentar a produção e o número de associados. As respostas, em geral, apontavam dois aspectos: a grande variação climática da região e as exigências implicadas em se adotar os princípios da agroecologia:

S. Chiquinho fala da necessidade de uma ‘mudança cultural para se trabalhar com agroecologia’. Mais tarde, **Ivone concorda** e complementa: *‘Trabalho com agroecologia por princípio, desde meu pai. Mas é muito difícil, Cris; é preciso mudar a cabeça do povo. Quando os noruegueses perguntaram o que precisávamos, eu disse que gostaria de uma escola de agroecologia para meus filhos e para os filhos dos associados. Para o nosso futuro’.* [Diário de Campo, Tauá, 29/03/2010]

*Quando a gente faz as sensibilizações [com os agricultores], mostra o que é a proposta, diz que o preço do algodão é bem diferente, então tem uma adesão grande. Às vezes, vêm 40, 50 pessoas, que querem plantar. Só que quando a gente vai aprofundando a proposta, discutindo os critérios que ele tem que assumir desde o preparo do solo, da escolha da semente, do tipo de planta, do sistema de plantio [...] que tem que ter a pulverização com as caldas, com os defensivos naturais e tudo mais. [...] É muita coisa, é muito trabalho. Muita gente logo fala: ‘É muita exigência.’ E sai. [...] Sempre tem aquele que permanece firme, que entendeu a proposta, que ficou consciente. **Porque você praticar agroecologia é uma mudança total da vida. É um jeito diferente de trabalhar, de viver, de tudo. Você vai pensar tudo diferente. Então, pra você assumir isso aí, é demais de complicado.*** Rogaciano

Entre dificuldades e ameaças, projetos de novas ações políticas

Em meio ao relato da história da Associação, surgem mencionados vários “sonhos” ou, em outras palavras, projetos políticos de novas ações⁸⁵. Abaixo relacionamos três deles, também para exemplificar que, apesar de importante, a Justa Trama não é o único projeto político dos agricultores:

*Pra fixar mais os agricultores na atividade [...] [precisamos] trabalhar e comercializar os outros produtos da mesma área, que é o milho, o feijão, e o gergelim. A gente já comercializa um pouco. Naquela prensa ali, a gente faz o óleo de gergelim. Quer dizer, é produto desse consórcio. [...] **E a gente também sonha em incentivar o consumo do gergelim que é um alimento rico, protéico.** [...] Nós estamos mobilizado uma oficina aqui. [...] A partir daí incentiva o comércio e o consumo.* Chagas

⁸⁵ Ao tratarmos da história da Adec, diversas pessoas frisaram a importância da atuação militante de Pedro Jorge Lima, agrônomo do Esplar. Nas palavras de Chagas: *“Sempre gosto de frisar a importância do Esplar, na pessoa do Pedro Jorge; ele foi o grande mentor dessa coisa. [...] como um pesquisador assíduo na questão do algodão e vendo essa política... Pra ir pra frente. Ele ainda é insistente nessa coisa. Ele não perde isso”*. Este fato nos remeteu ao que Hannah Arendt (2000) chama de os “iniciadores da ação”, a atividade humana política por excelência. Sobre o tema das lideranças no âmbito da rede e sobre “iniciadores da ação” trataremos adiante.

*A gente sempre pensou também de um dia trabalhar a cadeia do milho. A gente ter, do milho agroecológico, de todos os agricultores de Tauá e dos outros municípios, o vitamilho, aquele processo do milho pré-cozido. [...] **É um dos desafios. Mas dentro dos desafios tem sempre as ameaças.** Por exemplo, tem a produção transgênica [...] Então tem campo para a gente, tem desafios a serem enfrentados. **Agora, é preciso a gente cuidar seriamente de ter apoio. Porque sem apoio político, só com a vontade, a gente não faz.** Chagas*

Os sonhos para a Adec, por S. Chiquinho: Fortalecer as casas de sementes – ‘*são muito importantes na luta contra os transgênicos*’ - e atrair mais jovens e mulheres para a associação. Comenta preocupado que, com o aumento dos programas sociais de transferência de renda, os fóruns políticos locais, as lutas comunitárias, estão esvaziadas. [Diário de Campo, Tauá, 30/03/2010]

Com S. Chiquinho, lições sobre política e militância

Abaixo relatamos uma conversa que tivemos com S. Chiquinho, ao final da reunião; das experiências mais gratificantes da viagem.

Em 80 anos, S. Chiquinho lutou, perdeu e conquistou muito também. 15 filhos, 13 netos, 5 ‘entidades políticas’. [...]. Hoje é tesoureiro da Adec e um de seus fundadores: ‘*Em tudo que ajudei a fundar eu me mantenho.*’ Pensou em sair da Adec em momentos de crise mas decidiu ficar: ‘*Pensei: vou ver se melhoro essa situação.*’ Quando as pessoas dizem para ele amainar o passo da militância, retruca: ‘*Deixe que meu destino é esse. Enquanto eu puder me bulir, vou seguir na luta.*’ Ele me faz pensar na importância do **engajamento político nas horas de descontinuidades, no enfrentamento das contradições e crises internas.** São ações penosas, menos benfazejas à vaidade individual. Mas do ponto de vista histórico, devem ser aquelas resistências que de tão improváveis, podem chegar a vergar relações de poder. [Diário de Campo, Tauá, 30/03/2010]

Pergunto a ele **o que o inspira a lutar:** ‘*O que anima a gente é ser surpreendido quando achamos que não vamos conseguir e, com o nosso trabalho, ver o pessoal que estava desanimado, reacender. Sabe, me sinto como o beija-flor na lenda do incêndio. Faço minha parte.*’ – S. Chiquinho (Adec), em entrevista.

Com voz suave, S. Chiquinho aponta **condições importantes para a política.** A partilha coletiva de um sonho é uma delas: ‘*às vezes a gente sonha tanto que se finda junto com o sonho que quer realizar. Mas quando o sonho é grande, ele se distribui na realidade toda.*’ Outra condição importante, segundo ele, é o apoio da família: fala dos filhos, dos netos e, muito sentido, da perda da esposa e grande companheira. [Diário de Campo, Tauá, 30/03/2010]

1.5 Práticas comerciais numa rede não-capitalista: os elos e a rede

Um das dificuldades que a gente encontra, por exemplo, é a questão financeira [...] A gente não tem capital de giro. A gente vai se virando com os 40% que as empresas adiantam. [...] Em 2009, eles adiantaram quase 100%. A Justa Trama adiantou 100%. E a [empresa francesa] adiantou 60% ao invés de 40%. Então elas estão muito além do compromisso. - Chagas

O exemplo acima evidencia como a participação numa rede não-capitalista ajudou os agricultores a enfrentar momentos de crise. Mais tarde outros exemplos aparecerão, e são muitos, tanto neste eixo (Adec - Justa Trama), como em outras conexões da rede.

Esta viagem revelou-nos também, como são múltiplas e complexas as relações locais, históricas e cotidianas, tanto em termos políticos quanto econômicos. Além de participar da Justa Trama, a Adec participa de outros coletivos e fóruns políticos, condizentes com seus princípios de militância e com suas atividades econômicas e comerciais⁸⁶. Fazer parte da Justa Trama é uma dimensão importante da vida cotidiana da Adec, mas não é a única e talvez não seja o eixo central. Entre outras coisas, este fato aponta para um aspecto indicial importante: o resguardo das diferenças e da autonomia dos elos talvez seja uma das mais importantes motivações para a intercooperação.

Ocorreu-nos um primeiro diagrama para ilustrar a rede. Mais que uma representação linear e unidimensional da ligação entre seus elos, parece adequado desenhá-la como uma teia formada por “áreas de contato” entre os empreendimentos. Frise-se que cada um deles participa de outras redes, como dissemos, e faz e comercializa outros produtos, em outros mercados, diferentes daqueles operados como Justa Trama. Sabemos também que alguns empreendimentos têm mais participação (econômica e/ou política) na Central que outros. Ou seja, a cadeia não abarca seus elos como um todo ou, em outras palavras, nenhum elo depende exclusivamente da rede, o que, do ponto de vista político, pode ser salutar.

⁸⁶ Além dos fóruns e parcerias já mencionados, a Adec é uma das proponentes do GAM – Grupo de Agroecologia e Mercado. Este fórum reúne representantes de instituições que trabalham com o tema em sete municípios do sertão central. Discutem-se e organizam-se ali ações coletivas diversas, tanto econômicas e comerciais, quanto políticas, como explica S. Lino: “o GAM tem um papel muito importante na continuidade do nosso projeto. Nós nos reunimos mensalmente pra ver todo o trabalho como é que está indo, em cada município, e programar as futuras [ações]. [...] A gente fez já com que fosse convocado uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, pra discutir as questões dos transgênicos.”

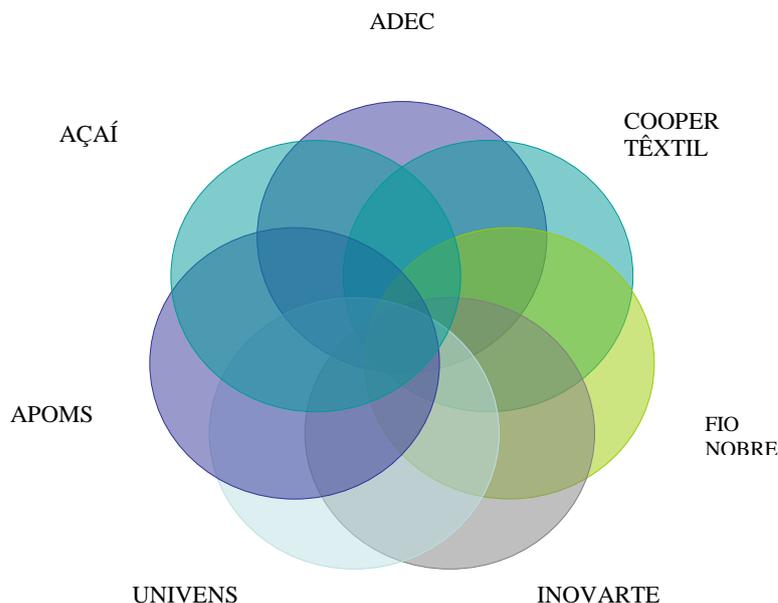


Figura 3 - Mais que um encadeamento linear entre os elos, sugerimos a representação da rede por meio de zonas de contato entre seus empreendimentos que, por sua vez, participam em outras redes locais e regionais. O núcleo central do diagrama, onde todos se encontram, representa a Central.

Um indício advindo desta viagem, portanto, pode ser descrito pelo seguinte questionamento: *onde a Justa Trama acontece* (principalmente em termos políticos)? Evidentemente, a cadeia não pode ser reduzida à soma de seus empreendimentos. Tampouco assume em cada elo o mesmo peso político e econômico, nem está representada simbolicamente da mesma maneira. Cada elo, por sua vez, possui suas peculiaridades políticas, econômicas, culturais etc., como vimos aqui. Embora interessante, esta viagem revelou-nos muito sobre a rica experiência da Adec, mas ainda pouco sobre a Justa Trama, principalmente sobre os aspectos políticos gerais da rede. Aliás, isso faz pensar que o mesmo pode ocorrer nas visitas aos outros elos.

Afinal, *onde está a Justa Trama? O quê, de fato, é a cadeia, em termos políticos, e em que espaços ela acontece e é politicamente desenhada?* Estas questões serão nossas companheiras daqui em diante, no ir-e-vir do campo.

1.6. Notas finais: ‘o personagem *Seca*’ e o povo sertanejo

Por fim, é preciso dizer o que tanto ouvimos: a região melhorou muito nos últimos anos, com investimentos públicos e de instituições não-governamentais. Segundo Chagas: “*Aqui era lata d’água na cabeça até 10 anos atrás*”. Ainda assim, para um olhar exterior, o protagonismo da seca na vida cotidiana sertaneja é notável, como mostram os trechos abaixo:

Passávamos com Rogaciano pelo distrito de Marrecas, entre as vilas de Baixa Verde e Juá. [...] Penso que a chuva (ou as saudades dela) ainda é personagem forte na vida sertaneja. E se tratarmos da vida de um agricultor, é o eixo central de sua atenção. **Nada pareceu abundante, apenas as dificuldades e a engenhosidade do povo sertanejo.** Já o uso criterioso da água e a leitura arguta dos indícios da terra e do céu são presença farta entre os agricultores. **Eles cavam açudes, levantam cisternas e, observando os movimentos das abelhas, das lagartas, dos pássaros e das árvores, orientam os seus de modo a ganhar a vida em meio aos ditames da seca.** [...] D. Moza ensinou: “*Olhe o juá como está verdinho. O inverno ainda se demora. Ele não gosta de cair na lama, não.*” [Diário de Campo, Tauá (CE), 27 e 29/03/2010]

Digo a D. Moza que o tempo pra ela parece maior, pelas atividades que faz ao longo de um dia. Ela olha-me fundo e pergunta o que eu conheço do semi-árido. Diante da parca resposta, sentença: ‘*Então você não conhece nada.*’ Me refiz do desconcerto enquanto encontrávamos lentamente, juntas, o rumo de uma boa conversa junto ao seu fogão à lenha. [...] À saída, ela estende para nós mangas frescas, recém-colhidas. [...] Deve ser desse equilíbrio sutil, entre força e generosidade, que se alimenta a resistência do povo do sertão. [Diário de Campo, Tauá, 29/03/2010]



Fotos 17 e 18. paisagens sertanejas da região de Tauá

2. *Diário de Fortaleza: o encontro com a rede e com seus fenômenos*⁸⁷

Não pude deixar de ouvir um diálogo curioso naquela tarde. Perguntam a Nelsa (Univens) qual é a meta da Justa Trama: *‘É um projeto político? É pra gerar renda?’* Assertiva, ela também questiona: *‘E não pode ser os dois?’*⁸⁸ [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

Tratou-se da segunda viagem de campo, talvez a mais relevante. Nesta incursão, de cinco dias a Fortaleza (CE), em agosto de 2010, acompanhamos duas atividades das quais participou a Justa Trama. Ambas tinham um caráter político e contaram com a presença de representantes de todos os elos - em alguns casos, mais de uma pessoa por empreendimento.

Diferente da primeira viagem, proposta e organizada para atender aos propósitos da pesquisa, a agenda desta incursão foi planejada pela direção da Justa Trama que, sensível ao nosso interesse, nos permitiu acompanhá-la. Este é um aspecto fundamental como veremos.

A primeira e principal atividade foi a reunião nacional da Justa Trama, encontro anual de representantes de todos os elos da rede que objetiva avaliar o período anterior e planejar o vindouro. Trata-se de uma atividade fechada, que durou praticamente três dias, ocorrida na sede do ESPLAR, parceiro político da rede. A pauta deste encontro incluiu uma visita a Quixadá (CE), a 170 km da capital, para um encontro com agricultores associados à Adec.

A segunda atividade que acompanhamos nesta viagem foi o III Encontro do Setorial da Confecção e Têxtil da UNISOL, central de empreendimentos à qual a cadeia é filiada⁸⁹. Esta reunião durou dois dias e aconteceu no *Retiro das Irmãs Josefínas*, um convento que também nos serviu de alojamento. O evento reuniu mais de sessenta representantes de cooperativas destes setores, de todas as regiões do país. Trata-se de um fórum amplo, que busca intensificar os intercâmbios entre os empreendimentos, inclusive a formação de outras redes e cadeias. Interessou-nos especialmente acompanhar a participação dos representantes

⁸⁷ Este texto foi elaborado a partir da revisão das anotações do Diário de Campo da pesquisa (pp. 26-62).

⁸⁸ “À saída do almoço, tive breve conversa com uma representante de uma organização de fomento à Economia Solidária. Sagaz, presenteou-me com alertas importantes: *‘Hoy me queda clarissimo que Justa Trama tiene como principios algo distinto, mayor que generar renta.’* Falo em ‘cadeias produtivas’, no plural. Ela me corrige: *‘He viajado por varios paises y no conozco nada parecido.’*” [Diário de Campo, Fortaleza, 09/08/2010]

⁸⁹ Num intervalo desta atividade, um episódio ilustra-a muito bem. Nelsa (Univens) aproxima-se de nós [Terezinha (Univens), Ismael (Fio Nobre) e eu] e diz: *‘Como estão boas as falas do pessoal da Justa Trama, né?’* E é fato, destacaram-se muito politicamente: Lino (Adec) no debate da fala de Pedro Jorge, sobre agroecologia, Terezinha e Ismael no debate sobre organização política, e Nelsa, na condução dos trabalhos. É preciso dizer que senti rapidamente a mudança de arena política. Já não eram as terras da Justa Trama, os protagonistas e focos eram outros. Objetos, métodos, sujeitos, tudo aludia a outro campo, politicamente maior, que se afastava do escopo da pesquisa. [Diário de Campo, Fortaleza, 09/08/2010].

da Justa Trama neste espaço, ainda mais considerando que a organização política deste setorial foi mobilizada por lideranças da cadeia ⁹⁰.

Durante todo o tempo mantive-me com o grupo da Justa Trama. Hospedei-me junto deles, e assim partilhamos quarto, refeições, passeios e atividades, as previstas e as imprevistas. Começávamos cedo, entre 6 e 7 da manhã, e seguíamos até tarde da noite, nas conversas após o jantar. Desta viagem, resultaram cerca de 40 páginas de Diário de Campo e marcas fundas na memória. Para a pesquisa, a incursão trouxe revelações que nos fizeram replanejar o foco e a rota em campo, como veremos na próxima seção. À época, escrevi:

Penso agora que aqui sim, encontrei a Justa Trama. Nas pautas, nos modos de fazer, nos princípios pactuados juntos, nas referências ao vivido. O foco estava nela e era a partir dela que falavam. Os tempos (passado, presente, futuro) estavam referidos na Justa Trama. E seus espaços políticos primordiais pareciam ser encontros como aqueles. [Diário de Campo, Fortaleza, 09/08/2010]



Foto 19. Reunião Geral da Justa Trama

Diante da necessidade de recortar tanto material, selecionamos as passagens que consideramos mais importantes, organizando-as em oito casos. Cada um recebeu comentários breves e específicos. Aspectos gerais e de mais longo alcance serão retomados no capítulo final, alinhavados às conclusões do estudo. Antes dos casos, uma rápida contextualização:

⁹⁰ Vale destacar o peso político das lideranças da Justa Trama na Economia Solidária brasileira, ainda mais quando se trata de redes solidárias. Nelsa Nespolo, cooperada da Univens e diretora-presidente da Justa Trama, por exemplo, é também diretora da Unisol Brasil responsável pela proposição e organização dos empreendimentos em redes setoriais. Maria Dalvani de Souza, diretora-presidente da Cooperativa Açaí, também Coordenadora da Região Norte da Unisol Brasil, articulou, junto de outras lideranças locais e nacionais da Central, a formação da *Trama da Mata* – marca da rede de empreendimentos de biojóias lançada em 2010, que reúne grupos de todos os estados do norte. Para saber mais, consultar: <http://www.unisolbrasil.org.br/conselho-geral/> e http://www.unisolbrasil.org.br/site2011/wp/wp-content/uploads/2011/07/Jornal_UNISOL_Layout-1.pdf (acessados em 26/10/2011). Desde janeiro de 2011, Nelsa também é diretora de Economia Solidária da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) do governo gaúcho. Neste cargo, suas ações também são marcadas pelo estímulo à formação de redes e cadeias solidárias em vários setores produtivos da economia solidária gaúcha. Para mais informações, acessar: <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=92>

Onde, quem, quando: primeiros momentos com o grupo

Logo no café-da-manhã, no pequeno hotel no centro de Fortaleza, reencontro pessoas, que conhecia da outra pesquisa, e conheço outras, de outros elos. [...] Seguimos à pé rumo à sede do Esplar. Contei ali onze pessoas; logo chegariam outros participantes. [...] A casa-sede do Esplar é condizente com a proposta militante de seus integrantes, a agroecologia. Parece casa de sítio, de pátios e varandas largas, emoldurada por folhagens multicores. Já na entrada alenta do calor e de alguma desesperança. Porque aquela casa, incrustada no centro de Fortaleza, já parece um signo de resistência. [...] A sugestão de pauta para o dia é apresentada por Nelsa: *‘cada pessoa faz uma apresentação pessoal, e do elo que representa, tratando destes temas: gestão interna; sustentabilidade; produção; necessidades; perspectivas e compromissos com a Justa Trama’*. Os temas, já sugestivos, dão a supor experiência e planejamento político anteriores para sua proposição. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

2.1 Problema de um é problema de todos: a crise do algodão atinge os primeiros elos

Já no início da reunião, agricultores e tecelões expõem uma grave crise que os assola:

Chagas (Adec): *‘É a maior seca, essa que nós estamos passando [...] a maior crise desde os anos 70. Nós estávamos pensando em [produzir] 5 toneladas em maio; agora já estamos falando em 3 toneladas de pluma. É triste. Além das chuvas irregulares, o bicudo já chegou. Nós ficamos pensando, inconformados, de um lado pro outro: ‘o quê foi que nós fizemos?!’*

S. Chiquinho (Adec): *‘A primeira seca que conheci foi em 1942, eu tinha 10 anos. Mas a mais difícil foi essa, deste ano. [...] E a Adec, vocês sabem, se mantém da agricultura. Os nossos agricultores estão sofrendo uma crise que não conheciam. E não é só a Adec que está com dificuldade. As outras entidades também; eu participo de outras entidades e sinto isso.’*

José Ribeiro (Coopertêxtil): *‘Nós estamos vivendo uma crise também, terrível. Nós não temos algodão. Não temos matéria-prima. Só quem tem são ‘as grandes’, as multinacionais. Fomos alertados por companheiros que teríamos uma surpresa, que a maior alta do preço do algodão seria no meio da safra. 85% já está prometido para exportação’*. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Sabe-se que um dos benefícios de pertencer a uma rede como a Justa Trama é a possibilidade de antever dificuldades. A partir da comunicação mais fluida com os elos dispostos acima ou abaixo no fluxo da cadeia, pode-se antecipar ou adiar ações, ou seja, replanejar-se de modo a esquivar ou a amainar os efeitos de uma crise. As falas abaixo são mostras deste fenômeno:

Idalina (Fio Nobre): *‘Isso vai respingar em nós, lá. Quando tivermos que negociar preço de camiseta, nós vamos sentir.’*

José Ribeiro (Coopertêxtil): *‘Nós estamos agora fazendo aquilo que o Chagas falou: planejar. É na crise que temos que planejar, não quando estamos bem. [...] A gente fica procurando soluções difíceis para problemas fáceis [...] A gente fica, assim... [movimenta as mãos em círculos] Estamos buscando saídas; investir em maquinário, em treinamento, mas muitos tecelões e tecelãs estão se aposentando. A gente não vê a velhice chegar. [...] Com os novos teares [digitais] é como começar do zero.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Como era de se esperar, o anúncio da crise impacta a todos. Alguns silenciam cabisbaixos; outros, inflamados pela urgência da situação, apontam a necessidade de uma ação coletiva. A pauta seguiu, mas ficaram tomados pelo tema. Incontidos, retornaram a ele

diversas vezes, no jantar, na hora do café ou na espera da lotação. Mas havia algo além da esperada solidariedade, também demonstrada e praticada por eles:

Nelsa (Univens): *‘Dá pra ser indiferente com uma situação dessas?! Com um agricultor que perdeu tudo ou diante de uma família que perdeu a casa na chuva? Não dá.’* Refere-se às enchentes catarinenses de 2010. À época, a Univens organizou uma doação à região – com dinheiro próprio e bens arrecadados na Vila. *‘É com isso que a gente tem que se inquietar sempre.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Não havia ali qualquer distanciamento que pudesse permitir uma naturalização do problema. Tratava-se da vida e do trabalho daquelas pessoas, delas e de suas famílias que, além de sócios, em muitos casos são também amigos. Idalina (Fio Nobre), por exemplo, perguntava pela situação da roça de várias famílias. Outros faziam questões bem objetivas a José Ribeiro (Coopertêxtil): *“E como vocês estão tocando a produção?”*

José Ribeiro (Coopertêxtil): *‘Tivemos que devolver duas carretas de algodão agora. [...] Era um algodão totalmente impróprio para a produção. Fora de coloração, com muita impureza. [...] Paramos dois dias completamente por falta de matéria-prima. O ‘detalhe’ é que nós pagamos por hora parada e temos energia contratada [a preço fechado]. Usando ou não, tem que pagar.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Outro aspecto é que havia ali, implícita e depois revelada, a procura de uma saída possível, talvez paliativa, talvez imprevista. Parecia que algo poderia e deveria ser feito, como também demonstra Nelsa (Univens), na fala abaixo, feita horas depois:

Nelsa (Univens): *‘Eu fiquei pensando muito, sabe, a partir da fala do Zé. Nós temos que buscar um contraponto para enfrentar essa crise [...]. Precisamos convencer o governo, mobilizar os atores da Economia Solidária pela ampliação do mercado para as fibras alternativas, como a do PET⁹¹. Puxa... ninguém seguraria a gente!’* Outro sonho-projeto gestado ali, ‘ao vivo’; ela está falando da ideia da cadeia do PET [da qual trataremos adiante]. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

No caso desta fala, especificamente, outros elementos ganham relevo: é notável como, a partir de uma crise que angustia e paralisa, alguns buscam direção num horizonte distante, uma rota de saída que aponte para a superação do problema por meio da construção de algo novo, portanto, até ali inexistente e muitas vezes inimaginável. Para muitos, reações como estas assumem outros nomes - delírio, por exemplo. Em documentário sobre a Justa Trama, Idalina (Fio Nobre) afirmou: *“nos chamaram de loucas muitas vezes”* (NAPES, 2009)

É preciso que se diga que a Justa Trama nasceu de um processo assim, de um problema e de uma angústia compartilhada: as altas jornadas de trabalho e a necessidade de “agregar mais valor”, nas palavras delas, ao trabalho das costureiras da Univens (Andrada,

⁹¹ PET é a sigla convencionada para o *politereftalato de etileno*, um polímero termoplástico largamente utilizado na fabricação de embalagens plásticas para bebidas. A fibra do PET, citada por Nelsa, é obtida a partir da reciclagem destas garrafas. Depois de triadas, são trituradas e lavadas. Em seguida o material passa por um processo industrial até se transformar em matéria-prima para a indústria têxtil (fios e tecidos).

2009a). Esta angústia também foi alçada a um problema coletivo para o qual todos deveriam buscar alternativas. E no tênue céu das utopias, onde sonhos assemelham-se a delírios, alguns deles, quando compartilhados, e em certas circunstâncias peculiares, tornam-se projetos políticos de um coletivo.

No caso relatado acima, mais que demonstrações de solidariedade perante a crise dos primeiros elos, houve manifestações de apropriação da situação: era preciso tomar posse dela juntos e analisá-la com os recursos (simbólicos e materiais) de todos e, a partir daí, deste lugar político comum, porque compartilhado, buscar ou construir alternativas. O problema de uns, de fato, fora assumido como um problema de todos. Das reverberações deste processo, aqui disparado, trataremos adiante, nos relatos de outras incursões a campo.

2.2 Sócio na rede é aliado: quem compra propõe pagar mais

Em meio à análise de circunstância da crise do algodão, o grupo toma nas mãos outro problema, sentido mais fortemente no primeiro elo, mas que impacta a outros: os altos custos do processo de certificação do algodão:

Os agricultores (Adec) falam das altas exigências da certificação. Nelsa (Univens) analisa: *‘O valor da certificação não é proporcional à produção. Esta é uma dificuldade. [...] Estamos precisando discutir esse processo. Há outros modelos, como a certificação participativa ou a proposta de que a própria entidade se certifique, claro, com crítica, com ética’*. [...] E o debate segue: *‘Esta é uma exigência pra exportação, no caso. Pra nós, Justa Trama, não precisa [certificação]. Nós queremos pensar numa certificação nossa, de todo o processo. Que a gente possa pegar uma camiseta da Justa Trama no final e dizer: ‘todo este processo foi feito com um cuidado muito especial. Nós garantimos.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Idalina (Fio Nobre) cita uma importante ação política, promovida pelo movimento da Economia Solidária, a partir de demandas como esta: o projeto de uma “Certificação Participativa”, embrião de uma política pública de certificação, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS)⁹². Destacamos aqui um fato curioso, próprio do arranjo numa rede solidária: foram cooperadas da Fio Nobre, uma cooperativa de costura, que tomaram a iniciativa de inscrever a Central e todos os elos, como candidatos às primeiras certificações a partir deste modelo. Curioso porque, sem dúvida, trata-se de uma ação que interessa primordialmente aos primeiros elos da cadeia.⁹³

⁹² Para saber mais, acessar <http://www.facesdobrasil.org.br/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/3-sncjs.html>

⁹³ Sublinhamos o fato de que, pouco depois, em novembro do mesmo ano, aconteceu uma grande oficina sobre Certificação Participativa, na sede da Justa Trama, em Porto Alegre (RS), com participação de representantes de vários elos. Acompanhamos esta atividade (3ª viagem de Campo), fruto da seleção da rede, junto de oito empreendimentos, para participar da primeira etapa do processo mencionado. Destacamos também a prioridade com que o tema foi assumido pelo coletivo da Cadeia (apesar de afetar mais aos primeiros elos) e o tratamento

No dia seguinte, retomam a questão em meio à discussão de formação dos preços. Novamente as altas taxas pagas às agências certificadoras dispararam o debate:

Nelsa (Univens) pergunta: *'De quem é o algodão? Está na hora de fazer esse debate.'*

Chagas (Adec) responde: *'É da gente...'*

Nelsa (Univens): *'É da Adec. E a certificação é de vocês, não deles [clientes]. Mas de quem é a necessidade de certificação? É da empresa. Pra gente, pra cadeia, não interessa essa certificação.'*

Chagas (Adec): *'Mas, veja, eles estão pagando.'*

Nelsa: *'E nós também!'*

S. Chiquinho (Adec): *'A gente entende que vocês não precisam da certificação. Mas não tem jeito porque os certificadores certificam tudo ou nada. Não dá pra gente separar, um grupo de agricultores não certificados para a Justa Trama. [...] Na realidade, quem deveria pagar essa certificação é o agricultor, mas vocês viram hoje [visita a Quixadá/CE]. Não tem condições.'*

Idalina (Fio Nobre): *'Vocês estão entendendo a nossa questão? Nós queremos discutir, e propor, sim, o aumento do valor do algodão. Mas também queremos fazer o debate das condições disso. Pra gente crescer, pra melhorar a vida daquele agricultor, das costureiras, de todos [...] Porque a Justa Trama é de todos aqui, e também é da Adec.' [...] 'A certificação é uma necessidade da empresa de fora. E isso também tem um custo. Eles têm uma margem grande e vocês, não.'*

E o debate prossegue: *'Nós não queremos que vocês deixem de fornecer pra ela. Não! Que bom que ela está aí, que pode garantir a compra em períodos difíceis, como no ano passado, quando tínhamos muito estoque. O que nós queremos é que vocês possam se fortalecer, sabe? Que possam apontar para seus parceiros o que vocês querem ou precisam. Que sejam independentes, que possam buscar outros parceiros também. Olha só a história de vocês, tudo que vocês já construíram!'* [...]

Nelsa: *'Se for pra aumentar o valor para o agricultor, direto, a gente concorda.'*

Idalina confirma: *'A gente banca isso!'*

O grupo define dois encaminhamentos: rediscussão do interesse da rede em certificação; rediscussão, entre Adec e compradores, da relação entre o custo da certificação e a remuneração dos agricultores. S. Chiquinho diz comovido: *'Em respeito a vocês, a nós, não vamos rever isso. Vamos fazer essa discussão.'* [...] Ao final, Nelsa comenta, também emocionada: *'Agroecologia, como um novo modo de vida, com outros valores, isso é muito importante! E vocês são pioneiros; nos ensinaram isso.'* [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]

O trecho acima fala por si. Em meio a uma discussão basicamente econômica - a composição de preços dos produtos - o grupo vai fundo em um debate francamente político. E se há tensão, ela se concentra no sentido oposto do que se esperaria de uma negociação entre fornecedor e clientes numa economia capitalista. Aqui os compradores não são apenas sócios dos vendedores, mas seus aliados: estão dispostos a pagar um valor maior pela matéria-prima, desde que o fornecedor se comprometa a repassar o valor agregado diretamente aos pequenos produtores, e a rever um fator de composição do preço do algodão que o encarece sobremaneira – o valor pago pela certificação.

político a ele concedido. Parece também mais um exemplo da união de esforços políticos no sentido de sanar um problema em princípio econômico, próprio do mercado.

Em entrevista para um documentário, em 2008, Paul Singer já havia reconhecido este fenômeno nas práticas da Justa Trama, qual seja, o de orientar suas práticas econômicas não pelas regras do mercado, mas por princípios éticos e políticos definidos pelo grupo:

as diferentes cooperativas nesta cadeia [a Justa Trama] tem que se pagar mutuamente. E a coisa mais lógica seria pagar o preço de mercado. Porque esses produtos todos têm mercado. Então você vê quando custa, lá, o metro quadrado de tecido do algodão, e tal, e paga. Mas não fizeram isso. Eles criaram dentro da rede um comitê de preços para discutir o preço justo. Por que isso? Por que pode acontecer, num certo momento, que o algodão caia muito de preço, por que está todo mundo colhendo algodão etc. O resto da rede estaria se aproveitando dos agricultores por estar numa conjuntura favorável de mercado. Estou adivinhando, ninguém me contou, mas tenho quase certeza de que se isso acontecesse eles pagariam mais, naquele momento, que o preço de mercado. – Paul Singer (Calderoni, 2008).⁹⁴

Interessante notar também que a discussão acima se dá em um contexto que tem como base um empoderamento propiciado pelo arranjo em rede. Porém, os associados fazem uso desta condição para promover uma distribuição de renda que priorize o elo mais frágil (do ponto de vista econômico), por meio da revisão de princípios que norteiam as práticas econômicas, internas e externas à rede, e não apenas para gerar um maior excedente econômico no final. No dia seguinte, o tema retorna e as escolhas acima são reafirmadas:

José Ribeiro (Coopertêxtil) fala sobre investimentos na busca por mais eficiência e qualidade: *‘Pretendemos atingir um patamar muito bom, inclusive pra exportação’*. Depois de uma pormenorizada apresentação, Idalina (Fio Nobre) pergunta: *‘Isso quer dizer que vocês vão reduzir custos, reduzir preços e aumentar qualidade?!’* Resposta: *‘Sim!’* Nelsa (Univens) retoma a importância da discussão dos princípios: *‘Mas uma coisa é essa questão interna de vocês, de disputa de mercado, que é importante. Mas pra nós é mais importante saber se esse valor agregado vai retornar para os trabalhadores, como no caso dos agricultores.’* *‘Sim, nós também concordamos com isso. Ontem também achei que devia aumentar [o valor pago] pro produtor.’*, responde ele. Idalina propõe então que, em vez de reduzir o valor do custo do serviço, para a Justa Trama, que se mantenha o preço, e que a diferença retorne para os trabalhadores (da Coopertêxtil). [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

2.3 Participação política: problema e solução

Um tema que demandou atenção do grupo de associados durante o encontro, de modo transversal e recorrente, foi a participação política cotidiana dos trabalhadores nos empreendimentos de base:

José Ribeiro (Coopertêxtil) analisa: *‘Quem não participa é quem mais reclama. Diz assim: ‘não estou sabendo desses investimentos...’ ‘Mas você veio nas últimas reuniões?’ ‘Ah, não.’ Era aniversário do amigo, do cachorro, do avô.’* Uma das associadas sentencia: *‘Bota multa! A pessoa sente no bolso.’ ‘Mas é difícil. [...] O pessoal está descrente. A palavra é essa. Perderam a crença em política, em governo, em tudo.’* Nelsa (Univens) complementa: *‘Em si mesmo, que é das piores de se perder.’* Os agricultores já haviam se queixado do mesmo problema. Um deles ressentia-se do esvaziamento de importantes fóruns políticos da cidade e de perceber nos companheiros grande cansaço e desânimo. Chagas (Adec) tratou do assunto:

⁹⁴ A entrevista com o Prof. Paul Singer foi conduzida por David Calderoni, e por mim, a seu convite. O vídeo encontra-se disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K4jOTKGfXII> recuperado em 09/04/2012.

‘Temos que ampliar as informações, envolvendo mais os produtores. Mas como está difícil reunir o pessoal! [...] Nós é que temos que ir até eles. Mas olha, nem com festa, como foi a comemoração do dia do agricultor. Vamos ver agora. Vai ter um grande seminário, que estamos organizando sobre agroecologia. Além disso, tentaremos fazer pequenos seminários descentralizados.’ José Ribeiro (Coopertêxtil) conclui: ‘Não digo que estamos vivendo um momento de grande individualismo?’ [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

Trata-se de uma preocupação de todos, tanto no âmbito local quanto na esfera da rede.

Em outro momento um dos agricultores da Adec interpela as representantes da Univens:

‘Vocês são diferentes de todos aqui. Como é que vocês conseguem essa participação?’ Patrícia (Univens) responde: ‘É um processo... para nós, a participação é uma obrigação, sim. É um compromisso.’ Nelsa (Univens), faz uma bonita fala sobre compromisso e participação, calcada no cotidiano: ‘viver num coletivo não é fácil, é trabalhoso mesmo. E isso é mais do que ser uma cooperativa. Cooperativa no nome está cheio por aí. Pode escrever mil livros sobre o que é viver num coletivo; a gente sabe na prática.’ [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

Destes episódios, sublinhamos alguns aspectos. O primeiro deles é o caráter central e estratégico que o tema da participação política no cotidiano dos empreendimentos tem ali para todos. Ou seja, não se trata de apenas estabelecer cooperação econômica, independentemente de um lastro político participativo. Estava claro a todos os presentes o quão determinante é, para o desenvolvimento político e econômico dos elos e da rede, “para o bem e para o mal”, a participação cotidiana de todos os envolvidos. Outro ponto que merece destaque é a permanência dos associados no paradoxo, ou seja, no reconhecimento do permanente desafio de que se trata, viver e estimular esta participação. Não há receitas ou saídas mágicas: num contexto autogerido, “política dá trabalho” e “é trabalho” – aliás, constante e muitas vezes penoso, como mais tarde veremos.

2.4 Ser ou não ser Justa Trama: “os dois projetos”

A seguir relatamos a discussão de um caso que presenciamos neste encontro, por entender que ele também revela a prioridade conferida pelo grupo aos *valores e princípios* que norteiam suas práticas – ações em rede que transcendem a dimensão econômica:

A representante de uma cooperativa de costura, em processo de aproximação com a rede, apresenta-se. Comenta que houve redução do número de cooperadas no grupo, ‘por questões financeiras’. Decidiram então fechar a cooperativa e abrir uma micro-empresa autogestionária. Fala da alta carga tributária que incide sobre as cooperativas, dos altos custos que tem com o aluguel, entre outras dificuldades. [...] A conversa sobre a situação desta cooperativa perante a Justa Trama, ficou para outra hora. [...] Costureiras de outros elos falaram com carinho de uma idiossincrasia deste grupo; ressaltaram a alta qualidade dos produtos e o acabamento cuidadoso das peças. [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

No dia seguinte, a discussão retorna informada, de um lado, pelas exigências estatutárias da Central; de outro, pelo princípio da subordinação do econômico ao político

como prerrogativa para o engajamento no movimento da Economia Solidária como um todo, e na Justa Trama, em particular:

Nelsa (Univens) comenta que, pelo estatuto da Justa Trama, não é possível associar-se à rede como micro-empresa. Ela relembra que o ato-cooperativo só se caracteriza desta forma quando se dá entre cooperativas ou associações. Mas a decisão do grupo já estava tomada: *‘Está feito. Nós vamos fechar a cooperativa, e se não der pra ficarmos como micro-empresa, nós vamos sair da Justa Trama. [...] Foi muito discutido isso daí. É muito imposto, ninguém agüenta.’*

Patrícia (Univens) pergunta sentida: *‘Puxa! Mas não dar pra rever isso?!’*

Idalina (Fio Nobre) vai na mesma direção: *‘Temos que respeitar, se esta é a decisão da cooperativa. [...] Nossa aflição é de confirmar se vocês puderam avaliar isso tudo com calma. E é de não termos vocês com a gente...’*

Nelsa (Univens): *‘Todo mundo que está nesta mesa está passando ou já passou por essa fase. E sem apoios, sem maquinários, nada. A gente não vai contar toda a gama de vantagem que nos ofereceram pra deixar de ser cooperativa. Gerente de banco, por exemplo, nos ofereceu todo tipo de empréstimo a juro mais baixo. [...] Mas nós só estamos aqui hoje, nessa luta, porque nós seguimos buscando outros recursos, outras saídas, sem deixar de ser cooperativa.’*

Idalina (Fio Nobre): *‘Quando essa discussão aparece lá, na nossa região, costumo dizer que existem dois projetos: o nosso, de uma outra economia, de trabalhar no coletivo pra mudar nossa economia e nossa realidade, e esse outro, da sociedade maior, baseado no individual.’*

Nelsa (Univens): *‘Trabalhar em cooperativa dá mais trabalho mesmo, tem mais custos, todo tipo de custo.’*

- *‘Mas vocês estão dizendo que nosso interesse maior é o dinheiro?!’*

Nelsa (Univens): *‘Sim, no sentido de se viabilizar, o que é importante também.’*

Dalvani (Açaí) complementa: ***‘Há valores na participação na Economia Solidária e na Justa Trama que micro-empresa nenhuma vai te dar.’*** [...]

Nelsa retoma a fala no mesmo sentido: *‘Se for ver a situação da Açaí, o trabalho todo que eles fazem com as presidiárias; se elas não fizessem seria melhor pra elas, do ponto de vista da viabilização [econômica] delas. Se for ver, por que a Univens tem que se preocupar em formar fundo social na Vila? Por que a Adec tem que ir atrás de rádio comunitária? Mas é isso... São essas ações que mais tocam a gente. Isso eu penso que a gente não pode perder nunca.’*

Ismael (Fio Nobre) conclui: *‘E isso é Economia Solidária.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]

2.5 Estoque, comercialização, finanças: a gestão tratada politicamente

O trecho abaixo é uma amostra de como os temas da gestão da rede são tratados pelo grupo como objeto de discussão política. Ali, como bem colocou Ismael, da Fio Nobre, *“todos fazem tudo e isso é bom e é ruim ao mesmo tempo”*. É comum e muito interessante ver, por exemplo, os agricultores discutirem a modelagem das roupas com as costureiras ou estas últimas questionarem os tecelões sobre o procedimento da fiação – fenômenos possíveis apenas em arranjos em cadeia, como a Justa Trama. Estas cenas estão, sem dúvida, entre os símbolos mais potentes da integração promovida pela rede.

De início, Nelsa faz um rápido resgate da história da Justa Trama. Relembra o sufoco que foi comprar o primeiro lote de algodão, em 2005. *‘Teve o lançamento no Rio que foi muito difícil; não vendemos quase nada’* [estive presente, não com fins de pesquisa]. *‘A virada foi este ano, quando conseguimos pagar tudo. Isso foi demais! Não sabíamos se ríamos ou se chorávamos!...’* Ela apresenta alguns dados (volume de dinheiro em caixa, por ex.) e comemora: *‘Agora é o melhor momento da nossa história.’* Do levantamento de estoque, no

entanto, emerge uma preocupação: há muitos produtos prontos para vender. A avaliação dos presentes sobre participação em feiras é crítica: espaços pequenos, público disperso, altos custos: Nelsa: *‘Precisamos causar um impacto maior na divulgação!’* Dalvani: *‘A Justa Trama precisa de um bom projeto de comercialização.’* Idalina: *‘Temos que fazer uma grande reflexão; olhar junto o estoque e a situação financeira para não entrarmos em uma fase ruim. [...] Superamos as dívidas, pagamos as contas. Precisamos agora rever a comercialização e dar mais previsibilidade para os elos todos.’* [...] Nelsa: *‘Precisamos sim, de um bom projeto de comercialização. A gente sabe que feira não sustenta ninguém.’* Chagas: *‘Cada elo precisa garantir um ciclo à frente; o problema é garantir a comercialização.’*

*

Um intenso debate ganha lugar na reunião. Várias sugestões e opiniões surgem ao mesmo tempo. Patrícia: *“Vamos fazer pesquisa de opinião! Podemos vestir nossos filhos com as roupas da JT e ir distribuir panfletos em um parque, no fim de semana.”* Dalvani: *“Precisamos nos adaptar ao mercado. Ver o que ele quer. O artesão sabe disso.”* Chagas: *“É uma questão que me preocupa; a comercialização do produto final da Justa Trama”*. Ele fala que na região de Tauá (CE) não há muita saída para as peças da cadeia. Pelos cortes, pelas cores, pelos tamanhos. E a discussão segue calorosa sobre a necessidade de rever a comercialização dos produtos. Falam, por exemplo, em mapear e avaliar estratégias já empregadas para então fazer um novo plano para a área. Neste momento, todos participam, em maior ou menor grau: agricultores, artesãs, costureiras... [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010].



Foto 20. Associadas da rede avaliam produtos

2.6 “Esse é o nosso dilema”: como aumentar a renda sem elitizar os produtos

Mirian (Inovarte) apresenta um estudo de custos detalhado, importante contribuição para o grupo. Nele destaca-se um dado preocupante: alguns produtos têm custo igual ou maior que o valor de venda, principalmente peças artesanais. Nelsa (Univens) diz: *‘A única coisa que a gente não quer e não pode aceitar é construir essa cadeia pra reproduzir o que está aí. Isso não!’* Dali em diante, segue-se uma discussão importante, com forte participação de todos: *‘Tem que aumentar o preço, estudando bem os custos!’*, alguém dissera.

Ismael (Fio Nobre): *‘Tem que olhar o mercado. Eles têm saída mesmo com esses preços? Terão se ficarem mais caros?’*

Nelsa (Univens): *‘A cadeia tem que vir pra melhorar a vida da gente.’*

Terezinha (Univens): *‘Mas tem outra coisa: quando criamos a Justa Trama dizíamos que queríamos fazer produtos que pudéssemos comprar.’*

Nelsa (Univens): *‘Esse é o nosso dilema.’*

Dalvani (Açaí): *‘Mas gente, quem tem fome tem pressa, não tem ideologia. [...] Todos estamos aqui porque temos o mesmo ideal, o mesmo sonho. O que quero dizer é que isso não deve se tornar um peso e sim um prazer pra gente.’*

A partir de uma fala muito impactante, ela narra o intenso trabalho que tiveram para desenvolver as bonecas: cursos à distância, resgate dos saberes locais sobre técnicas de tingimento natural etc. E prossegue: *‘Se há alguém disposto a pagar mais pelo nosso produto e melhorar nossa vida é isso que temos que buscar. Até pra depois podermos comprar nossos produtos.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

Neste dia havia anotado na caderneta a seguinte observação: “a possibilidade que eles têm, de fazer este debate, de definirem os valores que orientam as ações deles, com tamanha liberdade, já é impressionante. E a partir daí, das circunstâncias em parte criadas pelo grupo (como a rede e seus princípios), tentar não reproduzir ‘o que está aí’, como disse Nelsa”.

2.7 Viagem a Quixadá (CE): encanto e desalento no encontro entre os elos



Foto 21. Idalina despede-se de S. José (Adec)



Foto 22. Nelsa, Terezinha e S. Chiquinho apreciam a flor do algodão

Ao chegar à casa do casal de agricultores, após horas de viagem de van, somos assolados por uma ambigüidade: houve encanto e desolação. Pude senti-los diretamente e reconhecê-los nas expressões de vários membros do grupo. Muitos não tinham visto até então, um pé de algodão antes, e em flor! Costureiras, como Patrícia e Terezinha (Univens), estavam encantadas. Fotografavam umas às outras, ao lado das plantas, olhavam-nas de um lado e de outro. Chamavam-se para comentar as diferenças entre as espécies presentes (o algodão mocó, ou arbóreo, e o herbáceo). Anos a fio cosendo e tecendo tecidos da fibra da planta, cultivada por pessoas como S. José e D. Maria do Carmo... Não haviam tido ainda, a chance de tomar este contato; de percorrer o elo que une seu trabalho à terra e ao trabalho de outros trabalhadores. **Essa integração, que também pode ser vista e sentida nas reuniões da Justa Trama, nas conversas entre agricultores e tecelões, entre artesãs e costureiras, também foi vivida em várias intersecções naquele dia, entre os representantes dos diversos elos da rede, e em várias dimensões. E foi tão rico quanto perturbador. O modo de vida simples, a casa de pau-a-pique, os poucos recursos materiais de que a família dispunha perturbou a todos.** A família, como a maioria dos pequenos agricultores de algodão da região, enfrenta uma grave crise. A escassez de chuvas e o ataque precoce do bicudo comprometeram agudamente a colheita. Como pudemos ver, os pés de algodão herbáceo não cresceram. A cena de S. José, descalço, com uma das mãos na cabeça, apontando-nos cabisbaixo para os pés mirrados,

depois de tanto trabalho, foi muito triste. O encanto inicial com as flores dos vigorosos pés da entrada (uns poucos pés do mocó, mais resistente à seca) logo se esmaçou. Depois, ao retornarmos da roça para a casa da família, encontramos D. Maria do Carmo com um grande quadro sob o braço. Tratava-se de fotos, cuidadosamente emolduradas, de pés robustos de algodão, em anos de produção farta - arte final de um ofício alcançado com muito trabalho e alguma sorte, dadas as condições. Novamente o desalento cede lugar para o encanto e nos deixamos estar ali, à sombra de um pé de nim, conhecendo a história daquela família. Contamos da passagem por um conhecido movimento pela reforma agrária e da luta diária para trabalhar com agroecologia ali. Falamos também da saída do movimento, que pareceu um doloroso rompimento político. Mais tarde, na van, Idalina (Fio Nobre) comenta: *‘Ser vanguarda é isso mesmo.’* Nelsa (Univens) dissera antes: *‘Toda ação pra mudar o que está dado é difícil, é uma luta.’* [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]



Foto 23. Visita à roça de S. José e D. Maria do Carmo

2.8 O passeio pelas *modinhas*: reencontro com o trabalho precário

Seguimos a pé pelo centro de Fortaleza até uma rua tomada por pequenos postos de venda de confecções populares, as *‘modinhas’*. Os comerciantes se preparavam para montar suas bancas em galerias improvisadas, os *‘camelódromos’*. O forte calor ressaltava o mau-cheiro do lixo amontoado nas esquinas e o vento revolvava a poeira da rua sem calçamento. [...] Compreendemos depois que estávamos em meio a um canteiro de obras do metrô. Canteiro aberto, sem qualquer proteção para trabalhadores e clientes. Por aquela rua não passavam carros, já que a enorme cratera, de uns três metros de profundidade, tomava seu leito. Havia muitas crianças, e descalças, desviavam com destreza os ferros retorcidos da obra. Muitas delas reconhecem em nós, turistas. Pedem-nos dinheiro para comida ou calçados. Mulheres e homens passam carregando enormes sacolas na cabeça ou em carrinhos de mão. Disputam com força o pouco espaço disponível, empurrando uns aos outros, e a nós, obstáculos no caminho. Às vezes pegavam atalho pelo meio do grande buraco, com muita dificuldade. Os gritos anunciavam: *‘calcinha a um real’*; *‘dez reais a bata’*. Um festival de contradições de revolver o espírito: trabalho infantil, precário, Estado perverso, no mínimo, ausente. [...] Em meio a tudo isso, outro mal-estar: *calcinhas a um real?! Vestidos por oito?! ‘Como pagam o trabalho?!’*, comentavam. Alguém responde: *‘Não pagam.’* José Ribeiro (Coopertêxtil) diz, indignado: *‘isso deve ser dos bolivianos de São Paulo. Aquilo ali é trabalho escravo. É horrível!’* Nelsa (Univens) responde: *‘Não, Zé. É tudo daqui mesmo.’* *‘Você acredita nisso?’* Ela justifica: *‘Amanhã vamos ouvir uma fala sobre os pequenos têxteis daqui. É uma exploração também... Na verdade é a mesma coisa. Na China, em São Paulo, aqui. É*

exploração do mesmo jeito. Alguns então se lembram de pessoas queridas, mães, filhos, filhas, maridos, amigos, companheiras de cooperativa: *‘Puxa, ela iria adorar este vestido!’* *‘Esta ficaria linda nela e dá pra levar...’* [Diário de Campo, Fortaleza, 08/08/2010]

Esta situação faz pensar nos associados da rede como trabalhadores e consumidores, cidadãos desta sociedade injusta e desigual. Como todos nós, também estão expostos às mesmas tensões e ambigüidades que nos afligem nas práticas cotidianas de consumo - ao contato com as precariedades do mundo do trabalho, ao risco de viver e de reproduzir contradições a diário. Vemos também que buscam manter uma atenção vigilante nesse tocante, o quanto possível, com consciência e sensibilidade. Podemos pensar ainda que a tensão da experiência acima aproxima-se do dilema por eles vivido no interior da cadeia – a busca permanente por um preço justo a seus produtos, em meio a um mercado capitalista.

*

Os casos apresentados sugerem a presença de uma tensão dialética constante, como discutiremos mais tarde, entre resistência e transformação. Revelam, de modo transversal, os efeitos da exposição cotidiana dos trabalhadores da rede às contradições do sistema capitalista, de um lado, e os recursos que buscam desenvolver para enfrentá-las, de outro, com vistas, inclusive, a transformar a realidade em que vivem. Os próprios nomes dos casos ajudam a ilustrar esta afirmação: “Participação política: problema e solução”; “Ser ou não ser Justa Trama: ‘os dois projetos’”; “Encanto e desolação no encontro entre os elos”, ou ainda, “‘Esse é o nosso dilema’: como aumentar a renda sem elitizar os produtos.”

Em alguns desses casos vimos como a participação numa rede não-capitalista permite aos trabalhadores antever ou amainar dificuldades que, sem ela, poderiam ser ainda mais ameaçadoras. Outras situações narradas também expressam os esforços e os métodos, eminentemente políticos, que o grupo empreende no sentido de construir saídas táticas, mas também estratégicas, para superar o que hoje os cerceia, não sem dificuldades.

De modo geral, também constatamos o convívio constante e mesclado entre os fenômenos das esferas do trabalho e da política nas práticas do grupo, mediados pela autogestão dos trabalhadores, por meio da permanente consideração de seus valores, interesses e necessidades, frente os ditames das circunstâncias. A estes temas retornaremos ao longo do texto, especialmente no último capítulo.

O campo exige revisões⁹⁵

Os primeiros momentos vividos com as trabalhadoras e trabalhadores da Justa Trama inspiraram duas grandes mudanças nas proposições da pesquisa: *os ajustes da rota e do foco em campo*. A primeira diz respeito ao percurso a seguir se quisesse acompanhar os processos políticos cotidianos que orientam as ações do grupo. A segunda reorientação alude aos próprios objetivos da pesquisa.

Passadas as primeiras viagens, pensei como Roberto DaMatta (1978): não estava mais diante de “índios de papel” ou, neste caso, de trabalhadores abstratos que respondem uniformemente a questões exteriores. Conforme convivia com os trabalhadores da rede, crescia a ideia de estar diante de um desafio à lealdade com o processo da pesquisa e com as pessoas envolvidas nela, algo que exigia revisões do que fora pensado e proposto longe daquela realidade.

Ao iniciar os trabalhos, propusemos seguir a “trilha do algodão”, medida corrente entre pesquisadores que adotam, como tema de estudos, redes ou cadeias produtivas. Neste caso, a rota das incursões está previamente traçada pelo processo produtivo: primeiro iríamos ao grupo responsável pelo plantio do algodão (como fomos), depois ao empreendimento que o fia e tece etc. Porém, após as primeiras incursões, percebemos que a rota proposta era formal, uma abstração não condizente com nosso objeto - os processos políticos cotidianos da rede. Neste sentido, mais que visitar os empreendimentos em separado, as viagens a Tauá e a Fortaleza deram indícios de que, no caso desta pesquisa, faria mais sentido traçar a rota de modo a acompanhar os encontros entre os elos.

De princípio, também, escolhemos como objetivos da pesquisa "compreender as relações entre os fenômenos de trabalho e de política no cotidiano dos trabalhadores da Justa Trama". Pouco a pouco, em campo, notamos que o objetivo enunciado estava referido na pesquisa anterior (mestrado), espécie de fio solto, mas de outra trama. Embora fortemente entrelaçadas, trata-se de realidades diferentes.

Nestas primeiras viagens, por exemplo, incomodou uma espécie de "olhar desfocado". Se soltasse os sentidos, a atenção era atraída por outros fenômenos, fora do alcance dos objetivos formais, embora próximos. Para manter-se no eixo do proposto era preciso “apertar os olhos” para buscar algo que não estava lá, e deixar de perceber o que fluía ali, leve, no entorno. Em resumo, os objetivos propostos até aqui não pareceram algo 'situável' nas experiências de campo. É claro que nossa capacidade de abstração é plástica o suficiente para dar vários giros, mas também para nos fazer voar e afastar-nos do chão.

*

⁹⁵ Este texto foi escrito em março de 2012, a partir de carta enviada à Professora Leny Sato.

Era preciso, pois, falar sobre estas questões, sobretudo, ouvi-las sem receios, em nome da franqueza com o processo da pesquisa, com seus rumos e resultados e em respeito às pessoas que me permitiram chegar tão perto e viver, ao lado delas, a construção de algo tão caro quanto duro. Atualmente penso que elas, eles, mais que ninguém, me apontaram para onde deveria olhar se quisesse compreender ao que tanto se dedicam.

Hoje compreendo que o interesse crescente, em meio ao processo da pesquisa, pela sociologia da vida cotidiana, e por encontrar aí certa 'teoria sobre a História', não se tratou apenas de uma predileção teórica. Talvez represente a demanda por um enquadre teórico que ajudasse a ler o que os olhos soltos percebem mas ainda não compreendem. Explico: as questões que pululavam em campo não eram aquelas, dos objetivos inicialmente propostos mas, por exemplo, "como elas e eles conseguem fazer o que fazem?" ou "como conseguem construir e sustentar, nas adversidades todas, uma rede autogerida como esta?" Em outras palavras, "como fazem História no cotidiano em meio a tantas dificuldades?"

Pelas razões acima expostas, portanto, oriundas das primeiras experiências de campo, re colocamos os objetivos da pesquisa da seguinte forma: *como se dá a construção cotidiana da rede Justa Trama em termos políticos?* Para tanto, também redefinimos o curso a seguir: *em vez de visitar elo a elo, daremos prioridade aos espaços de reunião entre os elos.* Como vimos, os lugares políticos da rede não são os elos em separado, mas aqueles onde se encontram, representados e ativos, todos os elos. Ali comungam de uma identidade coletiva e, deste lugar compartilhado, se dedicam à gestão cotidiana e histórica do empreendimento que juntos criaram e sustentam todos os dias. Era preciso, portanto, seguir a agenda política da Justa Trama, o que, muitas vezes, nos levou além de suas fronteiras.

3. *Notas de Pará de Minas: diferenças e desigualdades entre os elos*

Apresentamos a seguir episódios seleccionados da viagem a Pará de Minas, interior de Minas Gerais, realizada em novembro de 2010. Acompanhamos uma visita rápida, de dois dias, ao elo local (Coopertêxtil), feita por duas diretoras da Justa Trama: Nelsa, da Univens, e Idalina, da Fio Nobre (respectivamente diretora-presidente e diretora-secretária da rede). Tratou-se de uma missão política, com o objetivo de atualizar o contato com este importante empreendimento da rede.



Foto 24. Pela fábrica, com Nelsa, Idalina e José Ribeiro

3.1. *Palestra a estudantes de moda no sindicato dos trabalhadores têxteis*

Chegamos no meio da tarde à pequena e charmosa cidade. Demos uma passada rápida pela fábrica. Conheci Íris, Geraldinho e reencontrei Zé Ribeiro – momento curto mas alegre. Pareceram contentes em revê-las. Fomos informadas de como seriam os próximos dias.

Seguimos para a sede do sindicato dos trabalhadores têxteis, para um evento com estudantes e professores de moda de faculdades da região. Houve também concessão de entrevistas para a imprensa local (rádio e jornal). Tive a impressão de que o evento foi uma surpresa tanto para elas quanto para mim. [...] A fala de abertura, feita por José Ribeiro foi contundente: ***‘A Justa Trama é mais que uma cadeia. É um modo de viver.’*** As cooperadas da Fio Nobre e da Univens imantam a atenção dos presentes com suas apresentações, perspicazes e bem articuladas politicamente. Com apoio de slides por elas preparados, citam dados sobre o alto índice de agrotóxicos usados no cultivo de algodão e dos malefícios implicados. Em seguida falam sobre agroecologia. ***Entre os primeiros princípios da Justa Trama, lê-se o combate à desigualdade social. Nelsa: ‘Nós temos que reinventar o trabalho’*** [...] Idalina aponta outra questão: ***‘que desenvolvimento a gente quer, que sustentabilidade?’*** Pergunta da platéia: ***‘Onde a sustentabilidade encontra a tecnologia?’*** Resposta de Idalina: ***‘Depende do que fazemos com as tecnologias e o que esperamos delas’.*** Nelsa e Idalina falam um pouco de como começou a organização da rede: ***‘Nos lugares de participação política, nos fóruns de Economia Solidária, nos encontramos. Depois outros disseram: ‘mas vocês estão é doidas! Isso leva todo um processo de cinco anos de planejamento, de estudos’. Nós dissemos: ‘não temos esse tempo todo, nós queremos comer, trabalhar e mudar o que está aí’. Isso foi em fins de março de 2005, já em outubro, estávamos subindo o Morro do Cantagalo (no Rio) para a festa de inauguração.’*** Idalina. ***‘Nossa proposta é essa: fazer revoluções.’*** [Diário de Campo, Pará de Minas, 25/11/2010]

3.2. Reunião entre a diretoria da cooperativa e as diretoras da rede

A reunião entre representantes das diretorias do elo e da rede deixou mostras de que, ao menos naquele momento, a Justa Trama não era uma prioridade para a cooperativa local – o que pode ser reflexo do baixo impacto econômico que ela representa ali⁹⁶:

A reunião tarda a começar. De início, o presidente da Coopertêxtil atualiza alguns dados da fábrica, fala da aquisição de novas máquinas e da exigência crescente de capacitação. Em seguida, resume as intenções políticas com a Justa Trama, ao menos naquele momento: *‘O que queremos de vocês é uma ajuda com relação ao cooperativismo. O que segura a cooperativa é o pessoal com mais de 40 anos’*. [...] *‘E a formação como está?’*, pergunta Nelsa. Um dos presentes comenta: *‘O que acontece com a cabeça do trabalhador que assumiu de empregado para cooperado? Ele antes funcionava na base da ameaça, do desemprego. Depois o que o mobiliza?’* Nelsa problematiza: *‘Bem, você pode fazer isso por duas vias: pelo bolso ou pela consciência. Ou ainda, pelos dois. Pela consciência, tu vai ter outros ganhos, para os dois lados. [...] Quantas atividades de formação vocês fazem normalmente?’*, pergunta ela. *‘Desse tipo já faz tempo. De resto, só assembleia’*, diz um dos diretores. *‘Nós que somos poucos, e estamos sempre conversando, temos problemas, imagine vocês!’* comenta Idalina. *‘Nós fazemos assembleias mensais, reuniões direto, e também temos dificuldades. É um processo sem fim’*, fala Nelsa. Ao final da reunião, um diálogo curioso. O gerente de produção fala do problema da baixa qualidade do algodão agroecológico: *‘É muita rama e semente. A semente tem oleosidade, a casca não roda na carda..’* *‘De que cor ele é?’*, pergunta Nelsa, desconcertante. *‘Ele é meio mesclado; bege, marrom.’* *‘Então ótimo, vai ficar lindo’*, responde, para riso geral. *‘É isso aí! Dificuldade é nosso sobrenome’*, completa Idalina. Pouco depois, elas mostram fotos de uma das regiões onde se produz aquele algodão, comentando em que condições isto acontece. O impacto é notável: *‘Agora estou achando que aquele algodão não está ruim, não.’* [Diário de Campo, Pará de Minas, 26/11/2010]

Ao final da viagem, saímos agradecidas pela acolhida que tivemos na casa de familiares de um dos cooperados. Também se destacou, como resultado da viagem, o fato das representantes da rede não terem tido acesso a um grande grupo de trabalhadores da Coopertêxtil, ao pessoal do “chão-de-fábrica”. A participação da Coopertêxtil na cadeia, por ora, talvez seja “uma aposta de futuro”, como refere Cruz (2010), ou ainda, um meio de ampliar a visibilidade e a participação política da Coopertêxtil:

O poder público de Pará de Minas, a Prefeitura, os órgãos de defesa ambiental, depois que ficaram sabendo deste trabalho [da Justa Trama], têm nos convidado frequentemente pra participar de eventos municipais, estaduais. [...] As pessoas valorizam isso e vêem que isso tem um valor muito forte hoje e amanhã também. [...] Nós já participamos de audiência pública sobre meio ambiente; nós já participamos de debates em faculdades e na própria Câmara Municipal, para falar sobre a economia solidária, e um pouco também sobre essa preocupação com o meio ambiente e o agronegócio. – José Ribeiro (em entrevista)

⁹⁶ Conforme explicou José Ribeiro, cooperado da Coopertêxtil, “nós processamos em torno de 200, 250 toneladas de fio/mês, na produção normal. E a Justa Trama costuma mandar pra gente em torno de 2 e 3 toneladas/ano. Então é uma proporção muito pequena.” (em entrevista. Porto Alegre, 05/11/2011).

Em resumo, esta viagem nos fez pensar em como a Justa Trama pode parecer maior ou menor, a depender de que elo a contemplamos. Ou, em outros termos, que há não apenas diferenças, mas também desigualdade entre os diferentes grupos que a compõem.



Foto 25. Idalina (Fio Nobre), Heleno (Coopertêxtil), Nelsa (Univens) e José Ribeiro (Coopertêxtil).

3.3. Pouco tempo depois, uma aguda mudança no eixo das relações elo-rede

Já havíamos mencionado, no relato da viagem a Fortaleza, a ocorrência de uma grave crise de desabastecimento de algodão, em 2010. Ela afetara os elos iniciais da Justa Trama e, entre eles, a Coopertêxtil:

Essa crise particular do algodão, desse ano, foi uma coisa que nos pegou de surpresa, pegou o país de surpresa, porque foi uma coisa totalmente atípica - o algodão foi comercializado na bolsa e desabasteceu o mercado. Pegou a indústria nacional, realmente, totalmente despreparada. A importação naquele momento era impossível porque se o mercado internacional veio buscar o algodão brasileiro é porque ele não encontrava em outros países, essa disponibilidade. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

Pouco tempo depois, a Justa Trama serve de inspiração e participa da organização de uma grande rede, *a cadeia solidária binacional do PET*, envolvendo empreendimentos de dois países, Brasil e Uruguai, inclusive a Coopertêxtil. Na próxima seção trataremos em detalhe deste fenômeno. Por ora, destacamos a sensível mudança ocorrida no eixo das relações entre a Coopertêxtil e a Justa Trama, suscitada por este fato:

José Ribeiro faz um informe sobre o seu empreendimento, a Coopertextil, com destaque para **a Cadeia do PET** [tema do próximo texto]. Contam que estão bastante envolvidos e entusiasmados. Verificaram a necessidade de fazer pequenas adaptações em duas máquinas, já que farão o fio e o tecido de todo o processo. Passa a detalhá-lo, demonstrando grande conhecimento técnico. Comenta que eles vão receber o fardo parecido com o de algodão mas, no caso do PET, o aproveitamento é de quase 100%, já que vem sem caroço ou ramas. *‘A gente não consegue dimensionar os impactos disso hoje, ainda. É muito pra cabeça da gente! A quantidade, a variedade de possibilidades... E essa cadeia só existe por causa da Justa Trama.’* diz José Ribeiro. Nelsa por sua vez fala admirada: *‘Chega a ser emocionante ouvi-los falando: ‘nós só estamos aqui por causa da Justa Trama. Nós estamos aprendendo com eles’.* E ela prossegue: *‘A Justa Trama acabou atraindo os olhares da e pra*

Coopertêxtil. Pra ela, vai dar uma grande virada na viabilidade dela; nós estávamos preocupados, desde a última reunião [vide Diário de Fortaleza]. Se lembram da cara de preocupação do Zé?! [...] É uma cadeia que vai envolver mais de 9 mil pessoas, muitos deles catadores, que estão numa situação muito pior que a nossa.’ [Diário de Campo, Porto Alegre, 23/03/2012]

Com efeito, a articulação da Coopertêxtil com a Justa Trama possibilitou a participação do empreendimento mineiro na proposição de um encadeamento político com forte poder de reverberação também econômica. Neste sentido, em menos de dois anos, assistimos a ampliação dos alcances, em ambas as dimensões, desta experiência de intercooperação. Vimos também o quanto uma dificuldade econômica (crise do algodão), vivida nos primeiros elos, inspirou a busca de uma saída política maior, cuja efetivação tem o potencial de não apenas superar a crise, mas de modificar o cenário existente, anterior a ela. Em outros termos, isto parece aportar também contribuições importantes não apenas aos associados da Justa Trama, mas também a outros trabalhadores da Economia Solidária⁹⁷.

Quanto a buscar uma alternativa, se a gente não fizesse parte da cadeia Justa Trama, a gente não ia vislumbrar isso. Porque a gente, nesse tempo todo de existência, que já vai completar 13 anos, nós não conhecíamos alternativa para o algodão a não ser os produtos sintéticos normais, de mercado. [...] Mas como também são *commodities*, também são artigos de importação, e como o algodão teve essa crise, os produtos similares também tiveram seus preços elevados. [...] Então não daria pra gente substituir a matéria-prima tradicional da indústria têxtil, que é o algodão e a pluma nacional, por outro, de uma hora pra outra. Os ajustes são muito intensos. [...] Leva tempo. Então isso foi um impacto. E a gente começou a vislumbrar essa nova possibilidade do PET, até num consórcio bi-nacional, não pra agora. [...] Mas pode vir a ocorrer e a gente já está começando a se preparar pra não ser colhido assim, de surpresa, como fomos. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

⁹⁷ Mostra dos impactos políticos deste processo foi a reunião ocorrida, em 19/03/2012, em Belo Horizonte (MG), na sede administrativa do governo estadual mineiro. O evento, coordenado pela Secretária de Desenvolvimento Econômico estadual, Dorothea Werneck, contou com a presença do Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES / MTE/ Governo Federal), Paul Singer, além de secretários estaduais de governo (de MG e RS). Na ocasião, discutiu-se a participação do governo estadual mineiro no projeto da Cadeia Binacional do PET, do qual já participa o correlato gaúcho. Durante a abertura da reunião, Dorothea Werneck destacou a importância do fortalecimento da economia solidária. Ela se comprometeu a ajudar a Coopertêxtil a buscar uma linha de crédito para que a cooperativa consiga construir sua sede em lote já doado pela prefeitura. “A economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento que, além de incluir pessoas e distribuir renda, ainda trabalha a favor do meio ambiente”, enfatizou.” <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-de-minas-integra-cadeia-binacional-do-pet-e-quer-fortalecer-a-economia-solidaria/>, acessado em 10/04/2012.

4. *Notas de Montevideo: Justa Trama também tece história*

Seguindo a trilha dos acontecimentos políticos dos quais a Justa Trama participa, fomos a Montevideo, no Uruguay, em fevereiro de 2011⁹⁸. Por se tratar de viagem atípica, em pesquisa com objeto tão complexo, sentimos necessidade de dar-lhe contexto.

Recebemos o convite para acompanhar a comitiva brasileira, já que estávamos interessadas em seguir a agenda política da rede: cerca de dez pessoas, entre representantes da Justa Trama, da Unisol Brasil e do governo estadual gaúcho⁹⁹. Objetivo da missão: concretizar a formação de uma *cadeia produtiva solidária binacional*, que produzirá fios e tecidos a partir da reciclagem de garrafas de plástico (PET)¹⁰⁰. Ou seja, buscava-se articular, política e economicamente, cooperativas autogeridas dos dois países e de diferentes setores. Ideia inspirada na Justa Trama, tem contornos mais ousados. Havia sido disparada por integrantes da rede, junto de outros parceiros, meses atrás, mas não vinha para engolfá-la ou superá-la. Uma das intenções era que a nova cadeia nascesse livre, política e economicamente, a partir da atuação de atores e de cenários ainda mais numerosos e diversos.

Como já foi dito, em todas as viagens presenciamos o freqüente debate de novos projetos políticos do grupo. Por isso, já conhecíamos os sonhos dos associados da Justa Trama de fomentar outras redes autogeridas e de trabalhar com fibras alternativas ao algodão, como uma forma de diminuir a vulnerabilidade da rede frente às crises do produto que, por ser uma *commodity*, é muito suscetível a especulações no mercado capitalista internacional¹⁰¹. Esta viagem a Montevideo permitiu, portanto, acompanhar de perto parte do processo de desenvolvimento destes projetos.¹⁰²

⁹⁸ Cidade estranha à cadeia, em país estrangeiro, é minha cidade natal. Este fato disparou fenômenos curiosos, do ponto de vista metodológico, afinal, a nativa ali era a pesquisadora. Sobre isto, sugerimos a leitura do item: *As viagens de campo: múltiplos deslocamentos e encontros inusitados* (Cap. II).

⁹⁹ Esta missão gerou considerável impacto político e midiático, especialmente na região sul do país. Veículos da chamada “grande mídia”, que pouco publicam sobre Economia Solidária, repercutiram a notícia: “Deverá ser firmado pelo Brasil e o Uruguai, com o patrocínio do governo do Estado, através da Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe), o **primeiro termo de cooperação internacional entre empreendimentos solidários**” [grifos nossos] (Diário Popular, Porto Alegre, 16/02/2011, p. 15).

¹⁰⁰ Além das instituições brasileiras citadas acima, integram o projeto organizações uruguaias e internacionais como a FCPU (Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay), Red del Sur e seções especializadas no tema do Mercosul.

¹⁰¹ *Commodity* significa mercadoria na língua inglesa. Atualmente o termo é utilizado para denominar aquelas comercializadas de modo homogêneo e em larga escala. Em geral são produtos primários, ou seja, de pouca ou nenhuma industrialização, cujos preços são taxados internacionalmente, em bolsas de mercadorias e futuros, sob a influência de grandes corporações capitalistas.

¹⁰² Havíamos ouvido, meses atrás, associados relatarem os graves efeitos da crise do algodão nos primeiros elos. Pouco depois, presenciamos o enunciado do projeto de trabalharem com outras fibras, como a do PET. Mais informações estão disponíveis no item *Diário de Fortaleza: o encontro com a rede e com seus fenômenos*.

Trataremos de apresentar, brevemente, o trajeto percorrido pelo projeto da Cadeia Binacional Solidária do PET até a viagem em questão. Primeiro, e com a agilidade que os caracteriza, associados da cadeia levaram as ideias acima mencionadas a espaços políticos mais amplos dos quais participam. Pensando em criar uma grande rede para beneficiar um espectro maior de grupos e de trabalhadores, saíram em busca de apoiadores nos diversos Fóruns de Economia Solidária, locais e regionais. Uma das dificuldades, logo identificada, era a ausência de um dos elos da futura cadeia, uma cooperativa autogerida que dominasse a tecnologia responsável por uma das etapas do processo: a transformação do *flake* (pequenos grânulos de PET) em fibra poliéster.

A resolução desta dificuldade foi insólita, e responde a uma pergunta muito suscitada pelo projeto: “*Por que com o Uruguay?!*” Casualmente, num evento sobre Economia Solidária, realizado em Montevideo, em 2010, dá-se o encontro entre trabalhadores da Justa Trama e da Cooperativa Maragata (Coopima), fábrica recuperada local que domina a tal tecnologia:

Essa necessidade que a gente tem de provar, de fato, que os trabalhadores são capazes. [...] Quando foi criada a Red del Sur, os trabalhadores da Coopima estavam lá e eu fui representar a Unisol: ‘Nelsa, nós queremos falar contigo.’ Eles vieram com uns pedacinhos de pluma preta, do PET. Queriam ver como que eles podiam incorporar isso na Justa Trama. A gente conversou [...] ‘**precisamos achar uma saída...**’ [...] **A gente sempre falou que a Justa Trama tem que ir se fortalecendo e ajudando a criar outras cadeias.** [...] Desde que eu comecei a ir pro Uruguai, que seja pra apresentar a Justa Trama, pra fazer discussões, ficou essa provocação, da gente pensar alguma coisa junto, dessa identidade com a gente e tal. – Nelsa (Univens), em entrevista.

Ali, voltam a vislumbrar a possibilidade de organizar a grande rede, mas em marcos binacionais, algo ainda mais desafiador: “En Brasil hay un centenar de empresas [capitalistas] que fabrican poliéster, pero si trabajáramos con ellas no estaríamos construyendo una red solidaria como Justa Trama, conformada por diferentes cooperativas y que no tiene intermediarios”, explicou Nelsa em entrevista concedida no Uruguay. Detalhe curioso, para nós, foi o título da reportagem: “Política para un nuevo mundo”¹⁰³.

Em 2011, Nelsa (Univens) assume a recém-criada diretoria de Economia Solidária do governo gaúcho, com forte apoio do movimento. Deste lugar, conhece as duras condições de vida de trabalhadores da chamada *reciclagem*, setor mais amplo e injusto do que o nome sugere. Ela, que tanto já vivera em militâncias mundo afora, em tempos de JOC (Juventude Operária Católica), de movimento sindical ou de Orçamento Participativo, comove-se fortemente:

¹⁰³ Disponível em <http://reddelsur.coop/?p=1221&lang=es> acessado em 02/03/2011.

Quero enviar também minha indignação pelo que encontramos neste RS [Rio Grande do Sul], que às vezes achamos que já superou muitos de seus problemas sociais. Ainda existem trabalhadores que procuram nos lixões a céu aberto seu alimento. Temos companheiros catadores que se alimentam das carnes, das frutas, das folhas que sobram no lixo, o qual é disputado junto aos animais. Crianças que acompanham os pais, e a Escola não existe. Estão longe de todos os direitos, e do primeiro deles, que é comer, beber, ter um lugar decente para morar, pois moram em cima do lixão. [...] Isso é presença de gerações. Por que estamos numa sociedade tão indiferente às pessoas?! A Indignação nos acompanha nestes pagos [...] Nosso esforço é de convencer os governos, e os que têm mais responsabilidade sobre essas situações, para darmos passos firmes de mudança (Nelsa Nespolo, Comunicação Pessoal, 24/07/2011).

Desta forma, aos projetos da Justa Trama, de desenvolver novas fibras e fomentar outras redes solidárias, uniram-se mais parceiros e recursos políticos, inclusive como uma das formas de “beneficiar os companheiros catadores”, nas palavras dos associados.

À época da viagem a seguir relatada, o projeto já havia vencido algumas etapas do longo percurso que proposições ousadas como esta costumam percorrer. De início assemelham-se a delírios, como apontamos - não à toa as lideranças da Justa Trama foram tanto chamadas de “loucas”. Mas, a depender de variadas circunstâncias, como veremos, podem ganhar adeptos, pessoas que mesmo desconfiadas, apóiam a iniciativa e aportam suas contribuições. Talvez seja justamente este, o momento histórico em que o projeto da “cadeia solidária binacional do PET”, como se tornou conhecido, encontrava-se na ocasião.

Após esta viagem, no fim de 2011, Nelsa revela os avanços conquistados e confirma a leitura acima, qual seja, sobre o ganho paulatino da confiança de novos parceiros e apoiadores como algo crucial para a materialização do projeto:

[Nelsa] Néspolo resumió el proceso que se viene realizando de la siguiente forma: ‘Tuvimos un primer momento de curiosidad, donde todo podía ser muy interesante, pero los actores tenían dudas y no creían mucho en esto tan bonito. Ahora estamos en un momento de mucha credibilidad por parte de todos los actores, donde se ha hecho mucho recorrido en poco tiempo. En la actualidad contamos con tres polos [recicladores] que están bien amarrados, con gestores públicos locales, con contrapartidas de las prefecturas, que apoyan las iniciativas en la construcción de sus formatos jurídicos, en la gestión, en el estudio de viabilidad de las cadenas, donde cada actor construye su hilo para poder llegar al valor final, y que pueda ser un valor justo’ [comentários nossos]¹⁰⁴.

*

A seguir, uma seleção das passagens mais representativas desta viagem:

Na van que nos levaria à Coopima, tive a sorte de sentar-me ao lado de Eduardo, cooperado da Coorlas - Cooperativa de Reciclagem de Canoas/RS. Muito articulado, e com uma vivacidade incomum, contou-me a história de sua cooperativa. O grupo começou com cinco mulheres desempregadas, uma delas sua mãe, em 2000. Passaram por épocas muito difíceis. Um marco importante na luta deles foi o Encontro de Catadores em Caxias do Sul (RS), em

¹⁰⁴ Disponível em <http://reddelsur.coop/?p=2227&lang=es> acessado em 05/12/2011.

2003¹⁰⁵. Importante, aliás, porque organizou politicamente a categoria. Já há algum tempo, conseguiram livrar-se dos atravessadores. Vendem boa parte de seus materiais diretamente para a indústria, já processados. Com isso, a renda e as condições de trabalho melhoraram. Hoje almejam mais, e em esferas mais amplas. Eduardo é um dos coordenadores do Setorial da Reciclagem da Unisol Brasil. Entre outras coisas, busca com seus companheiros articular grandes redes cooperativas. Uma de suas frases que guardarei: *‘Esse negócio de cooperativa tem que entrar, chegar no sangue da gente. E isso aconteceu comigo, sabe?’* (sorri apontando o antebraço, palma da mão para cima). [Diário de Campo, Montevideo, 14/02/2011].

A situação acima revelou, já de início, uma pluralidade. Estava na presença não apenas de membros da Justa Trama, como nas demais viagens, mas também de representantes de outra categoria e setor que, a seu turno, estão articulados a outras redes. Em comum, a identidade como classe trabalhadora da Economia Solidária, reunidos numa missão política maior, além das fronteiras de seus respectivos grupos, redes e instituições de representação.

Ao chegar à Coopima, em San José, notamos uma aglomeração de pessoas. Havia também jornalistas e cinegrafistas de rádios e televisões locais. *‘Virou um evento, né?’*, Nelsa comenta. [...] Fomos conduzidos a uma grande mesa. Éramos 18 pessoas. Passamos a ouvir uma longa fala do coordenador técnico da Cooperativa sobre seus processos produtivos e possíveis aplicações [...] Depois, apenas Nelsa falou, pouco, mas bem: *‘O que queremos aqui é cooperar, cooperar para que todos ganhem.’* [...] Coopima encontra-se num extenso terreno. São 20 hectares bem cuidados, onde se localizam várias edificações. Se a área externa deslumbra os visitantes, com seus largos jardins, o percurso pelo interior dos prédios, em companhia de seus cooperados, desola. [...] Bastou caminhar um pouco por ela para perceber que a fábrica estava parada há meses. *Interrompida* é palavra mais adequada. Alguns cooperados surgem constrangidos. Pareciam envergonhar-se disso. [...] Quanto mais avançávamos, andar por andar, sala por sala, mais indícios desta interceptação. Como se o direito ao trabalho lhes tivesse sido cassado. Matérias-primas a meio usar, máquinas a meio processar. O desconcerto cresce ao lermos em giz, numa lousa no canto da fábrica: *‘Hoy podemos dar más que ayer. Por nuestros hijos.’* [Diário de Campo, Montevideo, 14/02/2011].



Foto 26. Reunião entre membros da missão brasileira e trabalhadores de Coopima



Foto 27. Visita à planta industrial de Coopima

¹⁰⁵ Tratou-se do I Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis. Ocorreu simultaneamente ao III Fórum Social Mundial e reuniu 800 trabalhadores do Brasil, da Argentina e do Uruguay. http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul, acessado em 03/12/2012.

Por certo, muitos recursos foram investidos neste aparato fabril. O que mais consterna é pensar nas centenas de trabalhadores que verteram naquela fábrica suas melhores horas, por anos, atrelando a ela o sustento de suas famílias. Recentemente, os 43 trabalhadores que ousaram resistir à última grande crise e recuperar a fábrica, há pelo menos seis anos investem tudo o que têm nela. No entanto, tiveram que interromper as atividades. Não à toa, sentia-se uma aflição peculiar em seus olhares naquele encontro. Imaginamos agora o quanto deve tê-los mobilizado uma missão brasileira, composta por secretários de Estado e representantes de uma conhecida cadeia produtiva, com articulações importantes com o governo uruguaio, interessados em estabelecer com Coopima um grande contrato de cooperação¹⁰⁶:

Depois da visita às instalações, passamos a uma nova reunião, desta vez no refeitório da cooperativa. Momento importante. Primeiro houve uma espécie de ‘intercâmbios de histórias’ entre as cooperativas ali representadas. Destaque para a escuta atenta e solidária dos trabalhadores brasileiros. Aos poucos, e em meio a dificuldades idiomáticas, passam a falar dos planos em conjunto, das reais possibilidades de trabalharem em rede. [...] Eles tratam das necessidades de cada um mas principalmente da necessidade maior de terem um *fator comum*, motivo para uma cooperação que possa beneficiar a todos, inclusive aos recicladores gaúchos e uruguaios. [...] A conversa então se dirige ao exame da viabilidade técnica da empreitada. [...] Um entusiasmo sincero e um grande alívio toma a todos, é notável. [...] Ao final do encontro, retomam as tratativas feitas e reiteram os próximos passos. Agradecimentos multilaterais. E Nelsa fala ‘do sentido maior que está por trás de tudo isso’, e interrompe a frase, me parece, propositalmente. [Diário de Campo, Montevideo, 14/02/2011]

Chamamos a atenção para os modos característicos de fazer política dos membros da Justa Trama, algo de difícil descrição, em termos factuais. Por meio de gestos inclusivos, são ouvintes atentos e têm falas certeiras, como veremos. Detém clareza de seus propósitos e diferenciam com agilidade limites e possibilidades de ação, e em diferentes tempos e contextos políticos: “isto dá pra dizer aqui”, “isto não agora” etc. Também tratam com frequência de declarar seus princípios e valores e de marcar uma identidade comum com os companheiros uruguaios. Apresentam-se como *classe trabalhadora* - algo que desde já destacamos – orientada por marcos de *Outra Economia*. Proposição delicada, de contornos frágeis, mas um lugar ocupado por eles de modo consciente e bastante autoral:

Em termos políticos, Nelsa, inegável liderança ali, teve gestos importantes. Sempre que chamada a ir com ‘as autoridades’ em outro carro, em outra mesa, declinava e permanecia com os demais. Quando perguntada ‘quem’ deveria ir a tal reunião, incluía a todos. Se não fosse possível, dirigia-se ao grupo para com ele definir a situação: ‘*Acho muito importante não dividir o grupo. É isso o que acontece e que na minha opinião não deveria acontecer: os gestores públicos se reúnem e os atores sociais não participam. É importante que eles estejam e discutam, junto com os gestores, as políticas.*’ [Diário de Campo, Montevideo, 14/02/2011]

¹⁰⁶ Para saber mais, consultar http://www.coopima.com/quienes_somos.html. Também encontra-se disponível na Internet uma matéria que relata o fechamento da antiga *Polímeros Uruguayos* e a fundação de Coopima: <http://sanjosehoy.wordpress.com/2009/11/27/de-polimeros-a-coopima/>, sítios acessados em 02/04/2011.

Um dia que pareceu dois: seis reuniões, duas visitas, além de fenômenos incontáveis

A agenda da comitiva foi, com efeito, muito intensa. Reuniu compromissos diversos, todos exigentes, do ponto de vista político. O curto tempo de que dispunha o grupo, o esmero na economia dos recursos empreendidos e o empenho de todos investido na missão, fizeram caber, num único dia, seis reuniões: visitas a duas cooperativas (uma de reciclagem e outra habitacional), três ministérios, além de um órgão da Economia Solidária local. Uma jornada cansativa mas muito proveitosa. A seguir, o relato de algumas passagens:

8h30 - Visita à Planta de Reciclagem e à Cooperativa *Ahora se Puede*. As primeiras impressões foram confirmadas pelo restante da visita. Triste realidade. Já da calçada sente-se um intenso mau-cheiro. Muitos insetos, uma infinidade. [...] A tal ‘coleta especial’ parece ter também resíduo orgânico. Cachorros revolvem os sacos espalhados pelo chão junto aos trabalhadores. Seleccionam os materiais agachados, sem esteira nem bancada. Tudo e todos a céu aberto. Aquele era um dia bonito de verão. Angustiou pensá-los em ‘días crueles de invierno’, como dizemos os montevideanos. Que condição de trabalho é essa?! Cuidam dos restos de toda uma sociedade e assim são tratados por ela. Fomos logo apresentando-nos aos trabalhadores. Vertemos saudações, estendendo a mão. Foi evidente o constrangimento deles, o que revelou nossa indelicadeza. Um rapaz estendeu-me o antebraço, como ocorre em ambientes fabris, mas o fez cabisbaixo. Outro, ao seu lado, abriu as mãos em leque, talvez para exibir a sujeira, justificando o não-contato. Pior que sujas, estavam feridas... Era moço, suas mãos pareciam ter vivido mais que ele. [...] Um pouco atrás, observava-nos uma senhora. Sobrancelhas franzidas, personificava um alerta, logo anunciado. Apontou-nos a sede: ‘*mejor hablamos adentro*’. Prontamente estávamos lá, nas cadeiras de plástico, dispostas em círculo. Começa a rodada de apresentação e com ela os problemas de entendimento, que pareceram maiores ali. Como esperado, fui convocada para ‘ajudar na tradução’. Foi difícil fazê-lo, não pela tarefa, mas pela consternação. [...] Começa então uma tímida conversa. Pergunto a eles como surgiu o nome da cooperativa: *Ahora se puede*. Um deles contou que desde 2004 pensavam em organizar uma cooperativa, mas havia muitas dificuldades. Cita como marco o mesmo encontro de recicladores mencionado por Eduardo (Coarlas/Unisol), ocorrido em Caxias do Sul (RS), em 2003¹⁰⁷: ‘*volvimos de allá y justo la intendencia [prefeitura] nos propuso apoyo. Entonces dijimos ‘ahora se puede’*’ [...] Uma das passagens mais tocantes da visita foi o encontro de Eduardo (Coarlas/Unisol) com este grupo, mostra de franca solidariedade, de trabalhador para trabalhador. [...] Ouvi-os com atenção, ofereceu-lhes ajuda, deu boas dicas e se dispôs, inclusive, a facilitar a ida deles ao Brasil para um ‘intercambio’ de saberes e experiências. Nelsa depois comentara: ‘*Temos que entender que muitas vezes, principalmente neste setor [reciclagem], as pessoas não vêem para a Economia Solidária por escolha. Enquanto não entendermos isso... [..] A partir daí, sim, dá para trabalhar a organização, as relações com o poder público e por aí vai.*’ Este encontro, por si só, já foi uma importante experiência de intercambio político. [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

¹⁰⁷ As várias menções a este encontro, feitas por catadores brasileiros e uruguaios durante a viagem, chamaram a atenção. A *Carta de Caxias*, documento-fruto deste congresso, revela a importância do evento para a organização política da categoria que, apoiada em princípios da autogestão, busca enfrentar as precariedades de suas condições de trabalho. Destacamos, a seguir, aspectos que sugerem identidade de classe e consciência, por parte dos trabalhadores, das circunstâncias sociais e históricas que produziram as condições mencionadas: “O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. [...] Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. [...] compromissos: 1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas; 2. intensificar o intercâmbio e a articulação [...] visando a construção de redes de cooperativas” http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul, acessado em 03/12/2012.



Foto 28. Visita à Cooperativa *Ahora se puede*.

Dali saímos rumo a uma visita a uma cooperativa habitacional¹⁰⁸, no centro antigo da cidade. Em seguida, partimos para as reuniões nos ministérios, talvez a agenda de maior interesse político por parte dos organizadores da missão:

11h15: Reunião no Ministério da Indústria, Energia y Mineração - Fomos recebidos em uma das grandes salas do monumental edifício. Cenário protocolar, ambiente sóbrio e silente. Tudo muito cerimonioso. Porém, surpreendentemente, foi um dos melhores encontros. [...] Conforme os dirigentes uruguaios (FCPU) apresentavam os presentes e as intenções da reunião, a diretora do Ministério demonstrava aproximar-se das intenções do grupo: *‘Antes cooperativa era uma mala palabra’*. Diz enquanto traça um rápido retrospecto das relações entre as conjunturas políticas maiores e o ‘movimento cooperativista uruguaio’. José Ribeiro (Coopertêxtil/Justa Trama) faz uma fala ágil, apresentando dados objetivos sobre a rede e sobre a Coopertêxtil: número de cooperados, volume de produção etc. Notei aqui, como em outras situações, que esses números impressionam [...] A anfitriã compreendeu muito bem a proposta e pareceu de fato sensibilizada com ela. Após alguns encaminhamentos, nos despedimos e seguimos o périplo. Já na van, Nelsa comenta emocionada: ***“Como nós somos inteligentes, né?! Nós temos as idéias, vamos falando sobre elas, vamos fazendo, e quando vemos, conseguimos fazer cada coisa!...”*** [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

A fala de Nelsa acima que, com alegre surpresa, celebra as habilidades do grupo em face de suas conquistas, nos remete a duas habilidades políticas importantes, citadas pelos trabalhadores no cotidiano desta missão. Na conversa que tive com Eduardo (Coarlas/Unisol), na van, ele disse que aprendera nestes anos de luta política a importância de *“ouvir os ventos”*. *“Ouvir os ventos”*, que fique claro, é a leitura arguta das circunstâncias políticas em vigor.

¹⁰⁸ “Essas cooperativas, ligadas à Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM), são referência de organização para os movimentos populares de luta por moradia. A sensação foi de ter corrido a régua dos extremos. Os rostos das pessoas, gestos e expressões, tudo era eloquente. Pareciam falar alto da satisfação de estarem ali. [...]. Perguntei-me porque a Justa Trama foi visitar uma cooperativa habitacional nesta missão. [...] Pelo que entendi, há o anseio de mapear o que existe, no movimento da Economia Solidária, em termos de organizações políticas. Podem vir a serem parceiros e/ou recursos em futuras ações. [...] As relações entre trabalho e política na agenda da Justa Trama guardam sempre mais complexidade do que a princípio parecem. Lembrei-me aqui de Isaurina, cooperada da Univens. Ela dizia que passou a *‘enxergar mais longe’*, a ampliar seu universo de referências e seu poder de intervenção nele, depois que começou a trabalhar na cooperativa” [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011].

Nelsa, por sua vez, havia destacado outras necessidades: “*reconhecer os lugares*” e “*separar os papéis*” que cada pessoa exerce numa dada cena política. Primeiro, e em direção ao exterior, trata-se de compreender ligeira e argutamente a situação política em questão, lendo e interpretando mudanças sutis das falas e dos interesses manifestados pelos presentes. Em seguida, e internamente, exercer uma considerável contenção, já que esta mesma leitura convoca os próprios interesses a uma imediata exposição, porém, nem tudo deve ser logo dito. Apenas alguém alheio ou desinteressado pelo debate político em questão não se sentiria tentado a dele participar, ainda mais se é um debate definidor de novas ações políticas.

Em suma, não basta ter clareza do que se quer politicamente, enquanto sujeito coletivo. É preciso “*ouvir os ventos*”, “*reconhecer os lugares*” e “*separar os papéis*”, ou seja, ler as circunstâncias e nelas situar os contextos, os atores e seus respectivos interesses. A partir daí, por meio de uma percepção perspicaz da situação, identificar quando, como e para quem falar. Tudo em nome de certa eficácia política, que pode ser crucial em certos contextos. Atinar senso de circunstância e auto-controle, coordenada e coletivamente, e assim ler e inscrever, nos tempos e espaços das interações políticas cotidianas, o que se pretende. Complexas habilidades que, como vemos, os trabalhadores desta missão parecem dispor¹⁰⁹.



Foto 29. À espera do início da reunião, no Ministério da Indústria

12h30: Reunião no Ministério de Desenvolvimento Social - A representante do Ministério inicia a reunião [...] monopoliza a fala, para contrariedade geral. Conta que apóiam mais de dois mil empreendimentos solidários no país; que o setor de reciclagem reúne as piores condições de trabalho, que não há instituição pública de fomento aqui, semelhante ao BNDES. [...] Nelsa serve-se de uma das poucas pausas: ‘*O que nos anima são dois cortes: ações conjuntas, bem combinadas, entre o Brasil e o Uruguay, para inclusão de pessoas que estão em más condições de trabalho, em ambos os países. [...] Também gostaríamos de*

¹⁰⁹ As habilidades citadas acima parecem ter relação com a *phorenis*, ou prudência, apontada por Agnes Heller e Ferenc Fehér (1998) como um entre as principais virtudes cívicas, em companhia da tolerância radical, coragem cívica, solidariedade, justiça, além de virtudes relacionadas com a comunicação racional. Ela é especialmente importante na prática política: “[...] onde temos de tomar decisões políticas o tempo todo, às vezes com pouco ou nenhum tempo para deliberação.” (p. 128).

desenvolver a integração das tecnologias. Então é um projeto de apelo social, econômico, ambiental, de integração regional etc.’ O secretário de governo gaúcho (SESAMPE) faz uma fala importante também. Refere-se a esta iniciativa como um projeto piloto para outras e, em termos objetivos, pede apoio para a reativação de Coopima. [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

Os relatos seguintes tratam de outras reuniões orientadas pelo mesmo intuito - angariar apoio local ao projeto da Cadeia Binacional do PET. No entanto, tiveram desenvolvimento e desfechos diversos. Na primeira delas, o grupo brasileiro encontra resistências, em princípio, não vencidas. No último encontro, porém, a empreita ganha um adepto institucional importante. Em destaque, o envolvimento e as habilidades políticas dos protagonistas:

15h30: Reunião em órgão de fomento ao cooperativismo - Fomos recebidos de maneira formal. [...] Um dos diretores da instituição a apresenta. [...] Os visitantes situam o intercâmbio e a missão, falam dos lugares já visitados; entre eles, a *Ahora se puede* [...]. Como sempre, a fala de Nelsa impacta a todos. Porém, houve falas francamente resistentes ao projeto. Entre outros argumentos, citou-se o custo energético para a lavagem dos plásticos. A missão brasileira citou estudos que comprovam a viabilidade econômica quando a lavagem é feita a frio. [...] E assim seguiu o debate: apontavam-se dificuldades, alguém contra-argumentava, repetidas vezes. Nelsa tenta novamente: *‘todo investimento traz ônus; mas é o risco que também permite mudar alguma coisa.* [...] *Vamos ter que superar todos os empecilhos.*’ Fala dos apoios recebidos, da vontade política manifestada por instituições de ambos os lados, desde o movimento popular da Economia Solidária, passando por instituições internacionais e, claro, por setores estatais dos dois países. [...] Em resposta, *‘tenemos una tradición de años y años de cooperativas organizadas por sectores.’* [...] Chama minha atenção o silêncio de Nelsa. [...] Por fim, ela apenas diz: *‘No Brasil, tem de tudo. E dificuldade tem a milhão.’* [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

19h: Reunião no Ministério das Relações Exteriores

‘Brasil, cuando nos llama con algo para hacer, es como si se nos cayera un rinoceronte encima.’

Fomos prontamente recebidos por um alto gestor do Ministério [...]. Fomos conduzidos a uma mesa grande, ao centro de uma sala sóbria. Organizamo-nos à sua volta - ele não ocupou a cabeceira. Os assessores e eu deixamos os lugares à mesa aos demais. Curiosa, uma memória desta ocasião. Assim que chegamos uma funcionária traz uma cuia e uma garrafa térmica. Como uruguaia, pensei o que disse uma das presentes: *‘Que buena idea!’* Porém, ela não circulou pelo lado brasileiro da mesa, apesar da proximidade cultural com os gaúchos, que também tomam chimarrão. Pareceu mais um exemplo das dificuldades de comunicação presenciadas. Mesmo semelhantes, não se trata de uma única cultura. Exige um esforço extra dos envolvidos: a interpretação dos gestos da outra margem [...]

O representante do Ministério inicia a conversa: *‘antes la frontera era un límite [...] [ahora] no sólo es una política de buena vecindad, si no de pensar el territorio con las necesidades de la gente, y más allá de la ciencia, pensarlo junto con los vecinos.’*¹¹⁰ E prossegue, impressionando com sua argüição articulada e seu conhecimento a cerca do projeto: *‘esta es una posibilidad muy grande y también una responsabilidad enorme. Sectores sociales, como*

¹¹⁰ A fala sugere uma recente mudança de orientação do governo uruguaio, no que tange à política externa. Desde 2005, o país é governado pelo Frente Amplio, partido que congrega as esquerdas nacionais. À época da viagem, José Mujica já presidia o país, com maioria no parlamento (não se trata de um governo de coalizão).

es el de la Economía Solidaria, ese universo tan grande, normalmente no estaba integrado en las políticas nacionales. [...] no como un elemento importante en la construcción de mayor justicia, mayor equidad, y sobretodo de construir una economía distinta. [...] Sabemos y conocemos las dificultades para implementar todo eso. No solo por el tamaño de la tarea, pero porque se es innovación. Es innovación pura! No hay a quienes copiar. [...] Más que nada, es una etapa histórica de hacer una experiencia y de sacar conclusiones de ahí.' [...]

Após ouvir as intervenções certeiras de membros da missão, ele propõe um Programa de Desenvolvimento Integrado: *‘Creo que hay una oportunidad de coyuntura histórica [...] muy grande, que moviliza mucho, y que por eso, siempre va a haber un ‘pero’ Nelsa: ‘Realmente estamos vivendo novos tempos; vejam esta agenda’. [...] ‘Esta será a primeira cadeia solidária a ultrapassar as fronteiras destes países. E é a primeira pra poder construir outras.’* O anfitrião dialoga com o entusiasmo do grupo, mas aponta as dificuldades do caminho, como quem cuida: *‘Comparto que las cosas se construyen en la práctica. Pero la realidad es que hasta ahora quienes han intentado hacer eso [experiências binacionais] han fracasado por barreras muy difíciles. [...] Nelsa: ‘Quando trazemos os trabalhadores pra cá, quando conversamos juntos com os atores daqui, com eles com as instituições, com o poder público, é porque temos a convicção de que é possível fazer esta cadeia a partir deles e junto deles.’* Ele a ouve com uma atenção cheia, devota. Ao final, conclui: *‘estamos totalmente a disposición para apoyar el proyecto.’* [...] À saída, comentamos o quão proveitosa para o projeto fora a reunião. A polissemia do termo *fronreira* chamou minha atenção. Pode ser lida como limite, entrave, lugar de fins ou de começos. Pareceu um emblema de toda a viagem. [Diário de Campo, Montevideo, 15/02/2011]

A opção de segui-los nesta viagem, para além das fronteiras geográficas da cadeia, merecia justificativa. Podemos dizer, de modo amplo, que a Justa Trama já está instituída politicamente. Foi gestada, organizada e formalizada a partir dos sonhos iniciais das costureiras da Univens e dos ecos sentidos nos sonhos de outros trabalhadores, de outros grupos, país adentro, nas arenas políticas da Economia Solidária.

Hoje, no âmbito da Justa Trama, o que mais se pode contemplar, em termos cotidianos, são seus fluxos de gestão e de replanejamento, algo decerto interessante, mas que não representa a totalidade de seus fenômenos políticos. Por exemplo, notamos amiúde que os interesses e as ações políticas do grupo dirigem-se para fora das fronteiras da cadeia, como é o caso da participação ativa deles na instituição de outras redes – a saber, a *Tramas da Mata*, na Amazônia, e a *Cadeia do PET*, aqui tratada. Por esses motivos, quisemos conhecer como operam os associados da Justa Trama quando dedicados a estas ações de “política externa”.

Segundo os associados da rede com quem conversamos sobre o projeto da Cadeia do PET, as principais motivações nele envolvidas são, com efeito, de ordem política. Como dissemos, ao desejo antigo e estratégico de fomentar novas redes, uniu-se o anseio de trabalhar em intercooperação com o setor que reúne as piores condições de trabalho da Economia Solidária:

Olha, a gente já teve que fundamentar tudo. Já teve gente que veio perguntar: [...] ‘Isso quer dizer que, se hoje eles estão ganhando um real pelo PET, e vão passar a ganhar dois com a cadeia [...] **isso não vai proporcionar que eles façam mais consumo de drogas?!**’ [...] Sabe o que é você contar até dez e pensar: ‘Bom, você fez essa pergunta então agora você vai ouvir.’ [...] **Como se fosse só o pobre que bebesse, que usasse droga...** Coisas bem difíceis, sabe? **A gente ouviu cada coisa que não dá pra acreditar.** [...] Ela vai dar um impacto pras políticas públicas, pra dentro do governo, pra sociedade, pros catadores, que é uma coisa impressionante. [...] **De poder dizer: ‘Olha aqui. É isso que os trabalhadores têm capacidade de fazer.’** – Nelsa (Univens), em entrevista.

Suspeitamos também, por ora, que estas ações políticas, em âmbitos exteriores à rede, encontram-se também articuladas a problemas ou impasses vividos no interior das práticas do grupo. Ou seja, diante de uma dificuldade econômica - desabastecimento de algodão, por exemplo, que atinge parte dos elos – buscam possibilidades políticas de intervenção, e num campo mais alargado. Examinam o tema com parceiros, apoiadores, levam as questões para os fóruns de debate dos quais participam e, em alguns casos, tendem a desenvolver soluções que permitem não apenas sanar o problema, como superar o cenário anterior à sua aparição.

No tocante a esta viagem e considerando o objeto da pesquisa, foi muito revelador assistir aos associados da Justa Trama tecerem história enquanto praticam política, também em terras estrangeiras, junto a outra categoria de trabalhadores, identificados como membros de uma só classe, a classe trabalhadora¹¹¹. Se não estancam a fonte inesgotável de dificuldades, advinda do embate constante com o sistema capitalista, estas ações vêm permitindo aos trabalhadores da rede enfrentá-los com mais consciência e empoderamento, como vimos.¹¹²:

¹¹¹ Nessas viagens, a âmbitos exteriores à rede, as diferenças entre os elos, de modo geral, parecem minimizadas. Nessas situações, os representantes expressam a voz da Central, como um todo, demonstrando deter uma identidade de grupo bastante coesa.

¹¹² Por fim, atualizamos informações sobre este projeto, citando alguns de seus desdobramentos. Ainda em 2011, além da assinatura do convênio de cooperação entre Brasil e Uruguai, realizaram-se 8 (oito) seminários em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Reuniram-se neles representantes de 152 empreendimentos de reciclagem, 26 prefeituras, além de 48 entidades de fomento à Economia Solidária, para discussão do projeto e articulação dos interessados. Tive a oportunidade de acompanhar uma dessas reuniões, realizada em Pelotas, em 12/08/2011. Neste mesmo ano, no Uruguai, o Instituto Nacional de Cooperativismo aprovou o repasse de cerca de R\$720 mil do para a reestruturação de Coopima. Em março de 2012, o governo estadual mineiro declarou interesse em integrar também o projeto, organizando evento em Pará de Minas, cidade-sede da Coopertextil, com a presença de diversos secretários de Estado, dos âmbitos nacional e estadual (RS e MG). Por fim, em maio do mesmo ano, o governo estadual gaúcho firmou convênio com Ministério do Trabalho, por meio da SENAES, para o repasse de R\$3,3 milhões que, junto da contrapartida estadual, somou mais de R\$4 milhões em investimentos ao projeto. Os recursos destinam-se à aquisição de máquinas e equipamentos para os quatro pólos recicladores, então já instituídos, nos municípios gaúchos de Canoas, Jaguarão, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul. Também servirão para financiar atividades de formação para os trabalhadores, com ênfase em gestão e produção. Estima-se que a renda dos catadores gaúchos envolvidos com o projeto aumente cerca de 50%. Para saber mais, sugerimos consultar: <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=283> e <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/governo-de-minas-integra-cadeia-binacional-do-pet-e-quer-fortalecer-a-economia-solidaria/>, ambos acessados em 28/12/2012.

Isso é maravilhoso porque tu faz refletir valores [...] Está se refletindo, por exemplo, na cadeia do PET, quando ela junta dois países. [...] As pessoas estão na Economia Solidária, estão lendo, vendo, e não conseguem entender que **a dimensão da Economia Solidária não tem fronteira**. [...] também são reflexos desse conceito, de que as coisas são caras porque vêm de longe. **Elas não são caras porque vêm de longe. É aquele tabu que a gente teve que derrubar com a Justa Trama. Elas são caras porque alguém concentra**. [...] Agora, todos que conhecem a complexidade que é a Coopima, a complexidade que é a fiação, não pergunta mais isso. [...] vê assim: **‘Puxa, é valorizar a tecnologia que aquele trabalhador tem lá.’** [...] **É essa a clareza, sabe? Nós estamos falando de cadeias produtivas da Economia Solidária. Nós não estamos falando de qualquer cadeia produtiva.** - Nelsa (Univens), em entrevista.

5. *Notas de Porto Velho: o trabalho como objeto da política*

Entro na grande sala oval reservada para a reunião do grupo¹¹³. O espaço era pequeno para tanta gente: mais de quinze pessoas, em torno de uma grande mesa. A sala não tinha janelas e era impessoal, como costumam ser os espaços de hotel destinados a eventos. A opulência amazônica ficaria para mais tarde. [...] S. Lino (Adec), avaliava: ‘*O que é a Justa Trama? Às vezes até para falar aos nossos associados é difícil. Então, precisamos desses debates e desses demonstrativos todos; fica mais fácil.*’ Chagas (Adec) sugere: ‘*Podemos fazer um gráfico envolvendo a Justa Trama todinha.*’ Os comentários tratavam da necessidade de alcançar uma visibilidade maior de todo o processo produtivo da rede. Algo que o grupo vem buscando ao longo dos anos, como veremos. Nelsa (Univens) apresenta a **tarefa que o grupo teria pela frente: definir prioridades para os próximos três anos nos seguintes temas: gestão, comercialização, produção e representação política**. Chama a atenção o método escolhido pelo grupo para aquecer o debate: um tempo para reflexão para, em seguida, cada um apresentar suas contribuições aos respectivos temas. Trata-se de um estímulo à fala de todos, não apenas das ‘lideranças’. [Diário de Campo, Porto Velho, 01/04/2011]

Fenômeno observado em outras reuniões, os trechos seguintes dão outras mostras de como os temas da gestão e da comercialização, por exemplo, são tratados como objetos de discussão política pelo grupo. Ao tomá-los em consideração, os trabalhadores da Justa Trama problematizam suas práticas cotidianas sem, para isto, recorrer a modelos prontos. O método é eminentemente político. Por meio de debates prolongados, elencam prioridades, a partir do vivido no cotidiano, e redefinem escolhas, ou melhor, atualizam opções políticas, num processo orientado pela revisita aos valores historicamente definidos por eles como centrais.

5.1 *Assembléia Geral Ordinária da rede: uma banda afinada e sem maestro*

Enquanto presenciava os debates a seguir, uma imagem inusitada ganhava corpo: parecia estar diante de uma banda, uma banda afinada e sem maestro. A impressão advém de certa *cadência política* que o grupo parece ter desenvolvido nos anos de gestão democrática da Central. Um pegava a palavra, passava para o outro, que dava continuidade ao debate, até alcançarem o consenso.

Tema: gestão. O grupo define por objetivo desenvolver ações que tornem os elos mais ativos na gestão e na circulação da informação. Dalvani (Açaí): ‘*Temos que tornar a Justa Trama mais técnica, contratar alguém para tocá-la nos empreendimentos. Isso é importante para*

¹¹³ Para chegar à cidade, enfrentei mais de vinte horas de viagem. Mais tarde soube que parte do grupo tampouco havia dormido. Chegaram pela manhã e já às 9h deram início às atividades. Novamente percebo que sem querer experimentei, no trajeto até aqui, uma amostra das dificuldades porque passam, com frequência, os representantes dos elos que trabalham na coordenação política e administrativa da rede. Mais tarde confirmaria que não são incomuns as noites de pouco dormir, as reuniões de finais de semana inteiros, a substituição das refeições por lanches rápidos, entre um ponto de pauta e outro.

permitir que as pessoas fiquem mais na produção e nas ações políticas. Ismael (Fio Nobre) propõe que seja alguém do próprio empreendimento, remunerado para isso. Patrícia (Univens) diz que também considera isto importante para manter as informações atualizadas e melhorar a comunicação. Já Dolores (Açaí) entende que a gestão é tocada pela direção: *‘quem está à frente é quem tem que tocar. Se tiver que fazer um curso, por exemplo, podemos ajudar.’* Antônia (Açaí) aponta a busca por projetos que auxiliem os empreendimentos nas suas necessidades de gestão. Chagas (Adec) por sua vez diz que é preciso qualificar os elos nas próprias reuniões, que sugere, sejam trimestrais. Também aponta a necessidade dos grupos divulgarem seus balanços e de disponibilizar as atas para todos. Lino (Adec) sugere definir a agenda anualmente. Também propõe um plano de marketing desde a produção até os elos finais. Nelsa (Univens) sugere alimentar mensalmente as planilhas alusivas ao estoque, à produção e à movimentação financeira, como também definir pessoas responsáveis por isso em cada elo: *‘Precisamos olhar pra isso e pensar: ‘puxa, se fizermos isso nós vamos melhorar bem a nossa gestão!’* Patrícia (Univens) concorda: *‘Vai melhorar e a gente vai seguir buscando. Tem que tentar.’* Lino (Adec) propõe e todos concordam: *‘podíamos começar as reuniões com a leitura da ata do encontro anterior. Partir do que foi feito, mas de forma registrada, organizada.’* [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]



Foto 30. Assembléia Geral Ordinária da Justa Trama

Tema: comercialização. Marina (Açaí) sugere abrir mais pontos de comercialização e divulgar mais a rede por meio também de um plano de marketing. Dalvani (Adec) propõe investir mais no site da Justa Trama e dos elos que fazem produtos da rede (como uma loja virtual). Também sugere investir em embalagens mais chamativas: *‘temos que pensar em outro tipo de catálogo também, que diga mais sobre a Justa Trama, que não mostre apenas os produtos, mas que mostre também o que é a cadeia. Por que nós não somos só os produtos. Nós somos muito mais do que isso. Por ex., se for aqui, tem que mostrar a palmeira, o tucumã, a coleta, o processo.’* Ismael (Fio Nobre) propõe ocupar mais espaço no mercado convencional, por meio de parcerias com lojas e feiras. Segundo ele, a Justa Trama é muito institucional e pouco comercial. Sugere profissionalizar a comercialização e manter um bom estoque-mínimo para pronta-entregas. Já Patrícia (Univens) aponta a necessidade de trabalhar a identidade visual da Justa Trama em feiras e outros espaços de comercialização. Resgata a idéia de um ‘kit-feira’, composto por banners, decoração e até vestimentas adequados para quem vai vender produtos da Justa Trama nestes espaços. Arlete (Açaí) frisa a importância de oferecer produtos com tamanhos adequados nas feiras, condizentes com os biotipos mais encontrados na população brasileira; sugere mais produtos de apelo regional também. Antonia (Açaí) concorda com a companheira e acrescenta a necessidade de divulgações mais específicas nos locais de venda quando se tratar de feiras e de eventos. Chagas (Adec) sugere locais adequados para comercialização de produtos da rede em cada elo. *‘Pensei em algo como ‘sou um Ponto Justa Trama’.* Lino (Adec) fala que há que se atualizar de acordo com certas tendências da moda. Nelsa (Univens), por seu turno, propõe ocupar mais espaço em lojas multimarcas, principalmente do comércio justo: *‘porque a gente não vende só roupa, vende uma ideia.’* E o debate prossegue tratando, por exemplo, de peças defeituosas. O que

fazer com elas? Surgem várias sugestões: tingi-las naturalmente, customizá-las com bordados etc. Muito rica e interessante a participação de todos, em especial, de Arlete, Dalvani (artesãs) e Chagas (agricultor), dando ótimas idéias aos elos finais (costureiras). [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]

Durante o tempo de convívio com o grupo assistimos a poucas votações, exceto na eleição de representantes. Quando ocorreram, estavam associadas a questões periféricas, onde o consenso, além de desimportante, é de fato mais trabalhoso. Exemplos disto foram os processos de escolha de estampas e frases para a nova coleção da rede: após breve debate sobre o caráter geral que deveriam ter imagens e dizeres, o grupo optou por realizar uma votação em três turnos para definir a questão. Este recurso também é utilizado como consulta, ou seja, quando os trabalhadores podem ou precisam reunir a opinião do maior número possível de associados sobre um tema específico. Neste caso, a ampla consulta, em geral feita pela Internet, ocupa o lugar do debate ou o precede.

As cenas acima relatadas revelam ainda a presença de opiniões divergentes entre os associados na Assembléia. Mais: nota-se a expressão de leituras distintas de como deve ser a gestão da Central e a não-adoção de um modelo pronto, como dissemos, alheio às suas escolhas e princípios. Estas diferenças, no entanto, não acarretam grandes conflitos nas reuniões do grupo. Mais que isto, pensamos que podem ser vistas como indícios de um cotidiano político orientado por princípios democráticos.

E é de fato impressionante - ainda mais para quem presencia a cena - a habilidade e a rapidez com que o grupo organiza e executa um planejamento de processos variados e complexos. Durante estes dias, avaliaram projetos anteriormente definidos, as relações de cooperação em andamento, reviram custos, estoques, modelos de produtos. Também foi possível perceber nessas situações os ganhos com as experiências anteriores, o desenvolvimento de vários métodos por parte do grupo para a realização das tarefas e a grande participação dos presentes, em fala e em escuta: agricultores, artesãs, costureiras, todos bastante afinados na execução desta composição coletiva.

A gestão cotidiana do trabalho da rede aparece, portanto, como uma prática política, como propõe, de fato, a autogestão como modo de organização democrático de trabalho. Uma organização sempre provisória, promovida pelos trabalhadores, a partir dos recursos de que dispõem, entre o possível das circunstâncias e o desejável de seus projetos.



Foto 31. Almoço com artesãos da Cooperativa Açai

5.2 Para uma dificuldade do cotidiano de trabalho, uma saída política

A modalidade de organização acima descrita sobretudo nos parece um arranjo orquestrado para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano. Em alguns casos, notamos que tomar política e democraticamente entre muitas mãos um problema para resolver pode levar ao desenvolvimento de novos recursos simbólicos e materiais para o seu enfrentamento. Muitas vezes, isto altera, mais ou menos sensivelmente, a configuração anterior daquela organização do coletivo e de seu entorno¹¹⁴. Desta mesma reunião extraímos um exemplo disto, bastante trivial, entre os episódios vividos com os trabalhadores da Justa Trama:

Dalvani (Açai) fala da necessidade de uma oficina de qualificação para o grupo aprender a operar as novas máquinas de costura: *‘as nossas são do tempo das nossas avós’*. Nelsa (Univens): *‘Gente, sinto muito, mas não existe este profissional.’* Patrícia (Univens) completa: *‘É bem tranqüilo, sabe? O próprio técnico que monta já explica um pouco sobre o uso, a manutenção. Depois tu vai aprendendo com a prática!’* Nelsa: *‘A gente podia pensar num intercâmbio entre Univens-Açai!’* Arlete (Açai) sugere: *‘Já sei! Quando vocês vierem aqui, para as visitas formativas¹¹⁵, podem ficar mais.’* [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]

A partir deste debate imprevisto, disparado pela fala de Dalvani, o grupo teceu uma proposta para superar o problema por meio da intercooperação entre os elos, utilizando recursos que já dispõem: os saberes das costureiras do sul e os encontros periódicos inter-grupos. Contudo, foram além: propuseram outro formato de encontro, a fusão das visitas

¹¹⁴ Os fenômenos acima relatados e suas respectivas leituras harmonizam-se com a concepção de organização como processo, em vez de matéria, como propõem Peter Spink (1996) e Leny Sato (1999; 2003).

¹¹⁵ Visitas formativas são encontros propostos pelo grupo, com o maior número possível de trabalhadores de cada elo, para “apropriação da Justa Trama”. Na assembleia, os presentes avaliaram as visitas realizadas e elaboraram uma agenda das próximas a realizar.

formativas aos intercâmbios (ambos já existentes), de modo a contemplar as dificuldades, técnicas ou políticas, dos elos ou do conjunto da rede¹¹⁶:

Na discussão sobre os intercâmbios, os associados preocupam-se em trocar experiências não apenas entre si, mas também com outros grupos e instituições da Economia Solidária das regiões visitadas: *‘Acho importante nesses intercâmbios conhecer outros grupos que trabalhem com outras tecnologias, por exemplo, a Cooperbotões daqui.’* (Nelsa/Univens) [...]

Próximos intercâmbios (entre os elos e deles com o exterior):
1. Açaí com Univens e Fio Nobre I, passando pela Cooperbotões - oficina sobre acabamentos
2. Univens com Açaí - oficina sobre maquinário
3. Adec com Casas de Sementes Crioulas (RS) - movimento de resistência aos transgênicos
4. Coopertêxtil com Adec - ajustes da produção de fios e tecidos
5. Açaí com Univens e Fio Nobre II – oficina sobre fixação e tingimento natural

[Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]

O exemplo acima também permite verificar a presença mesclada de demandas políticas e de trabalho. Em meio à necessidade de aprender a operar máquinas novas, é preciso também intensificar a participação do grupo na luta contra a produção transgênica, inimiga da proposta agroecológica, princípio político capital da Justa Trama¹¹⁷. Para isto, o intercâmbio precisa acontecer não apenas entre os elos, mas da rede com parceiros exteriores:

‘Estive pensando... nós temos um lado econômico mas também somos outra coisa, um outro modelo, que não é só produção. Somos um movimento também. Podíamos participar mais, de mais espaços, envolver-nos mais na luta contra os transgênicos, na defesa do meio-ambiente e outras lutas. Nós temos um quadro grande e podíamos participar mais, em mais lugares dos que já participamos.’ (Nelsa/Univens) [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]



Foto 32. À beira do Rio Madeira com associados da rede.

¹¹⁶ Um exemplo das principais atividades da rede em um ano: “O grupo organizava a agenda do período, definindo quem e quantos seriam os responsáveis por cada ação: oficinas temáticas, intercâmbios, feiras nacionais (6) e visitas formativas (7; pelo ao menos uma por elo).” [Diário de Campo, Porto Velho, 01/04/2011]

¹¹⁷ Momentos antes o tema fora tratado na mesma reunião: “S. Lino e Chagas (Adec) falam dos riscos vividos nas lutas locais. Tratam da luta contra os transgênicos na região, da desarticulação dos movimentos sindical e eclesial de base, e assim, revelam um cenário preocupante.” [Diário de Campo, Porto Velho, 02/04/2011]

6. *Notas de Badalona: uma experiência de intercâmbio político*

Em novembro de 2011, seguindo novamente os rastros políticos da rede, acompanhamos a participação de Idalina Boni (Fio Nobre), como representante da Justa Trama, na *III Semana del Comercio Justo y Solidario de Badalona*, na Catalunha (Espanha).

Tratou-se de um grande e memorável evento, de uma semana de duração, organizado por um consórcio de instituições não-governamentais¹¹⁸, com apoio do poder executivo local (Ayuntamiento de Badalona). O objetivo principal era promover ciclos de sensibilização e debate, em vários pontos das cidades, sobre Economia Solidária e Comércio Justo¹¹⁹. Além da Justa Trama, foram convidados representantes de outras duas redes autogeridas latino-americanas: a Central *El Ceibo* - que reúne cooperativas de produtores de cacau na Bolívia - e a Asociación de Cooperativas de Pequeños Productores de Café de Nicarágua, a *Cafenica*.¹²⁰

Entre locais e convidados, formávamos um diverso grupo, cerca de dez pessoas. Vínhamos de lugares distantes, diferentes e desiguais, também. Cada um portava códigos, atividades, hábitos, até idiomas distintos. Se os estranhamentos e as surpresas daí surgidas divertiam e aproximavam, também exigiam mais empenho de entendimento. Mas o que permaneceu regente entre nós foram as semelhanças - aquilo que nos havia unido ali e que, de certa forma, justificava o trabalho e a militância de todos. Durante os sete dias caminhamos em grupo pelas ruas das cidades. Em média, permanecíamos doze horas diárias juntos. Fomos a escolas, instituições públicas e não-governamentais, centros sociais, coletivo feminista, associações de moradores, em geral, nas periferias. E assim compartilhamos refeições, análises, remédios, pontos-de-vista, casacos - e a crença no potencial transformador da Economia Solidária, nosso principal fator comum. [Diário de Campo, Barcelona, 27/11/2011]

¹¹⁸ A saber: Associó de Cooperació Internacional Nord-Sud (Conosud), Setem Federació e Intermón-Oxfam. Para saber mais, consultar: <http://www.conosud.org/>, <http://www.setem.org/site/es/federacion> e <http://www.intermonoxfam.org/>, respectivamente.

¹¹⁹ As primeiras iniciativas ligadas ao Comércio Justo datam dos anos 60, na Europa. O termo nomeia os processos econômicos baseados em um modelo de desenvolvimento solidário e sustentável, por meio da promoção de relações mais justas entre os produtores dos países em desenvolvimento do 'sul' e os consumidores dos países desenvolvidos do 'norte' (Cotrera & Ortiz, 2009). Nos últimos anos, observam-se mudanças na proposta inicial no sentido aproximá-la da perspectiva da Economia Solidária. No Brasil, o Comércio Justo tem avançado muito. Exemplos disto são as freqüentes discussões dos diferentes modelos existentes, aqui e no exterior, e a recente instituição do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS). Para saber mais, sugerimos consultar <http://www.facesdobrasil.org.br/comercio-justo-no-brasil.html>, acessado em 28/12/2012.

¹²⁰ A Justa Trama já havia participado das outras edições deste evento, em 2009 e 2010. Vale dizer que a CONOSUD, instituição catalã à frente da coordenação do consórcio organizador, é parceiro político antigo, não apenas da rede, mas antes dela, da Cooperativa Univens (Andrada, 2009a).



Foto 33. Eleo Trujillo (El Ceibo - Bolívia), Denia Alexa (Cafenica - Nicarágua) e Idalina Boni (Justa Trama - Brasil) Coletivo de Mulheres (Espais de Dones) – Barcelona

Entre os aspectos mais destacados da viagem está sentir, na materialidade do cotidiano desta missão, o caráter internacionalista não apenas da classe trabalhadora, mas do movimento da Economia Solidária. E, no que tange à pesquisa especificamente, destacamos a participação da Justa Trama no evento, sob dois aspectos: a) como demonstração de que os interesses políticos da rede ancoram-se em âmbitos mais alargados, fora da fronteira geográfica de seus empreendimentos; b) como expressão de como opera a representação da rede neste plano político: com aguçada desenvoltura e autonomia política.

Foi evidente também o quanto a atual crise econômica porque passa a Europa pôs em cheque o modelo econômico neoliberal, dando mais visibilidade às práticas econômicas não-capitalistas (Navarro, Torres & Garzón, 2011). A repercussão alcançada por um evento sobre o tema, ocorrido em Barcelona, cerca de um ano depois da viagem, dá mostras disto:

Los dos grandes objetivos que se había fijado la Xarxa d’Economia Solidària (XES) para la feria se cumplieron con nota. Uno de ellos, de carácter externo, era dar a conocer a la ciudadanía la economía solidaria con su extrema variedad. Los miles de personas que asistieron al evento, así como la enorme repercusión mediática del mismo (televisiones, radios, periódicos, conversaciones en las redes sociales...), certifican su cumplimiento. El otro era de carácter interno: tomar conciencia por parte de los diversos actores de la economía solidaria, sean cooperativas o asociaciones, se enfoquen en la producción cooperativa, en el consumo responsable, en la comercialización justa, en las finanzas éticas, en las monedas sociales o en la generación y gestión de los comunes, que todos ellos forman parte de un mismo sector y de una misma manera de entender la economía, **la economía social y solidaria, una alternativa, embrionaria pero tangible, al capitalismo.**¹²¹ [grifos nossos]

Neste sentido, as precariedades ali vividas, principalmente no que tange ao mundo do trabalho e à instabilidade das garantias dos direitos sociais, parecem ter aproximado o “velho

¹²¹ Disponível em http://www.economiasolidaria.org/noticias/la_economia_solidaria_catalana_se_pone_de_largo, acessado em 01/11/2012.

norte” do “novo sul” – no caso, a América Latina¹²². Se ainda há uma grande desigualdade a nos separar, em termos históricos, notamos o quanto as experiências latino-americanas de enfrentamento de crises econômicas, seguidas e severas, significaram o desenvolvimento de um amplo repertório de habilidades individuais e coletivas de lide com suas conseqüências. Como veremos, isto ampliou ainda mais o caráter de intercâmbio político da semana, e em patamares mais parelhos.

Reunião no Ayuntamiento de Badalona – Após as devidas apresentações, o representante da instituição diz: ‘*Como podemos ayudar?*’ [...] Idalina fala da importância da continuidade de projetos como o da *III Semana*. Ressalta termos como ‘troca’, ‘parcerias’ e ‘crise econômica’. O representante de Conosud sugere: ‘*podemos aprender unos con otros*’. Também ressalta o que chamou de ‘complexidades da Economia Solidária’. Para tanto, cita a Cadeia Binacional do PET, destacando-a como uma ação que une desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade: ‘*algo que el capitalismo aún no lo había hecho*’. Ao final, conclui: ‘*Estamos haciendo cooperación de ida-y-vuelta*’. [Diário de Campo, Badalona, 21/11/2011]



Foto 34. Mesa-redonda realizada no Ayuntamiento de Badalona, com Eleo Trujillo (El Ceibo – Bolívia), Denia Alexa (Cafenica – Nicarágua) e Idalina Boni (Justa Trama - Brasil)

Enfatizamos, a seguir, passagens que caracterizam situações típicas vividas nesta semana:

Seguimos para um Centro de Enseñanza, escola pública de ensino médio. A proposta, depois repetida em outras escolas, é que os representantes das redes de autogestão estrangeiras falem sobre suas experiências a grupos de estudantes [...] De início, pouca participação. [...] Parecem desconfiados com o real alcance das propostas. Pouco a pouco, notamos alguma surpresa e, ao final do debate, certo desconcerto em parte deles. [...] Idalina, militante experiente e segura, é veemente: ‘*Eles vão se surpreender. Os jovens entenderam mais do eles imaginam.*’ [Diário de Campo, Badalona, 21/11/2011]

Juanje, nosso generoso anfitrião, nos leva a caminhar pelo bairro operário de Sant Roc, habitado por migrantes de baixa renda, especialmente do oriente médio e do leste europeu – certamente estão entre os mais afetados pela crise. Há mais de 40 anos, ele e um aguerrido grupo militam na região. Idalina e os demais o seguiam, impressionados com o cuidado por

¹²² Vale lembrar, apenas para citar o caso mais recente, que processo análogo a este ocorreu no Brasil e em outros países latino-americanos diante da chamada crise do emprego, dos anos 90 (Singer & Souza, 2000; Santos, 2002).

ele manifestado com cada pessoa que encontrávamos pelo caminho [...] Junto dele fomos a um centro de convivência (público), a uma associação de acolhida a migrantes recém-chegados e a um grande centro cultural. **Em cada lugar, encontramos grande curiosidade das pessoas com a experiência das ‘redes do sul’.** [...] Depois de algumas horas, seguimos para a sede da *Fundació Ateneu Sant Roc*, instituição da qual Juanje participa, lugar em que aconteceriam as atividades da noite. [Diário de Campo, Badalona, 22/11/2011]

Após concederem entrevistas a redes de rádio e televisão locais, os representantes das centrais tomaram lugar na mesa do grande debate da noite. [...] O público, interessado e variado, cerca de 50 pessoas. As apresentações dos representantes das redes correm bem, apesar da tensão. [...] Idalina apresenta bem a Justa Trama, é carismática, além de excelente oradora. No entanto, há problemas de entendimento em razão da diferença de idioma. Ela não se deixa abater. E, numa peculiar liga de firmeza e simpatia, diz: *‘sou brasileira, meu idioma é o português. Falarei devagar; terão que tentar me entender’* [...] No debate, perguntas curiosas: *‘Como hacer un proyecto así?! Como enfrentan las dificultades con tan pocos recursos?!’* Alexa (Cafenica/Nicarágua) diz: *‘Es un tema de caer y levantar, no hay otra. Todo cambio de actitud es difícil.’* Idalina: *‘Não há receitas. Por isso nos reunimos e discutimos e vemos como fazer. Umas vezes acertamos, outras erramos. Há grupos que sobrevivem, outros morrem.’* [...] Alexa explica que as relações comerciais são também parcerias, amizades políticas: *‘trabajamos juntos y nos apoyamos frente a las dificultades’*. Findada a mesa, Idalina é rapidamente cercada por várias pessoas, entre elas, representantes de uma instituição italiana apoiadora da Justa Trama. [Diário de Campo, Badalona, 22/11/2011]

Nos trechos aqui expostos, chamamos a atenção para a participação de Idalina, em particular. Como dissemos, a representante da Justa Trama demonstrou aguçado tino político:

10h. Duas aulas no ‘Centro de Enseñanza La Llauna’ - É uma antiga fábrica, localizada na zona industrial da cidade. **Apenas Idalina inova sua apresentação. Preparara uma fala diferente, depois de perguntar aos organizadores sobre aquele público específico. Pude ver, não só aqui, que ela tem a habilidade de ajustar o discurso às circunstâncias políticas, sem alterar seus princípios, que fique claro: ‘na hora em que vocês não conseguirem comprar uma roupa, um produto do Comércio Justo, algo está errado, não estamos fazendo a mudança. Se serve só para os ricos, não adianta fazer todo esse processo.’** [...] Noto um interesse especial do professores, me parece, associado ao cenário da crise econômica. [Diário de Campo, Badalona, 23/11/2011]



Foto 35. Centro de Enseñanza La Llauna - Badalona

16h. Reunião em uma instituição de cooperação internacional (financiadora de projetos de cooperação norte-sul) – [...] Alexa e Eleo apresentam suas redes. Agradecem os apoios recebidos e falam de uma expectativa de continuidade destas ações. O anfitrião fala da crise e da conseqüente necessidade de cortes dos gastos ‘não-essenciais ou não-obrigatórios’. Fala também da prioridade aos projetos de longo prazo. **Já conhecida pelo anfitrião em razão da participação dela na edição anterior do evento, Idalina atualiza rapidamente o desenvolvimento da Justa Trama no período e passa então a dedicar-se a uma interessante análise macro-econômica. Fala da crise na Europa e da necessidade de rever as relações de intercooperação com o Brasil, e com o ‘sul’, de modo geral.** [...] Como exemplo de contribuições que a experiência brasileira pode aportar aos companheiros catalães, cita o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário: ‘*aprendemos que certificação não tem que ser comprada, tem que ser reconhecida*’. ‘*Esto es muy interesante porque cambia la relación del eje*’, entusiasma-se o anfitrião. [...] Idalina pergunta se quero falar. Vi-me envolvida na situação, como de fato estava. Cito a pesquisa [...] Comento que a crise econômica dos anos 90 impulsionou a organização do movimento da Economia Solidária no Brasil, o que também pode ocorrer aqui. ‘*En Brasil, la comprensión de los sindicatos fue fundamental*’, completa o representante de Conosud. ‘*E o Estado, puxado pelo movimento, respondeu. Começou-se a construir políticas públicas específicas para o setor*’, concludo minha fala. [...] ‘*Somos una red de ayuntamientos solidarios; buscaremos mantener el compromiso mínimo con estas entidades para no cortar esos proyectos*’. Diz que é preciso ter argumentos para sensibilizar a população daqui para que siga ‘ayudando’. ‘*Es que no quiero que ayuden. Podemos aprender con ellos, con esas experiencias del sur*’, diz um dos presentes. [...] À saída, Alexa conta que já viajou a vários países para arrecadar fundos para as cooperativas da rede: ‘*llegamos a pasar una semana viajando con un circo, en Suécia*’. [Diário de Campo, Badalona, 23/11/2011]

Nos trechos abaixo, sublinhamos momentos do cotidiano da missão que evidenciam a importância das interações micropolíticas. São reuniões informais, ocorridas nos intervalos das atividades, nas quais é possível observar, a olhos nus, o tecimento de entendimentos compartilhados, entre outros fenômenos que, em geral, têm pouca visibilidade:

À saída, chocolate quente com churros em um bar do centro de Barcelona - Momento importante. Nestas situações, aparentemente corriqueiras, como almoços e cafezinhos, em geral conversa-se sobre o ocorrido na reunião, fazem-se avaliações políticas, constroem-se, enfim, compreensões comuns, ainda que preliminares. Checam-se as posições e os valores prioritários para um e para outro, explicitam-se conflitos e também cuida-se deles. [...] Uma pergunta comum aqui foi: ‘*¿que te pareció?*’ O debate, a apresentação, o comentário do *regidor*, a pergunta do jornalista. **E assim dispara-se um processo de construção de entendimentos comuns, ainda que provisórios, a partir de negociações micropolíticas, dadas no cotidiano destas interações e fora dos espaços políticos formais.** Me parece que tais situações são ainda mais demandadas entre pessoas que não se conhecem muito [...]

Jantar com Idalina e um dos representantes das instituições locais - [...] **Num grupo menor, ainda mais quando formado por lideranças políticas, o processo narrado acima em geral ocorre apenas rapidamente. Logo passa-se a análises mais ampliadas e à verificação das estratégias políticas anteriormente traçadas.** Processo legítimo, importante, no entanto, tem pouca ou nenhuma visibilidade. [...] Neste jantar, falou-se das possibilidades de cooperação e de entendimento, e dos limites também. Atualizaram-se as expectativas em relação às ações em andamento, vislumbraram-se as próximas e fez-se uma análise crítica das participações de cada um, pessoal e institucionalmente, de modo sincero, direto e muito respeitoso. E, no entremeio destas discussões, tratou-se de fazer uma análise de conjuntura, “lá-e-cá”, do norte e do sul, das relações passadas, presentes e futuras entre eles. Aprendi muito, sem dúvida. [Diário de Campo, Badalona, 23/11/2011]

Por fim, nota-se abaixo o quanto se pode aprender também, nas interações cotidianas vividas em campo, nas relações entre pesquisador e pessoas da situação pesquisada:

14h. Permaneci todo o tempo com Idalina. [...] conversamos muito. Os assuntos eram diversos: macropolítica, política do movimento da Economia Solidária, do movimento sindical, situação atual da Fio Nobre, da Justa Trama [...] Fomos tomar um café num bar no caminho. A conversa estendeu-se até os bancos da praça, só o frio nos fez entrar. [...] ‘*O senhor dos remédios (o tempo) dirá*’. Idalina referia-se à necessidade de evitar conflitos em determinados impasses micropolíticos, no interior dos grupos. Neste sentido, **reforça uma habilidade política importante no plano das relações cotidianas de trabalho orientadas pela autogestão: ‘Aprendi que nem tudo deve ser dito, e menos de qualquer jeito, para o bem dos envolvidos e das relações’**. [Diário de Campo, Badalona, 24/11/2011]

A viagem também serviu para revelar as complexidades das relações políticas de cooperação, travadas no exterior dos limites da rede. À distância, o campo parece orientado por relações de poder desiguais, entre as instituições de cooperação internacional do norte e os empreendimentos econômicos solidários do sul. Porém, como vimos, as circunstâncias macroeconômicas da crise econômica européia, de um lado, a companhia de parceiros políticos sensíveis, e as habilidades políticas dos trabalhadores das redes autogeridas (com destaque para a Justa Trama), de outro, fortaleceram uma nova pauta: a revisão destas relações, de modo a ampliar os conteúdos e as direções dos intercâmbios envolvidos.

O vivido nesta semana pareceu indicar que, em tempos de globalização do capital e das crises do modelo neoliberal, os trabalhadores das *redes do sul*, como parte dos agentes das instituições de cooperação internacional *do norte*, tratam de ampliar o escopo de suas relações, saindo da tradicional dimensão econômica unilateral, de cunho assistencial e reparador, para uma cooperação mais ampla e complexa, na dimensão política, de bases igualitárias e cada vez mais biunívocas. Este fenômeno novamente nos remete ao caráter internacionalista da classe trabalhadora e da Economia Solidária. Mais que nunca, faz-se necessário a organização política e a cooperação estratégica *entre trabalhadores*, nos interstícios das fronteiras de seus empreendimentos, redes e instituições de representação.



Foto 36. Em Badalona, rumo a uma das atividades da Semana

7. *Notas de Itajaí: entre o vigor da política e a fragilidade da economia*

Em julho de 2012 fomos a Itajaí, cidade portuária do litoral norte catarinense, para visitar a Fio Nobre, cooperativa responsável pela confecção final das peças da rede, em conjunto com a Univens. Esta viagem foi uma exceção diante da escolha de orientar as incursões pela agenda política da Justa Trama. Consideramos importante ir até lá por dois motivos: a Fio Nobre era o único empreendimento-fundador da rede não visitado até então; e a recente crise porque passara o grupo exigia atenção e parecia articular-se com as questões centrais da pesquisa.

Após um período difícil, marcado por reiterados prejuízos e conflitos, a configuração do grupo de trabalhadores da Fio Nobre mudou. À época da viagem, novas cooperadas haviam se unido às fundadoras remanescentes em um grande esforço para re-organizar política e economicamente o empreendimento¹²³.

Cheguei ontem; Idalina buscou-me no aeroporto e de lá fomos para a casa dela, onde fui generosamente hospedada, por ela e seus dois filhos. [...] Hoje cedo fomos ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí¹²⁴. Queria conhecer a instituição, referência em comercialização solidária, organizada a partir da atuação de lideranças da Fio Nobre, como Idalina e Márcia. [...] Depois do almoço partimos para uma roda-de-conversa com professores, técnicos e estudantes, por sinal, muito proveitosa, na universidade onde Idalina também trabalha (ITCP / Univali). [Diário de Campo, Itajaí, 09/07/2012]¹²⁵



Foto 37. Peças da Justa Trama à venda no CEPESI

¹²³ A Fio Nobre é portadora de uma história antiga, de resistência, que data de 1986. Reúne em seu quadro lideranças de atuação protagonista não apenas na rede, mas também no movimento da Economia Solidária. Apesar de interessante, não analisaremos aqui a história do empreendimento, uma vez que o foco da pesquisa está voltado aos fenômenos da rede como um todo.

¹²⁴ Para mais informações, sugerimos consultar <http://www.cepesi.org.br/wp/>, acessado em 15/07/2012.

¹²⁵ Este trecho ilustra o quanto incursões como esta nos conduzem a um campo mais amplo daquele configurado pelos limites físicos do empreendimento visitado, ainda mais quando se trata do universo da Economia Solidária.

Elegemos relatar duas passagens desta incursão: a conversa com um casal de cooperados da Fio Nobre e a visita à sede do empreendimento. Ambas revelam as marcas deixadas pela instabilidade econômica vivida pela cooperativa (em esforço de recuperação). Ou seja, mesmo participando de uma das experiências mais exemplares da Economia Solidária brasileira (a Justa Trama), o grupo não está imune frente às dificuldades porque passam os pequenos empreendimentos do setor. As passagens a seguir também sugerem um possível desequilíbrio entre as dimensões do trabalho e da política no interior da rede. Para alguns associados, a esfera econômica não acompanha o vigoroso desenvolvimento experimentado pela rede no plano político.

7.1 ‘A política na Justa Trama é fantástica, mas o econômico não foi assumido do mesmo jeito’

No almoço gentilmente oferecido pelo casal de cooperados, tomamos contato com as reflexões dos trabalhadores a respeito da crise econômica porque passara recentemente a cooperativa. Leituras perspicazes, de forte senso crítico, contribuíram muito para pensar os equilíbrios sutis entre as diferentes dimensões da autogestão na rede, aspectos dos quais trataremos posteriormente:

Chegamos a Cordeiros, bairro operário à saída da cidade, onde também se situa a cooperativa. O casal mora em frente à sede, numa casa de jardim cuidado e varanda vistosa. É Ismael quem me recebe. Antes das palavras, preocupo-me com sua saúde. Estava visivelmente mais magro: *‘perdi dez quilos, mas estou bem. É só o ritmo de trabalho mesmo.’* Havia visto Ismael um ano e quatro meses antes, na assembléia, em Porto Velho (RO). De lá pra cá, vinha trabalhando à noite, em um frigorífico: *‘Não vou te dizer que estou mal, mas é claro que eu gostaria de trabalhar ali [cooperativa]. Quería dizer que eu vivo da Economia Solidária, de trabalhar com um produto como o da Justa Trama. Mas minha realidade não é esta.’* [...]

A conversa com Ismael segue enquanto ele adianta o almoço, feito em lindas panelas de barro. Os temas surgem entremeados: a experiência do trabalho assalariado noturno aparece entre suas avaliações dos limites e das possibilidades da Fio Nobre, da Justa Trama e mesmo da Economia Solidária: *‘não sou pessimista nem otimista. Sou realista’*, diz. De fato, e de modo transversal, seu olhar é crítico e calcado no plano do cotidiano. Ismael evita descolar-se rumo ao que ainda não é possível vislumbrar. E fala a partir de uma larga experiência de trabalho e de militância na Economia Solidária: *‘aprendi a ficar com o que é bom’*. Diz ainda sonhar em voltar a viver da renda gerada na cooperativa, mas já não cultiva grandes expectativas. Ao final, desafia: *‘é difícil encontrar cooperativas que realmente sobrevivam na Economia Solidária. Que grupos você conhece que estão bem de verdade?!’* Calei e lembrei de uma companheira da ITCP-USP. Mais experiente nas arenas da vida, cuidava de advertir os estudantes entusiasmados: *‘o que a gente não pode é vender ilusão.’* Hoje estendo a mesma preocupação aos resultados desta pesquisa.

Márcia chega, simpática e acolhedora. A comida e a conversa com Ismael vinham adiantadas e ela encontra rapidamente lugar em ambas. Parece concordar com as avaliações do marido. Digo a eles de algumas impressões que venho formando. Entre elas, o descompasso às vezes sentido entre os desenvolvimentos político e econômico da rede. Eles concordam: *‘a política na Justa Trama é fantástica, mas o econômico não foi assumido do mesmo jeito.’* Márcia diz

algo que eu já ouvira nas rodas da Economia Solidária: *‘O discurso é lindo, mas a realidade é diferente. [...] o pessoal que recém-conhece, os estudantes, por exemplo, logo se encantam: ‘ai, que lindo!’, dizem. Mas ninguém vive de ‘ai, que lindo.’* Eles resgatam os sonhos iniciais, as expectativas geradas ao longo do projeto, até mesmo com a criação da rede e a formação da cooperativa, e as cotejam com as frustrações que se seguiram. Logo, contam os novos rumos da Fio Nobre: *‘não conseguiria olhar para aquele prédio, todos os dias, na frente de casa, se eu não tentasse até o fim, até o último fôlego.’* Foi o que fez. Reuniu fôlego, outras pessoas e vem tentando reconstruí-la. Do acúmulo de rolos de malha, fizeram mais de duzentos conjuntos de lençóis que, a preços baixos, foram logo vendidos. Com outros tecidos, estamparam camisetas com logos de barcos e levaram-nas às ruas em dias de um grande evento náutico na cidade. Vendeu todas. Feira de Economia Solidária em Santa Maria? *‘Vamos fazer camisetas do Che Guevara! Vi que venderia todas que levasse’.* Márcia tem tino criativo e comercial: *‘sou da parte prática. Cada um tem um lado e este é o meu.’* [...] À saída, sigo com Márcia e agradeço a Ismael. Ele me interpela: *‘Disse que seria sincero. Pode ser que mude de opinião, mas hoje é isso o que eu penso.’*

Antes da despedida, aponta orgulhoso dois pés-de-algodão mocó, um no jardim da casa, outro ao lado da cooperativa. Ele trouxera as sementes da viagem que fizemos com o grupo a Quixadá (Ceará), em 2010: *‘Lembra de mim como as sementes lá?!’* Plantaram-nas sem muita esperança de que vingariam em clima tão diverso ao do sertão. Mesmo desconfiados, Ismael e Márcia insistiram. Semearam, cuidaram, e assim, deram lugar a uma surpresa – duas vistosas árvores de algodão, que contemplei floridas, com mais de dois metros de altura. [Diário de Campo, Itajaí, 10/07/2012]



Foto 38. Sede da Fio Nobre. À direita, o pé de algodão-mocó.

O relato da segunda passagem fala por si. Apesar do pouco tempo passado na sede da cooperativa, as conversas anteriores, nesta e em outras incursões, falavam de uma crise e de um esforço coletivo de recuperação – ‘até o último fôlego’, como descreveu Márcia. Meses atrás, em reunião geral da rede realizada em Porto Alegre, ela e Idalina haviam analisado a situação do empreendimento em seu contexto local e nacional:

‘Itajaí é muito complicado! Tem uma confecção em cada esquina. [...] O desenvolvimento econômico do país tem um lado bom e um lado ruim também.’ Márcia (Fio Nobre) conta que muitas cooperativas estão perdendo parte do grupo para grandes empresas. Diz também que é necessário passar por novos processos de formação [em cooperativismo], para ampliar o quadro de cooperados. [...] *‘A ideia de ampliar o grupo é para não deixar morrer todo aquele potencial.’* [Diário de Campo, Porto Alegre, 23/03/2012]

7.2 Visita à sede da Fio Nobre – delicadeza e esperança

Havia estado antes do almoço na sede da cooperativa, com Idalina. Trata-se de uma boa estrutura, que representa o quanto foi investido ali, material e simbolicamente. Em seu interior, é evidente, pulsa uma vida econômica. Várias máquinas e rolos de tecido em uso e muitas referências à Economia Solidária. [...] As horas na Fio Nobre foram mais breves do que gostaria. Mas a conversa prolongada no almoço valeu muito. Assim que chegamos Márcia me apresenta às cooperadas presentes. [...] De início, foi difícil aproximar-me. Recém-chegada, não as conhecia e ainda portava a alcunha de pesquisadora, sobrepeso difícil de neutralizar em poucas horas de convívio. Ao cabo, permaneceu certo desconforto, intransponível, frente ao pouco tempo que dispunha. Mas ele também dizia sobre uma condição daquele campo: além dos aspectos mencionados, tratava-se de um grupo novo - uma delicadeza. Não me senti à vontade para importuná-las com um sem-fim de perguntas. Às poucas que ousei fazer, colhi acanhamento como parte das respostas, seja por desconhecimento sobre a história da cooperativa, por motivos óbvios, seja por falta de legitimidade para falar em nome de um coletivo ao qual recentemente filiavam-se. Sentei-me ao lado delas, após pedir licença. [...] Travamos uma conversa leve sobre temas da cidade e o cotidiano da produção. Depois de algum tempo, me vi esclarecendo dúvidas sobre a Economia Solidária. Fenômeno em princípio curioso, confirmou as impressões iniciais sobre a re-configuração recente do grupo e, de modo amplo, a reunião de novos fôlegos no empreendimento. Após algumas horas, pude conhecer a situação da produção, os planos de participação do grupo em uma grande feira de Economia Solidária e conferir os novos produtos. Também notei certa insegurança por parte das trabalhadoras quanto aos resultados da empreitada, lado a lado com uma boa esperança – co-presenças próprias de investimentos recentes ou atualizados. [Diário de Campo, Itajaí, 10/07/2012]

7.3 Justa Trama: um meio ou um fim em si mesmo?

*Se o econômico não te sustenta, o político vai morrendo. [...]
Mas o econômico sem o sonho não é solidário. – Idalina (Fio Nobre)*

As precariedades das condições e das perspectivas de trabalho aqui narradas são, infelizmente, comuns em empreendimentos da Economia Solidária (Leite, 2009; Souza, 2011). Neste sentido, as experiências da Justa Trama (enquanto rede) e da Univens (enquanto empreendimento econômico solidário) não são “casos típicos”.

As situações observadas nesta viagem remeteram a uma discussão recente entre associados da rede, central para a pesquisa: *qual o propósito maior da Justa Trama?* A geração de trabalho e renda (a rede como um fim econômico) ou a resistência e a transformação social (a rede como um meio político)? Os trechos a seguir ilustram este debate:

Chego em meio à discussão sobre a ‘missão da Justa Trama’. [...] Nelsa (Univens): *‘precisamos saber qual é o nosso foco. É no mercado? Nós nunca olhamos só pra ele.’* Zé Ribeiro (Coopertêxtil): *‘nós nunca pensamos como mercado. Nós vestimos a camisa da Justa Trama, mas não dependemos dela. Para nós ela é uma ideologia, um projeto diferente.’* Chagas: *‘Não tem que ter a palavra ‘solidariedade’ aí não?’* [no texto da missão]. Nelsa sintetiza o dilema numa frase posteriormente muito mencionada: **‘Tu podes olhar pra Justa Trama como um fim ou como um meio’**. [...] Patrícia (Univens): *‘Mas sempre foram as duas coisas!’* [fim econômico e meio de ação política] Zé Ribeiro: *‘Porque se for só a*

sustentabilidade econômica, nós ainda não conseguimos. Mas não é só isso. [...] Mais tarde, ao definir a redação final da missão da rede, o tema retorna. Chagas: *‘queremos estar entre as melhores centrais de cooperativas, com atividades que gerem sustentabilidade ambiental e social’*. Dalvani: *‘A Justa Trama não é um fim, ela é um meio. A gente quer estar em vários locais, mas com regras, com princípios. Para que tudo acompanhe, para que nada fique solto, para que a Justa Trama não se torne um mito vazio’*. Idalina: *‘É isso, realização dos princípios’*. [Diário de Campo, Porto Alegre, 05/11/2011]

A Justa Trama é ‘meio’ enquanto construção [política] - e ela será sempre. Mas ela é fim porque nós criamos ela pra juntar os grupos, comandar o processo todo, ganhar valor e gerar renda com qualidade. **Então ela tem um fim comercial fortíssimo!** [...] Todos os que sonharam isso pensavam assim: *‘Bom, agora nós vamos passar a vender mais semente, nós vamos sair do anonimato. Nós vamos vender mais roupa...’* [...] Isso é comercialização, isso é ‘fim’. **Ela é ‘meio’ quando? Quando ela constrói um projeto político...** A política como um meio. [...] Sim, a Justa Trama traz crescimento pro grupo, traz divulgação pro grupo, bota ele pra o Brasil todo, bota ele pro mundo todo, porque nós ganhamos um baita nome. [...] **Pra mim ela é meio e fim.** [...] **Mas nós estamos falando de economia, nós não estamos falando de sociologia! A Justa Trama sociologicamente tem um processo.** Mas a Justa Trama é comércio, a Justa Trama é renda, **a Justa Trama é trabalho!** – Idalina (Fio Nobre), em entrevista.

Pode não dar impacto financeiro, mas o impacto cultural é totalmente imenso. [...] Mas olha, tem que fazer peça, tem que ganhar, é lógico. **Mas é como a gente falava hoje, a Justa Trama ela é ‘meio’.** [...] Porque tu abre outra visão. – Dalvani (Açaí), em entrevista.

Esta questão, na realidade, é um “falso dilema”, já que não se trata de algo unidimensional, e o grupo demonstra saber disso, em práticas e discursos. O debate se inscreve na desigualdade entre as ênfases dadas, nas ações cotidianas dos trabalhadores, às dimensões política e econômica da autogestão da rede. Chamamos a atenção, primeira e simplesmente, à existência deste livre debate entre trabalhadores em seus cotidianos laborais: *“o que é mais importante para nós? A dimensão política ou econômica da rede que construímos?”* A esta discussão, aberta e inconclusa no interior do grupo, retornaremos no último capítulo.

IV. Valores, parcerias e outros marcos do percurso: sobre a história da rede

Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas.

Paulo Freire

O objetivo deste capítulo é oferecer uma leitura sobre a **história da Justa Trama**¹²⁶. Queremos dar a conhecer as memórias dos trabalhadores, por meio de *narrativas*, sobre os primeiros sonhos, encontros e ações em rede e, pelo caminho, apontar aspectos considerados *marcos do percurso*, como a estabelecimento de princípios, valores, parcerias e *modos de fazer* do grupo.

Recentemente José de Souza Martins (2011) escreveu *Uma arqueologia da Memória Social*. Entre outros temas, o autor toma o liame que mantém unidos os membros de uma classe, no caso a classe trabalhadora de seu tempo de “moleque de fábrica”. Por também tratarmos de memórias de trabalho, narradas por trabalhadores, com o perdão da necessária redundância, tomamos de préstimo esta passagem do autor:

Por isso, o voltar atrás para compreender o incompreensível agora e o possível adiante. Bem pensadas as coisas, é a finitude que dá sentido ao que começa, na vida e na história. Na trama de impensáveis acasos, nos encontros de inesperados encontros, gente que vai sendo empurrada pela vida afora e pela História adentro no rumo do agora e da neblina do amanhã. No fim das contas, viver é fascinante e belo, também para aqueles que nasceram para as durezas do trabalho, as adversidades do emprego e do salário, as insuficiências do ganha-pão, as incertezas do dia-a-dia. Aqui, os anônimos têm nome, ainda que invisíveis artesãos da trama do hoje. Memórias sussurradas pelo outro que somos e que há em cada um. É assim que contam os que não contam. (Martins, 2011. p. 10-11)

Ecléa Bosi (1994) também ensinou que toda memória é trabalho, obra num só tempo individual e social: “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual.” (p. 55) Neste sentido, chamamos a atenção para o caráter singular e ao mesmo tempo social das falas dos trabalhadores. Cada um deles é filho ou filha de um tempo e de um lugar definidos, que configuram seus modos de perceber e representar a experiência como associada(o) da Justa Trama. Este processo, por sua vez, é constantemente convocado a revisões e refazeres em face das experiências compartilhadas nos grupos aos quais pertence.

¹²⁶ Para tanto, recorreremos principalmente às entrevistas. Aquelas realizadas na primeira viagem de campo, à sede da Adec, seguiram outra orientação, antes da revisão dos objetivos. Por isto, servimo-nos menos delas aqui e mais na apresentação geral da rede e no item *Diário de Tauá*.

Por isso e primeiramente, a intenção é apresentar os relatos em seus arranjos originais, ou seja, envoltos nas narrativas de seus protagonistas. Com efeito, experiências anteriores de pesquisa mostraram que aprendemos mais conservando a autoria das narrativas para depois relê-las, a partir de reiteradas escutas, à luz dos objetivos do estudo (Andrada, 2009a, 2009b).

Novamente valemo-nos da obra de Ecléa Bosi (1994): “A narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma boa forma. Investe sobre o objeto e o transforma.” (p. 88):

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. [...] O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. [...] A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana. (Bosi, 1994. p. 90)

Curiosamente, ao reler a entrevista com uma das associadas (Nelsa), encontramos o seguinte diálogo sobre o processo da narrativa:

Nelsa - *Cada vez que você conta, é como se você fizesse uma avaliação de todo o processo que teve. E aí você vai vendo desafios, você descobre... Talvez isso faça com que a gente acaba descobrindo outros caminhos, de tanto contar esse caminho.*

Cris: *Interessante, isso. A narrativa também transforma.*

Nelsa: *É. Ela faz você fazer uma autocrítica de todo o processo, ela te ilumina pra tu olhar pra frente.* (em entrevista)

Cada entrevistado esmerou-se à sua maneira em contar as histórias de seus grupos de origem e da rede como um todo. Com a liberdade autoral de quem as viveu e sobre elas verteu reflexões, próprias e coletivas, cada um elegeu palavras e expressões, e foi-as combinando, pouco a pouco, como quem fia um manto delicado – um tecido artesanal que reúne as reminiscências de cada um sobre esta experiência coletiva de resistência e de criação.

Por isso, neste capítulo, e não sem riscos, não falaremos em nome deles. Faremos apenas breves comentários, arremates provisórios, no entremeio das falas dos trabalhadores. As questões mais interessantes ao tema da pesquisa serão portanto assinaladas e resgatadas no capítulo final.

1. A Justa Trama pelas lentes de seus protagonistas

Uma das primeiras questões que fizemos aos trabalhadores foi bastante previsível: *O que é ou o que representa a Justa Trama para você?* As respostas surpreenderam:

A Justa Trama é a minha paixão. Isso é a primeira coisa. **E a Justa Trama é um sonho.** Um sonho que, pra mim, se firma no processo de construção concreta de uma proposta de comercialização, e **que se firma na construção de uma outra economia.** Eu penso que a Justa Trama **é a realização de todo um grupo, no país inteiro, que acompanhou e que disse 'sim', 'é isso'.** Nós estamos fazendo economia solidária há 20 anos. Eu por igreja, o fulano por incubadora, o sicrano por sindicato, e assim foi. – Idalina (Fio Nobre)¹²⁷

Pra mim, **é uma cadeia que veio nos mostrar** que existem outras maneiras de se conduzir uma negociação que não seja o modelo capitalista tradicional, que pode se ter uma melhor distribuição de renda, uma remuneração mais justa. [...] **que existe uma maneira diferente de se conduzir uma empresa, uma instituição, que não seja o modo tradicional do capitalismo.** – José Ribeiro (Coopertêxtil)

[a Justa Trama é] Uma ‘cadeia com o pé no chão’, como diz a história. Os produtos voltam pra todos os elos [distribuição de renda], a gestão é todinha transparente. **Ela tem vocação pra solidariedade...** – Lino (Adec)

Ela **é uma oportunidade de fortalecimento e de reconhecimento ao mesmo tempo** [...] Então quer dizer, a cadeia Justa Trama, na realidade, fortalece os elos pra ela poder existir. [...] E isso dá oportunidade aos elos de se reconhecer dentro dela e de ser reconhecido pra fora. Quer dizer, você às vezes reconhece as tuas oportunidades, que tu não conseguiu enxergar, porque numa reunião você senta com os elos, você começa a ver, a pontuar coisas que podem despertar você. **É como se fosse uma formação pra você.** E o mesmo acontece pra fora. ‘Pra fora’ são as oportunidades de você participar em vários eventos que vão te reconhecer também e reconhecer o trabalho. [...] E, além do mais, [a Justa Trama] é aquela sensação de você estar fazendo uma política diferenciada. **Você está fazendo uma intervenção num período da história, de que é possível trabalhar de maneiras diferentes,** tanto no estudo, como na maneira de fala... Na parte regional também, porque são diferentes estados com costumes, culturas diferentes, mas que você consegue superar pra criar **algo que possa fazer uma intervenção política,** entendeu? Uma intervenção nesse período de que é possível trabalhar algo junto e construir uma política junto, independente das regiões, dos partidos, dessas coisas todas. [...] **solidária não só no sentido de abrir mercado, mas no sentido de uma formação política.** Então é bem diferente – Dalvani (Açaí)

A gente até acaba falando de uma forma mais cotidiana que ela é a nossa marca e, ao mesmo tempo, essa possibilidade da gente fazer acontecer a junção das várias etapas do processo de produção da cadeia produtiva. **E que isso seja possível entre os trabalhadores.** Então pra mim o conceito de **Justa Trama é bem isso. É poder dizer assim: ‘é possível os trabalhadores se juntarem num processo coletivo desse e dar um nome a isso de Justa Trama.’** E é também essa possibilidade de poder ter produtos que são feitos como um reflexo concreto desses coletivos produzindo assim, então, o produto final. Daí **a gente passa a entender que o produto final às vezes não é nem o objetivo, né?** Ele é de fato o produto final, que inicia as várias etapas, que são a Justa Trama. – Nelsa (Univens)

¹²⁷ Os grifos apontados neste capítulo são nossos. O objetivo é destacar trechos das entrevistas que se relacionam diretamente com os objetivos da pesquisa.

Os trechos acima permitem observar que a Justa Trama não é representada pelos entrevistados apenas como um projeto econômico, ou seja, como um arranjo coletivo com vistas a garantir ou a ampliar a renda gerada por cada empreendimento. Esta possibilidade, com efeito, pode ser encontrada em muitos grupos da Economia Solidária (Souza, 2011).¹²⁸ E embora legítima e parte integrante das representações acima, a motivação econômica não foi destacada por nenhum entrevistado como único fator de associação à rede.

As falas expostas revelam uma componente política, mais ou menos evidente, na representação dos trabalhadores ouvidos. Em alguns casos, a Justa Trama é enunciada como parte da construção de uma “outra economia”, alternativa ao modo de produção capitalista, ou ainda como “uma cadeia com o pé no chão”, ou seja, horizontal, rente à produção, tocada por trabalhadores, com “vocação para a solidariedade”.

Nas palavras de Dalvani, por exemplo, a dimensão política da rede é especialmente sublinhada, a Justa Trama surge como possibilidade real de operar intervenções: “*Você está fazendo uma intervenção num período da história, de que   possível trabalhar de maneiras diferentes [...] solidária não são no sentido de abrir mercado, mas no sentido de uma formação política. Então é bem diferente*”, diz ela. Nelsa, a seu turno, destaca outro aspecto: a centralidade que o protagonismo da classe trabalhadora assume neste projeto peculiar, num só tempo econômico e político: “*Então pra mim o conceito de Justa Trama é bem isso. É poder dizer assim: ‘  possível os trabalhadores se juntarem num processo coletivo desse [...] e a gente passa a entender que o produto final às vezes não é nem o objetivo, n ?’*”

2. Memórias do sonho, dos primeiros encontros e dificuldades

* s vezes, a gente sonha tanto
que se finda junto com o sonho que quer realizar.
Mas quando o sonho   grande
ele se distribui na realidade toda.
S. Chiquinho (Adec)*

Outra questão dirigida aos entrevistados foi *Como surgiu a Justa Trama?* Propositamente ampla, a idéia era permitir elabora es mais livres como respostas. Primeiro, é curioso notar que interessantes análises de conjuntura antecederam os relatos factuais.

¹²⁸ São trabalhadores que “ainda vêem sua atividade mais como uma alternativa ao desemprego, ou única opção disponível, do que como uma conquista ou projeto de caráter político.” (Souza, 2011, p.179).

Os trechos a seguir exibem em leque aspectos importantes sobre a formação ético-política das principais lideranças da Justa Trama, Nelsa (Univens) e Idalina (Fio Nobre)¹²⁹. É possível localizar neles, tanto em teor como em modo de expressão, aguçadas consciência e desenvoltura políticas, traços esculpidos na larga participação de ambas em diferentes movimentos de resistência.¹³⁰ O uso de termos do léxico dessas organizações como *militância*, *luta*, *resistência*, *movimento popular*, é exemplo disto. As falam também evidenciam como a proposta da rede articula-se firmemente com as experiências políticas passadas das associadas, como fios de um único tecido. Neste sentido, é patente, no caso da Justa Trama, a presença de um senso político estratégico, desde suas primeiras proposições, estimulado por suas lideranças. Por último, sublinhamos o quanto a Justa Trama e a Economia Solidária comparecem juntas nos depoimentos - ora emaranhadas, ora sobrepostas - como projetos políticos. Sobre esta sugestiva relação trataremos adiante.

a Justa Trama nasceu de uma conjuntura política. Nós também soubemos aproveitar uma conjuntura política. **Então análise de conjuntura é fundamental.** [...] Porque a gente tem essa história do cenário muito presente. **Nós somos de 30 anos de militância, nós não nascemos ontem.** Nós nascemos na abertura desse país, no nascimento da teologia da libertação... A Nelsa vindo da linha sindical e da pastoral operária, eu vindo da questão da juventude, do movimento popular, da criação do movimento de direitos humanos desse país! [...] Nós nunca fizemos um encontro em que a primeira manhã não fosse análise de conjuntura. [...] **Quando você foi num encontro [da Justa Trama] em que a pauta não começasse com análise de conjuntura?!** - Idalina (Fio Nobre)

Senão a política não acontece. Mesmo num governo nosso, a política não acontece. [...] O que é fazer política pública [em relação à Economia Solidária]?! Política pública não nasce do aquém, do além, da vontade do Lula. **Política pública nasce da pressão popular e da necessidade.** *Buenas*, se um tempo atrás nós conseguíamos fazer reunião de bairro, discutir, pressionar, hoje, nós não temos mais isso. Isso é uma realidade. [...] **Eu não acho que a economia solidária aconteceu por bondade de ninguém. Aconteceu por uma conjuntura.** [...] Quando é que nós ganhamos política pública de graça? **Quando foi que nós criamos uma política pública que não foi criando um fato social e invertendo a ordem?!** [...] **Nós temos que ter um movimento forte.** - Idalina (Fio Nobre)

Quem vem de um processo de luta há mais tempo, e que teve, algum dia, um pé no movimento sindical, tem esse entendimento muito forte, de que **sempre a questão é a mais-valia. É os trabalhadores não serem proprietários dos seus instrumentos de produção**, por isso que o capitalismo explora mais os trabalhadores. E aí, de repente, você vê que, puxa! A gente conseguiu tocar um empreendimento da Economia Solidária onde, de fato, a gente tem na mão os meios de produção. Todos os empreendimentos da Economia Solidária, eles são donos dos seus instrumentos de produção. Bom, e aí você vê que é mais do que isso, então, o que a gente precisa, né? **Só isso não resolve a questão.** Então, pra mim, desde 2000 - porque a Univens começou em 1996 - isso passou a ser algo muito forte. Talvez isso seja a

¹²⁹ Embora não faça parte dos objetivos centrais, o tema das lideranças é importante no campo configurado pelas questões da pesquisa. Retornaremos a ele mais tarde.

¹³⁰ A bela história de militância de Nelsa e seu modo peculiar de exercício de liderança foram temas da pesquisa anterior. Para saber mais, sugerimos a leitura do trecho indicado (Andrada, 2009a, pp. 220-233).

coisa que mais me encanta na Economia Solidária, que me convence da sua proposta, e de não me imaginar nunca fora desse contexto, **é esse prazer de ser trabalhador e de você ter o controle do processo de produção. De você não ser uma peça, e você ter isso é muito bom.** – Nelsa (Univens)

Em 2003 [...] eu li o material, que na época a **Agência de Desenvolvimento da CUT, a ADS, fez sobre *complexos cooperativos***. E lá tinha os vários complexos [...] na área têxtil, na área metalúrgica, que eram exatamente isso, **um ensaio sobre as possibilidades das cadeias produtivas**. Eu posso dizer que, olha, foi a coisa que mais me marcou! [...] **Foi a maior descoberta, ler aquilo!** Eu falei: ‘Puxa! Era isso aqui que a gente precisa. Nós temos que tocar.’ Todo mundo me olhava assim: ‘Hum? Mas e daí, né?’ [...] **Como se eu tivesse encontrado uma luz pra aquilo que vinha me provocando.** – Nelsa (Univens)

Especialmente na fala de Nelsa, acima, percebemos a ligação direta e contínua que ela estabelece entre as lutas dos trabalhadores no movimento sindical – contra a exploração capitalista e em busca do controle dos meios de produção – e a assunção dos projetos da Economia Solidária, em geral, e da cooperativa e da rede, em particular.

Chamamos a atenção ainda aos princípios éticos que regem as experiências políticas citadas pelas trabalhadoras. Direta ou indiretamente, parecem pautar-se por valores orientados ao bem-comum, ao humano-genérico. As causas defendidas também apontam para interesses coletivos, da classe trabalhadora, em um contexto claro de luta de classes: emancipação, igualdade, participação e gestão democrática dos meios de produção, por exemplo. Em outras palavras, as lutas por melhores condições de trabalho e de vida, no interior das fábricas ou nas ruas do bairro, guiavam-se por princípios semelhantes aos que orientaram mais tarde a proposição da Justa Trama.

Ouçamos agora os relatos das trabalhadoras sobre os primeiros encontros entre elas, que surgem embebidos em leituras políticas muito interessantes:

Chega um determinado momento a economia solidária explode: 2002, 2003. Aí vem a Secretaria Nacional [SENAES], vem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES], e começamos a nos reunir, representantes dos 27 estados. [...] E passamos a sonhar assim: ‘*Bah, estamos aqui já com um grupo de costura. Nós, com um grupo de artesanato em Itajaí [...]*’ *então vamos nos juntar.*’ Claro, tem a coisa ‘do santo bater’. Eu com a Nelsa, principalmente, depois Dalvani. Mas desde o início todas as pessoas do Fórum Brasileiro foram participando. [...] **Neste momento, o Fórum Brasileiro [FBES] foi berço da Justa Trama.** Eu reconheço assim. Por quê? Aonde é que nós nos conhecemos? [...] Foi nas reuniões do Fórum Brasileiro que eu conheci a Nelsa, que eu conheci a Sandrinha, que eu conheci a Shirley, que eu conheci a Dalvani, que eu conheci a Dorama, do Pará, que eu conheci a Joana¹³¹... E que nós sentávamos junto porque, claro, os empreendimentos estavam se empoderando. Então nós sentávamos pelas beiras, pelos bares, e discutia. E aí discutíamos o rural e o urbano, e **começamos a nos conhecer e a nos apaixonar um pelo outro e a sonhar o mesmo sonho.** [...] **Com o nascimento do Fórum Brasileiro, 60% [formado por] empreendimentos, nós**

¹³¹ Idalina cita trabalhadoras de empreendimentos não pertencentes à Justa Trama, a exceção de Dalvani (Açaí) e Nelsa (Univens). Parece caracterizar, assim, o FBES como um espaço político importante para o movimento que, entre outras coisas, ajudou a dar feições de identidade à classe trabalhadora da Economia Solidária de todo o país, marcadamente feminina, que ali se reuniu e se reconheceu como iguais, em interesses e condições políticas.

começamos a fazer toda a discussão de que nós éramos os empoderados. Hoje já vemos que fomos de 8 pra 80. Mas esses processos de mudanças são assim, de 8 pra 80. [...] No Fórum [FBES], meu Deus, eu lembro nos primeiros anos, como a gente se batia e debatia e brigava! **E, aí, os empreendimentos chegaram com voz. Eles nos deram voz pública e representativa.** E brigando com as entidades, porque faziam formação, porque controlavam [...] **Então eu penso que tem tudo isso misturado.** – Idalina (Fio Nobre)

A partir daí, em 2004, de uma forma muito forte, **eu assumi isso de ir atrás.** Aí, **as pessoas que estavam na ADS-CUT na época, foram contando as iniciativas que já tinham feito e tal. E a Univens começou a se apresentar como mais um elo que pudesse estar articulando** [complexos cooperativos]. [...] **Eu participei de algumas reuniões, mas todas elas tinham muita impossibilidade.** Faltava tear, faltava algodão, faltava tudo. **E dentro do Fórum Brasileiro, também comecei a conversar muito sobre isso** [...] Com os outros grupos, sobre essa possibilidade. E foi lá, então, que a Fio Nobre manifestou o interesse de estar nisso. E foi se aproximando a Cooperativa Açai. Quando foi no final de 2004, nós marcamos [...] **"vamos lá conversar com a Unisol."** E aí nós fomos lá, eu e a Idalina. [...] A gente queria, no Fórum Social Mundial de 2005, ter alguma peça de algodão da Justa Trama, que não era Justa Trama ainda [...] **não houve possibilidade nenhuma, não existia como ter empréstimo, não existia nada.** [...] Viemos embora arrasadas no final. E aí continuamos: 'Bom, então vamos tocar as sacolas e ver o que vai dar.' – Nelsa (Univens)

A Justa Trama apareceu na minha vida no Fórum Social Mundial. Eu fazia parte do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, era coordenadora. **E aí eu conheci a Nelsa mais a Idalina, elas já implementando a cadeia. Ali, mostrando os desafios, as decepções, que elas tinham, porque pessoas não acreditavam naquilo, não valorizavam.** Quer dizer, é muito difícil ver a pessoa querer construir algo... Pra construir um empreendimento já dá tanto trabalho, tu imagina algo que você vai ter que lutar com culturas diferentes, modos diferentes, maneiras diferentes da pessoa agir. **Quer dizer, era complicado.** [...] Estavam debatendo a situação da construção das peças e aí eu falei pra elas: '*Bom, se as peças são todas orgânicas, a Açai pode fazer os botões e os tingimentos naturais.*' – Dalvani (Açai)

Os relatos das trabalhadoras revelam uma conjuntura complexa que permitiu o surgimento e a organização da rede Justa Trama. De um lado, elas assinalam a importância do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como espaço público de encontro do movimento e também das futuras lideranças da rede. Dalvani cita ainda outro espaço político: as reuniões sobre o tema, travadas no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre.

De outro, as trabalhadoras também destacam o papel de instituições de representação e fomento da Economia Solidária, ligadas ao movimento sindical - a ADS-CUT e a UNISOL Brasil. Elas comparecem nas falas das associadas, aqui e adiante, como referências importantes na história da rede, em certos aspectos determinantes de sua existência, já que contribuíram com diversos apoios técnicos, financeiros e políticos ao projeto.¹³²

¹³² A ADS-CUT já havia elaborado um projeto técnico de uma *cadeia de têxteis orgânicos* (Cruz, 2010), presente na publicação citada por Nelsa (ADS, 2002). A partir de 2004, a UNISOL e a ADS-CUT também ajudaram a reunir parte dos primeiros elos a compor a rede, especialmente Univens, ESPLAR (organização não-governamental apoiadora da Adec), Cones e Textilcooper. Estas últimas (fábricas recuperadas paulistas) foram os empreendimentos responsáveis pela fiação e tecelagem do algodão, respectivamente, no primeiro arranjo da cadeia. Para saber mais, consultar Metello (2007) e Cruz (2010).

Por ora, sublinhemos este aspecto, qual seja, a Justa Trama parece ter sido desenvolvida como objeto de encontro e de ações políticas, entre trabalhadores, orientados por princípios como igualdade e participação democrática, com o apoio de parceiros importantes do campo da Economia Solidária e o do movimento sindical.

Desconfianças, dificuldades, desafios: “nós arrancamos na raça”¹³³

As trabalhadoras recordam os primeiros encontros em torno do projeto da Justa Trama em meio a muitas dificuldades. Nelsa lembra as primeiras reuniões sobre o tema, na Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT): “*tinham muita impossibilidade*”: “*Faltava tear, faltava algodão, faltava tudo.*” Ao resgatar a agenda com a Unisol Brasil, o fenômeno se repete: “*não houve possibilidade nenhuma, não existia como ter empréstimo, não existia nada.*” Dalvani, ao conhecê-las, solidariza-se: “*as pessoas não acreditavam naquilo. [...] Era complicado.*” Os trechos abaixo tratam do tema:

Tem até hoje, isso, com outras iniciativas similares. [...] como a cadeia do PET, eles nos dizem isso agora, depois de um ano e meio: ‘*Ah, a gente achou a ideia super legal, mas a gente não acreditou que isso ia dar certo*’ [...] **Com a Justa Trama, imagina isso em 2005! [...] a gente tinha na volta uma equipe de técnicos** que, portanto, tem um acúmulo de conhecimento, de pesquisa e tal. **Eles afirmavam isso categoricamente, que a gente iria fazer uma coisa, que podia até tocar, mas ela iria morrer, porque não iríamos conseguir.** E sempre era muito fundamentado, sabe, Cris? [...] **Eles não deixavam de ter razão, se tu olhar ele só do ponto de vista técnico.** – Nelsa (Univens)

Você não vai encontrar nas nossas discussões, ‘dificuldades’. Sempre a gente trata como desafios. Quais são os desafios que a gente tem. Então você imaginar que a gente precisava de um tear e que a gente entrou em contato com um deputado [...] que marcou reunião lá no Ministério do Trabalho. Fomos pra Brasília. Imagina, gente, é uma coisa que hoje não daria certo! Naquela época deu. Não dá pra acreditar, sabe? [...] E aí nós apresentamos a ideia... Tínhamos um material pequenininho, eu me lembro que era uma folha, colocando um pouco a situação. Quando nós colocamos o impacto que isso daria pros agricultores... [...] **E superar deixa a gente cada vez mais forte, né? [...] Depois parece que a gente incorpora um pouco isso. Nós precisamos vencer, porque já não é mais por nós, sabe?** Já não é só porque vai ser bom pra Univens, porque vai ser bom pro grupo... **É importante porque atrás disso tem uma concepção de uma outra sociedade que está se construindo e com essa visão, da Economia Solidária,** que portanto a gente quer fazer dar certo. A gente está provando além de tudo isso, que a gente sempre falou, de ter uma distribuição justa, de ter um cuidado com o meio ambiente, **a gente está mostrando a capacidade que tem os trabalhadores. Pra mim, isso é a coisa mais importante.** Não é aquela coisa, que você diz assim: ‘*Continuem sonhando, porque quem sabe um dia...*’ Não! ‘**Olha, está aqui. A gente conseguiu.**’ – Nelsa (Univens)

Lembro que eu fui com a Nelsa pra uma reunião em São Paulo, aonde nós fomos discutir a história do algodão. [...] E dizerem: ‘*Isso é uma coisa pra se planejar pra cinco anos.*’ E eu e a Nelsa, do jeito que nós somos: ‘**Não se vai esperar cinco anos! Nós vamos achar um jeito pro algodão.**’ – Idalina (Fio Nobre)

¹³³ Frase de Idalina (Fio Nobre), em entrevista.

Esses trechos descrevem os primeiros desafios enfrentados pelas protagonistas do projeto da rede, ao sair em busca de apoios, com o esboço dele em mãos. Como resistência a um sistema excludente, haviam desenvolvido um novo recurso, algo que escapava à previsibilidade da reprodução cotidiana: “[...] *atrás disso tem uma concepção de uma outra sociedade que está se construindo e com essa visão, da Economia Solidária*”, diz Nelsa. Ainda que já se falasse da necessidade de os trabalhadores da Economia Solidária organizarem-se em redes, não havia exemplos ou tutoriais a seguir. E, como costuma ocorrer com as criações anti-hegemônicas, logo que surgem geram estranhamentos, resistências e negativas, mesmo entre pessoas favoráveis à ideia.

Chama a atenção aqui ao ânimo persistente das trabalhadoras frente às dificuldades. Vimos que Nelsa prefere chamá-las de “desafios”. Em princípio pareceu-nos um exercício retórico, algo comumente utilizado. A consulta semântica, no entanto, revelou-se profícua: *dificuldade* remete à idéia de obstáculo e de impedimento. Já *desafio* alude a uma provocação, um chamado ao enfrentamento, uma porfia (Hollanda-Ferreira, 1988)¹³⁴.

Como vimos, para Nelsa, provar a capacidade dos trabalhadores de engendrar novas construções em processos como este é “*a coisa mais importante*”. Do ponto de vista histórico, sem dúvida, tem também estimado valor, como mais tarde discutiremos.

Cabe frisar que outros trabalhadores de empreendimentos da rede, como a Fio Nobre e a Coopertêxtil, também viveram embates e desafios semelhantes, ao longo de suas histórias, muitas vezes como única saída tangível a uma situação de precariedade no plano do trabalho. Resistir, nestes casos, exigia construir recursos cotidianos, em menor ou maior escala, como meios de sobreviver política e economicamente em um contexto que os excluía sistematicamente das arenas da produção regulada.

Mas a experiência da Univens, estudada em pesquisa anterior (Andrada, 2009a), ajuda especialmente a ler o fenômeno acima. Nelsa e suas companheiras tiveram que enfrentar grande sorte de dificuldades para organizar uma cooperativa de costureiras, na periferia de Porto Alegre, em 1996, tempos da chamada Crise do Emprego, nos quais ainda não se escutava falar de Economia Solidária no país. Sem instituições de apoio, legislação ou políticas públicas adequadas, as trabalhadoras ouviram muitas negativas até consolidar o empreendimento que, mais tarde, serviria de modelo a tantos outros. E, em semelhança ao que

¹³⁴ *Porfiar* tem duplo sentido, segundo Hollanda-Ferreira (1988). Pode ser entendido como discutir acaloradamente; obstinar-se; disputar. Ou ainda, coser com fios ou cabos. Numa aproximação livre com a fala de Nelsa e com o tema da pesquisa, pensamos que, aqui, *porfiar* poderia ser lido como “*resistir cosendo*”.

assistimos hoje, na Justa Trama, enquanto forjavam internamente a cooperativa, contribuía para desenvolver politicamente o campo da Economia Solidária em âmbito local e regional:

A referência era a Univens. Por isso que a Univens ganhou tanto mais referência que os outros grupos. Porque era o que tinha, entendeu? [...] A Univens já era uma cooperativa que estava dando super certo, que já tinha uma renda legal... – Idalina (Fio Nobre)

3. As primeiras ações em rede

No horizonte das circunstâncias dadas, as trabalhadoras perseguiram as poucas possibilidades vislumbradas para construir a cadeia produtiva autogerida do algodão agroecológico. A seguir, elas narram as ações, econômicas e políticas, que organizaram em torno do Fórum Social Mundial (FSM) de 2005, realizado em Porto Alegre. Primeiro, relatam como instituíram uma grande intercooperação econômica, embrião da futura Justa Trama, com o objetivo de produzir as 60 mil sacolas do evento. Para isto, coordenaram o trabalho de produção e de gestão de 35 empreendimentos de quatro estados brasileiros.

Nós soubemos captar o vento. ‘*Vamos fazer [as sacolas para o Fórum] e vamos fazer em cadeia.*’ [...] **A gente deu um salto.** [...] Nós nos conhecíamos. Nós tínhamos vínculo e laços, porque as coisas só nascem quando você tem vínculo e laços. [...] Sem telefone, sem dinheiro, um monte de coisa. [...] Fizemos, entregamos. Nós, por exemplo, chegamos com as sacolas embaixo do braço na abertura do Fórum Social Mundial. E assim foi. O coração na mão, chorando e tal. – Idalina (Fio Nobre)

Já tinha a possibilidade de fazer as sacolas, porque nós, da Univens, já tínhamos coordenado as sacolas do Fórum da Educação e do outro Fórum.[...] A gente tirou uma comissão e fomos negociar com o Fórum Social Mundial [FSM], de fazermos as bolsas. E **colocamos que ia ser com todos os empreendimentos da Economia Solidária que quisessem. Foi uma loucura! Eu não sei se a gente conseguiria fazer isso hoje.** [...] Eram todos os grupos que tu possa imaginar daqui, do Rio Grande do Sul, de Caxias, de cidades do interior, de Torres... E mais Santa Catarina, mais o Paraná, e o fio e o tecido, que eram feitos na Textilcooper e na Cones¹³⁵ [...] E olha, foi a experiência mais linda que a gente viveu de tantos coletivos em tão curto prazo poder entregar um produto como esse. [...] Não sei como a gente fazia tudo funcionar [...] Você não faz ideia, nós fazíamos reunião com todos os grupos... **Tudo foi construído com todos. Talvez de todos os processos que eu tenha vivido até então, tenha sido o mais democrático, o mais participativo, sabe?** Todos dando opinião, na constituição do *tag* [etiqueta], na composição do preço da sacola... [...] **foi tão legal porque a gente conseguiu fazer tudo isso e a sacola pro Fórum Social custou menos do que no ano anterior, e nós todos ganhamos o dobro dos preços praticados pelo mercado naquela época.** – Nelsa (Univens)

¹³⁵ Como dissemos, a Cones e a Textilcooper foram empreendimentos presentes no primeiro arranjo da Justa Trama, ambas fábricas recuperadas paulistas. O primeiro era responsável pela fiação do algodão e, o segundo, pela tecelagem das peças. O desligamento destes empreendimentos do conjunto da rede deu-se por motivos diferentes. Além de representarem perdas para o grupo da rede, evidenciaram riscos e fragilidades importantes da Economia Solidária, como explica Antônio Cruz (2010), no trecho a seguir: “A Textilcooper, impulsionadora de primeira hora da Justa Trama, era uma empresa recuperada que tinha quase 90 associados e enfrentou dificuldades de viabilidade econômica, com problemas de gestão combinados a uma estrutura sucateada, o que levou a encerrar suas atividades, inclusive com a retomada do patrimônio da cooperativa pelos antigos donos. Em relação à saída da Cones, um dos fatos principais foi sua decisão por não correr o risco de formalizar a Central Justa Trama, o que não foi aceito pelas demais cooperativas.” (Cruz, 2010. pp. 356-357)

Tinha grupos que a gente não conhecia e fizeram [as sacolas]. Teve um grupo daqui, de Porto Alegre, que, e na hora que foram entregar, a serigrafia estava péssima. Devolveram todas [...] Eles vieram chorando, falando da situação. É um grupo que existe até hoje. E aí o coletivo, de todos os grupos, disse: *‘Nós vamos assumir a metade do custo dessa sacola.’* [...] **No final ainda acabou retornando um valor pra todos.** A nossa postura, também da Univens, foi de ser muito transparente pra dizer que é possível se trabalhar de forma justa junto. **Daí fomos discutir como é que ia ser essa divisão, dessa sobra que tinha dado.** [...] Se deveria ser proporcional ao tanto que cada um fez ou se deveria ser igual pra todos. E aí a reflexão foi a seguinte: quem estava tendo capacidade de produzir bastante é porque era um grupo que já estava bem estruturado. E quem não tinha conseguido, era um grupo que precisava se estruturar e que esse recurso iria ajudar. Então foi muito bom. [...] **E esse sentimento foi maravilhoso, da gente sentir que a nossa capacidade era fora de série, sabe? Isso foi uma marca importante.** [...] **De que é possível fazer.** – Nelsa (Univens)

Os trechos acima expõem com clareza a tenacidade das trabalhadoras em organizar uma grande ação em rede, com grupos autogeridos de várias regiões do país, com os poucos recursos materiais e políticos de que dispunham. Saltam evidentes, em suas narrativas, os esforços por orientar esta ação por princípios políticos próprios da Economia Solidária, como igualdade e participação democrática, e a satisfação com o êxito da empreita, num só tempo econômico e político. É notável, ainda, a atribuição que Nelsa faz à capacidade dos sujeitos da ação, as trabalhadoras.

Ao mesmo tempo em que colocaram em marcha a primeira ação econômica da rede – a confecção das sacolas para o Fórum Social Mundial de 2005 - as trabalhadoras inscreveram uma Oficina Temática no mesmo evento, pautando a experiência como tema de debate político:

[Foi] uma oficina que deu bastante gente. E de novo já tinha um monte de gente dando pitaco na Justa Trama, na cadeia do algodão, porque ainda não tinha nome. [...] Nós fizemos a apresentação do que tínhamos conseguido fazer. E, claro, reclamamos da história dos ‘cinco anos’. **E ali tomamos a decisão, uma decisão coletiva, porque estava toda aquela platéia, que decidiu junto!** Em público, com todo mundo - na parte da frente muitos eram do Fórum Brasileiro, que estavam ali, claro, com o povo da CUT também [...]. *‘Nós vamos entrar nesse mundo da moda. E nós vamos fazer com algodão orgânico.’* E aí a Nelsa já tinha, porque ela é muito rápida, já tinha esse contato. *‘E vamos lançar em outubro [de 2005].’* Pense, nós estávamos em janeiro; na segunda quinzena de janeiro! – Idalina (Fio Nobre)

Além dessas bolsas, fizemos o primeiro encontro da Economia Solidária e uma oficina [...] **Olha só, nós não tínhamos ainda nem um tecido, nada! Mas já estávamos decidindo os produtos que nós iríamos fazer.** [risos] [...] **Era um sonho que, pra gente, não era uma coisa distante, sabe? Pra nós tudo tinha que ser pra logo.** [...] Pra você ver como tudo era rápido. [...] Nós tínhamos que tocar, a gente tinha que fazer as coisas acontecerem. [...] **Era uma pressa com que a gente fazia acontecer, sabe? Bom, até hoje eu acho que a gente carrega muito isso. Em todas as coisas que a gente está.** - Nelsa (Univens)

Não é raro quem se espante com a celeridade dos movimentos das trabalhadoras da futura Justa Trama ao ouvir a história de constituição da rede, especialmente as passagens que

aludem às primeiras ações do grupo. Com efeito, pareciam correr contra o tempo. Mesmo sem terem angariado os recursos essenciais – como o algodão e o tear industrial específico, por exemplo – elas disparavam as ações possíveis, especialmente no plano político. Este fato nos parece relacionado à leitura astuta das circunstâncias vigentes e a consciência, por parte das trabalhadoras, de que a qualquer momento elas poderiam mudar. Em outros termos, as trabalhadoras pareciam cômicas de que era preciso manter o ritmo acelerado e contínuo de suas ações políticas para não verem dissipadas as condições favoráveis à arquitetura do projeto da rede – “os ventos” de que fala Idalina.

Vale frisar ainda que parte desses “ventos” havia sido provocada por elas, a essas alturas. Exemplo disto é a cena abaixo. Terminada a oficina, ainda em seus bastidores, as trabalhadoras travaram contato com representantes da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em busca de recursos ao projeto, e em meio ao entusiasmo por ele despertado ali. Também foi possível, dali em diante, contar com o apoio de outras instituições e parceiros, nacionais e internacionais, também representados no evento:

E aí nesse dia também, durante o Fórum, encontramos o pessoal da SENAES [...] A gente falou: ‘a gente pode apresentar um projeto? Nós estamos precisando de um recurso pra tocar assim... Nós queríamos comprar o algodão e tal’. [...] Fizemos um projeto humilde, assim, né? Ele falou: ‘Pode fazer com um valor maior!’ E aí foi quando a gente conseguiu fazer um projeto. Só que ele demorou [...] A Unisol Brasil daí emprestou um recurso pra gente e fomos tocando toda a produção [...] começamos a perseguir o Fórum do Turismo, no Rio de Janeiro. – Nelsa (Univens)

4. Entre o sonho e a loucura: as primeiras reações ao projeto

Já havíamos referido em outras passagens um curioso fato, sintetizado nas palavras de Idalina (Fio Nobre): “*fomos chamadas de loucas muitas vezes*”. Isto ocorreu com as trabalhadoras da Justa Trama e também com as fundadoras da Univens (Andrada, 2009a). Os ânimos necessários para fundar na atualidade, sem muitos recursos, um empreendimento em autogestão, livre iniciativa de seus trabalhadores, podem assemelhar-se a desatino, dado o cenário de hegemonia capitalista. E se a iniciativa não surge de início escorada em grandes instituições parece disparate ainda maior, uma falta severa de adequação aos ditames da realidade. Ouçamos os protagonistas a esse respeito:

Fomos pro Fórum [FSM] e inscrevemos uma oficina. E já começamos a falar do pouco que tínhamos feito. **E loucamente lançamos uma marca, que não tinha nem nome.** [...] **Pra ver como nós somos loucas. Sim, somos loucas!** [...] **Não tínhamos nem o algodão, criatura!** ‘E tem que ser com algodão orgânico.’ E não tínhamos nem o algodão... – Idalina (Fio Nobre)

Elas tinham, acho, feito um retalho com as primeiras bolsas que elas fizeram. Os fios no chão, assim, colocados, pra que as pessoas que passassem, vissem aquilo ali. **E elas conversando...**

Os sonhos, as ideias loucas... [risos] Primeiro elas causam um impacto de admiração, de espanto. Depois quando vai ‘caindo a ficha’, existe muito a coisa da rejeição, principalmente da pessoa que é mais técnica, mais prática. Então a primeira coisa que eu senti, quando eu vi elas conversando ali, quando elas contavam aquele sonho pras pessoas, e que as pessoas traziam elas pra realidade, foi pensar ‘como é bom você crer no teu sonho’! **Como é bom você ter um sonho e você acreditar nele. Eu acho que a Justa Trama só está acontecendo e acontece porque ela é um sonho que alimenta a elas e a gente.** – Dalvani (Açaí)

Se você for olhar do ponto de vista econômico-financeiro, parece uma loucura competir com o mercado capitalista. [...] Isso é loucura. [...] [Mas] o capitalismo, ele deixa o ser humano estático, no mesmo lugar, independente de como andam os outros fatores - mercado, economia - o ser humano sempre fica paralisado. Então o proprietário, o dono, aquele que detém o poderio, ele sente o efeito pra maior ou menor dependendo das oscilações de mercados. Mas aquele que produz realmente, que faz acontecer, ele fica totalmente estático, na melhor das hipóteses. E na economia solidária não. [...] ela vem restituir à pessoa aquilo a que realmente ela tem direito, ou seja, aquilo que ela produziu. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

O descolamento dos limites e das normas de uma dada realidade faz parte das definições típicas de loucura. Romper com as previsibilidades da reprodução social – sair do rol das condutas prescritas nos papéis sociais, fortemente guardados pelas instituições - é infringir uma ordem. Nesses casos, há o risco de receber a insígnia de desajustado, louco ou delinqüente. Ainda que os sujeitos o façam de modo astuto, como resistência tramada junto às fissuras do sistema, aquelas ações não estavam previstas, fugiram às peias do controle social. E por serem imponderáveis podem ser perigosas aos poderes instituídos, ou menos, à integridade física ou moral dos envolvidos. Por isso, nos casos citados acima, é possível que as trabalhadoras tenham sido chamadas de loucas como um gesto de cuidado, no léxico psicológico, como quem dá um “dado de realidade”.

Como bem coloca Ecléa Bosi (2003), os psicólogos sociais têm se dedicado muito aos estudos sobre o conformismo e a insubmissão, desde Salomon Asch e Dante Moreira Leite. Segundo ela, o conflito entre forças antagônicas e desiguais é comum em nosso cotidiano: “E um exame da História nos prova que a obediência causou males maiores que a rebeldia (como aconteceu no nazismo).” (Bosi, 2003. p. 129)

O que importa frisar aqui é que, com efeito, o ceticismo frente à possibilidade de resistir e de construir algo fora do prescrito pelas forças dominantes tem servido historicamente à reprodução capitalista. Segundo Agnes Heller (1982),

creio evidentemente que a sociedade capitalista oprimiu completamente todas as formas de espontaneidade, e que – num novo mundo socialista – é preciso construir novos espaços para essas formas. Temos de aprender novamente a jogar, não para substituir o trabalho pelo jogo, mas para completá-lo. (p. 141).

Em companhia de Ferenc Fehér, a autora também tratou da chamada *coragem cívica* entre as virtudes essenciais a todo cidadão. Sua caracterização nos pareceu bastante adequada

ao modo tenaz e contestador de proceder das protagonistas da Justa Trama, não apenas em seus primórdios:

A coragem cívica é a virtude de erguer a voz por uma causa, pelas vítimas de injustiça, por uma opinião que acreditamos certa mesmo contra obstáculos arrasadores. **A virtude da coragem cívica induz-nos a correr riscos: o risco de perder nossa posição segura, nossa filiação em organizações políticas e sociais, o risco de ficarmos isolados, de termos a opinião pública contra nós.** [...] Convencer uma pessoa de coragem cívica não é um trabalho fácil, porque ele/ela inevitavelmente levantará dúvidas sobre se foi apenas a conveniência ou o cansaço que a levou a mudar de opinião. [...] **A coragem cívica é de não menos importância nas ações coletivas.** Contudo, cada um e todos os participantes de uma ação coletiva correm seu risco como indivíduo. A coragem cívica é o tipo de coragem necessária em movimentos que abrem mão do uso da força, onde não são exigidas virtudes marciais, os movimentos de resistência passiva ou de desobediência civil. (Heller & Fehér, 1998, pp. 124-125) [grifos nossos]

Não afirmamos, com isto, que as ações deste pequeno grupo de trabalhadoras é, em si, uma ameaça revolucionária. Apenas, e em companhia agora de Paul Singer, alertamos para a força surpreendente, do ponto de vista histórico, que pode haver na reunião de um coletivo solidário de pessoas politicamente orientadas e conscientes:

Finalmente, cabe um registro da loucura dos sonhos. Os seres humanos sonham enquanto dormem e alimentam sonhos enquanto acordados. O sonhar acordado é uma consequência inevitável da racionalidade própria da humanidade, que lhe permite pensar o futuro como desejo e ao mesmo tempo arquitetar ações que permitam tornar o sonho acordado realidade. O que as costureiras da Univens e a cientista que as estudou concluíram é que para gente humilde, rica em ânimo, mas pobre de recursos, **a partilha dos sonhos é essencial para resgatá-los do reino da loucura e trazê-los ao reino das reais possibilidades. Sonhos só parecem loucos aos olhos dos que ignoram os laços de solidariedade que unem as sonhadoras.** (Singer, 2009. p. 13) [grifos nossos]

5. Marcos distintivos do percurso

Quase todos os encontros que a gente tem acontece algo que nos une. Às vezes é o desabafo de alguém, às vezes, é algo de bom que vem do outro grupo e que ‘entra pra dentro’, sabe? Às vezes é alguma situação difícil que o outro grupo está passando e aquilo ali você, os outros, também sofrem junto - aquilo ali impacta a gente. [...] Isso que eu acho legal na Justa Trama, essa situação, dessa construção junto. Então, quer dizer, tudo o que vem de bom a gente sabe que são possibilidades que vão ajudar todos os grupos. – Dalvani (Açaí)

Outra questão dirigida aos associados tratava dos chamados *marcos distintivos da história da rede*. Pedimos aos trabalhadores que narrassem experiências consideradas históricas pelo grupo - vivências que alteraram ou que ajudaram a configurar sua identidade, que foram definidoras de princípios importantes, ou ainda orientes para as próximas escolhas.

Em geral, todos os depoentes destacaram situações alusivas à constituição de um sentimento de grupo e a um empoderamento crescente como trabalhadores. Além de deterem o controle compartilhado dos meios de produção em seus empreendimentos de base,

contavam agora com o controle do processo produtivo em maior escala. Viram-se livres não apenas dos patrões, como outrora, mas também dos atravessadores. Isto, no entanto, acarreta novas exigências:

A coisa se torna difícil. Ao mesmo tempo é desafiador ser livre. Porque se eu sou livre, eu sou responsável por todos os meus atos. [...] Eu sou livre pra tomar as decisões e livre pra assumir as conseqüências delas. Mas, ao mesmo tempo, eu também tenho esse livre arbítrio pra fazer algo que não tenha que ser rígido e nem tem que ser aprovado por hierarquia superior. Que talvez não seja aquilo que eu gostaria que fosse. **Então ao mesmo tempo é um gesto de liberdade mas de total responsabilidade.** – José Ribeiro (Coopertêxtil)

Teve todo um processo de reconstituir conceitos, desde os valores econômicos das peças, o jeito de fazer... e ter que explicar essa história pros outros. Então pras cooperadas daqui [Univens] foi algo muito exigido: *‘Poxa, agora eu tenho que conhecer duas histórias, eu tenho que conhecer a da Univens, e tenho que conhecer a da Justa Trama.’* E a da Justa Trama não é simples como a da Univens. Eu tenho que explicar como é que se planta o algodão agroecológico, *‘que eu nunca vi como é o plantio’*, no caso de algumas cooperadas. Ou então como é que faz botão a partir da semente. – Nelsa (Univens)

Nos trechos seguintes, Nelsa narra os processos de criação das primeiras peças e da escolha do nome da rede, bem como os impactos por eles causados nas trabalhadoras: *“Virou a cabeça, e isso é maravilhoso!”* Ao ouvi-la foi inevitável pensar nestas situações como resgates da função teleológica do trabalho, tão comprometida nas organizações de produção capitalista, como apontaram Marx (1980) e Lukács (2010).

A gente começou a criar outras peças. Mexeu muito com todo mundo. [...] O que a Univens sempre fez? Alguém chegou lá e dizia que queria uma camiseta verde, tamanho P e M. A gente bota na mesa a malha, corta P e M, verde, e imprime com aquela estampa, que ele decidiu botar, e entrega pro cliente. [...] Sempre foi essa, a rotina da Univens, nunca foi de criar a peça. **Criar a peça, é inventar a peça!** Inventar uma blusa larga, um vestido diferente [...] **Virou a cabeça, e isso é maravilhoso! É maravilhoso você ver que você pode criar. Criar, sabe?! E é lógico, depois da criação, criar a modelagem... Então isso fez um bem tremendo pra nós todas da Univens.** [...] As pessoas, no seu normal, preferem a rotina, na grande maioria. Agora, não: *‘nós vamos fazer uma jaqueta, mas é importante ter bastante pesponto porque ela vai ficar bonita, porque esse é um produto da gente.’* Mas também, Cris, a gente começou a se perguntar muito isso: *‘eu gostaria de usar essa roupa?’* [...] *‘Que tipo de roupa eu gostaria de usar?’* Porque tu também é um consumidor. **E a nossa maior descoberta é que, desde que a Justa Trama surgiu até hoje, as roupas que a gente mais vende e que continuam no nosso catálogo são as roupas que a gente inventou.** Não foram as criadas por designer. – Nelsa (Univens)

Eu sempre falo que **foi uma coisa muito importante, isso que aconteceu com a gente. Descobrir que a gente, além de criar [as peças], a gente era capaz de criar uma marca. Pensa, que coisa maravilhosa! Teve vários dias em que parava tudo. Toda a Univens parava, todo mundo ia lá: ‘Explosão de ideias!’** Bah, nós enchíamos a parede com todos os nomes possíveis. Revistas, fotos... Todo mundo ia dando ideia. Depois nós íamos eliminando. [...] íamos pesquisar e já existiam os nomes. E aí foi quando apareceu [...] Justa Trama, Trama Justa... Foi muito legal, porque quando caiu esse nome, eu falei: **‘Gente, que tal Justa Trama?!’** E todo mundo aqui na Univens começou a repetir: *“Justa Trama. Justa Trama...”* Era algo que soava bem, foi maravilhoso... [risos] – Nelsa (Univens)

Outro marco importante na trajetória de grupo, também apontado por Nelsa, foi a discussão sobre a destinação dos fundos da Central, previstos em estatuto. Por meio dela a associada sinaliza outra característica do grupo, a exigência do debate constante e a busca por “decisões conscientes”: “*na Justa Trama nada é dado, nada é automático. Tudo tem sempre uma discussão.*” Por sua vez, esse fato, a reflexão consciente, é apontado por Agnes Heller (2008) como parte da necessidade de conservar uma coerência, uma organicidade histórica.

A gente foi ver **como é que se dariam os fundos da Justa Trama**. Eu me lembro que, na época, teve uma primeira fala de que, caso desse um balanço negativo, que assumissem os grupos que estivessem melhor economicamente. E que se o balanço desse positivo seria dividido entre todos iguais. E aí foi super legal, porque cada um foi participando e tal. E no fim ficou isso, que devia ser por igual. Bom, se fosse negativo, era um compromisso de todo mundo. E se fosse positivo também. **Então na Justa Trama nada é dado, nada é automático. Tudo sempre tem uma discussão**, que eu acho que é um amadurecimento. Você não decide de uma forma assim: ‘*Ah, todo mundo faz assim... Pega lá e copia aqui.*’ Não. [...] **Não tem um modelo pronto e é importante que você reflita. Sempre é importante que você toma decisões conscientes.** E eu acho que alguém trazer uma outra reflexão sempre é bom. Sabe o por quê? Ele mede o tanto que tu está acreditando exatamente naquilo, porque você tem que defender [o teu argumento] – Nelsa (Univens)

Outro momento emblemático na história da Justa Trama foi o desfile inaugural da rede, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2005. Como vimos, em janeiro daquele ano as trabalhadoras atribuíram-se o desafio de lançar a Cadeia do Algodão Agroecológico – ainda sem nome – no Fórum Social do Turismo, no outubro seguinte, na capital fluminense. Alcançaram o feito parcialmente, em meio a muitas dificuldades.

Por problemas políticos na organização do evento, que incluía os poderes executivos municipal, estadual e federal, o desfile previsto para ocorrer na praia de Copacabana, em meio ao portentoso encontro internacional, fora cancelado de súbito. As trabalhadoras da Univens, da Fio Nobre e das fábricas recuperadas de São Paulo receberam a notícia pouco depois de descerem do ônibus, que viajava há dias pelo país, e que vinha cheio de pessoas, de ânimo e de caixas de roupas especialmente preparadas para a ocasião¹³⁶.

Por fim houve desfile e lançamento, por meios e em cenário reveladores: num espaço comunitário no alto do Morro do Cantagalo. Tocados pela frustração das companheiras, militantes da Economia Solidária local empenharam esforços no sentido de viabilizar “o desfile possível”, com os recursos de que dispunham. A comida foi feita em mutirão, e os modelos, por exemplo, foram moças e rapazes da própria comunidade, ligada ao movimento

¹³⁶ Estive presente nesta ocasião, embora não com finalidades de pesquisa. Fui convidada a participar do evento pelos vínculos formados com o grupo, especialmente com as cooperadas da Univens.

da Economia Solidária¹³⁷. Este fato nos parece exemplar pois revela a nota dominante na história do grupo – uma história de resistência e de solidariedade entre trabalhadores, tramada em meio a um movimento anti-hegemônico, a Economia Solidária:

Nós, sem experiência de comércio. [...] Nos colocamos com uma montoeira de caixas, de roupas, de tudo o que nós tínhamos feito, e que era uma loucura! [...] Realmente não se faria isso, porque não ia vender aquilo tudo. Era uma imaginação muito sonhadora. Um ônibus. Conseguiram-se um ônibus, inclusive, do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e tal, e bota-se estrada afora. Traz o pessoal do Ceará, traz o pessoal de São Paulo. [...] Não teve a bendita da feira. Subimos favela acima, no Morro do Cantagalo, no espaço do Criança-Esperança, com aquela cooperativa que até hoje existe lá, que nos apoiaram. Fizemos o desfile, fizemos o lançamento. Temos a foto mais linda... Até hoje a mais linda é aquela, porque é histórica. – Idalina (Fio Nobre)



Fotos 39 e 40. Lançamento da rede no Morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro, em 2005.

Ao recordar o episódio, Dalvani (Açaí) ressalta este aspecto e traça um paralelo interessante com a comunidade do Morro que acolheu o desfile da rede:

O desfile lá no Morro do Cantagalo... Tínhamos feito algo com um estilo e depois mudou; porque ia ser na praia de Copacabana e foi lá no Cantagalo. Então **aquilo ali me chamou a atenção porque ali você vê o impacto da situação da sociedade e do morro, de tudo aquilo ali, né? E como foi pra gente.** Apesar de não ter sido no local que a gente imaginava, como a gente conseguiu interagir ali com aquelas pessoas que também têm sonhos, né? [...] Você vê, assim, duas interfaces. Lá você vê como as pessoas lutam contra o domínio do traficante de droga, mas tentam sair daquilo. A gente luta contra os capitalistas, contra as marcas, e a gente também está tentando sair disso. Está tentando fazer algo diferente. **Então são dois sonhos, que pode se dizer, diferentes e iguais ao mesmo tempo.** [...] A luta pela justiça social. [...] **A Justa Trama é baseada na confiança. A Economia Solidária também tem essa marca, e isso às vezes é fragilidade mas também é fortaleza, né? E essa situação de estar junto ajuda,** de estar ali fazendo tudo agregado, na confiança. – Dalvani (Açaí)

¹³⁷ O grupo conta, sempre que possível, em seus desfiles e materiais de divulgação, com o trabalho de modelos pertencentes a seus círculos comunitários, que possam também representar a diversidade da população brasileira. Na última incursão a Porto Alegre, vimos cartazes que anunciavam a seleção de modelos para um desses materiais da rede em espaços comunitários da Vila, bairro onde se localiza a Univens e a sede da Central.

Outros marcos distintivos no percurso do grupo são, sem dúvida, os encontros entre os diversos elos. São situações importantes na promoção da integração do coletivo e na integração de cada trabalhador com o processo produtivo que engloba, também, o seu trabalho. Como vimos na viagem a Quixadá (no item *Diário de Fortaleza*), surgem aí encanto e desolação. O encanto ocorre, por exemplo, quando as costureiras dos elos finais conhecem o processo de cultivo que dá materialidade aos fios e tecidos, mais tarde trabalhados por elas. Vem junto, no entanto, a desolação, quando constatarem as duras condições de vida e de trabalho de seus companheiros de rede, os agricultores.

Teve momentos fortes, assim, da gente. [...] É ir lá e conhecer o que é um agricultor, com aquele calor do sertão, o que é o sertão, o que é estar colhendo o algodão nesse lugar, a dificuldade que tem. É ir lá, no meio dos ribeirinhos, atravessar o rio, arriscando a vida, e eles arriscam todos os dias. **É conhecer esse trabalho, sabe?** É ir lá, no meio de uma fiação, de uma tecelagem. **De poder conhecer todo o processo, como é que faz.** Porque antes da Justa Trama, só tinha visto isso na TV, e muito pouco. Então esses são momentos muito marcantes. Assim como eles são pra mim, com certeza, foram pra todo mundo, porque cada um estava num lugar e conhecia bem aquele lugar onde estava. – Nelsa (Univens)

Momentos emblemáticos, de ir em reuniões fora do Brasil. Bolonha, aqui [Catalunha], essas coisas. Momento emblemático, de ir ao Ceará e a reunião que a gente teve lá, onde fizemos discussões profundas de princípios. [...] Agora, recente, de ter ido ao Ceará e ver aquela seca, aquela tristeza. [...] De ir para o Norte e pegar um barco, por isso que eu me lembro dos ribeirinhos. – Idalina (Fio Nobre)

Nesses anos vividos na companhia do grupo, chamava a atenção algumas histórias que ouvia os trabalhadores contar amiúde. Da curiosidade em torno delas e de seus possíveis significados, surgiu a questão que dá nome a este tópico. Pareciam, de fato, se tratar de marcos importantes, prenes de sentidos. A repetição sugeria uma função enfática, de reiterar algo importante, experiência vivida no coletivo que não deveria ser esquecida. A seguir, destacamos duas delas: o “Caso do barco na Amazônia” e o “Caso da Venezuela”.

O caso do barco na Amazônia – ‘não sei porque a gente não morreu’

Foi em Rondônia. Você não faz ideia o quanto foi de marcante! Não tem quem não lembre desse passeio. [...] **Todo mundo sentiu que, ao mesmo tempo em que somos toda essa fortaleza, de estar construindo essa cadeia, nós ali éramos nada, sabe?** [...] **Pegamos um barco, fomos visitar um ribeirão que fazia o processo da coleta da semente.** [...] E o barco, ele não tinha nada. Nada de salva-vidas, nada de nada. **Era um barco pequenininho e estava cheio.** Estávamos numas dez pessoas. E era assim, a água vinha beirando até o barco. Nós tivemos que nos espalhar bem no barco pra água não entrar. Então todo mundo estava quieto. [...] Só que lá, mais adiante, o rio fazia um tipo de curva, como um cotovelo. E nesse cotovelo tinha uns redemoinhos. Se o barco fosse em cima do redemoinho, o redemoinho puxa o barco pra baixo. E aí acabou. Cai todo mundo. Aí eu falei: *‘Mas não é tão perigoso assim.’* E ele disse: *‘Tem que se ter muito respeito com o rio.’* [...] **E quando nós chegamos bem na curva, tinha três redemoinhos.** Baixou um silêncio. [...] Mas, Cris, conseguimos passar os redemoinhos. Só que depois que tu chegou no lugar, sabe no quê tu fica pensando? [...] Na volta! [risos] Só que a pessoa que estava nos levando, era um dos ribeirinhos [...] Ele já tinha tido várias malárias, sabe? Toda aquela situação que tem o ribeirão. E a gente viu,

tinha uma garrafa de ‘51’ [aguardente de cana] tomada em cima da mesa. Ele não estava bem. [...] E em vez de ele conseguir fazer a curva, ele foi reto! Foi no barranco, que tinha na beirada. [...] Bah, a gente falou disso ainda essa semana em Rondônia. **‘Como que a gente foi fazer aquilo?’ Porque foi algo muito arriscado.** – Nelsa (Univens)

O caso Venezuela: “a gente também se uniu por esses momentos”

A ida pra Venezuela fez algo extraordinário com a gente. Porque tudo, até então, eram encontros, reuniões. Não me lembro se ficamos uma semana ou dez dias na Venezuela. **Nós ficamos o tempo todo junto. Imagina, você está num lugar que não falam a tua língua, que não tem a tua comida, com uma realidade diferente. Então a gente virou algo muito especial...** Divertido, saudável, de cumplicidade muito grande. **Lá também a gente viveu dois grandes temores.** Um foi quando a gente foi pra Cabruta, que nós pegamos uma estrada horrível, passamos a viagem toda sem comer, porque não tinha estômago que agüentasse. **Numa situação terrível de miséria, de enfrentamento com o agrotóxico colocado dentro do rio Orinoco... Situações bem contrárias a tudo aquilo que a gente está construindo.** Mais forte foi quando a gente foi pra São Cristovão. Na hora de voltar de lá... A gente atravessava na pior mata, um lugar extremamente fechado, que quando acontece alguma coisa não acham mais nada lá. [...] E aí nós ficamos, fomos ficando... Até que abriu um pouco a cerração pra nós voltarmos. – Nelsa (Univens)

Só nós, mesmo! Querem fundar uma cadeia do algodão na Venezuela em 2006, 2007...

Quando não tínhamos nem a nossa acertada. [...] Andamos meio país, fomos duas vezes; ficamos quinze dias, toda a direção da Justa Trama. Fizemos palestra como fizemos aqui [Espanha]. Porque com isso nós já estamos mais do que acostumados. Mostrando a cadeia, falando, explicando, incentivando... [...] Pegando avião que não saía do lugar e que, quando olhamos, estavam acertando a asa do avião com fita. [risos.] Só às três horas da madrugada pra sairmos de lá, daquele canto. De pegar um carro às quatro da manhã e chegar ao meio-dia em Cabruta, numa estrada que igual, nem no Brasil eu consegui achar. Falamos com os agricultores e fomos dormir num prostíbulo porque era só o que tinha. [...] Nós temos umas coisas! **A gente se joga no sonho. E a gente continua assim...** – Idalina (Fio Nobre)

Ambos os casos comparecem nas memórias das trabalhadoras com quem conversamos como signos do nascimento de um sentimento de grupo: “*a gente também se uniu por esses momentos*”, disse Nelsa. Se o grupo já havia partilhado sonhos, êxitos e frustrações, em meio a muitas dificuldades, ambas as situações parecem informar a experiência de uma exposição a riscos, também cúmplice: “*a gente se joga no sonho*”, diz Idalina, numa liga de comoção e consternação. Estes episódios parecem importantes também por revelar, de um lado, a solidez dos laços que os une, e de outro, a exigência de um recato frente a limites intransponíveis: “*Todo mundo sentiu que, ao mesmo tempo em que somos toda essa fortaleza, de estar construindo essa cadeia, nós ali éramos nada, sabe?*” Esta tensão, aliás, é própria das ações coletivas de resistência. A exposição a riscos, por sua vez, em ações coletivas de lutas por uma causa ou projeto político, é associada por Heller e Fehér (1998) com a virtude da coragem cívica, como vimos há pouco.

Neste tocante, é preciso sublinhar que o sentimento de grupo a que nos referimos opera mais fortemente nos limites estritos de um subgrupo da rede. Há uma desigualdade de

apropriação evidente, e talvez inevitável, entre o grupo de associados que compõem a coordenação geral da Justa Trama e os demais associados. Embora tenhamos presenciado o empenho constante dos coordenadores em fomentar a participação do maior número de possível trabalhadores em suas atividades, as distâncias geográficas e o tamanho do coletivo representam empecilhos severos à empreitada.

Cabe apontar que estes fatos, aliado ao tema da pesquisa, orientada às atividades políticas da rede como um todo, também nos colocou mais em contato com o subgrupo da coordenação da rede que com o conjunto de seus membros. Tratou-se de uma escolha, não sem perdas, portanto, seguir os rastros da agenda política da Justa Trama que, em grande medida, é protagonizada por suas lideranças. Outra opção seria acompanhar o cotidiano dos elos por separado, o que nos privaria de contemplar boa parte dos objetivos propostos.

6. Pactuando princípios e modos de fazer

Outro fenômeno típico do cotidiano político da rede é a constante re-discussão de seus princípios e valores capitais, por parte de seus associados. Ao constatá-lo, nos dedicamos a compreender as razões que poderiam justificar este fato. Dalvani trata desta repetição abaixo, justificando-a pela necessidade política de atualizar as práticas cotidianas do grupo sem perder de vista seus valores primordiais, o que poderia descaracterizá-lo. Num contexto adverso, como é o mercado capitalista no qual a rede encontra-se inserida, este cuidado revela-se ainda mais necessário:

É muito aprendizado, porque esse vai-e-vem [discussão dos valores], no caso da construção da Justa Trama, é muito bom. Às vezes tem pontos que tu esqueceu, e que quando voltam, você vê que aquilo estava ali desde o início. Só tem que adequar à nossa realidade agora, mas ele já estava no início. – Dalvani (Açaí)

Em outros trechos deste texto comparecem exemplos dessas discussões políticas, muitas vezes travadas junto a temas que poderiam parecer, à distância, apenas pragmáticos, próprios da gestão, como a definição dos preços das peças:

quando a gente foi definir qual era o preço justo de uma peça a ser vendida. Foi lá no Rio de Janeiro [...] o Dário, que é um agricultor, lá do Ceará, falou exatamente isso, que a gente incorporou: **o preço justo era um valor que quem produz pudesse adquirir aquele produto. E isso eu acho que é muito importante porque a classe trabalhadora faz produtos que não são pra ela. Na maioria das vezes não são. Os bons produtos não são pra ela.** Então eu acho que a gente teve a clareza de definir isso, sabe? Uma clareza que é questionada, mas que o coletivo, a Justa Trama, tem essa clareza. – Nelsa (Univens)

A gente sempre fala que **os princípios que a gente tem** são a questão da preservação do meio ambiente [...] de uma distribuição justa de renda e também os princípios do próprio comércio justo, de verdade; que a gente possa se preocupar com quem está consumindo como com

quem está no processo de produção. [...] **Você não quer fazer e que alguém consuma só pra melhorar a tua vida aqui, como um produto qualquer.** – Nelsa (Univens)

Dirigimos, pois, aos entrevistados a seguinte questão, relevante para o tema da pesquisa: *Quais são, afinal, os princípios ou valores da Justa Trama?* Para Agnes Heller (2008), trata-se de questão fundamental, já que ela compreende o decurso da história como o processo de construção dos valores ou do declínio de um ou outro valor. Estes, por sua vez, são enunciados pela autora como “tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediatamente, para a explicação desse ser genético” (p. 15). Nas respostas dos trabalhadores da rede, salta aos olhos, sem dúvida, a prevalência de valores políticos orientados por interesses humano-genéricos. Eles parecem, de certa forma, informar as práticas econômicas do coletivo, não sem questionamentos, como veremos a seguir:

Os princípios são claros. [...] transparência, que é importante. O que vale é o ‘fio do bigode’ [confiança], não é qualquer documento que a gente tenha. [...] A gente decide no coletivo. [...] E, às vezes, isso é muito burocrático, é muito demorado, porque nós somos muito enxutos. Não temos dinheiro pra liberação das pessoas em cada lugar. Não temos dinheiro pra circular nas pontas [...] Tem o princípio da agroecologia, do meio ambiente, da seguridade alimentar, isso não tem o que discutir. Princípio de luta contra a desigualdade social... – Idalina (Fio Nobre)

A confiança, o fortalecimento dos elos, a preservação do meio-ambiente e sempre buscar alternativas que possam transformar [...] E no início a gente achava que dava pra ser simples... [...] Não é que vai pra lá oprimir eles [os agricultores]: ‘*me dá o algodão a qualquer preço.*’ [...] Mas pelo contrário, [a Justa Trama] vai lá, resgata, mostra que eles são importantes, que o que eles fazem vale a pena, que a sociedade está pedindo isso aí. [...] **Eles começam a ter um despertar político da posição deles.** Então, quer dizer, num momento tu encanta, respeita, valoriza. Aí já começa a implementar outra coisa. Daqui a pouco, a própria Adec, o próprio pessoal, os próprios ribeirinhos de Rondônia, que fazem a coleta [das sementes], eles vão ter uma visão política e vão estar fazendo uma intervenção política no próprio território, com os produtos deles. Ele se apropria daquilo e isso é bom demais. **Porque aí você vê o impacto que causou a cadeia na tua realidade. Não é uma coisa que a cadeia está causando impacto só a nível nacional, por causa da roupa orgânica.** Não. É o que a cadeia está causando de impacto naquela realidade daquelas pessoas. [...] E isso te valoriza. Você já não tem vergonha. A gente tira isso pela Cooperativa Açaí. As pessoas tinham vergonha de dizer que eram artesãos. Os extrativistas tinham vergonha também porque eles são explorados, entendeu? E, agora, a gente está tentando fazer esse trabalho de valorização com a Justa Trama. Então, quer dizer, as pessoas ali já têm orgulho de serem artesãos, as pessoas já estão fazendo intervenção dentro do Estado, construindo centrais, redes... [...] **Você começa a ver que a Justa Trama simplesmente plantou uma semente.** – Dalvani (Açaí)

Outro aspecto que se destaca no tocante aos valores pactuados pelo coletivo da Justa Trama é a promoção de intervenções políticas em seus contextos locais e regionais, como assinalou Dalvani. José Ribeiro e Nelsa confirmam esta leitura nos trechos seguintes, revelando aguçado grau de consciência sobre as circunstâncias políticas e históricas maiores que envolvem a rede: “*isso é mexer na estrutura da sociedade. Isso é você, de fato, construir algo que o capitalismo não te tira*”:

Depois que eu conheci e comecei a participar da cadeia eu comecei a ver o mercado de uma maneira diferente. Eu comecei a ver também a vida de uma maneira diferente. Porque quando a gente está inserido num mercado capitalista, na concorrência do mercado, a gente começa a viver visando a lucratividade, visando sobretudo o ‘eu’ [...] É muito individualismo. **Quando a gente começa a ver que o trabalho da gente vai influenciar outras pessoas, outras economias, vai ter um resultado, uma melhoria de vida, a gente começa a enxergar que nós podemos fazer a diferença.** Nós podemos ser diferentes fazendo diferença. Apesar de que às vezes o difícil é convencer a nós mesmos. - José Ribeiro (Coopertêxtil)

Provar que a gente é capaz de ter um controle de todo o processo de produção. Os trabalhadores organizados em Economia Solidária, de forma coletiva. [...] Porque isso é mexer na estrutura da sociedade. Isso é você, de fato, construir algo que o capitalismo não te tira, nenhum outro sistema te tira. Poder dizer: *‘Olha aqui, esses são os que produzem. Portanto, esses podem ser donos de todo esse processo e definir valores justos pra esse processo.’* [...] Amanhã eu posso estar aqui de novo porque eu tenho um controle disso. Então é tu passar de uma instância de primeiro grau, que é a cooperativa, que ela prova isso, e que é maravilhoso você viver tudo isso, pra depois **você ver que isso pode ter uma dimensão nacional.** [...] É importante pra gente, é importante pro mundo. Importante provar pra acreditar nisso. Porque senão o mundo fica muito pequeno, sabe? **Eu acho que quando você consegue transformar o local, isso tem que te fortalecer pra sentir que você pode transformar os outros locais próximos.** Quando você faz essa transformação, dos outros locais próximos, você tem que acreditar que você pode transformar o seu estado. Quando você transforma o seu estado, você tem que acreditar que você pode transformar o país. **E daí você pode acreditar que o mundo pode mudar, não nas belas palavras, mas porque está mudando aqui, e porque também ele está mudando numa dimensão maior.** [...] **E sempre é importante que ele comece no local, porque senão você faz algo sem pé.** Sem estrutura, sem sustentação. **E assim, Cris, essa é uma coisa que não te deixa nunca mais ficar tranquilo, no sentido de acomodado.** [...] hoje a gente quer estar nas cinco regiões do Brasil. Porque o fato de tu ter um pé lá no Mato Grosso do Sul, faz com que aquela região pense que isso é possível lá, que eles comecem a sonhar em cadeias como possíveis. [...] **Vai quebrando um monte de conceitos que nos é colocado sabe?** *‘Ah, não é possível porque é longe.’ ‘Não é possível por isso e isso, sabe?’* **Então tu mexe e consegue derrubar aqueles mitos e provar que, de fato, a sociedade só é desse jeito porque tem ganância, porque tem alguém que está ganhando sobre a exploração do outro.** – Nelsa (Univens)

7. Modos de fazer: dificuldades e recursos para enfrentá-las no cotidiano

Paul Singer (1998) caracterizou os empreendimentos da Economia Solidária como singelos implantes socialistas em uma sociedade esmagadoramente capitalista. Decerto advém dessa natureza resistente grande parte das dificuldades vividas pelos trabalhadores da Justa Trama:

O maior desafio de todos é a gestão. [...] **você tocar um negócio, onde você tem que ver o mercado e ter o controle de todo o processo de produção.** Ninguém pode imaginar o quanto isso é difícil. [...] **A gente disse muitos ‘nãos’.** Como que tu abre um mercado que não faça tu negar a tua marca? Ao mesmo tempo nós precisando comercializar porque isso melhora a vida de todo mundo, porque o algodão está aí. – Nelsa (Univens)

Um modo de operar característico do grupo, como vimos, é pautar os temas da gestão, e não apenas eles, como objeto de discussão política. Este fenômeno parece ter duplo significado no cotidiano da rede – por vezes é signo de força, por outras, de fragilidade. Do

ponto de vista da gestão, confere ganhos objetivos importantes: socializam-se recursos de elo para elo e desenvolvem-se outros, a partir da reunião dos insumos materiais e simbólicos disponibilizados por um coletivo mais amplo. No entanto, o predomínio permanente da racionalidade política sobre a econômica pode significar riscos ao desempenho econômico da Central, considerando o contexto maior em que se encontra, francamente desfavorável, de hegemonia capitalista, orientado por princípios diversos aos praticados pelos trabalhadores:

Nós fazemos como se faz no movimento! Nós discutimos a nossa pauta econômica como se discute no movimento, como se discute a política. [...]. A questão econômica nossa é discutida como um ponto de pauta de um movimento. [...] E nós temos uma deficiência no [plano] econômico – Idalina (Fio Nobre)

Desenvolver modos de operar no cotidiano as práticas econômicas da rede é tarefa permanente que exige grande dedicação de seus associados. No capítulo anterior demos vários exemplos disto, especialmente nos relatos das incursões a Fortaleza e a Porto Velho.

A inexistência de uma gerência que detém o controle dos processos de produção nas relações de trabalho autogestionárias não significa ausência de tensões, ambigüidades e conflitos. A existência destes fenômenos é própria, sabemos, de relações democráticas. Quando ocorrem, podem também sinalizar que há trabalho micropolítico a fazer, em outras palavras, que é preciso renegociar as escolhas do grupo frente a alterações das circunstâncias dadas (Sato, 1999; Sato & Esteves, 2002; Andrada, 2006).

Agnes Heller (2008) também tratou desta questão ao discutir os pressupostos dos papéis sociais na estrutura da vida cotidiana: “o conflito é a rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral, consciente ou inconsciente (é evidente que isso não se pode ser dito de todo e qualquer tipo de conflito).” (p. 126). O que nos parece evidente também é a necessidade de resignificação dos sentidos desses termos – conflitos, impasses e afins – em contextos autogeridos ou não-alienados, como diria Heller.

A seguir, Nelsa cita uma situação que tipicamente demandou escolhas e re-escolhas por parte do grupo, e que exigiu, ao cabo, o desenvolvimento de uma *fórmula*, um recurso para composição dos preços dos produtos da rede :

A gente vive num mundo onde tu vives praticamente um processo reivindicatório, né? **Os trabalhadores sempre foram colocados pra reivindicar. A grande luta do movimento sindical sempre foi reivindicar.** Reivindicar melhores salários, reivindicar melhores condições de trabalho, reivindicar pra alguém isso que você quer aqui. Então, agora, **quando tu vai discutir valores do processo de produção, tu te coloca numa postura que tu não está reivindicando nada pra ninguém.** [...] A gente quer que essa jaqueta aqui tenha um valor de vinte reais. Quem é que vai te dizer sim ou não? [...] E se quiser, a gente define que nós vamos botar no mercado [a jaqueta] a 40, a 50, a 70, a 100 reais. **Mas como que a gente**

faz isso num processo justo? [...] E até hoje nós fazemos da forma que a gente achava mais justa. Pela média do tempo gasto, que daria boas condições [de trabalho] [...] **uma fórmula** que a gente enxerga ela aqui, que qualquer um dos trabalhadores consegue entender, que ela é justa pra cooperativa aqui, pra outra lá, pra outra lá... – Nelsa (Univens)

Reivindicar, como referiu Nelsa acima, é conduta característica em pessoas que se encontram em uma condição de desigualdade de poder. Neste sentido, pode ser compreendida como uma tática, tal como postula Michel de Certeau (1994). Em um contexto de autogestão, em que o conflito capital-trabalho não mais opera (nos limites interiores do grupo), será não apenas possível, como necessário, o tecimento de estratégias – métodos e ações politicamente pactuados pelo conjunto dos trabalhadores para definir, entre outras coisas, os valores e os alcances de suas práticas. Eles não apenas detém o poder de discutir, definir e praticar o que lhes parece justo, como são impelidos a fazê-lo, sob o risco de terem que assumir um modelo posição de gestão ou de verem o poder concentrar-se nas mãos de alguns, o que termina por descaracterizar o espírito autogestionário que os uniu, na fundação do empreendimento.

A seguir, José Ribeiro nos fala sobre o cotidiano da gestão da rede. Os procedimentos do grupo de trabalhadores envolvidos com a coordenação da Justa Trama comparecem claramente envoltos por um sentido de participação democrática. Além disto, parecem guardar plasticidade suficiente para as necessárias re-escolhas e re-planejamentos:

Essa gestão ocorre no dia-a-dia, e ela é participativa, né? Os encontros, que a gente chama de encontros de lideranças, ocorrem algumas vezes por ano, quando a gente aproveita pra resolver as questões-macro. **E no dia-a-dia a gente vai resolvendo as questões nossas, do nosso elo e do elo mais próximo da gente** [no fluxo da cadeia]. **E isso a gente vai fazendo através da comunicação via correio eletrônico e outros meios; a gente vai debatendo aquilo que cada elo vai sentindo que é importante no momento. Então, apesar de a gente não estar reunido muitas vezes por ano, nós estamos em constante contato.** Quando vai ocorrer alguma coisa que eu sei que vai afetar o meu elo e também os elos mais próximos ao meu, eu procuro colocar aquilo pra toda a cadeia, pra que seja pensado. [...] Quando acontece uma coisa bem anormal, bem atípica, que necessita uma intervenção mais direta, aí a gente se comunica e a gente acaba achando uma maneira de intervir mais diretamente naquele problema. Mas quando a gestão está correndo de uma maneira natural, previsível, essa comunicação diária, nos mantém de tal forma que eu consigo ajudar um elo a se gerenciar e o outro elo costuma mandar informações pra que eu possa gerenciar o meu. **E a gente vai fazendo essa coisa compartilhada, essa coisa dividida.** E não necessariamente presencialmente. [...] É difícil a gente imaginar... **A gente não pode fazer um comparativo, assim, direto sobre autogestão e economia de mercado, né?** [...] Na economia de mercado, a empresa tem os seus dirigentes, tem os seus consultores, as pessoas responsáveis por tomar a decisão pra todos. O organograma. Essa autogestão não é somente uma autogestão do elo, é uma autogestão compartilhada. Onde um elo pensa no que a decisão dele vai influenciar no outro elo da cadeia. Isso é um compartilhamento. [...] **É muito mais complexo. E nós não temos uma hierarquia tal que resolva os nossos problemas.** Nós temos que resolver os nossos problemas. [...] É uma coisa que a gente compara muito com a própria vida da gente. **Faço uma comparação, assim, da autogestão como se fosse a vida da gente.** – José Ribeiro (Coopertêxtil)

Por fim, chamamos a atenção para as falas finais de José Ribeiro. Ele compara a gestão tradicional capitalista, que conheceu na empresa que antecedeu a Coopertêxtil, com a autogestão agora experimentada na Justa Trama, e afirma que esta última é algo “*muito mais complexo. [...] É uma coisa que a gente compara muito com a própria vida da gente. Faço uma comparação, assim, da autogestão como se fosse a vida da gente*”

A analogia que José Ribeiro estabelece entre a autogestão na rede e a própria vida novamente sugere uma integração maior dos trabalhadores com os processos que envolvem suas experiências de trabalho. Com o advento da rede, além da integralidade já experimentada nos processos de fabricação e de gestão em cada elo, os trabalhadores passaram a viver outro grau de integração quando dedicados, também, à gestão cotidiana da Justa Trama. E como ele mesmo aponta, além dos aspectos visivelmente benfazejos, este fato ocasiona outra complexidade à experiência de trabalho, torna-a num só tempo mais desafiadora e exigente.

8. Sobre as lideranças da rede

A Justa Trama elege sua representatividade. Assim tem que ser para que as pessoas que vão responder por aquelas ações estejam engajadas no movimento, estejam bem à par daquilo que está acontecendo. Então isso realmente é uma necessidade – José Ribeiro (Coopertêxtil)

Outra pergunta dirigida aos entrevistados, também ampla, foi: *Na sua opinião, o que tornou a Justa Trama possível?* As respostas foram unânimes em apontar as atuações de Nelsa e de Idalina como determinantes, ainda que em parte, dos êxitos na fundação da Justa Trama, seja no disparo da ideia, seja na coordenação política do processo de construção da rede. Como José Ribeiro, outros entrevistados consideraram inevitável o destaque, em maior ou menor grau, de alguns trabalhadores frente às tarefas políticas, ainda mais no caso da Justa Trama, um arranjo em segundo grau de grupos geograficamente distantes.

Este fato mais uma vez nos remeteu à obra de Hannah Arendt (2000), especificamente ao que autora denominou “iniciadores da ação”, a atividade humana política por excelência. Para a autora, a ação exige protagonistas, mas depende de outros agentes para existir: “Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar.” (Arendt, 2000, p. 190). Em seguida, ela prossegue: “Contudo, a força do iniciador e líder reside apenas em sua iniciativa e nos riscos que assume, não na realização em si. [...] Pelo fato de que se movimenta sempre entre e em relação a outros seres atuantes, o ator nunca é simples ‘agente’, mas também, e ao mesmo tempo, ‘paciente’”. (Arendt, 2000. p. 202-203)

O tema das lideranças suscita debates acalorados no movimento da Economia Solidária, principalmente pelos riscos que elas representam quando cristalizadas à manutenção da horizontalidade das relações e dos princípios de igualdade e participação democrática. Não pretendemos esmiuçar aqui questão tão complexa, mas chamar a atenção para a necessária consideração dos métodos empregados pelas lideranças no exercício de suas funções nesse contexto – se orientados ao fomento da participação cotidiana de todo o grupo em seus assuntos ou à concentração e ao apego a seus lugares de poder. E, de fato, os entrevistados e os trechos do Diário de Campo abaixo destacam mais os métodos que os feitos de Nelsa e de Idalina, no exercício de suas lideranças:

A liberdade que você tem de construir, isso tornou possível. Elas [Nelsa e Idalina] nunca centralizaram isso. [...] **Elas são líderes no sentido de articular, de fomentar a central.** **Mas elas não são aquelas lideranças que seriam no capitalismo, de impor.** [...] É uma das coisas que me deixa muito impressionada. Eu fico olhando e penso: *‘às vezes nem na família acontece isso.’* [...] Elas irem lá, tentar resgatar o grupo, fazer reunião, fazer projeto, sabe? [...] Então quer dizer, elas tomam pra si essa responsabilidade, mas te dando liberdade pra você fazer e acreditando em você. **Às vezes, elas crêem mais na gente, nos grupos, do que a gente própria acredita. E isso vai te fortalecendo, isso vai te tornando responsável, e isso vai fazendo com que você queira ser melhor, muito mais. Até pra você dar resposta pra aquela força que ela te deu. E isso foi contagiando todo o grupo, nesse sentido.** Se um grupo não responde, então a gente não vai condenar ou culpar. Não. A gente tenta saber qual é o motivo e depois tenta ver se consegue reverter a situação. [...] **Isso é solidariedade, entendeu?** – Dalvani (Açaí)

Nelsa também me conta sobre o trabalho que vem realizando no Setorial Têxtil da Unisol: *‘Se tem uma coisa que me deixa feliz, feliz mesmo, é esse trabalho!’* [...] Digo que ela tem a habilidade de valorizar as pessoas, de vê-las. *‘Alguém que acredite nelas. Às vezes é só disso que elas precisam, né?’* [Diário de Campo, Fortaleza, 06/08/2010]

Esse jeito de trabalhar. **Essa maneira de você ter que compartilhar, de você ter que se tornar responsável por outros grupos, por outras pessoas que você não conhece.** Tem grupos que não conseguem acompanhar esse tipo de liberdade, porque eles já são assim: *‘vou fazer.’* Então já querem centralizar neles; aí quando vê que não consegue, se afastam [...] É como se fosse um peso, como se fosse algo que não valesse a pena. [...] **A cadeia está provando o contrário, que quanto mais tu compartilha o teu conhecimento, o teu saber, o teu tempo com outros grupos, se preocupando em torná-los fortes, mais você cresce, mais você se transforma.** [...] Então isso multiplica. Porque tu multiplica tanto o teu, a tua comunidade local, onde você está, como também você serve de exemplo pra outros grupos. E isso é bom. – Dalvani (Açaí)

Já havíamos mencionado a história militante de ambas e referido valores éticos e políticos de Nelsa e de Idalina, que parecem orientar suas práticas. Em trabalho anterior, sobre a experiência da Univens, analisamos a liderança de Nelsa naquele empreendimento como um determinante, também parcial, de sua viabilidade (Andrada, 2009a).

Na ocasião, traçamos uma análise orientada pelos estudos de Antropologia Política de Pierre Clastres (1974). O autor identificou “um sentido de democracia e um gosto pela

igualdade” na maioria das sociedades americanas por ele estudadas. Ainda que tenhamos que ponderar diversos aspectos nessa aproximação, as características aludidas pelo autor a essas lideranças nos remeteram aos modos de proceder de Nelsa, e agora de Idalina, como líderes dos grupos de que fazem parte. São elas: invejável estatuto social, boa oratória, generosidade, trabalho exaustivo e, finalmente, o papel de moderador das divergências internas. Neste sentido, o recurso à palavra é, tanto para Clastres (1974), como para Arendt (2000), o avesso à violência e à coerção, e marca da política:

O líder não possui qualquer poder decisório; ele nunca está seguro que as suas ‘ordens’ serão executadas; essa fragilidade permanente de um poder sempre contestado dá sua tonalidade ao exercício da função: o poder do chefe depende da vontade do grupo. (Clastres, 1974. p. 28)

Agnes Heller (2008), por sua vez, destaca a importância de se analisar a *possibilidade máxima*, nos termos da autora, produzida por determinada época, para o desenvolvimento das individualidades. Este trecho nos pareceu especialmente importante no tocante ao tema das lideranças no cerne de movimentos anti-hegemônicos, como a Economia Solidária:

não devemos jamais partir do termo médio dos indivíduos de uma época. [...] **Essa possibilidade máxima pode ser descoberta nos chamados indivíduos representativos, que são sempre excepcionais no sentido de que realizam até o fim a possibilidade dada.** Essa distinção é tanto mais importante quanto maior for, numa sociedade determinada, a alienação; quanto mais radicalmente a essência humana estiver separada da existência dos homens médios. Por isso é que ela se revela sobremaneira importante ao estudarmos os indivíduos da sociedade capitalista. (Heller, 2008, pp. 100-101). [grifos nossos]

A seguir, destacamos um trecho do Diário de Campo que revela impressões sobre as presenças desiguais de Nelsa e de Idalina em encontros da rede:

As forças políticas de Nelsa e de Idalina são impressionantes. Impactam a todos. [...] Hoje me pareceu indiscutivelmente desigual, o envolvimento delas nos debates. Lacrimavam os olhos, contorciam-se nas cadeiras, seguravam a cabeça entre as mãos. Naqueles momentos a Justa Trama parecia ser a vida delas, toda a vida. [Diário de Campo, Fortaleza, 07/08/2010]

Ao tratar da liderança das companheiras, Dalvani recorda um chamado à participação, um convite a viver um desafio. Termos usados por ela, como ‘agregada’ e ‘responsabilidade’ sugerem o que presenciamos em campo: Nelsa e Idalina exercem notável liderança no grupo, e demonstram fazê-lo de maneira legítima, democrática e *agregadora*, ou seja, estimulando constantemente a participação e a responsabilização política dos associados:

Foi uma imagem que eu não me esqueço. Ver ela [Nelsa] no Fórum Social, com o pano da Justa Trama ali, tentando mostrar pras pessoas, encantar as pessoas. E só elas duas [Nelsa e Idalina]. [...] **a Nelsa já vem dentro dessa parte política, do movimento social, na igreja, na escola, essas coisas, né? E a Idalina também movimenta toda essa política dentro.** Então, quando elas estiveram dentro do Fórum Brasileiro [FBES], que viram as possibilidades de você estar junto - é a universidade, o agricultor, a pessoa da comercialização, todo mundo

ali conversando a mesma linguagem - acho que aí nasceu esse sonho de fazer algo transversal pegando todo o produto. **Porque aí você faria uma política nacional**, não uma política só aqui, no Rio Grande do Sul, mas você iria fazendo política em cada elo, que é o que está acontecendo. [...] **a Justa Trama nasceu de um sonho de alguém, né? E foi um sonho que foi se desenhando, a Nelsa, mais a Idalina, desenhando, buscando, criando metas, estratégias pra fazer isso. Então quer dizer, aí eu consegui me ver agregada a isso, porque eu achei isso... assim, um desafio.** Só que depois que eu comecei a participar mesmo, que nós entramos na cadeia, participando, várias situações onde alguns já saíram, você começa a criar mais valores, entendeu? **A responsabilidade.** – Dalvani (Açaí)

Mais curioso ainda é o fato de muitas pessoas terem respondido a este chamado de participação sem pretenderem efetivamente compor o projeto, como explica Idalina:

Por isso que **as pessoas do Fórum se sentem donas da Justa Trama também.** [...] **Porque nós vendemos mais dentro da economia solidária?** Porque quando a gente vai numa reunião, as pessoas querem ‘comprar Justa Trama’, mesmo que elas nos digam assim: ‘*Os tamanhos não estão legal, os modelos precisam mudar e tal.*’ **Mas elas compram porque a Justa Trama não pode morrer, ‘a Justa Trama é nossa’.** [...] Como eu e a Nelsa somos muito abertas e muito democráticas, nós discutimos a Justa Trama com todo mundo. Então as pessoas começaram a se sentirem donas. [...] Eu não estou falando ‘dona’ como ‘botar embaixo do braço’. [...] Estou falando ‘**dona’ como uma palavra muito aberta, como ‘apropriação’.** [...] Eu não conheço outro empreendimento que conseguiu isso. [...] **na Justa Trama todo mundo dá pitaco.** [...] Eu não acho que isso é uma porcaria. Porque **tem lideranças fortes que dizem assim: ‘Pare. Aqui está o teu limite.’ Seja pra técnico, seja pra quem for.** E você que nos acompanha sabe disso. [...] Eu não tenho o menor medo do pitaco. [...] aquela pesquisa, interna e externa, eu mandei pra ‘meio Itajaí’. Pro Fórum Regional, pro Fórum Catarinense, mandei pro pessoal da universidade. Um monte de gente respondeu, tanto que Itajaí foi o lugar de onde mais veio resposta. Porque eu não tenho a menor preocupação com isso. E as pessoas se adonam, sim. – Idalina (Fio Nobre)



Fotos 41 e 42. Reunião da Justa Trama com participação de parceiros e militantes da Economia Solidária (2005)

A leitura perspicaz de Idalina nos ajuda a pensar que a Justa Trama ecoou nos espaços do movimento da Economia Solidária e ali ganhou adeptos entusiasmados, superadas a

desconfiança e o estranhamento iniciais. As respostas ao chamado à participação no seu desenho sugerem que a Justa Trama foi abraçada como um projeto político do movimento, de certa forma, ao menos nos primeiros momentos. Já na fase inicial da rede, ela parece ter transcendido o sentido de constituir-se apenas como um empreendimento econômico de um grupo restrito de trabalhadores. Parecia haver modos diferentes de participação nele, mais ou menos tácitos, mais ou menos legítimos, em grande medida fomentados por suas lideranças.

Porém, se encontramos virtudes políticas relevantes nas lideranças da Justa Trama, é preciso mencionar também desafios neste tocante. A necessidade de alternar as lideranças em organizações autogeridas demandará, em breve, a formação de novos quadros políticos capazes de assumir o protagonismo da cena política da rede em âmbito nacional. Este fenômeno, por sua vez, já surge sinalizado nos empreendimentos de base da Cadeia. Com o aumento das tarefas políticas da Justa Trama, suas lideranças nacionais têm sido mais exigidas, o que vem disparando esse processo, de modo sutil, nos elos de que fazem parte.

Por fim, no trecho abaixo, notamos que Nelsa lê o fenômeno da rede com uma racionalidade essencialmente política e agregadora. Para ela, a Justa Trama tornou-se viável por razões políticas, por ter angariado outras lideranças e apoios importantes em cada elo e nos limites exteriores à rede, e por ter ocupado espaços políticos cada vez mais distantes. Constituir-se num exemplo a ser seguido é considerado por ela como um fenômeno dialético: amplia o escopo político do grupo, fortalecendo-o, o que conclui sua viabilidade.

A Justa Trama encontrou os que estão à frente de cada uma das cooperativas singulares que fazem parte dela. Pessoas que foram se afinando, que têm ideias em comum, que têm uma cumplicidade. [...] Esse gostar de estar junto. De planejar, de se sentir um responsável pelo outro, é algo muito importante pra que possa estar acontecendo. Acho que essas possibilidades, de cada vez ela **ir se colocando em outros espaços**, faz com que ela se fortaleça e sintamos que ela tem que continuar, que ela tem que dar certo. Ajuda a descobrir outros desafios que ela tem, por outros caminhos, que ela pode se fortalecer, traz outros parceiros, sabe? **E acho também que o que sempre vai fazer a Justa Trama andar pra frente é a inspiração que ela traz pra construir outras cadeias.** [...] **Ela sempre será o exemplo.** Mesmo que ela terminasse hoje, ela seria o exemplo que inspira, sabe? E posso dizer assim, se não tivesse existido a Justa Trama, não estaria existindo a cadeia do PET. E nós não estaríamos aqui, no estado do Rio Grande do Sul assim, sem dúvida nenhuma, jogando todas as fichas nas políticas públicas que fortaleçam as cadeias produtivas solidárias. E de outros segmentos¹³⁸. – Nelsa (Univens)

¹³⁸ Como já mencionado, em 2011, Nelsa assumiu a diretoria do Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária (ligada à SESAMPE) do governo estadual gaúcho. Desde então tem trabalhado de maneira articulada, com o movimento local e com setores do poder executivo estadual, para o estímulo de novas cadeias produtivas solidárias no estado. Além da cadeia solidária binacional do PET, destacam-se as iniciativas de fomentar as cadeias solidárias das frutas nativas, da lã e do osso. Mais informações encontram-se disponíveis em <http://www.sesampe.rs.gov.br/> acessado em 20/01/2012.

Mostrar-se como um exemplo capaz de comprovar a outros trabalhadores a possibilidade de erigir construções semelhantes também foi apontado por José Ribeiro e por Dalvani como um fator que ajudou dialeticamente a viabilizar a Justa Trama:

A Nelsa e a Idalina se apresentaram, contaram um pouco da história deles e nós abraçamos essa ideia. [...] Foi uma impressão bastante diferente, porque eu não conhecia o comércio justo, eu não conhecia a economia solidária. [...] passei a entender que existiam outros modos, outra maneira de se lidar com a coisa. [...]. Eu ouvi uma frase uma vez: *‘não adianta a gente querer mudar o mundo se nós não podemos mudar a nós mesmos’*¹³⁹. É por aí. [...] **Então eu acho que a Justa Trama é possível porque ela nos dá a certeza que nós podemos mudar o modo de ser conduzido, até mudar a pessoa que conduz aquilo, e podemos tornar isso possível.** [...] **É uma confiança de que é possível fazer.** – José Ribeiro (Coopertêxtil)

O que tornou ela possível, em primeiro lugar, foi a credibilidade das pessoas que estavam ao redor da Nelsa, do sonho dela, entendeu? Porque, às vezes, você tem um sonho, mas você não tem credibilidade pra levar ele adiante [...] E depois eu acho que foi aquela fase de encantamento. [...] **As pessoas foram começando a ver que era algo que poderia transformar a sua realidade. Então, quer dizer, cada vez foi provando que isso era possível.** Há decepções, mas decepções algumas vezes da gente mesmo, em alguma construção. – Dalvani (Açaí)

Este fato aponta para um fenômeno em cadeia cujo elemento central é a confiança compartilhada entre os sujeitos que pouco a pouco se engajaram no projeto. Se de início houve descrédito e resistência à idéia da rede, paulatinamente o grupo foi reunindo apoios, muitas vezes por meio de ações pontuais, mas surpreendentes, como vimos. As adesões de outros parceiros e as novas ações, por sua vez, permitiram a aproximação de novos apoiadores, num circuito crescente e em espiral, observável até os dias de hoje:

Ela [Justa Trama] acontece muito quando a gente coloca ela pra fora, quando você vai e apresenta ela. Você vai lá na universidade e conta [...] **Você vai ganhando pessoas por um processo desses.** Quando você vai pra fora do Brasil... Foi essa, a sensação, de ter ido, por exemplo, no Canadá e apresentar a Justa Trama. [...] **Ela acontece fora dos espaços dela, pela receptividade de quem ouve, mas também pela convicção de quem a apresenta.** – Nelsa (Univens)

¹³⁹ Esta fala de José Ribeiro nos remeteu às seguintes linhas de Agnes Heller: “Não é uma solução querer primeiro transformar o mundo e os sistemas institucionais, acreditando que nossa personalidade mudará automaticamente, assim como não é racional pensar que - mudando nossa personalidade – o mundo mudará em seguida. Esses dois processos só podem ser realizados sincronicamente e gostaria de sublinhar isto – não de forma espontânea. Isso significa que temos que agir levando em conta, constante e conscientemente, ambos os processos: a transformação das instituições e a transformação da personalidade.” (Heller, 1982, p. 162).

9. As relações de parceria: a importância da política externa à rede

A gente tem algo muito forte. O caminho que a gente foi percorrendo foi encontrando as soluções e as soluções vieram ao nosso encontro. **A gente conseguiu encontrar bons parceiros.** - Nelsa (Univens)

Seguir o rastro da história da Justa Trama é também reconhecer, em seus oito anos de existência, o estabelecimento de muitas relações de apoio e parcerias, com instituições diversas, não apenas por parte da rede, como também dos empreendimentos que a compõem.

Parceiros, apoiadores e companheiros de luta são constantemente citados pelos trabalhadores da rede, em geral, num ânimo de reconhecimento. Vimos que Idalina, por exemplo, identifica o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como “berço da Justa Trama” e, em companhia de Nelsa e Dalvani, nomeia passagens importantes, na história da rede, vividas nos respectivos fóruns municipais, regionais e estaduais.

Embora não se configure propriamente como um espaço institucionalizado, as experiências vividas nas arenas do Fórum Social Mundial também exerceram um relevante papel na história da rede, em termos políticos e econômicos (materializado na confecção das sacolas da edição do evento de 2005).

Em outro plano, os aportes recebidos de instituições apoiadoras para a constituição ou desenvolvimento da rede, sejam eles técnicos, políticos, organizativos ou financeiros, também foram lembrados, tanto de organizações brasileiras (caso da ADS-CUT e da Unisol Brasil), como estrangeiras (caso das ONG.s CONOSUD, da Espanha, e NEXUS – CGIL, ISCOS CISL e FAIR Societa Cooperativa Sociale, da Itália)¹⁴⁰. No caso da Unisol Brasil, especificamente, as associadas não apenas reconhecem os apoios recebidos, como falam da instituição com maior proximidade, uma vez que se trata de uma representação de empreendimentos da Economia Solidária, da qual a Justa Trama e seus elos fazem parte.

Como vimos, muitas dessas relações institucionais de apoio ou parceria exerceram papel crucial para o êxito ou continuidade das iniciativas dos grupos. Ouçamos o que diz Antonio Cruz, que pesquisou a rede, sobre este aspecto:

Seria possível pensar a Adec sem o Esplar? A Univens sem a Incubadora da Prefeitura de Porto Alegre? A Fio Nobre sem o CEPESI? A Justa Trama sem a ADS ou a Unisol Brasil? Seria possível pensar todos eles, e qualquer um deles, sem a lista volumosa de entidades apoiadoras que participaram de todos os momentos importantes da sua construção? [...] Entretanto, é necessário qualificar também esses atores como apoiadores. (Cruz, 2010. p. 377)

¹⁴⁰ CONOSUD já foi referida neste texto. As instituições italianas citadas dispõem de sítios na Internet com vasta informação sobre seus respectivos históricos e modos de atuação: <http://www.faircoop.it/>, www.er.cgil.it, www.cisl.it/iscos, acessados em 16/01/2013.

Este fenômeno sugere a configuração de outra rede, exterior à Justa Trama, conformada por ela, seus elos, parceiros e apoiadores, no Brasil e no exterior. Teia densa, baseada em relações interpessoais de confiança, revela complexidades importantes. A Univens, por exemplo, que serviu-se do apoio da Incubadora da Prefeitura de Porto Alegre enquanto conquistava sua estabilidade econômica, ajudou a viabilizá-la, por meio da atuação militante de cooperadas no Orçamento Participativo local (Andrada, 2009a)¹⁴¹. Processo semelhante parece ter ocorrido na relação entre Fio Nobre e CEPESI, em Itajaí. Destes fatos, podemos supor que as relações institucionais citadas estabeleceram-se em bases recíprocas e, ainda que nem sempre parelhas, raramente ocorreram em via de mão única.

A Justa Trama dirige-se às mesas de reunião com seus parceiros ofertando ‘bens’, mesmo que imateriais: saberes coletivos, práticos e políticos, além de uma representação bastante favorável dentro do movimento, um lastro de confiança, conquistado nesses anos de parcerias firmadas e cumpridas. Abaixo Nelsa ilustra este fenômeno ao falar do apoio recebido na proposição da Cadeia do PET:

Sempre que houve desconfiança alguém dizia: *‘aqui tem uma pessoa da Justa Trama, que conseguiu construir lá; isso vai validar pra que se consiga construir essa cadeia do PET também’*. [...] Por exemplo, a SENAES. Por que ela está apoiando esse projeto? Porque pra quem apoiou a Justa Trama, que era uma possibilidade remota, sabendo que a gente está lá agora, à frente disso, sabe que a gente vai fazer acontecer. [...] **Então tem essa confiança, sim, exatamente porque tu vem de um processo que tu soube como fazer.** – Nelsa (Univens)

Entre os apoios recebidos, a Justa Trama e seus elos contaram também com recursos associados a políticas públicas de fomento à Economia Solidária, tanto em âmbito federal como estadual e municipal¹⁴². Porém, cabe ressaltar que, neste caso específico, o Estado tem respondido a demandas provocadas pelos protagonistas da rede e dos elos, que se esmeram por conservar, nessas como nas demais relações, o mais alto grau de autonomia. Antonio Cruz (2010) e Paul Singer (s/d, citado por G. Cunha, 2012) tratam desta questão, por visadas distintas – Cruz fala a partir do observado especificamente em pesquisa sobre a Justa Trama.

¹⁴¹ Vimos na pesquisa anterior, desenvolvida na Cooperativa Univens, que a Incubadora em questão foi fruto do pleito de cooperadas do grupo, também conselheiras do Orçamento Participativo, neste fórum. Para saber mais, sugerimos a leitura do item *A cooperativa ‘incuba’ a Incubadora* (pp.111-115), em Andrada (2009a).

¹⁴² As políticas públicas voltadas à Economia Solidária configuram tema complexo, fora do escopo da pesquisa. Estudo aprofundado sobre o assunto foi recentemente desenvolvido por Cunha (2012). Cruz (2010) tratou especialmente da relação entre Estado e Justa Trama: “Entretanto, as políticas públicas dirigidas à economia solidária sofrem dos mesmos limites das políticas públicas dirigidas às questões sociais. [...] O caso da Justa Trama é a exceção que confirma a regra. Sua acessibilidade aos recursos resulta, basicamente, do êxito alcançado inicialmente, a duras penas, por seus protagonistas, e que recebeu parte do pouco apoio disponível

Já Paul Singer fala de modo amplo, a partir do trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta da qual é titular desde 2003, ao observar as relações com os diversos atores do campo da Economia Solidária, especialmente nas relações que estabelecem com o Estado:

Embora todos tenham cumprido papéis distintos, cada empreendimento [da Justa Trama] reconhece o valor específico que cada um desses parceiros teve na sua caminhada. [...] Mas estou convencido de que **os [apoiadores] mais valorados foram aqueles que participaram da construção dos projetos em seu cotidiano** – das ideias aos transtornos, das vitórias às derrotas, das frustrações às comemorações -, **mas que, sobretudo, souberam respeitar o protagonismo dos trabalhadores associados**, especialmente naqueles momentos em que as relações foram tensas e difíceis. **É preciso saber valorar e reconhecer o papel e os limites desses atores e, principalmente, aprender com eles o seu ofício de coadjuvantes solidários.** (Cruz, 2010, pp.377-378) [grifos e comentários nossos]

A conciliação é construída por meio de negociações em que nem os representantes da sociedade civil e nem os do estado podem perder sua autonomia. Porque de sua autonomia depende sua autenticidade e desta sua capacidade de representar e portanto seu poder político. A negociação, no campo da economia solidária, se dá entre representantes da sociedade e do estado, sendo os representantes de ambos os lados muitas vezes provenientes dos movimentos sociais que optaram pela economia solidária, portanto entre pessoas que adotam os mesmos princípios, mas que – pelas posições que ocupam – podem facilmente ter opiniões bastante divergentes sobre os problemas a enfrentar e as soluções para os mesmos. O que pode significar, em muitos casos, que a negociação não deve começar por trocas de concessões para reduzir as diferenças entre propostas, mas por troca de ideias e informações que levem à aproximação das opiniões divergentes. (Singer, s/d, citado por G. Cunha, 2012, p. 264) [grifos nossos]

10. O futuro como parte da história: atuais necessidades, novos sonhos

Por fim, perguntamos aos trabalhadores da Justa Trama sobre seus novos sonhos e projetos, individuais e coletivos, para o futuro da rede. Como apontamos, nos parece sugestiva a relação teleológica que eles estabelecem entre os projetos e a sua realização, sempre em tensão com as dificuldades e desafios do presente e as circunstâncias e recursos que tem à sua frente. Parecem apontar para uma condição de liberdade autoral, de fato, ainda que limitada pelas adversidades do contexto em que se encontra a rede:

Eu acho que nem elas mesmas [Nelsa e Idalina] conseguiram dimensionar o que ela [Justa Trama] ia causar na realidade. Assim, elas tinham um sonho de criar uma cadeia, que fizesse roupa natural e tudo. Só que depois daquela etapa do sonho, do encantamento e tal, **agora a gente vai ter que enfrentar outra demanda, que vem da sociedade pra nós** [...] Porque **agora a sociedade já conhece a idéia e ela quer. Então a gente tem que dar a resposta.** [...] E hoje ela se tornou grande e está fazendo a história em cada canto. [...]. Até pelo fato de como a gente começou. **As pessoas não esperam nada simples, elas querem algo pra impactar. Algo que mude.** É isso que elas esperam da gente. – Dalvani (Açaí)

exatamente porque os recursos precisam ser focados nas ações que podem garantir maior visibilidade e efeito demonstrativo” (Cruz, 2010. pp.378-379).

Pela situação da Justa Trama, por toda essa oportunidade, por essa mudança de paradigma, por tudo isso que nós passamos, agora a gente sabe que **o nosso dever é multiplicar**. Então o nosso barracão vai se tornar uma oficina onde nós vamos multiplicar o nosso saber de organização e o nosso conhecimento pra outros grupos que precisam. – Dalvani (Açaí)

Dalvani aponta com grande clareza, acima, aquilo que Hannah Arendt (2000) enunciou tempos atrás, a imprevisibilidade que caracteriza toda ação política:

Contudo, embora as várias limitações e fronteiras que encontramos em todo corpo político possam oferecer certa proteção contra a tendência, inerente à ação, de violar todos os limites, são totalmente impotentes para neutralizar-lhes a segunda característica relevante: sua inerente imprevisibilidade. (Arendt, 2000. p. 204)

Se instituíram algo novo e imprevisível, se violaram limites das normas da reprodução, os trabalhadores da Justa Trama reconhecem-se, hoje, detentores de uma grande responsabilidade de fazer jus aos apoios recebidos e às expectativas por eles engendradas: “*a gente tem que dar resposta.*” Isto significa, entre outras coisas, alcançar um desempenho econômico em consonância com o desempenho político por eles já conquistado:

O sonho é, não daqui a dez anos, mas daqui a dois anos: que a Justa Trama consiga estar com a questão econômica no mesmo patamar que ela tem hoje a política. [...] A Justa Trama tem todo esse sonho. Tem o sonho político, tem o sonho dos princípios, tem o sonho do econômico. [...] Se é outra economia, ele tem que ser gerador de renda, de qualidade de vida, de superação da desigualdade [...] Na economia solidária a gente tem que fazer análise subjetiva [...] mas eu quero saber quanto deu no final e quanto que eu levei pra casa pra comida. Porque ninguém vive de sonho. E outra economia não acontece sem isso, entende? [...] **Isso não é só uma coisa da Justa Trama. É uma coisa que está mal, mal enquanto visão da outra economia, e não só no Brasil.** – Idalina (Fio Nobre)

Foi curioso notar, em meio aos sonhos e projetos dos trabalhadores, as dificuldades do presente. Como vimos, elas são os primeiros insumos que orientam a construção de novas ações políticas, dirigidas para o seu enfrentamento. A lide com as dificuldades cotidianas é uma forma de se desenvolver, eles nos ensinam, mesmo quando não se alcança o fim em princípio almejado. Exemplos disso são apontados a seguir, por José Ribeiro e por Nelsa. Eles consideram que ainda há muito a avançar no desenvolvimento de tecnologias ligadas aos processos produtivos da rede:

Eu acho que nós vamos caminhar para uma consciência ambiental muito grande; isso o planeta vai nos exigir. E nós vamos ter que crescer junto com isso. **Eu acho que a tecnologia também vai evoluir na questão ambiental.** E aquilo que hoje a gente considera como modismo, como ideologia, vai se tornar uma ação concreta pra dentro da gente. [...] Uma necessidade. **E eu acho que a gente vai, daqui a algum tempo, se tornar tão comum, a economia solidária, o agroecologia, o respeito ao meio ambiente, vão se tornar tão comuns, que nós vamos passar a fazer parte de uma história, sabe?** Nós vamos ser lembrados como parte de uma história. Nós vamos até conseguir atingir o objetivo, que não é ser, como eu disse no início, uma exceção. **Nós vamos nos tornar uma regra e não uma**

exceção. [...] Mesmo contra todas as adversidades, **a gente tem que buscar a tecnologia, nos aliar à tecnologia, nós não podemos fugir dela.** Não é porque nós pregamos algo ecológico que significa que seja algo atrasado, algo imaturo, algo bruto, não é isso. A gente pode muito bem casar o agroecológico com o tecnológico. [...] **eu gostaria que outras pessoas começassem a ver, a enxergar a economia solidária, essa rede de empreendimentos como uma coisa totalmente possível de acontecer.** Uma coisa totalmente real e passível de se tornar cada vez mais real. Não é uma coisa futurista. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

A Justa Trama, ela vem agora, dando um corte diferente, quando ela traz um algodão rubi, um algodão verde... Então acho que **a gente vai começar a trabalhar tecidos diferentes do que a gente estava trabalhando até aqui. Acho que a gente vai conseguir avançar com as tintas, o que ainda está um pouco tímido, com o fixador. Tem muito isso também, de poder ter uma sede, onde a gente pudesse desenvolver essas tecnologias, sabe?** Mas dizer assim: *‘Ó, está aqui, tem uma sala, tem um lugar onde a gente está fazendo esses tingimentos, esses ensaios todos.’* Eu acho que ia ser muito interessante. Então desenvolveria a tinta lá em Rondônia, mas viria pra cá, pra gente poder aplicar em peças individuais e tal. **E isso eu acho que ia nos abrir um mercado muito grande.** A gente tem um sonho, realmente, de um dia fazer essa parceria com a Itália, no sentido de estar mandando nem que seja um estilo de peça. Eu acho que a gente tem essa perspectiva, a curto prazo, de fazer isso. Então, poder se apresentar também num outro país, com o nosso produto, e avançar bastante aqui no Brasil. **Tudo o que a gente quer é que os brasileiros, sobretudo, usem as roupas da Justa Trama.** – Nelsa (Univens)

Encerramos este capítulo na companhia de Nelsa e de Dalvani. Elas apontam, no céu dos desejos acalentados pelo grupo, a permanência do que consideram seu propósito maior – representar uma prova viva do poder de organização dos trabalhadores:

E que vá surgindo outras cadeias, que a gente possa inspirar, Cris. É tudo o que a gente quer. Não adianta só acreditar, mas tem que fazer acontecer também, no concreto. Eu acho que é bem o que a gente está buscando. Ver uma cadeia do PET acontecendo é algo profundamente realizador pra gente. [...] **as pessoas poderem acreditar, sabe? Depois você dizer: ‘Olha, catador, você, além de estar aqui o dia inteiro separando o lixo da humanidade, você tem capacidade de tocar essa máquina, de gestar isso.’** Esta é outra coisa que nós estamos sendo muito questionados, que eles não têm capacidade de fazer isso. Que precisa ter equipe técnica. **Então, sabe, é uma série de conceitos que você tem que ir, no dia-a-dia, provando que é possível, a gente tocar.** – Nelsa (Univens)

Creio que daqui há dez anos ela será realmente uma referência. Pelo sentido da sustentabilidade, da intervenção política, da mudança de comportamento, do reconhecimento de alguns valores e, principalmente, daqueles valores que estavam perdidos em cada elo, nos locais, e que estão se agregando à Justa Trama. [...] **Que ela se torne realmente algo que as pessoas não quisessem só usar a roupa; que ela possa ser um modelo de uma nova economia, de uma nova maneira de fazer economia.** – Dalvani (Açaí)

V. Trabalho e política no cotidiano da autogestão da rede

*Os maiores desafios que eu vejo vêm de que nós não somos regra, nós somos exceção.
[...] E ser exceção é ter que enfrentar um mundo de coisas contrárias.*
José Ribeiro (Coopertêxtil)

O objetivo deste capítulo é retomar os principais achados da pesquisa relacionando-os com parte dos estudos realizados. Menos que dar respostas a antigas questões, o intuito é oferecer uma pequena contribuição aos debates sobre as relações de trabalho autogeridas, no atual contexto brasileiro, a partir da experiência das trabalhadoras(es) da Justa Trama, com todas as limitações dos estudos de caso, como este.

O texto divide-se em duas partes. Na primeira seção, propomos inicialmente compreender as relações elos-rede da Justa Trama a partir de uma breve leitura psicossocial. Em seguida, com os achados da pesquisa em mãos, travamos diálogo com a obra de Agnes Heller, mais especificamente, sobre as relações entre cotidiano e história. A segunda parte do texto é dedicada a uma retomada, geral e concisa, de algumas reflexões sobre trabalho e política no contexto da Justa Trama, em particular, e da Economia Solidária, em seu conjunto.

Antes, porém, faz-se necessário esclarecer algumas questões sobre limites e contornos da pesquisa e do campo no qual encontra-se inserida.

*

Estudos recentes da Psicologia Social e da Sociologia do Trabalho, de mapeamento de pesquisas e da própria realidade empírica do campo da Economia Solidária brasileira, revelam um panorama vasto e muito heterogêneo (F. Oliveira, 2005; Ide, 2005; Spink, 2008; Leite, 2009; Souza, 2011). Como bem sintetiza Peter Spink (2008), “Cooperativismo é muito mais cooperativismos” (p. 89). Ou seja, sob a designação de *Empreendimentos Econômicos Solidários* (EES’s) é possível encontrar consideráveis diversidades e desigualdades, em vários aspectos e dimensões:

Da reflexão teórica à verificação empírica dos empreendimentos econômicos solidários é preciso fazer um recorte nada simples, uma vez que a realidade concreta é permeada de contradições, promiscuidades, amalgamentos e embaralhamentos que dificultam o claro e firme delineamento do que é ou não economia solidária. Os pesquisadores que se debruçam sobre esse universo empírico heterogêneo e pantanoso enfrentam a dificuldade de tipificá-lo. (Souza, 2011. p. 178)

Mesmo que se tome como universo somente o conjunto de empreendimentos tidos pelo movimento da Economia Solidária como *solidários*, ou seja, sem considerar aqueles pertencentes ao cooperativismo corporativo e ao chamado cooperativismo fraudulento, permanece-se diante de um cenário denso e multifacetado. Nele é possível encontrar desde cooperativas agrícolas de pequeno porte a grandes metalúrgicas (as fábricas recuperadas), além de um expressivo contingente de pequenos grupos de trabalhadores – muitos deles

informais – reunidos nas chamadas cooperativas populares, situadas geralmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

André Souza (2011) analisa os dados oriundos do mapeamento realizado pela SENAES, em parceria com o IPEA, o SIES (SENAES, 2007). Deles advém, entre outras preocupações, considerável nível de precariedade dessas iniciativas. Márcia Leite (2009) também aponta severas dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários brasileiros, destacadas por estudiosos da área: defasagem tecnológica, falta de recursos, baixa escolaridade dos associados, longas jornadas de trabalho, entre outras.

Com efeito, os riscos e as vulnerabilidades a que estão submetidos os trabalhadores da Economia Solidária são imensos¹⁴³. Expostos a um cenário francamente adverso, lutam diariamente para resistir num mundo do trabalho excludente, de hegemonia capitalista, tendo em mãos poucos recursos. Não contam com marcos tributário e legal¹⁴⁴ adequados, por exemplo, e as políticas públicas dirigidas ao setor são ainda tímidas, quando comparadas aos benefícios concedidos aos empreendimentos capitalistas (Cruz, 2010). Em resumo, enquanto sistema econômico, a Economia Solidária é ainda uma fragilidade de futuro delicado, o que não significa, frise-se, um futuro previsível.

Neste sentido, é necessário demarcar que a experiência aqui relatada não pode ser tomada como um caso típico, representativo do setor. O mesmo alerta aplica-se à Cooperativa Univens, empreendimento-fundador da Justa Trama, ao qual também nos referimos. Pelo contrário, muitas vezes ambos surgem representados, no campo da Economia Solidária brasileira, como *EES modelo*, conforme expressou Veronese (2007), no tocante à Univens, ou ainda, como *referências de vanguarda* para o movimento¹⁴⁵. Contudo, vimos que mesmo no interior da Justa Trama ainda é possível encontrar instabilidades e precariedades preocupantes na égide do trabalho, como vimos no item *Notas de Itajaí*.

¹⁴³ Grosso modo, as críticas clássicas à autogestão, no interior do marxismo, apontam para um duplo risco, que os empreendimentos da Economia Solidária sucumbam à concorrência capitalista, quando muito, que mantenham-se precários e restritos às periferias do sistema, servindo apenas para amortecer seus efeitos. Quando prósperos, indica-se o risco de que rapidamente se degenerem, sendo engolfados por ele. Exemplo mais conhecido é a polêmica entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein sobre o tema. “Já Marx manteve uma posição ambígua com relação ao tema, destacando ao mesmo tempo a importância das cooperativas como possibilidade de um novo modo de produção e os riscos de elas se transformarem em instrumento de auto-exploração operária.” (Leite, 2009. p. 49)

¹⁴⁴ É recente (julho de 2012) a sanção da Lei 12.690 que dispõe sobre as cooperativas de trabalho, com vistas a estabelecer um marco legal mais apropriado ao desenvolvimento das cooperativas.

¹⁴⁵ Em artigo destinado a apresentar o mapeamento realizado em conjunto com a SENAES, a revista *Desafios do Desenvolvimento* (IPEA) cita ambos os empreendimentos nessa chave, ou seja, como referências do campo. Em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1136:catid=28&Itemid=23, acessado em 04/01/2011.

A intenção maior desta pesquisa, é preciso dizer, não foi a de derivar conclusões ao horizonte futuro da Economia Solidária a partir da experiência da Justa Trama, até porque, como sugere Márcia Leite (2009), é impróprio atualmente pensar em termos dualistas quanto às potencialidades e aos limites dessas iniciativas:

[...] sendo o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidades, de velho e de novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites. (Leite, 2009. p. 33)¹⁴⁶

Buscou-se somente descrever o que vimos e aprendemos com os associados (as) da Justa Trama a respeito do desenho histórico e da construção cotidiana da rede, como uma experiência num só tempo de resistência e de transformação, empreendida por trabalhadores.

Entre os estudos teóricos do campo, aliás, encontra-se a leitura dessas organizações, de modo geral, como uma modalidade de *resistência popular*, mais ou menos densa, frente às crises estruturais do capital, fenômeno também observado em outros países da América Latina (Singer, 2002; Gaiger, 2004; Coraggio, 2004). Conforme Paul Singer:

A Economia Solidária só existe porque existe o capitalismo. O capitalismo é tão injusto que privatiza os meios de produção desde o início. Por isso há e sempre houve um movimento de resistência. [...] A Economia Solidária surgiu aqui numa situação de tragédia social: o desemprego dos anos 80 e 90. [...] Hoje felizmente a situação é muito melhor, portanto, a Economia Solidária terá que mudar. (Comunicado em Mesa-redonda, 22/09/2012)¹⁴⁷

Recentemente, inclusive, o sociólogo Manuel Castells (2012) reviu leituras sobre “culturas econômicas alternativas”, ao analisar as reações de resistência popular à atual crise europeia. Fenômeno análogo ao ocorrido no continente americano na última década do século passado, também recrudesceu as desigualdades e a exclusão de milhões de trabalhadores do mundo do trabalho regulado, fazendo emergir arranjos econômicos não-capitalistas:

São práticas econômicas não motivadas pelo lucro, tais como escambo, as moedas sociais, as cooperativas, as redes de agricultura e de ajuda mútua, com serviços gratuitos – **tudo isso já existe e está se expandindo ao redor do mundo. Se as instituições políticas vão se abrir para as mudanças que acontecem na sociedade – é cedo para saber** (Castels, 2012) [grifos nossos]¹⁴⁸

Nas palavras de André Souza (2011), embora frágil, a economia solidária é uma realidade: “[...] não se trata de uma miragem. Ao tempo caberá a resposta quanto ao

¹⁴⁶ Márcia Leite (UNICAMP) coordenou um amplo projeto de pesquisa sobre o tema: “A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado, os trabalhadores e a questão de gênero”(FAPESP/CNPq).

¹⁴⁷ Trata-se de Mesa-redonda realizada no II ENPES – Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária da ABPES (Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária), ocorrido em São Paulo (SP).

crescimento de sua amplitude e de sua relevância social” (pp. 182-183). Em suma, os esforços empenhados nesta pesquisa buscaram dar a conhecer, de perto, uma pequena amostra desta realidade, das mais alvissareiras.

1. Da dialética desta história: resistência e transformação

É dizer assim: ‘*Olha aqui, os trabalhadores são capazes de construir uma outra história. Capazes de fazer isso acontecer.*’ [...] Isso é tão legal e tão importante, Cris... **Até nesse mundo acadêmico ajuda, né?** Ajuda porque daí passa a rever também conceitos que parecem tão dados: ‘*É assim porque esse aqui, que veio antes, já provou que era assim.*’ [...] Você pode quebrar um pouco isso. [...] **Isso de saber que a história não está dada, sabe? E que ela pode mudar.** – Nelsa (Univens)

Como vimos, tratou-se de expor, especificamente, o que as trabalhadoras (es) da Justa Trama foram capazes de fazer, desde as bordas e entre as fissuras do sistema capitalista, enquanto resistiam aos efeitos de suas crises.

Muitos autores consideram que mesmo em contextos adversos, do ponto de vista histórico, é possível surgir novas modalidades de relações de produção e de reprodução da vida como respostas resistentes à exclusão vivenciada no mundo do trabalho:

Mesmo num contexto defensivo e de regressão histórica, experiências contra-hegemônicas - como as das fábricas recuperadas (Vienez e Dal Ri, 2001; Novaes, 2007), os assentamentos coletivos do MST (Christofolli, 2000; Pagotto, 2003; Dal Ri e Vienez, 2008), as cooperativas de seringueiros na Amazônia, as cooperativas habitacionais na América Latina, algumas pequenas cooperativas urbanas e rurais, nos limites estreitos do contexto atual – podem ser considerados embriões de novas relações de produção e de reprodução da vida e, ao mesmo tempo, apontam para a autogestão em sentido amplo, relançando temas clássicos da autogestão no século XXI [...] (Novaes & Castro, 2011, p. 129)

Nesta primeira parte do texto, portanto, examinaremos as relações elo-rede a partir de uma breve visada psicossocial, para em seguida tomarmos os principais achados da pesquisa sob a perspectiva teórica da filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller.

1.1 Encontros inter-elos como espaços políticos da rede: uma breve leitura psicossocial

O primeiro importante achado da pesquisa indicou que *os espaços políticos da rede Justa Trama*, onde são traçadas as linhas estruturantes de seu desenho histórico, desenvolvem-se primordialmente nos *encontros entre os elos*. A primeira incursão a campo, destinada a conhecer o empreendimento responsável pelo cultivo do algodão (Adec), nos pôs em contato com uma riqueza ímpar, porém, mais referida nas questões locais que na rede

¹⁴⁸ Disponível em <http://revistaforum.com.br/blog/2012/11/castells-ve-expansao-do-nao-capitalismo/>, acessado

como um todo. Isto nos fez pensar que o mesmo deveria se dar, em maior ou menor grau, nas visitas aos demais empreendimentos da rede.

Estudos clássicos da Psicologia Social podem ajudar a ler este fenômeno de *médio alcance*, como postula Peter Spink (2008b). A percepção acurada das relações intra-campo que envolvem o fenômeno que se quer pesquisar pode ser determinante para o alcance dos objetivos de uma pesquisa, como ocorreu aqui. Ouçamos Ecléa Bosi (2003):

Os psicólogos sociais estão atentos para a articulação fundamental das coisas em figura e fundo [fenômeno-contexto; indivíduo-sociedade etc]. É o que ensina a teoria da Gestalt. Conforme Solomon Asch, a figura possui um caráter emergente na área que a rodeia, o fundo, que se estende atrás dela. Os mesmos estímulos que representam a figura, representam o fundo e, no entanto, o percebedor distingue a forma que o contorno delinea. [...] A percepção colhe a figura, não por suas condições de parte separada, mas pelo lugar que ocupa no todo. (p. 169) [comentário nosso]

De modo simples, podemos dizer que, uma vez situada em um determinado elo da Justa Trama, uma pessoa perceberá a presença da rede, porém desfocada, imersa entre outros elementos que compõem seu fundo ou contexto maior que, como vimos, é importante na medida em que confere contorno e identidade ao empreendimento. Porém, quando situados nos encontros inter-elos (como nas incursões a Fortaleza e Porto Velho, por exemplo), a pessoa perceberá a rede em destaque, como uma figura em relevo. Os elos também comparecem neste campo, mas como componentes de fundo, que ajudam a conferir contexto e identidade à rede, em companhia de outros elementos.

Esta questão, como apontamos, nos obrigou a rever a estratégia metodológica da pesquisa em meio ao seu desenvolvimento. Considerando que nossos objetivos orientavam-se para questões alusivas ao conjunto da rede, replanejamos as incursões de modo a contemplá-los. Para isto, dirigimo-nos àqueles espaços do campo onde ela era a “figura”, o centro das atenções, o tema dos debates: os encontros inter-elos.

Como vimos, nesses espaços encontram-se representados todos os empreendimentos, e desse lugar compartilhado¹⁴⁹, constroem e vivenciam uma identidade coletiva enquanto se dedicam a dar feições à “figura” da rede, objeto que impregna a atenção de todos em primeiro plano. A correção de rota em campo, ou seja, abandonar a “trilha do algodão” (o fluxo produtivo) para seguir os caminhos traçados pela “agenda política da rede” (o fluxo dos processos políticos), também nos levou para além das fronteiras geográficas da Justa Trama, a

em 28/12/2012.

¹⁴⁹ Este fenômeno aproxima-se da noção de *pequenos grupos*, de Agnes Heller (1982), da qual trataremos a seguir.

sítios onde os trabalhadores, de certa forma, também ancoram seus interesses políticos, como demonstraram os relatos das incursões a Montevideo e Badalona.

*

Além de revelar a complexidade das idiossincrasias locais, históricas e cotidianas, em termos políticos, econômicos e organizativos, a primeira viagem evidenciou que, além de participar da Justa Trama, cada empreendimento que a compõe interage política e economicamente com outros coletivos, fóruns, redes e mercados. Fazer parte da rede é uma dimensão importante da vida cotidiana de cada um, sem dúvida, mas não é a única e, em alguns casos, como vimos, não assume um lugar central. A incursão a Pará de Minas, por sua vez, nos deu mostras de que a rede exerce uma importância política e econômica não apenas diferente para cada elo, como também desigual. Mas esta e outras incursões nos ensinaram também que se trata de um equilíbrio sutil, dinâmico, em termos históricos. A depender de novas circunstâncias, em parte influenciada pelos próprios trabalhadores, a relevância da Justa Trama frente a cada elo pode mudar sensivelmente.

Vimos ainda que participar da rede Justa Trama parece ter um sentido importante de resguardo e de valorização das especificidades de cada coletivo, tanto em termos econômicos, quanto políticos e culturais. Este é um forte ganho simbólico, conferido pela Justa Trama, ao desenvolvimento local de cada região, conforme apontou Dalvani (Açaí). Também representa, de modo geral, um estímulo à participação nela, como uma modalidade de intercooperação que respeita as autonomias e dá visibilidade às singularidades de cada coletivo e localidade, ao passo que também se beneficia delas, enquanto rede, em termos políticos e econômicos. Este achado é relevante na medida em que nem sempre participar de redes assume significados benéficos: “As redes solidárias, por exemplo, podem servir para transformar desigualdades, quebrar barreiras de escoamento comercial e garantir acesso às informações, como também podem servir para reproduzir relações desiguais.” (Spink, 2008b, p. 88).

1.2. A rede e seus fenômenos: diálogos hellerianos sobre cotidiano e história

Uma vez em convívio prolongado com as trabalhadoras(es) da Justa Trama, dedicadas aos fenômenos da rede como um todo, foi possível testemunhar uma série de acontecimentos complexos, que dialogaram vivamente com os objetivos da pesquisa em várias direções. Eleger os veios interpretativos a seguir representou esforços severos de desprendimento e de síntese no ato de pesquisar. Optamos por orientar a atenção por indícios que pareciam comunicar-se de modo mais vivaz com nossos objetivos. E em vez de cortar os insumos do

campo com moldes de categorias teórico-analíticas, escolhemos separá-los em feixes autóctones, próprios a ele. Como quem desembaraça um ramallete, colhemos casos do vivido. Em seguida dispusemo-los sobre o plano do conjunto dessas experiências – totalidade que encerra sentidos próprios - e de algumas reflexões que vínhamos fazendo, primordialmente, a partir da filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller. Retornaremos aos resultados da pesquisa, a seguir, contemplando-os sob duas lentes: de perto, para observar suas inter-relações, e à distância, para relacioná-los com aspectos teóricos mais amplos.

*

A incursão a Fortaleza representou uma espécie de microcosmos da pesquisa e da experiência que tivemos com a Justa Trama e com seus protagonistas. Ali compareceram, com especial vigor, as vicissitudes por que passavam os trabalhadores da rede naquele momento histórico e seus modos de operar com elas.

Em suma, e de modo geral, os oito casos oriundos desta viagem, discutidos no Capítulo III e a seguir relacionados, revelaram a presença de uma tensão dialética constante no cotidiano da Justa Trama, entre a necessidade de resistir aos efeitos nocivos do embate com o sistema capitalista e a necessidade de criar, de modo tático, mas também estratégico, recursos, projetos e ações políticas para enfrentá-los (Certeau, 1994).

Os casos também deram visibilidade aos principais valores e princípios que orientam as práticas dos trabalhadores, muitos deles notadamente informados por interesses humano-genéricos, além de jogar luz a um aspecto crucial: a consideração dos temas do trabalho como objetos de debate e ações políticas. São eles:

- 1 - Problema de um é problema de todos: a crise do algodão atinge os primeiros elos
- 2 - Sócio na rede é aliado: quem compra propõe pagar mais
- 3 - Participação política: problema e solução
- 4 - Ser ou não ser Justa Trama: “*os dois projetos*”
- 6 - “*Esse é o nosso dilema*”: como aumentar a renda sem elitizar os produtos
- 7 - Viagem a Quixadá: encanto e desalento no encontro entre os elos
- 8 - O passeio pelas *modinhas*: reencontro com o trabalho precário

Ambigüidades e contradições assolam o grupo de trabalhadores permanentemente. Materializam-se, por exemplo, no algodão escasso - comercializado por grandes corporações capitalistas nas bolsas de futuros - no esvaziamento crescente dos fóruns políticos ou na tensão operada pelo mercado capitalista, que aceita melhor os produtos da rede quando embalados aos gostos das elites. Há encanto nos olhos das costureiras e tecelões ao conhecerem as flores do algodão, ao percorrerem pela primeira vez o elo que une o trabalho

deles à terra e ao trabalho dos “companheiros agricultores”¹⁵⁰. E há também desalento, quando constatarem as condições precárias de vida e de trabalho deles, hoje seus sócios na rede.

Cada caso acima, portanto, é portador de uma história de luta e de enfrentamento cotidiano deste grupo de trabalhadores pelo direito ao trabalho coletivo em condições dignas, num cenário que constantemente os tensiona à exclusão da miséria ou à corrupção de seus valores mais caros. Para tanto, do ponto de vista político, contam uns com os outros (*identidade de grupo*), com um grau incomum de *consciência* da realidade em que vivem, e das relações de poder nela imbricadas, e com *valores* moralmente orientados,¹⁵¹ assentados em uma história comum. Nosso esforço até aqui foi, sobretudo, revelar o quê e como fazem para resistir e instituir História no entremeio dessas tensões. E, nesse sentido, os aspectos grifados acima assumem uma importância fundamental, como logo veremos.

Os maiores desafios que eu vejo vêm de que nós não somos regra, nós somos exceção. [...] E ser exceção é ter que enfrentar um mundo de coisas contrárias. É lutar às vezes contra aquilo que você acha que é impossível de vencer. Ser exceção é isso, é saber que você vai encontrar poucos ali que te apóiam. Então o desafio é continuar seguindo em frente mesmo com os obstáculos. [...] A gente tem que sentir que a gente não está sozinho, que a gente tem alguém que compartilha as nossas emoções, os nossos sentimentos, os nossos ideais. E aí a gente consegue perseverar e seguir em frente. **É muito importante o coletivo.** – José Ribeiro (Coopertêxtil)

Entre seus principais recursos, o coletivo da Justa Trama dispõe, portanto, de fortes *identidades, enquanto grupo e enquanto membros da classe trabalhadora*, que operam, por exemplo, na assunção do problema de um elo como uma questão de todo o coletivo da rede. Neste ímpeto, como vimos, vão além das ações paliativas e das expressões de comiseração. Esmeram-se em construir ações coletivas de intervenção para sanar ou amenizar o problema, em um primeiro momento, e em tecer estratégias para prevenir problemas futuros. Para isso, reúnem esforços, parceiros e recursos e, orientados por princípios claros, buscam compor com eles, politicamente, novos projetos de intervenção. A construção da Cadeia do PET é exemplo eloqüente de uma estratégia complexa, arquitetada por esses trabalhadores, junto de outros parceiros, para um maior empoderamento deles, e de outros pares, perante as agruras do mundo do trabalho.

Este aspecto nos remete à noção original de solidariedade:

ato de juntar-se aos outros de maneira ‘sólida’. Quer dizer, lado a lado, dividindo as mesmas responsabilidades e conseqüências. É uma referência a uma relação horizontal e não vertical; ou melhor, de horizontalização enquanto processo social. Não é, portanto, uma relação de

¹⁵⁰ Neste sentido, pode-se dizer que a Justa Trama representa, na atualidade, um caso incomum de trabalho não-fragmentado, da integração almejada por Lukács (2010), em sua teoria marxista sobre alienação e reificação.

¹⁵¹ A ideia de valores moralmente motivados ou orientados é de Agnes Heller (2008). Adiante trataremos desta e de outras proposições de sua obra.

ajuda ou de caridade; ao contrário, é **uma relação de ação, de compartilhamento**. (Spink, 2008b, p. 89). [grifos nossos]

Agnes Heller também tratou da solidariedade. Para a autora, ela estaria entre as virtudes cívicas essenciais a todo cidadão, em conjunto com a tolerância radical, a coragem, a justiça e aquelas alusivas à comunicação racional e à *phronesis* (prudência) (Heller & Fehér, 1998). No tocante específico à solidariedade, Heller e Fehér (1998) apontam para a existência de duas modalidades e para a necessidade de uma redefinição:

Um deles referia-se à solidariedade praticada por um grupo, fosse um partido, movimento ou classe. O segundo, numa forma mais sentida que praticada, implicava numa simpatia ou empatia, até mesmo um sentimento fraterno oferecido a todas as classes e países dominados e finalmente à humanidade como um todo. [...] A solidariedade dentro do grupo pode ser problemática, pois também pode ser um vício. [...] Muitos de nós estamos dispostos a manifestar solidariedade com movimentos de países remotos, sem erguer um dedo em nosso próprio contexto social. Também muita gente suprime suas próprias opiniões e dá apoio a decisões que encara como injustas ou parciais por sua aliança à solidariedade de um grupo. Obviamente, **a virtude da solidariedade precisa de uma redefinição**. [...] **As virtudes cívicas estão relacionadas à esfera política, mas não são praticadas exclusivamente nessa esfera**. [...] Contudo, **a solidariedade deve ser praticada nas relações face a face, na vida diária e em outras esferas**. (Heller & Fehér, 1998. p. 125-127) [grifos nossos]

No caso dos trabalhadores da Justa Trama, não restam dúvidas de que se trata de uma solidariedade não apenas sentida, mas praticada a diário. Agnes Heller e Ferenc Fehér (1998) são explícitos ao advertir que a política não deve escorar-se na moralidade, mas em princípios e gestos universais.

*

Os sujeitos desses gestos e ações são trabalhadoras(es) que vivenciam, também a diário, o que Agnes Heller (1982) chamou de *carecimentos radicais*: “[...] os carecimentos nascidos na sociedade capitalista, em consequência do desenvolvimento da sociedade civil, mas que não podem ser satisfeitos dentro dos limites dessa sociedade.” (p.133)

Heller buscou o fundamento empírico dessa idéia reguladora em algo **potencial** no homem contemporâneo: as suas aspirações e necessidades. Historicamente engendradas (e não naturais), as nossas necessidades são suportes e portadoras da humanidade como deveria ser. Necessidade, nesse sentido, quer dizer ‘manque et projet’: carecemos de formas de sociabilidades melhores que as existentes e buscamos maneiras de atuação política que satisfaçam estas necessidades na sua radicalidade. (Heller, 1984, p. 21) (Carone, 1991, p. 119)¹⁵²

¹⁵² Para Iray Carone (1991), a teoria do indivíduo está entre parêntesis dentro de uma perspectiva marxista, o que em poucas linhas invalida uma psicologia apoiada em suas bases. Para rever esta impossibilidade epistemológica, recorre também à obra helleriana: “[...] em Heller o indivíduo existe potencialmente como agente de necessidades radicais que buscam a sua satisfação através da transcendência das sociedades existentes. É a dialética da própria dialética marxista que altera os temas, formas de análise e perspectivas políticas, colada dinamicamente às transformações de nossa modernidade. Como diz Fausto, [...]: ‘Isto basta para que a crítica do indivíduo ganhe ciso.’” (1983, p. 4) (p. 119) Para saber mais, consultar também Carone (2007).

Já havíamos mencionado a necessidade, advinda do campo, de recorrer a uma teoria dialética sobre a História, leitura que tomasse os processos da vida cotidiana como seus principais pressupostos, de modo a permitir relações entre as dimensões macro e microsociais, para reencontrar assim, as pessoas face às estruturas (Carone, 1991). Neste sentido, reafirmamos a eleição pela teoria helleriana como um dos principais referenciais da pesquisa, por entender, em companhia de Carone (1991) e de Patto (1993), que ela representa um subsídio importante também na interpretação de atitudes políticas no contexto atual.¹⁵³

Como apontamos em seção anterior, Agnes Heller, filósofa húngara, integrou um grupo marxista de oposição, do leste europeu: a Escola de Budapeste.¹⁵⁴ Ela parte da perspectiva dialética do materialismo histórico para recolocar aspectos menosprezados pelo marxismo oficial, imprevisíveis para Marx em seu tempo (Patto, 1993). A autora volta às primeiras linhas do autor para rever o que considerou uma contradição em sua obra:

Marx, por um lado, construiu ‘filosoficamente’ o sujeito da história, o proletariado, ao qual atribuiu a direção do processo revolucionário. Por outro lado, explicitou uma teoria segundo a qual o desenvolvimento das forças produtivas, quase como uma espécie de necessidade natural, levaria à superação da sociedade capitalista. [...] Creio que a teoria dos carecimentos radicais apresenta, em comparação com essa contradição, algumas vantagens. [...] Com efeito, a teoria nos diz apenas que todos os estratos sociais que expressam carecimentos radicais podem tornar-se sujeitos da transformação revolucionária. (Heller, 1982, p. 133).

Ou seja, Agnes Heller revê não apenas o sujeito da história em Marx, mas também como e onde ela se desenvolve. Resgata a subjetividade e a vida cotidiana, pouco consideradas até então pelo materialismo histórico, e as coloca no centro da história (Patto, 1993). Inspirada nos estudos de Lukács sobre reificação - o “típico da vida cotidiana contemporânea” (Netto & Carvalho, 2012) - a filósofa retoma o tema da humanização do homem no decurso do processo histórico, debruçando-se nas “relações entre a vida comum dos homens comuns e os movimentos da história, sem perder de vista a especificidade das pessoas envolvidas nas ações que tecem a vida cotidiana” (Patto, 1993, p. 122).

A vida cotidiana, bem como a ética, é categoria central para a compreensão do processo histórico na teoria de Agnes Heller (1982; 2008).¹⁵⁵ Para ela, o cotidiano é a vida do

¹⁵³ Optamos por não reproduzir aqui uma extensa revisão da obra de Agnes Heller, uma vez que é possível localizar na literatura referências que o fazem com fôlego e rigor. Netto & Carvalho (2012) passam em exame a obra helleriana em contraste com a produção de Lefebvre, por exemplo. Recomendamos especialmente Patto (1993) e Carone (1991), também pelas ricas aproximações que estabelecem com a Psicologia.

¹⁵⁴ A Escola de Budapeste parte da concepção do marxismo como uma ontologia do ser social, inspirada na filosofia da práxis de Lukács (2010). Contrapõe-se ao historicismo subjetivista, de um lado, e às leituras estruturalistas da filosofia da práxis, de outro (Heller, 2008).

¹⁵⁵ Desta relação falamos em seção anterior. Cabe tratar ainda da acepção helleriana de *vida cotidiana*. Para ela, “a vida cotidiana é a vida de *todo* homem” (p. 31), já que todos a vivem, independente de seu posto na divisão do trabalho. Também é “a vida do homem *inteiro*”, ou seja, a pessoa participa nela com todos os aspectos da sua

indivíduo, que num só tempo é um ser particular e um ser genérico. Contém suas necessidades individuais, sua particularidade, como também sua genericidade, já que é produto e expressão do gênero humano, herdeiro e preservador de seu desenvolvimento (Heller, 2008). Porém, por ser hierárquica e heterogênea, e movida pelas particularidades do indivíduo, a vida cotidiana é a que mais se presta à alienação, embora nem sempre seja alienada. Ela é “[...] dialeticamente, o lugar da dominação e da rebeldia ou da revolução.” (Patto, 1993, p. 131).

Contudo, o desenvolvimento capitalista e o conseqüente acirramento dos processos de manipulação social aprofundaram a alienação na modernidade. Conforme Heller (2008), aumentou-se o abismo entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nela, fragmentando-o cada vez mais em “papéis”: “Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, muda unidade vital de particularidade e genericidade” (Heller, 2008, p. 38).

Há quatro formas de suspensão da vida cotidiana na concepção da autora, da passagem da particularidade para a individualidade, para a consideração do humano-genérico e consequentes superações da alienação e de sua inconsciência: pela via do trabalho (enquanto objetivação), da arte, da ciência e da moral (Löwy, 2012). Porém, essas áreas têm sido cada vez mais instrumentalizadas para servir à afirmação e à reprodução das desigualdades de poder estabelecidas.

Segundo Patto (1993), em Heller, o meio pelo qual se realiza a passagem da particularidade para a individualidade é a prática política em *pequenos grupos* – importante, portanto, para o processo de mudanças sociais radicais. Este é outro aspecto da teoria helleriana do qual nos servimos para ler a experiência da Justa Trama. Como apontamos, *as ações do grupo são planejadas e orientadas por uma racionalidade eminentemente política*, inclusive no âmbito do trabalho. É por meio de uma prática política democrática e participativa que os trabalhadores negociam entendimentos diferentes sobre determinada situação, tecem suas escolhas e replanejam ações para lidar com ela. Este processo é considerado por eles de modos distintos: como benéfico ao desenvolvimento político da rede, ou como fonte de maior exigência cotidiana e possível limitador do desempenho econômico da Central. Ele ocorre com razoável liberdade, conferida pela condição autogestionária,

personalidade, embora não possa dedicar-se plenamente a nenhum deles (Heller, 2008). A vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, baseada em princípios como o pragmatismo, o automatismo, o probabilismo e a ultrageneralização (Patto, 1993). Porém, não de maneira inevitável: “Ela se altera seja em função dos valores de uma dada época histórica, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo, e nas diferentes etapas de sua vida.” (Netto & Carvalho, 2012, p. 25).

embora também seja determinado pelas vicissitudes das circunstâncias. Ao longo do texto demos vários exemplos disto, sintetizados nos oito casos citados, oriundos da incursão a Fortaleza.

Heller afirma que é preciso engendrar novas formas de organização e de mediação políticas, o que significa pôr ênfase nas relações sociais e humanas. Se a democracia formal é uma premissa importante, a esfera macropolítica não a convence, já que a revolução é processo lento, molecular e dialético, devido à própria continuidade da vida cotidiana (Heller, 1982).¹⁵⁶ A experiência da *práxis*, a superação possível da alienação por meio de ações transformadoras e conscientes, se dá no plano de um trabalho invisível em pequenos grupos: “Desta forma, invalida uma leitura de Marx segundo a qual há uma seqüência mecânica de modos de produção. No contexto de suas idéias, **a revolução é possibilidade e não destino e se fará na vida cotidiana.**” (Patto, 1996, p. 144) [grifos nossos]

Em seus estudos sobre o cotidiano, José Paulo Netto e Maria do Carmo Carvalho (2012) reforçam o argumento de que a modernidade e a sociedade pós-industrial agudizaram o desencantamento com as grandes propostas de transformação no plano global do poder político e do Estado, o que “paradoxalmente reforça uma esperança e uma confiança nas microdecisões, nos microefeitos, nas microcadeias de relacionamento. Daí a intuição básica de que a prática social transformadora não pode ignorar o cotidiano e a cotidianidade dos microgrupos.” (p. 47).

A noção de *homogeneização* é outro ponto relevante na proposição helleriana, entendida como “o meio para essa superação dialética [*Aufhebung*] parcial ou total da particularidade, para sua decolagem da cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico.” (Heller, 2008, p. 43). Contraponto para vencer, ao menos momentaneamente, a heterogeneidade da vida cotidiana, a homogeneização helleriana baseia-se em características bastante presentes nas reuniões políticas dos trabalhadores da Justa Trama:

Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e ‘suspenderemos’ qualquer outra atividade durante a execução daquela tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa. [...] E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão-somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos. (Heller, 2008, p. 44)

Em obra de título sugestivo, *Para mudar a vida* (Heller, 1982), a passagem da experiência *de carecimento como “ausência” a carecimento como “projeto”*, no seio dos pequenos grupos, comparece como um elemento importante para os processos de “revolução

das formas de vida” (p. 137), nas ideias da autora. É nessa chave interpretativa que se insere, nos parece, a resignificação apontada por Nelsa (Univens): para construir e manter o projeto da Justa Trama foi preciso aprender a ler *dificuldades como desafios*. Dito de outro modo, vimos como as dificuldades ou carecimentos do grupo serviram dialeticamente a seu desenvolvimento, ora como freios, ora como vocativos para a construção de ações coletivas de enfrentamento - as ações de compartilhamento a que se referia Spink (2008b):

Todo sujeito faz parte do mundo; e se afirma que o mundo está doente, analisa na realidade sua própria doença. Quem defende a idéia de que é preciso escapar da objetividade, que não se deve assumir nenhum comportamento voltado para a transformação da realidade, quem faz isso se torna co-responsável pelo imobilismo. Se agimos, somos responsáveis pelo que se realiza através de nossa ação; se nos afastamos da ação, somos responsáveis pelo que não fizemos. (Heller, 1982, p.154)

Essas ações, erigidas por pequenos grupos de pessoas, cômicas de suas condições históricas e imbuídas por um projeto de transformação, também são regidas pela centralidade do trabalho, no entendimento marxista de Heller (1982). Chamamos a atenção, no trecho abaixo, aos predicados que a autora considera imprescindíveis à produção, semelhantes aos postulados pelo ideal autogestionário, em geral, e aos valores do trabalho na Justa Trama, em particular:

A luta contra o trabalho só pode ter um significado considerado legítimo: a luta contra o trabalho assalariado, o fim de uma situação na qual os homens são obrigados a desempenhar trabalhos em que não conseguem realizar suas próprias capacidades e em que não podem dispor dos próprios produtos. [...] O trabalho faz parte da essência humana e não é possível imaginar uma sociedade sem trabalho. O fim do trabalho significaria o fim do mundo e da humanidade. (Heller, 1982, p. 138)

Em outra passagem da mesma obra, a autora ainda diria que “a satisfação dos carecimentos radicais tem como premissa a realização de uma sociedade sem hierarquias, sem opressões e sem exploração.” (Heller, 1982, p. 142) Ou ainda, que só “[...] transformam as formas de vida as comunidades cujas atividades sejam generalizáveis para a totalidade do corpo social” (p. 149). Entendemos que isto num só tempo contempla e exige a realização do projeto maior da Economia Solidária como outro paradigma de produção e de consumo, processo que engloba, com efeito, a Justa Trama.

Para a satisfação dos carecimentos radicais hellerianos faz-se necessário, portanto, que pequenos grupos empreendam ações à guisa de *práxis*. Por sua vez, ações pressupõem escolhas, que precisarão estar referidas em *valores*, outro conceito fundamental no enquadre teórico da autora: “Numa formulação grosseira: uma escolha é tanto mais valiosa – em sua

¹⁵⁶ “Espero que as mudanças não ocorram nos escritórios dos burocratas, mas no interior de novas comunidades.” (Heller, 1982, citada por Patto, 1993).

totalidade – quanto mais valores permite realizar e quanto mais intensa e rica é a relativa esfera da possibilidade.” (Heller, 2008, p. 25)

As escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem de mundo. E reciprocamente: sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha. (Heller, 2008, pp. 26-27)

As tensões enfrentadas nos confrontos com o mercado capitalista exigiram uma intensa *vigilância política* do grupo. Muitas vezes foi necessário fazer escolhas difíceis para garantir a sobrevivência econômica da rede, ou ainda, para preservar seus valores essenciais: “*A gente disse muitos ‘nãos’*. Como abrir um mercado que não faça tu negar a tua marca? Ao mesmo tempo nós precisando comercializar, porque isso melhora a vida de todo mundo, porque o algodão está aí.” Nelsa (Univens)

Antes de explorarmos a leitura helleriana de *valores*, é necessário fazer uma ressalva. O processo acima descrito pela autora, a liga que explica como operam dialeticamente as práticas transformadoras dos pequenos grupos, *valores – escolhas – ações*, é dificultado mormente pela heterogeneidade da vida cotidiana. Decerto, diversas situações vividas pelos trabalhadores da Justa Trama, aqui expostas, ilustram este fato. A possibilidade axiológica (também necessidade) de tecer escolhas em meio à arquitetura de ações transformadoras foi muitas vezes arrefecida pelos imperativos da (re)produção, que se interpõem pelo caminho com seus pragmatismos. Exemplos disto podem ser colhidos nos depoimentos que tratam dos projetos do grupo que ainda não puderam se desenvolver, presentes no item “*O futuro como parte da história: atuais necessidades, novos sonhos*” (Cap. IV).

Os *valores* têm uma acepção muito específica na obra de Agnes Heller (2008), que dedicou-se sobremaneira aos estudos filosóficos da moral¹⁵⁷. Referida nas componentes essenciais humanas de Marx - *trabalho (a objetivação), socialidade, universalidade, consciência e liberdade*, ela os define como:

Tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediamente, para a explicação desse ser genético [...] aquilo que, em qualquer das esferas, e em relação com a situação de cada momento, **contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais**; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial. (Heller, 2008, p. 15). [comentário e grifos nossos]

¹⁵⁷ Segundo a autora, Marx compreende a moral como a relação entre o indivíduo, sua circunstância e possibilidades concretas (Heller, 2008).

Os valores hellerianos também encontram lugar essencial na teoria dos carecimentos radicais, uma vez que lhes servem de amparo e alavanca: “Os carecimentos referem-se sempre a valores. E são definidos tão-somente por valores.” (Heller, 1982, p. 139). Para a autora, além disso, os valores estão atrelados com o próprio processo histórico: “O decurso da história é o processo de construção dos valores ou da degenerescência e ocaso desse ou daquele valor.” (Heller, 2008, p. 14):

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos pode-se falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade. Nesse ponto termina a muda co-existência entre de particularidade e genericidade. (Heller, 2008, pp. 40-41)¹⁵⁸

Como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, os trabalhadores da Justa Trama orientam suas práticas, ao menos parcialmente, por *valores* humano-genéricos. A promoção da agroecologia, do consumo consciente e a luta contra a desigualdade social como princípios essenciais do grupo é prova disto. Também são notáveis os esforços do coletivo em promover a generalização de suas conquistas a outros trabalhadores, por meio do estímulo à formação de novas redes solidárias, por exemplo. Vimos ainda que os valores e princípios da Justa Trama são temas muito presentes nas discussões do grupo¹⁵⁹. Segundo Heller:

São de valor positivo as relações, os produtos, as ações, as idéias sociais que fornecem aos homens maiores possibilidades de objetivação, que integram sua socialidade, que configuram mais uniformemente sua consciência e que aumentam sua liberdade social. [...] A explicitação dessa substância, em nossa hipótese, identifica-se com a explicitação da essência humana. Assim, portanto, se quisermos comprovar o conteúdo axiológico de uma comunidade, temos de comprovar inicialmente sua relação com a essência humana e examinar se essa comunidade – comparada com as demais comunidades (e possibilidades comunitárias) – explicita a essência humana de um modo satisfatório, bem como o modo pelo qual o faz e em que medida. (Heller, 2008, p. 106)¹⁶⁰

¹⁵⁸ A dicotomia entre as esferas cotidiana e não-cotidiana não é rígida: “não há muralha chinesa entre elas”, alerta Agnes Heller (2008, p. 41). Tampouco a elevação ao humano-genérico significa a supressão da particularidade, e as decisões moralmente motivadas devem ser lidas como *tendência*: “A maioria das ações e escolhas tem motivação heterogênea; as motivações particulares e as genérico-morais encontram-se e se unem, de modo que a elevação acima do particular-individual jamais se produz de maneira completa, nem jamais deixa de existir inteiramente, mas ocorre geralmente em maior ou menor medida.” (Heller, 2008, pp. 40-41).

¹⁵⁹ Para Heller (2008), a elaboração de uma ética faz-se necessária, por exemplo, em comunidades e movimentos que tem uma “consciência de si”, uma autocrítica: “Não se trata apenas de reconhecer com isso sua relatividade histórica; trata-se da tomada de consciência das contradições internas do movimento por parte dos indivíduos, contradições que aparecem nos indivíduos como contradições morais.” (p. 147).

¹⁶⁰ Conforme Heller (2008), em qualquer época é possível criar comunidades de conteúdo axiológico positivo, mas não para todos, e com ressalvas: “Existem épocas em que o ato de criar uma comunidade e desenvolver através dela a individualidade requer capacidades tão extraordinárias, em emprego tão intenso de energia moral e intelectual, que só os indivíduos representativos conseguem fazê-lo.” (p. 113). Referimo-nos à noção helleriana de *indivíduos representativos*, no item *As lideranças de Nelsa e de Idalina*, do capítulo anterior, uma vez que nos pareceu bastante adequado aos modos de proceder destas associadas, no âmbito micropolítico da rede.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a presença de *valores*, na concepção helleriana, também como orientes de parte das ações econômicas do grupo, ou seja, no plano do trabalho¹⁶¹. Dois dos casos citados ilustram esta afirmação: “Sócio na rede é aliado: quem compra propõe pagar mais” e “*Esse é nosso dilema*’: como aumentar a renda sem elitizar os produtos”. Ambos explicitam a preocupação do coletivo em valorizar o trabalho (enquanto objetivação), a consciência, a socialidade, entre outras componentes essenciais humanas, a partir de práticas econômicas baseadas em princípios muito diferentes daqueles instigados pelo ideário capitalista hegemônico, de competitividade e lucratividade, a partir da exploração de um trabalho reificado.

O segundo caso - o recorrente debate do grupo em busca do preço justo de seus produtos - agrega ainda outros elementos. Evidencia as tentativas do coletivo da rede (nem sempre exitosas) de garantir os sentidos conquistados para o próprio trabalho, de um lado, e de empreender, por seu intermédio, transformações. Ao definirem que “preço justo é aquele que o próprio trabalhador pode pagar”, surge nítida, em primeiro lugar, a identificação com a classe trabalhadora (como vemos no trecho abaixo), e a consciência de que a elitização dos produtos é contrária ao projeto político maior da Economia Solidária, na medida em que atenta contra sua *universalidade*: “*Na hora em que vocês não conseguirem comprar uma roupa, um produto do Comércio Justo, algo está errado, não estamos fazendo a mudança. Se serve só para os ricos, não adianta fazer todo esse processo*”. Idalina (Fio Nobre).

Dário, que é um agricultor, lá do Ceará, falou exatamente isso, que a gente incorporou: o preço justo era um valor que quem produz pudesse adquirir aquele produto. E isso eu acho que **é muito importante porque a classe trabalhadora faz produtos que não são pra ela**. Na maioria das vezes não são. **Os bons produtos não são pra ela**. Então eu acho que a gente teve a clareza de definir isso, sabe? – Nelsa (Univens)

Porque isso é mexer na estrutura da sociedade. Isso é você, de fato, construir algo que o capitalismo não te tira, nenhum outro sistema te tira. Poder dizer: ‘*Olha aqui, esses são os que produzem. Portanto, esses podem ser donos de todo esse processo e definir valores justos pra esse processo.*’ [...] Então é tu passar de uma instância de primeiro grau, que é a cooperativa, que ela prova isso, e que é maravilhoso você viver tudo isso, pra depois você ver que isso pode ter uma dimensão nacional. [...] **É importante pra gente, é importante pro mundo.** [...] **Daí você pode acreditar que o mundo pode mudar**, não nas belas palavras, mas porque está mudando aqui, e porque também ele está mudando numa dimensão maior. [...] E sempre é importante que ele comece no local, porque senão você faz algo sem pé. Sem estrutura, sem sustentação. [...] **Vai quebrando um monte de conceitos que nos é colocado**

¹⁶¹ Destacamos o fato de que, para a autora, os *valores* podem ser praticados em qualquer esfera: “Podemos distinguir três esferas típicas em todas as sociedades não tribais: a esfera do cotidiano, a esfera das instituições econômicas e políticas e a esfera das idéias e das práticas culturais.” (Heller & Fehér, 1998, p. 114). Ela também alerta para o fato de que a explicitação de valores se dá em esferas heterogêneas: “Como dissemos, essas se desenvolvem de modo desigual. Uma esfera pode explicitar a essência em *um* sentido, ao passo que outra esfera impede isso em *outro* sentido e se orienta para uma desvalorização. A história é a história de colisão de valores em esferas heterogêneas.” (Heller, 2008, pp. 18-19).

sabe? ‘Ah, não é possível porque é longe.’ ‘Não é possível por isso e isso, sabe?’ Então tu mexe e consegue derrubar aqueles mitos, e provar que, de fato, a sociedade só é desse jeito porque tem ganância, porque tem alguém que está ganhando sobre a exploração do outro. – Nelsa (Univens)

No trecho acima (que retorna com outro objetivo), Nelsa alude a possibilidade de definir *valores justos* como uma condição importante, conferida pelo trabalho autogestionário. Porém, a perspectiva revolucionária comparece de fato na sua fala quando ela trata da possibilidade de transcender a dimensão local, rumo a uma universalidade, como busca fazer o grupo da Justa Trama, em suas práticas políticas e econômicas: “*é importante pra gente, é importante pro mundo [...] Daí você pode acreditar que o mundo pode mudar, não nas belas palavras, mas porque está mudando aqui, e porque também ele está mudando numa dimensão maior*”, diz ela.

Agnes Heller também referiu a importância de dar provas de que é possível mudar a sociedade como uma necessidade histórica. No trecho abaixo, a autora trata disto e de algo que considera central em todo projeto de mudança – a possibilidade de sua generalização para toda a sociedade, ao menos, em potencial:

O fato de que o capitalismo tolere algo não significa ainda que algo não possa ter um papel na transformação da sociedade. Há um argumento que considero muito importante: é o de saber se, em tais movimentos ou comunidades, as novas formas de vida podem ou não ser generalizadas, pelo menos em princípio. Esse é o problema central. (Heller, 1982, p. 147)

Como dissemos, o projeto da Justa Trama, em particular, e o da Economia Solidária, em geral, encontram outra dialética no desafio da generalização de seus projetos. De um lado, a existência deles hoje comprova que, de fato, *outra economia é possível e já existe*, como proclama o movimento, em seu famoso lema. De outro, a generalização de suas propostas precisa ser consolidada, sob pena de comprometer a permanência histórica e os valores originais desses projetos. Como bem sintetizou Dalvani (Açaí): “*Pela situação da Justa Trama, por toda essa oportunidade, por essa mudança de paradigma, por tudo isso que nós passamos durante esses anos, agora a gente sabe que o nosso dever é multiplicar.*”

Depois daquela etapa do sonho, do encantamento e tal, **agora a gente vai ter que enfrentar outra demanda, que vem da sociedade pra nós [...]** Porque agora a sociedade já conhece a idéia e ela quer. Então a gente tem que dar a resposta. [...] **É uma cadeia que está fazendo a diferença e que está servindo de exemplo e que está mudando as ideias.** Até pelo fato de como a gente começou. – Dalvani (Açaí)

Temos que pensar que sempre existe a possibilidade de valorizar o ser humano, a pessoa. Então eu acho que **a Justa Trama é possível porque ela nos dá a certeza que nós podemos mudar o modo de ser conduzido**, até mudar a pessoa que conduz aquilo, e podemos tornar isso possível. É acreditar naquilo que é possível. E isso é possível. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

A afirmação de José Ribeiro acima também é instigante. Faz pensar que a possibilidade histórica da rede terminou por consolidar sua realização. A aparente tautologia pode ser esclarecida a partir de um breve exame do campo da Economia Solidária em seu contexto maior. Vencidas as desconfianças iniciais, o movimento parece ter abraçado o projeto da Justa Trama como seu, como explicou Idalina (Fio Nobre). E ao fazê-lo, trabalhou por sua consolidação política e econômica, já que a viabilidade histórica da Justa Trama chancelaria, como uma metonímia, a proposição maior da Economia Solidária.

Em sua fala, José Ribeiro também afirma que “*sempre existe a possibilidade de valorizar o ser humano*”, desse modo, ilustra com precisão um fato apontado por Agnes Heller (2008). Para ela, sempre existirão “preservadores dos valores alcançados” (p. 22):

Por vezes, **o valor atingido subsiste como uma norma abstrata, mesmo que não satisfeita na realidade** [...] Nem um só valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto; tem havido, continua a haver e haverá sempre ressurreição. Chamaria a isso de *invencibilidade da substância humana*, a qual só pode sucumbir com a própria humanidade, com a história. (Heller, 2008, p. 22) [grifos nossos]

Neste sentido, sugerimos que a Justa Trama representa atualmente uma *possibilidade axiológica* realizada, nos termos hellerianos (Heller, 2008): “Critério de desenvolvimento dos valores não é apenas a realidade dos mesmos, mas também sua possibilidade.” (p. 21). Em meio a um sem-fim de dificuldades, e também por elas, conforme argumento de Heller, a Justa Trama existe – é, portanto, uma possibilidade histórica atual. Assim, comprova que outras organizações, resistentes e transformadoras como ela, podem vir a existir também. Com efeito, após a leitura de Agnes Heller, compreendemos mais o sentido do que ouvimos reiteradas vezes desses trabalhadores: provar que a Justa Trama é possível, principalmente para outros trabalhadores, é para eles um dever político:

Você está fazendo uma intervenção num período da história, de que é possível trabalhar de maneiras diferentes [...] As pessoas foram começando a ver que era algo que poderia transformar a sua realidade. Então, quer dizer, cada vez foi provando que isso era possível. – Dalvani (Açaí)

A gente está mostrando a capacidade que tem os trabalhadores. Pra mim, isso é a coisa mais importante. Não é aquela coisa, que você diz assim: ‘Continuem sonhando, porque quem sabe um dia...’ Não! ‘Olha, está aqui. A gente conseguiu.’ – Nelsa (Univens)

Partimos dessas considerações, portanto, para sugerir que a experiência da Justa Trama dialoga muito bem com a perspectiva colocada, proposta pela filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller (2008; 1982). Trata-se de um *pequeno grupo* de trabalhadores, organizado politicamente em autogestão, com finalidade de resistir aos efeitos das contradições do sistema capitalista, e assim atender a *carecimentos radicais* importantes,

como a falta de uma condição digna de trabalho. É notável, como vimos, o grau de consciência que os protagonistas da rede têm sobre suas condições nas circunstâncias históricas atuais. Também vimos que as escolhas e ações do coletivo muitas vezes orientam-se por valores moralmente motivados, de inclinação humano-genérica:

Repetimos: a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram numa cotidianidade não-alienada; e, dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano. (Heller, 2008, p. 59)

Porém, sabemos que é impossível a um pequeno grupo, por mais predicados que reúna, por mais não-alienado que seja, em termos hellerianos, operar isoladamente grandes transformações históricas. É preciso uma organização política anti-hegemônica maior, sistêmica, capaz de operar a necessária generalização desses valores e proposições. Alguns estudiosos apontam o movimento da Economia Solidária como detentor deste *potencial*, (Singer, 1998; 2002; Santos, 2002; Gaiger, 2004) – algo ainda difícil de localizar com clareza no horizonte da História.

No entanto, podemos afirmar inequivocamente, em companhia de Agnes Heller, que a experiência da Justa Trama pode ser compreendida como uma expressão notável de *um desafio à desumanização* (Heller, 2008): “neste caso, a ‘ordenação’ da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, ‘provocador’, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política”. (p. 61) Neste sentido, tensiona em todos nós uma reflexão sobre o lugar que ocupamos, cotidiana e não-cotidianamente, nas reproduções das contradições do sistema capitalista, de um lado, e no engendramento de experiências coletivas dirigidas a seu enfrentamento e superação, de outro:

Nós teríamos que mudar uma cultura que está enraizada em nós, e no próprio mercado brasileiro, em que o primeiro item que se leva em conta é o custo. [...]. O agroecológico era visto somente como uma ideologia. Nada de concreto, apenas uma ideologia de algumas pessoas que pregavam uma coisa abstrata. E hoje o agroecológico, principalmente na área dos alimentos, veio provar que isso não é uma ideologia, isso é uma necessidade. [...]. Assim como a preservação do meio ambiente era vista, até uns anos atrás, apenas como uma locução de algumas pessoas que pensavam diferente. [...] Então a Justa Trama só vai conseguir ter um volume maior [de produção] quando a consciência das pessoas se abrir para que esse consumo seja dado de uma maneira, não pra defender uma ideologia, mas pra defender a própria vida. Mas isso vai demandar um tempo. – José Ribeiro (Coopertêxtil)

2. Trabalho e política: tramas indissociáveis da autogestão

A seção anterior apresentou reflexões importantes para os objetivos da pesquisa pelo ângulo da filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller. Nesta seção trataremos ainda de algumas questões pendentes sobre *trabalho e política no âmbito da autogestão da rede*, mas diretamente ligadas aos achados do estudo. Neste sentido, sublinhamos que não pretendemos empreender aqui uma exaustiva revisão bibliográfica.

*

No tocante às relações entre as dimensões do trabalho e da política na experiência da rede observamos várias complexidades de arriscadas reduções. Antes de abordar as principais delas, recorreremos a trechos da obra de Agnes Heller e de Ferenc Fehér (1998)¹⁶², sobre a condição política pós-moderna, à guisa de introdução. Após rechaçarem a concepção da própria pós-modernidade como uma nova era, os autores observam que os problemas econômicos são importantes na condição política atual, positiva e negativamente:

O lado positivo da moeda é que tanto os mitos conservadores quanto os radicais da ‘questão social’ se esgarçaram nas últimas décadas. Após o que parece ser o mais longo, embora certamente não o mais tempestuoso, ciclo depressivo da economia capitalista, é difícil que alguém alimente grandes esperanças sobre a existência perene e ininterrupta da ‘sociedade afluyente’. **Contudo, simultaneamente com o fim do mito liberal, o mito esquerdista de ‘resolver a questão social’ in toto e para sempre também foi consideravelmente erodido.** [...] Ainda estamos muito longe do reconhecimento universal da inevitável conclusão de que a completa solução da ‘questão social’ é um mito ou uma idéia reguladora. [...] O aspecto negativo da atual situação refere-se à problemática divisão do trabalhismo entre partidos e movimentos. [...] Embora discordemos da famosa tese de Hannah Arendt de que o social deve ser banido da arena política, e atribuamos grande importância aos movimentos, a predominância dos problemas econômicos na política profissional é um resultado dúbio. (Heller & Fehér, 1998, pp.22-23)

¹⁶² Já havíamos mencionado que as concepções de Hannah Arendt (2000) sobre política e trabalho ampararam inicialmente a proposição desta pesquisa. Em livro originalmente publicado em 1987, Agnes Heller e Ferenc Fehér (1998) dedicam um capítulo à teoria política de Hannah Arendt (pp. 131-152). À época, Heller ocupava a cadeira *Hannah Arendt de Filosofia* na New School for Social Research, em Nova York. Embora haja diferenças entre as leituras de ambas sobre trabalho e política, é possível estabelecer diálogos interessantes no plano dos encontros entre as obras dessas notáveis filósofas. Ambas coincidem, por exemplo, na centralidade da liberdade e em seu caráter não-natural, e na admiração de experiências de democracia direta, onde a liberdade pode ser criada e re-criada, por meio das ações políticas de indivíduos moralmente orientados por interesses humano-gênicos. Heller e Fehér (1998), no entanto, consideram as críticas arendtianas a Marx “uma acusação mal-dirigida” (p. 138). Segundo Arendt (2000), Marx teria abandonado a centralidade da liberdade em favor da politização da economia. Para Heller e Fehér, “Ele detestava tanto todo tipo de autoridade que queria abolir inteiramente o estado, junto com todos os Deuses” (p. 138) (Heller & Fehér, 1998).

Nesse sentido, Heller e Fehér recolocam as ações políticas¹⁶³ de autogestão em sub-esferas da vida social, como relevantes iniciativas que apontam para a *emancipação política possível*¹⁶⁴, em contextos de grande descentralização, como o sistema social atual:

A ausência de um centro organizador único nas sociedades ocidentais modernas não diminui a possibilidade de ação, nem de mudança das relações sociais. As ações em potencial são simplesmente recolocadas. Precisamente devido ao caráter descentralizado do sistema social, **as ações emancipatórias não precisam concentrar-se na mudança de um centro ou instituição único, que tudo abrange e domina, mas podem ser empreendidas em todos os sistemas e subsistemas, em todas as esferas da vida da sociedade, inclusive a vida cotidiana.** Nesse contexto, as ações emancipatórias tornam-se difusas. Além disso, não é mais necessário todos os atores que visam à emancipação unirem forças, pois essa ‘união de forças’ só era necessária na medida em que se podia definir um centro organizador único de todos os sistemas sociais. (Heller & Fehér, 1998, p. 54) [grifos nossos]

Se a vida cotidiana foi mudada aqui e ali, se as esferas culturais forem mudadas em certo grau, a própria sociedade terá sido mudada, mesmo que as mudanças tenham sido implementadas por diferentes grupos de atores sem qualquer união de forças. **O modelo da sociedade moderna que traçamos aqui nos permite ver como poderíamos transformar nossa contingência em destino, enfrentando ao mesmo tempo nosso contexto.** [...] Só a lógica da democracia¹⁶⁵ pode ser preservada e ampliada pelas necessidades que visam à autodeterminação. (Heller & Fehér, 1998, p. 55) [grifos nossos]

Os autores ainda consideram duas modalidades de democratização por autodeterminação: a que dispara esses processos em dada instituição ou projeto – como a Justa Trama – e aquela que os provoca a partir de um aspecto da vida, de modo transinstitucional, como o feminismo: “Nenhum dos dois processos é inaudito e muito menos inimaginável, em sociedades contemporâneas. Há fábricas, escritórios, escolas, comunidades agrícolas, associações e similares em regime de *autogestão*.” (Heller & Fehér, 1998, p. 57). [grifos nossos]

Em revista à obra de Hannah Arendt (2000), os filósofos estabelecem um diálogo fértil e respeitoso com as proposições da autora, mas defendem o que chamaram de politização das questões sociais (como aquelas de ordem econômica), algo ilegítimo para Arendt:

Num corpo político moderno, ou seja, **num corpo em que a maioria de participantes passa a maior parte de seu tempo no trabalho, e no qual, simultaneamente, todo mundo é em**

¹⁶³ Heller e Fehér (1998) consideram tarefa difícil distinguir ações sociais e políticas. Para eles, uma ação política pode ser assim considerada quando as pessoas agem na condição de cidadãos, e falam e mobilizam a outras na mesma condição: “Isso pode acontecer de três maneiras distintas. Primeiro, as pessoas podem agir dentro de organizações políticas, segundo, as pessoas podem traduzir reivindicações privadas em públicas e, terceiro, as pessoas podem tratar, ou mobilizar outras para tratar, questões sociais ou privadas recorrendo a idéias políticas, direitos e normas democráticas gerais ou universais. Estes três tipos de ações podem fundir-se mas nem sempre o fazem.” (Heller & Fehér, 1998, p. 117)

¹⁶⁴ Segundo Heller e Fehér (1998), tanto Arendt quanto Marx consideraram ilegítimas qualquer emancipação que não fosse política, como aquelas de ordem ‘social’ ou ‘humana’: “A emancipação deve ser política e estabelecer com isso uma comunidade política, um povo, embora, repetindo, não necessariamente em forma de estado-nação.” (Heller & Fehér, 1998, p. 135).

¹⁶⁵ Para os autores, uma instituição é democrática quando todas as suas normas e regras forem idealizadas e legitimadas pela vontade livre de cada membro participante dela (Heller & Fehér, 1998).

princípio cidadão, o ‘problema social’ não pode, para salvaguardar o político, ser relevado ao reino privado. A solução disso tem um significado *universal*. Tendo em mente essa importante consideração, enraizada na própria dinâmica das sociedades modernas, diferenciadas, a tricotomia de Hannah [privado, social e público] pode, e em nossa opinião deve, ser ‘redimida’ [...] **Se alguma dessas práticas do reino social começar a manifestar um desejo geral de mudança estratégica, então já teremos passado do ‘social’ para o ‘político’.** [...] Visto que práticas econômicas, culturais, educacionais etc. – em suma, problemas sociais – também constituem *modos de vida*, mudanças freqüentes como inevitável resultado da politização de problemas sociais se revelariam inteiramente perturbadoras também do corpo político. (Heller & Fehér, 1998, pp. 148-149) [comentário e grifos nossos]

As mudanças no corpo político, ocasionadas a partir de práticas econômicas, culturais ou mesmo educacionais, encontrarão limites para suas eventuais generalizações, segundo os autores. Isto não significa, entretanto, que não devam ser levadas adiante, em defesa da própria *liberdade*, meta-valor universal, que sofre perigoso atentado perante a miséria:

As revoluções, esses ‘novos começos’, certamente não podem resolver a ‘questão social’, em particular o problema da pobreza, mas os atores das instituições livres, os cidadãos da ‘república’, podem e devem tentar fazê-lo, mesmo que apenas num sentido mais provisório que final. E no entanto o cidadão deve agir para resolver a questão social, por três motivos. É um *escândalo* para a *liberdade* tolerar a miséria, na compreensão cultural particular da palavra e ainda mais em seu sentido estritamente biológico. Além disso, **a perpetuação da pobreza só pode levar ao suicídio da liberdade: da pobreza em massa só podem surgir elites e maltas, não atores livres.** [...] Finalmente dividir o mundo em atos relativos à liberdade, rejeitando ao mesmo tempo as exigências demasiado materiais das necessidades, e em atos que satisfazem as necessidades e portanto se relacionam apenas ao reino da necessidade, é uma *falsa espiritualização da liberdade*. (Heller & Fehér, 1998, pp. 149-150) [grifos nossos]

De modo geral, e com a devida cautela, entendemos portanto que é possível estabelecer relações entre as proposições maiores da filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller e as bases autogestionárias (ou autodeterminadas) da experiência dos trabalhadores da Justa Trama.

*

Passamos a citar exemplos das complexidades que encontramos nas relações entre as dimensões do trabalho e da política no seio da rede.

Vimos que *os trabalhadores representam a Justa Trama como um projeto num só tempo político e econômico*. Para eles, a rede se propõe a gerar trabalho e renda e também a transformar a realidade em que vivem, não apenas em âmbito local. A partir do local, consideram possível operar mudanças históricas importantes em esferas mais ampliadas da vida social, já que contam com a articulação em redes econômicas e políticas maiores, e com o suporte de um movimento político internacional em ascensão, a Economia Solidária - apesar dos questionamentos quanto aos seus alcances.

Vimos que essa *dupla-chave identitária pela qual lêem o projeto da Justa Trama – como um meio político e como um fim econômico* – é tema problemático, objeto de intensos debates no interior do grupo. Não que o coletivo considere a questão em termos binários – estão cômicos da limitação que significaria fazê-lo. Preocupam-se, isto sim, em antever e avaliar os possíveis impactos de ênfases desiguais entre essas dimensões, atribuídas por eles ao planejar as ações cotidianas da rede.

ela [Justa Trama] é meio e fim. Meio porque ela é politicamente bem estruturada, com princípios claríssimos, com estrutura de lastro, no Brasil e fora do Brasil, fortíssimos. Com uma proposta inovadora sem tamanho, que tem espaço pra crescer sem tamanho, politicamente e economicamente. **Ela é meio por quê? Ela dá nome e dá salto para os grupos.** Ela é meio porque ela te coloca na mídia, ela te coloca em outros lugares. Mas ela tem que ser **fim, porque um dos seus principais princípios é acabar com a desigualdade social. E desigualdade social se acaba com dinheiro.** [...] **Falo dinheiro como geração de renda, como retorno.** E aí, comercialmente, nós somos muito fracos, em estrutura comercial e de propaganda, pra disputar no mundo, que não é um mundo solidário. Nós nos damos bem quando vendemos dentro do [comércio] solidário. E isso tem um lado super positivo, porque somos do comércio justo e estamos aí no comércio justo, e está comprovado. Porém, ele não é suficiente. – Idalina (Fio Nobre)

‘Tu podes olhar pra Justa Trama como um fim ou como um meio’. [...] Patrícia (Univens): *‘Mas sempre foram as duas coisas!* [geração de trabalho e projeto político]’ Zé Ribeiro: *‘Porque se for só a sustentabilidade econômica, nós ainda não conseguimos. Mas não é só isso.’* [...] Mais tarde, ao definir a redação final da missão da rede, o tema retorna. Chagas: *‘queremos estar entre as melhores centrais de cooperativas, com atividades que gerem sustentabilidade ambiental e social’.* Dalvani: *‘A Justa Trama não é um fim, ela é um meio. A gente quer estar em vários locais, mas com regras, com princípios. Para que tudo acompanhe, para que nada fique solto, para que a Justa Trama não se torne um mito vazio’.* Idalina: *‘É isso, realização dos princípios’.* [Diário de Campo, Porto Alegre, 05/11/2011]

A expressão mesma destas preocupações e o modo de operar com elas já aponta para a incidência de meios políticos vertidos sobre um tema de bases econômicas. Indica, por exemplo, que há no interior do grupo espaço simbólico suficiente para manifestações de posições diferentes importantes. E uma vez reveladas, o manejo com elas, por parte dos trabalhadores, se dá primordialmente por meios também políticos. Ou seja, não existe nesse tocante um consenso no interior do grupo. E, de fato, talvez não seja possível nem desejável que ocorra. Entendemos que a existência dessa tensão entre diferentes entendimentos dos associados sobre as ênfases que devem ser por eles atribuídas às dimensões política e econômica da rede, enquanto existir, garante a permanência na dialética maior da autogestão, fundada sobre ambas as dimensões da vida social.

Um entendimento central, derivado da pesquisa, portanto, trata da *relação essencialmente dialética entre política e trabalho na experiência de autogestão da Justa*

Trama e, latu sensu, daqueles que vivenciam experiências de trabalho organizados em autogestão:

- a atividade política de orientação democrática e participativa, comparece no cotidiano do grupo como parte indissociável da atividade do trabalho. Em outros termos, *política é também trabalho nas experiências de autogestão*, na medida em que ela opera como eixo orientador da organização do processo produtivo. Na ausência ou no retraimento da política, o trabalho deixa de ser autogerido, perdendo assim, sua concepção axiológica inicial.

- o trabalho por sua vez, surge em diversas situações aqui relatadas como objeto da prática política do grupo. Ou seja, as questões de ordem econômica são constantemente tema de debate político, como de fato propõe a autogestão, em seus princípios essenciais. O trabalho na autogestão da Justa Trama encontra-se submetido à racionalidade política do grupo – ele serve aos trabalhadores, e não o contrário. Isto num só tempo acarreta ganhos e gera preocupações a eles, dado o contexto maior em que se encontra a rede – de hegemonia capitalista, pautado por uma racionalidade econômica altamente competitiva e tecnicista.

Possivelmente as afirmações acima são pertinentes a experiências de autogestão não necessariamente articuladas em rede como a Justa Trama. No entanto, entendemos que esse arranjo sedimentou em bases mais seguras a referida dialética, entre trabalho e política no cotidiano da autogestão do grupo. Considerando que a dimensão econômica da rede é assegurada pelos associados nos empreendimentos-elo, e que a rede guarda relativa autonomia frente a cada elo (em tese, a rede pode ampliar os empreendimentos associados a ela de modo a intensificar seu desempenho econômico, por exemplo), concluímos que a dimensão política nesse arranjo produtivo autogerido pode assumir relevo ainda maior. De certa forma, a dimensão política da experiência autogerida da rede amplifica os resultados econômicos alcançados pelos trabalhadores em cada empreendimento que, por sua vez, conferem sentido e fundamento à existência da Central.

Outro achado da pesquisa aponta, como vimos, para *uma forte identidade não apenas de grupo, mas também de classe trabalhadora, entre associados da rede*. Embora não saibamos se é um fenômeno extensivo a todo o coletivo de trabalhadores, nem mesmo à maioria dele, pode-se afirmar que, quando exposta, essa identidade surgiu apoiada numa aguda consciência histórica, como ilustra o trecho a seguir:

tem esse entendimento muito forte, de que **sempre a questão é a mais-valia. É os trabalhadores não serem proprietários dos seus instrumentos de produção**, por isso que o capitalismo explora mais os trabalhadores. [...] **Bom, e aí você vê que é mais do que isso, então, o que a gente precisa, né?** Só isso não resolve a questão. – Nelsa (Univens)

Com efeito, grande parte dos achados da pesquisa se deve à condição peculiar propiciada por um *trabalho autogestionário*. Praticada na radicalidade de sua proposição, trabalhar em autogestão significa, de fato, organizar o trabalho a partir de uma racionalidade política: este trabalho terá que ser inevitavelmente coletivo, baseado em relações igualitárias e democráticas, orientado para servir aos interesses e necessidades dos trabalhadores (Singer, 1998).

Porém, como bem assinalou Nelsa, a autogestão vivida apenas no âmbito de um empreendimento econômico, ainda que pesem seus efeitos benfazejos, em termos sociais e econômicos, isto não basta para assegurar a permanência e a expansão do controle do processo produtivo nas mãos dos trabalhadores, de maneira ampla e sistêmica. Como vimos, foi necessário estender o escopo da autogestão para além das fronteiras de cada empreendimento, rumo ao controle estratégico da cadeia produtiva têxtil – um meio de salvaguardar as trabalhadoras não apenas dos patrões, mas também dos atravessadores capitalistas:

Provar que a gente é capaz de **ter um controle de todo o processo de produção**. Os trabalhadores organizados em Economia Solidária, de forma coletiva. [...] **Isso é mexer na estrutura da sociedade**. Isso é você, de fato, construir algo que o capitalismo não te tira, nenhum outro sistema te tira. – Nelsa (Univens)

A leitura das linhas acima remete novamente à condição também dialética do projeto da Justa Trama em particular, e da Economia Solidária, em geral, como resistência às mazelas do mundo do trabalho, mas também como criação histórica. Por exemplo, ao agirem intencionalmente com vistas a deter o controle do processo de produção da cadeia têxtil, as trabalhadoras, junto de outros pares, contribuiram para a construção e consolidação de um novo modelo de práticas econômicas, orientadas por um novo paradigma econômico, não-capitalista (Santos, 2002; Moraes & Borges, 2010).

Neste sentido, e pelo exposto acima, concordamos com as críticas que rechaçam interpretações clivadas destas dimensões – trabalho e política – em experiências de autogestão (G. Cunha, 2012; Quirós, 2009):

Em sua diversidade, todas estas formas econômicas solidárias de algum modo desafiavam a existência de uma única lógica econômica: a da acumulação dos ganhos. Não que o interesse pelos ganhos esteja ausente – o que seria a outra utopia unidimensional: a da caridade, da solidariedade filantrópica –, mas estes *não subordinam* as outras lógicas presentes, donde a máxima: ‘a vida acima do lucro’. Portanto, nem utilitarismo puro, nem altruísmo puro, mas uma realidade complexa, paradoxal, plural, que extrai o econômico das armadilhas lógicas de seu sentido puramente formal, devolvendo-lhe seu sentido substantivo, ‘vivente’. (G. Cunha, 2012. p. 14)

Entendo que a cisão entre ‘razão material’ e o que poderíamos chamar de ‘razão político-moral’ forjou pouco a pouco, explícita ou implicitamente, a matriz classificatória e normativa com base na qual a academia examinou os objetivos do ‘ator coletivo’ e as motivações dos ‘atores individuais’. **Esquema dicotômico que, como indica Manzano (2007:301), faz parte das premissas fundadoras do campo dos novos movimentos sociais e atua, ainda, como geradora de perguntas e interpretações sobre os processos políticos protagonizados pelos ‘setores populares’.** [...] estas posições partilham da premissa normativa de que o vínculo político não deveria estar marcado pela troca – ideal curioso, se levarmos em conta que teorias fundacionais da sociologia e da antropologia localizam na troca (de bens tangíveis e intangíveis) a gênese e a manutenção do laço social (cf. Mauss 2003; Lévi-Strauss, 1967; Malinowski, 1935). (Quirós, 2009, pp. 134-135) [grifos nossos]

*

Recentemente, a Professora Sylvia Leser de Mello tratou da *centralidade da autogestão* na proposição da Economia Solidária: “Não tem como pensar a Economia Solidária sem pensar em autogestão. [...] Autogestão é um dos maiores desafios; é o centro da Economia Solidária, representa o avesso da organização capitalista.” (Comunicado em mesa-redonda, 22/09/2012)¹⁶⁶ Sabe-se, com efeito, que a abolição da “exploração do homem pelo homem” – degeneração da noção marxista de liberdade - é um princípio basal da autogestão (e, portanto, da Economia Solidária). Em tese, não há conflito de classes no seu interior, portanto, não há também *mais-valia*. O trabalhador permanece integrado, como sujeito dos resultados e do processo de seu trabalho, no plano de uma experiência coletiva e democrática (Singer, 1998). Segundo Heller & Fehér (1998), “Marx jamais deixou de enfatizar que a exploração não é uma questão de altos ou baixos salários, mas basicamente de insuficiente domínio social da produção social.” (p. 159).

Sem a reificação do trabalho, é possível pensar que a experiência da *práxis* - de uma consciência não-fragmentada, nos termos de Heller (2008) - também pode despontar no cerne de experiências autogeridas. Este, aliás, foi outro aspecto observado no campo da pesquisa. A autogestão da rede, em geral, promoveu uma integração maior dos trabalhadores com a experiência do trabalho, ao menos nos elos finais da cadeia: “*Virou a cabeça, e isso é maravilhoso! É maravilhoso você ver que você pode criar. Criar, sabe?!*” – Nelsa (Univens)

Presente no mesmo evento, Paul Singer dirigiu-se no mesmo sentido. Para ele, a Economia Solidária é um projeto fundamentalmente político (além de econômico, social e cultural). Se a princípio assumia um caráter econômico, ainda que em sentido amplo, as experiências foram demonstrando gradativamente se tratar de um projeto político de inspiração socialista. Como existe a democracia política, segundo ele, há que se trabalhar para

¹⁶⁶ Mesa-redonda realizada junto no II ENPES – Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária da ABPES (Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária), em São Paulo (SP).

levar os princípios democráticos participativos também para o interior das escolas, igrejas, fábricas, empresas: “Afinal, são todas áreas de interação social [...] Socialismo é isso, é levar a democracia às suas últimas conseqüências”. (Comunicado em mesa-redonda, 22/09/2012)¹⁶⁷

No entanto, é preciso mencionar um desafio nesse tocante, revelado nos interstícios da pesquisa. A ênfase na dimensão política da experiência de autogestão, verificada tanto no caso específico da Justa Trama, quanto no movimento da Economia Solidária como um todo, ao passo que anima, preocupa os trabalhadores. De fato, os empreendimentos econômicos solidários experimentam, de modo geral, baixos índices de “eficiência econômica”, quando cotejados a organizações capitalistas de setores similares:

Na Justa Trama, eu sinto que o movimento [político] é um sentimento. [...] É fortíssimo politicamente. **Em outra economia, não.** [...] E aí subliminarmente o movimento [da Economia Solidária] espera que a Justa Trama dê esse salto. [...] Que a Justa Trama tenha sustentabilidade economicamente, para então poder se provar. [...] Nós vamos dar esse salto; mas nós estamos com um peso subliminar, sim, de ter que mostrar que outra economia é real e acontece. – Idalina (Fio Nobre)

A fala de Idalina nos remete à *complexa conjuntura que permitiu o surgimento e a consolidação do projeto da Justa Trama*. Nela, *a rede e o movimento da Economia Solidária comparecem imbricadas uma à outra*, num liame de vigor político considerável. Sem dúvida, são personagens institucionais importantes de uma história de resistência e de solidariedade entre trabalhadores, em um contexto de recente concretização da proposta política da Economia Solidária como resposta à Crise do Emprego dos anos 80 e 90 do século passado (Singer, 2000; Leite, 2009; Souza, 2010).

Como vimos, passadas as desconfianças iniciais, *a Justa Trama parece ter sido abraçada como um projeto político de todo o movimento da Economia Solidária*. Exemplo disso é o fato do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ter sido apontado como um dos berços simbólicos da rede pelas trabalhadoras. Ali as futuras lideranças da Central se conheceram, constituíram laços de amizade e de companheirismo político: “*passamos a sonhar o mesmo sonho*”, nas palavras de Idalina (Fio Nobre).

Dessa forma, pode-se dizer que atualmente a Justa Trama representa, para o movimento da Economia Solidária, uma espécie de *representativo*, nos termos de Heller (2008). Um potencial axiológico que despontou no céu das utopias e que desceu ao terreno da materialidade. Nesse sentido, como diz Idalina, o movimento parece desejar a consolidação plena da Justa Trama como um indicativo importante de sua própria consolidação.

¹⁶⁷ Idem.

Vimos também que *o apoio de parceiros institucionais foi essencial para a arquitetura do projeto da rede*. Sem os aportes de instituições brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas, dificilmente a Justa Trama teria alcançado viabilidade histórica. Também identificamos que essas organizações souberam respeitar a autoria política do projeto do grupo que, a seu turno, manteve-se à frente do processo, zeloso de sua autonomia (Cruz, 2010).

Outro fator muito referido pelos trabalhadores como responsável, ainda que parcialmente, pela viabilidade histórica do projeto da Justa Trama foi a atuação de lideranças, tenazes e democráticas, à sua frente. Vindas de formações políticas consistentes, Nelsa e Idalina souberam vencer as resistências iniciais à idéia da rede e angariar apoios políticos cruciais para o seu desenvolvimento. Se foram tantas vezes chamadas de *loucas*, como relatam, as trabalhadoras não ignoraram a força dos laços que as uniam em torno de uma causa comum, intrinsecamente política, em grande parte motivada por valores humano-genéricos, como vimos na seção anterior. Persistiram.

O caráter resistente e ousado do projeto, a celeridade com que as protagonistas disparavam ações e novos contatos, com vistas a aproveitar *os ventos* favoráveis das circunstâncias, astutamente lidos por elas - entre outras habilidades políticas - terminaram por configurar um microcampo propício para a proposição da Justa Trama, em meio a uma macrocampo, também próspero, desenhado pela efervescência da recente institucionalização da Economia Solidária no país, à época (Souza, 2010; Leite, 2009).

Heller e Fehér (1998) também abordam o tema das lideranças no marco dos processos autodeterminados. No trecho a seguir, os autores confirmam o fato de que poucas pessoas de fato empreendem o início desses projetos. Também alertam para as resistências iniciais e para os riscos do caminho:

Claro, o projeto de autodeterminação num grupo ou instituição tem que ser iniciado por alguém. Num caso ideal, a iniciativa viria de todas as partes interessadas, embora isso só ocorresse nas mais extremas circunstâncias. Normalmente, porém, **só poucos tomam a iniciativa**. [...] Os iniciadores de projetos de autodeterminação **vão sem dúvida enfrentar tendências opostas e até mesmo imobilismo, embora devam sempre resistir à idéia de que se pode obrigar as pessoas a ser livres**. (Heller & Fehér, 1998, p. 61) [grifos nossos]

Por fim, vale tratar da *confiança* como um afeto importante, que amalgama as relações na vida cotidiana (Heller, 2008), e que compareceu, nas falas dos trabalhadores, como um dos princípios importantes do grupo. Também se faz presente nas paulatinas conquistas de apoio que as protagonistas da Justa Trama souberam reunir em torno do projeto, e que jogaram um papel crucial em sua viabilidade histórica:

a fé e a confiança desempenham na vida cotidiana um papel muito mais importante que nas demais esferas da vida. [...] Os homens não podem dominar o ‘todo’ com um golpe de vista, em nenhum aspecto da realidade. [...] limitar-nos-emos a precisar que **a confiança é um afeto do indivíduo inteiro e, desse modo, mais acessível à experiência**, à moral e à teoria do que a fé, que se enraíza sempre no individual-particular. (Heller & Fehér, 1998, pp. 51-52) [grifos nossos]

Esse sentimento político, próprio de experiências compartilhadas entre iguais, pareceu-nos um componente fundamental nesse projeto que reúne tino resistente e ânimo criador. De pouco valeriam as virtudes individuais, por mais exuberantes, se não pudessem ser compartilhadas e saboreadas numa farta comunhão entre pares, chamados à mesa desse projeto, para aportar suas singularidades e assim compor uma peça histórica original.

Com efeito, a Justa Trama parece fortalecer os trabalhadores para os inevitáveis e cotidianos embates vividos num mundo do trabalho injusto e excludente. Mais que isso, a rede também parece servir-lhes de oriente para ações futuras, e para re-fundar a confiança no caráter dialético da história, sempre que necessário. Como diz Nelsa, abaixo, “*a gente consegue ver a luz no fim do túnel.*”

A marca maior desse encontro é perceber que nós [trabalhadores] somos pequenos, mas, ao mesmo tempo, somos muito grandes. Estamos espalhados por todos os lugares. Para mudar essa sociedade, tem de distribuir renda. Para isso, **tem de mexer nas estruturas da sociedade. Percebemos que nossas dificuldades, necessidades e problemas são os mesmos e a gente consegue ver a luz no fim do túnel** – Nelsa (Univens)¹⁶⁸

¹⁶⁸ Disponível em <http://www.integrar.org.br/paginas/printer.asp?id=113>, acessado em 02/01/2013.

Considerações Finais

O recente alargamento da Economia Solidária no Brasil e o tenaz empenho de trabalhadores para arquitetar ações cada vez mais complexas no interior de seus marcos moveram a proposta desta pesquisa. Por meio da interação com diversos atores e instituições, mulheres e homens de diversas cooperativas, associações e pequenos grupos autogeridos buscam modificar e desenvolver novos modos de gerir o trabalho, de comercializar produtos e serviços, de obter crédito, de praticar intercooperação. Como vimos, o ânimo que os trabalhadores investem nestes processos é resistente e as dificuldades são imensas: trata-se de gerar trabalho e renda e de tentar instituir outro paradigma econômico, pautado pelos princípios da autogestão, em meio às agruras e por entre as fendas do sistema capitalista.

Com o amparo de experiências de pesquisas anteriores, mas ainda distante do contato fluido e contínuo com o campo, tomamos por objetivos compreender as relações entre trabalho e política no cotidiano de uma rede da Economia Solidária que se estende pelas cinco regiões do país, a *Justa Trama*. Passados quatro anos e um sem-fim de aprendizados, podemos afirmar que cumprimos ao menos parcialmente a tarefa, não sem sustos e surpresas, furtas e muitas vezes fascinantes.

O encontro com a exuberância e a complexidade da experiência do grupo exigiu cautela – nos fez amainar o ritmo e rever a rota e o foco da atenção em campo, já em meio aos trabalhos. As primeiras incursões alertaram para a necessidade de seguir a agenda dos encontros *entre os elos* da rede se quiséssemos atender adequadamente os objetivos da pesquisa, dirigidos aos fenômenos políticos da Justa Trama como um todo.

Também na cadência do campo cresceu o interesse por compreender como os trabalhadores conseguem fazer tanto com tão pouco e num meio tão adverso: “*Os maiores desafios que eu vejo vêm de que nós não somos regra, nós somos exceção. [...] E ser exceção é ter que enfrentar um mundo de coisas contrárias*”, explicou José Ribeiro. Embora esta questão esteja próxima dos objetivos inicialmente propostos, tornou-se uma bússola sensível e importante para a pesquisa. Porque mirar para relações entre trabalho e política no horizonte do convívio com o grupo podia ser um postulado formalmente claro, mas revelou-se duro e impalpável frente à plasticidade eloquente das ações e dos gestos dos trabalhadores.

Dali em diante saímos em busca de uma teoria dialética sobre a História. A inquietação por compreender *como os trabalhadores da rede conseguem construí-la e sustentá-la no cotidiano* pedia uma teoria que nos deixasse seguir, de perto e sem pressa, os movimentos do grupo, e que fosse ainda condizente com nossas concepções marxistas de partida. Em outras palavras, para ser leal com a experiência do campo, era preciso contar com lentes interpretativas que permitissem a percepção acurada das pessoas em face às estruturas,

na consideração dos processos históricos da (re) produção da vida cotidiana daqueles trabalhadores. Neste sentido, o referencial teórico adotado – a obra sobre cotidiano e história de Agnes Heller – representou uma resposta a uma necessidade do campo, surgida já no contato com a experiência da Justa Trama.

Com efeito, os aportes conferidos à pesquisa pela filosofia da vida cotidiana de Agnes Heller revelaram-se abundantes e de longo alcance. Nos deram elementos suficientes para compreender, por exemplo, que o caso da Justa Trama representa uma viva expressão do que a autora chamou de um *desafio à desumanização* (Heller, 2008). Ou seja, uma experiência de condução da vida levada a cabo por individualidades conscientes que buscam apropriar-se da realidade de maneira não-alienada, orientadas pela realização de valores humano-genéricos. Como vimos, a experiência da Justa Trama também revelou-se uma possibilidade axiológica de instituir história no cotidiano, em meio a muitos empecilhos, e também por eles, na perspectiva indicada por Agnes Heller, de pequenos grupos, moralmente motivados, dedicados à satisfação de carecimentos radicais.

*

O exame detido das práticas cotidianas da rede revelou a presença de uma tensão dialética constante. De um lado, vimos que os trabalhadores não estão livres de sofrer a diário os efeitos das contradições do modo de produção capitalista. De outro, empenham tino resistente e desenvoltura política no sentido de construir recursos para esquivar-se deles. E, muitas vezes, tratam de agir política e estrategicamente para criar outras possibilidades históricas, práticas políticas e econômicas condizentes com os princípios da autogestão e da Economia Solidária, em meio a muitos desafios.

A experiência de autogestão da Justa Trama também surgiu representada dialeticamente nos resultados da pesquisa: como uma organização econômica, com fins de geração de renda, e como organização política, um meio de resistir às mazelas do capitalismo e de buscar instituir, nos limites das circunstâncias, e junto do movimento de Economia Solidária, outro paradigma econômico. Também vimos como a política no cotidiano da autogestão da rede pode ser entendida como inerente ao trabalho. E o trabalho, por sua vez, pode ser compreendido como objeto de prática política do grupo.

Para chegar a esta e outras inferências, apresentadas em detalhe no último capítulo, empreendemos esforços no sentido de reunir elementos sobre o cotidiano e sobre a história da experiência política dos trabalhadores da Justa Trama – apresentados respectivamente no Capítulo III e IV. Os resultados da pesquisa foram organizados em *casos sobre o cotidiano*,

relatados com o apoio da experiência etnográfica, e em *narrativas sobre a história* da rede, amparadas nas entrevistas com os trabalhadores.

Neste processo, devotamos ao trabalho de campo e à discussão do método da pesquisa grande atenção. Ao fecundo encontro entre os enfoques etnográfico e psicossocial devemos atribuir a outra parcela de possibilidades de ler os chamados e as exigências do campo, e assim alcançar os resultados da pesquisa. Ele nos permitiu exercer e aprimorar a escuta, o deslocamento para o encontro com o *outro* e a prudência, e conviver com a companhia do aparente caos sugerido pelo tanto que emergia das experiências de campo, tão ricas quanto diversas. Foi preciso esperar e deixar decantar o que ainda precisava ser lido e relido à luz do vivido em companhia dos trabalhadores.

Não coube nos limites deste trabalho empreender estudos aprofundados sobre temas que nos parecem estratégicos para o campo da Economia Solidária, de modo geral, e para os estudos de formas populares de resistência e de transformação social no plano do trabalho, em particular. Orientadas para este contexto, sugerimos novas pesquisas sobre o tema das lideranças ou dos *iniciadores das ações políticas* - como aqui o chamamos, em companhia de Hannah Arendt (2000). Também entendemos que o próprio movimento social ou político da Economia Solidária brasileira requer mais esforços de entendimentos por parte das Ciências Sociais, especialmente no que se refere à interpretação de seus sentidos e expressões históricas num contexto mais alargado.

Por fim, sublinhamos que este trabalho é um estudo de caso orientado por nortes específicos: as relações entre *trabalho e política* e entre *cotidiano e história*, no plano da autogestão de uma rede solidária. Estas questões, de ordem filosófica, foram levadas em consideração por um enfoque psicossocial, de inspiração etnográfica. Neste sentido, entendemos que ele representa apenas uma pequena e localizada contribuição para o tema da autogestão em redes solidárias.

As redes solidárias, como outras práticas de intercooperação não-capitalistas, empreendidas por trabalhadores com força de resistência e de transformação, são fenômenos contemporâneos preñes de sentidos que também merecem ser mais explorados. O caso da Justa Trama é tão raro quanto notável, do ponto de vista histórico. Como ele, há outras experiências que podem ser improváveis mas não são impossíveis, e têm muito a ensinar.

A projetada radicalização da democracia que aqui esboçamos parece ser demasiado utópica. Mas tantas instituições que hoje temos como coisa natural foram antes utópicas, que a associação de utopia a inexequibilidade é completamente injustificável.

Agnes Heller e Ferenc Fehér

Referências Bibliográficas

- ADS. (2002). *A comercialização na economia solidária*. São Paulo: ADS-CUT.
- Andrada, C. F. (2006). Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(1), 1-14.
- Andrada, C. F. (2009a). *O encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens*. Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Andrada, C. F. (2009b). “A vida é trabalho”. In Patto, M. H. S. (Org). *A Cidadania Negada: políticas públicas e formas de viver* (pp. 29-67). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Andrada, C. F. (2010). Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto.Urbe (USP)*, 7(1), 129-149.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (1999). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2000). *A condição humana*. (10^a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2009). *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Barañano, A.; Garcia, J. L.; Cátedra, M.; Devillard, M. J. (2007). (coords.). Multilocal. *Diccionario de relaciones interculturales: diversidad y globalización* (pp. 259-262). Madrid: Complutense.
- Barbosa, D. R.; Souza, M. P. R. (2009). História da Psicologia: contribuições da etnografia e da história oral. *Temas em Psicologia*, 17(1), 81-91.
- Becker, H. S. (1999). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Becker, H. S. (2009). *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bernardo, J. (2000). *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Casara (2006). Que moda é essa? C&A vende roupas fabricadas por imigrantes em malharias clandestinas. *Observatório Social em Revista*. 10(1), 04-09.
- Calderoni, D. (Produtor e Diretor) (2008). Viagem a Mondragón. [DVD] São Paulo: David Calderoni. Recuperado em 09 de abril de 2012, de <http://www.youtube.com/watch?v=K4jOTKGfXII>
- Carone, I. (1991). De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. *Psicologia USP*, 2(1), 111-120.
- Carone, I. (2007). A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Castells, M. (2012). Castells vê “expansão do não-capitalismo” (entrevista a Paul Mason). *Revista Outras Palavras*. Recuperado em 20 de dezembro de 2012, de: <http://www.outraspalavras.net/2012/11/28/castells-ve-expansao-do-nao-capitalismo/>
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano I: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.

- Chataway, C. J. (2001). Negotiating the Observer-observed relationship: participatory action research. In Tolman, D & Brydon-Miller, M. (Orgs) *From subjects to subjectivities – a handbook of interpretative and participatory methods* (pp. 239-255). New York: New York University Press.
- Chauí, M. de S. (2003). *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez Editora.
- Chauí, M. de S. (2009). Merleau-Ponty: da Constituição à Instituição. *Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XVII*, 1(20), 11-36.
- Clastres, P. (1974). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Clifford, J.; Marcus, G. E. (1986). *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Cotera, A.; Ortiz, H. (2009). Comércio Justo. In Cattani, A. D. Laville, J.-L. Gaiger, L. I. Hespanha, P. (Orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 60-67) Coimbra: Almedina/CES.
- Coraggio, J. L. (2004). “Una alternativa socioeconómica necesaria: la economía social”. In: Danani, C. *Política Social y Economía Social*. Buenos Aires: Altamira.
- Cruz, A. (2010). A rede Justa Trama: os fios e o tecido de uma cadeia produtiva na Economia Solidária. In Morais, L. Borges, A. (Orgs) *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras* (pp. 343-384). São Paulo: Instituto Polis.
- Cunha, G. C. (2012). *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção das ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- Cunha, G. C.; Santos, A. M. (2011). Economia Solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In Hespanha, P.; Santos, A. M. (Orgs.) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas* (pp. 15-56). Coimbra: Almedina.
- Cunha, L. (2011). *Secretaria Nacional de Economia Solidária completa oito anos* (28 de junho de 2011). Brasília: FBES. Recuperado em 15 de agosto de 2011 de: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6208&Itemid=62
- DaMatta, R. (1978). "O ofício do etnólogo ou como ter 'Antropological Blues'". In Nunes, Edson (Org.). *A aventura sociológica* (pp. 23-35). Rio de Janeiro: Zahar.
- Delamont, S. (2005). Ethnography and participant observation. In Seale, C.; Gobo, G. Gubrium, J.F. & Silverman, D. (Orgs). *Qualitative Research Practice*. Reprint, U.K., Sage. Cap. 14.
- DIEESE (2010). *Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios* [Nota à imprensa - São Bernardo do Campo, 10 de abril de 2010]. Recuperado em 16 de agosto de 2011 de: <http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafioStexto2010.pdf>
- Dowbor, L. (1998). *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.
- Estevan, T. (2006). *Análise estratégica da viabilidade econômica para economia solidária. Estudo de caso: Justa Trama*. São Paulo, 100 p. Trabalho de Formatura. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção.
- Farr, R. M. (1998). *As raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)*. Petrópolis: Vozes.

- Fonseca, C (1999). Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e Educação. *Anais da XXI Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, setembro de 1998. Jan/Fev/Mar/Abr 1999. Nº 10.
- Fradique, T. (2003) Fixar o movimento nas margens do rio: duas experiências de construção de um objecto de estudo em terreno urbano em Portugal. In Velho, G; Kuschnir, K. (Orgs). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico* (pp. 99-117). Rio de Janeiro: Zahar.
- França-Filho, G. C.; Laville, J. L. (2004). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Fravret-Saada (2005). “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, (13)1, 155-161.
- Freitas, M. G.; Montero, M. (2006). Las redes comunitarias. In Montero, M. (Org.) *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Gaiger, L. I. (2004). (Org.). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária*. Porto Alegre: EdUFRGS - Rede Unitrabalho.
- Gaiger, L. I. (2006). A Economia Solidária e o espaço público. In França Filho, G. C., Laville, J-L, Medeiros, A., Magnen, J-P. (Orgs.) *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional* (pp. 223-236). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Geertz, C. (1999). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, G. G. (2011). *Rede Justa Trama - Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico: as territorialidades da economia solidária*. Dissertação de Mestrado (Geografia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul .
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Gonçalves Filho, J. M. (2003). Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In Bock, A. M. M. (Org.) *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 193-239). São Paulo: Cortez.
- Heller, A. (1982). *Para mudar a vida – felicidade, liberdade e democracia. Entrevista a Ferdinando Adornato*. São Paulo: Brasiliense.
- Heller, A.; Fehér, F. (1998). *A Condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Heller, A. (2008). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hespanha, P.; Cattani; A.D.; Laville; J.L.; Gaiger L.I. (2009). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.
- Hollanda-Ferreira, A.B. (1988) *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Holzmann, L. (2001). *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: EdUFSCar.
- IBASE. (2011a). *Fluxos e informações na Economia Solidária: um novo olhar sobre as práticas (vol. 1)*. Rio de Janeiro: Ibase.

- IBASE. (2011b). *Fluxos e informações na Economia Solidária: produção agroecológica e cadeia solidária. (vol. 4)*. Rio de Janeiro: Ibase.
- Ide, R. M. (2005). Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia e Sociedade*, 17(2), 70-78
- Jardim, F. A. A. (2004). *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. São Paulo, 285p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Lacerda, L. F. B.; Veronese, M. V. (2011). Governar-se para quê? Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários. *Política & Trabalho*. 35(1), 53-80
- Lane, S. T. M. (1994). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lefebvre, H. (1966). *Problèmes théoriques de l' "autogestion"*. Paris: Cahier n. 1.
- Lefebvre, H. (1984a). *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial.
- Lefebvre, H. (1984b). A reprodução das relações sociais. In Foracchi, M. M. & Martins, J. S. (Orgs.) *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lei Nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Lei do Cooperativismo. Recuperado em 09 de abril de 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm
- Lei Nº 12.690, de 19 de Julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Recuperado em 09 de abril de 2012, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm
- Leite, M. de P. (2009). A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 31-51.
- Lima, S. T. S. (2006). *Iniciativas de Economia Solidária: um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis*. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Piracicaba: Universidade de São Paulo.
- Lima, J. C. (2010). A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13 (1), 17-26.
- Löwy, M. (2012). Prefácio. In Netto, J. P.; Carvalho, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez. 10ª. edição.
- Lukács, G. (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Lutfi, E. P.; Sochaczewski, S.; Janel, T. C. (1996) As representações e o possível. In Martins, J, S. (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (pp. 87-97). São Paulo: Hucitec.
- Magnani, J. G. C. (1997). O (velho e bom) caderno de campo. *Revista Sexta-Feira*, 1(1), 08-12.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 49 (17), 11-29.

- Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156.
- Mandelbaum, B. P. H. (2004). *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*. São Paulo, 150p. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Mance, E. (2000). *A Revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 1(24), 95-117.
- Marcus, G. E. (2001). Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, 11(22), 111-127.
- Marcus, G. E. (2004). O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia. *Revista de Antropologia, São Paulo, USP*, 47(1), 133-158
- Marques, E. (2010). *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp. Centro de Estudos da Metrôpole.
- Martins, J. S. (2000). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. S. (2011). *Uma Arqueologia da Memória Social: Autobiografia de um Moleque de Fábrica*. Cotia/SP: Ateliê Editorial.
- Martins, P. H. (2010). Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *Caderno CRH*, 23(59), 401-418.
- Marx, K. (1980). *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- Marx; K; Engels; F. (1987). *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Edições Progresso.
- Matoso, J. (1999). *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Mayer, A. C. (1966). A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas. In Feldman-Bianco, B. (Org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos* (pp. 127-158). São Paulo: Global Universitária.
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Merleau-Ponty, M. (1966). *Sens et non-sens*. Paris: Nagel.
- Metello, D. G. (2007). *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico*. Rio de Janeiro: 146 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Morais, L. Borges, A. (Orgs) (2010). *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Polis.
- NAPES (2009). *Coopera Brasil – Justa Trama – parte 1* (Documentário). São Paulo. Recuperado em 05 de março de 2012 de <http://www.youtube.com/watch?v=4Atb4wgfQco>
- Nascimento, C. (2008). Autogestão: Economia Solidária e Utopia. *Otra Economia*, 3(2), 27-40.

- Navarro, V.; Torres, J.; Garzón, A. (2011). *Hay alternativas: propuestas para crear empleo y bienestar social en España*. Madrid: Sequitur; ATTAC España.
- Nespolo, N. I. F. (2003). *Muita vida. Construindo um novo tempo... transformando sonhos em realidades*. Porto Alegre [digitado]
- Netto, J. P.; Carvalho, M. C. B. (2012). *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez.
- Novaes, H. T. (2010). *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular.
- Novaes, H. T.; Castro, M. P. (2011). Em busca de uma pedagogia da produção associada. In Benini, E. A.; Faria, M. S.; Novaes, H. T.; Dagnino, R. (Orgs.) *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões.
- Oliveira, F. (2007). Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 75-83.
- Oliveira, P. S. (2001). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, P. S. (2006). *Cultura Solidária em Cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo: Edusp.
- Oliveira, P. S. (2008). Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados USP*, 22(62), 289-314.
- Oliveira, M. (2009). O dragão chinês contra a crise - China só faz crescer. E sonha em ser a maior potência econômica do mundo. *Desafios do Desenvolvimento*. 48(1). Brasília: IPEA. Recuperado em 05 de março de 2012 de http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23
- Parra, H. Z. (2002). *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. São Paulo: 265p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Pateo, F. (2010). *Oficina Justa Trama*. São Paulo: Faces do Brasil. [digitado]
- Patto, M. H. S. (1993). O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação. *Perspectivas*, 16(1), 119-141.
- Patto, M. H. S. (1996). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (2009). (Org). *A Cidadania Negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pegler, L. (2009). Cadeias Produtivas. In Cattani, A. D. Laville, J.-L. Gaiger, L. I. Hespanha, P. (Orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 43-48). Coimbra: Almedina/CES.
- Pedrini, D. M. (2000). Bruscor, uma experiência que aponta caminhos. In Singer, P.; Souza, A. (Orgs) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 31-48). São Paulo: Contexto.
- Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Darumá.
- Pochmann, M. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

- Quirós, J. (2009). Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *MANA*, 15(1), 127-153.
- Rockwell, E. (1986). Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In J. Ezpeleta & E. Rockwell (Orgs.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez.
- Rockwell, E. (1987). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. México: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional. Mimeografado.
- Rodrigues, A. M. (1978). *Operário, operária – Estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo.
- Said, E. (2007). *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sato, L. (1999). “Djunta-mon.” O processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, 10(2), 221-227.
- Sato, L. (2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(5), 1147-1166.
- Sato, L. (2003). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações” In: Trindade, Z. A.; Andrade, A. N (Orgs.) *Psicologia e saúde: um campo em construção* (pp. 167-178). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sato, L. (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19 (Edição Especial 1), 95-102.
- Sato, L. (2009a). Trabalho: sofrer? Construir-se? Resistir? *Psicologia em Revista*, 15(3), 189-199.
- Sato, L. (2009b). Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 217-225.
- Sato, L. & Esteves, E. G. (2002). *Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS/CUT.
- Sato, L. & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47.
- Santos, B. S. (2002). (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, M. (2004a). *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2004b). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Schwartz, Y. (1996). Trabalho e valor. *Tempo Social; Revista Sociologia USP*, 8(2), 147-158.
- Sciré, C. D. O. (2009) Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo. *PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*; 16(1): 93-109. Recuperado em 06 de abril de 2012, de http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/54040_6271.PDF
- SENAES (2006). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.
- SENAES (2007). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007 (SIES)*. Brasília: MTE, SENAES. Recuperado em 14 de abril de 2012, de: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>

- Silva, V. G. (2006). *O antropólogo e sua magia: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP.
- Singer, P. (sd). Cooperativas de Trabalho. Brasília: MTE. Recuperado em 06 de abril de 2012, de <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0E08615A4/COOPERATIVAS%20DE%20TRABALHO.pdf>
- Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2004). Desenvolvimento capitalista, desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados USP*, 18(51), 07-22.
- Singer, P. (2009). Prefácio. In Andrada, C. F. *O encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens* (pp. 11-13). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Singer, P. & Souza, A. R. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Souza, A. R. (2011). Um exame da economia solidária. *Otra Economia*, 5(9), 173-184.
- Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 07-14.
- Spink, P. K. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42.
- Spink, P. K. (2008a). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20 (Edição Especial), 70-77.
- Spink, P. K. (2008b). Redes solidárias, autogestão e solidariedade. In Guareschi, N. (Org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Tedesco, J. C. (1999). *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Turcato, C. P. (2011). *O desenvolvimento sustentável na construção do coletivo através das interações em redes: o caso da cadeia-rede Justa Trama. Dissertação de Mestrado (Agronegócios)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Veronese, M. V (2007). *Economía Solidaria y subjetividad*. Buenos Aires: Altamira.
- Wacquant, L. (2006). Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*, 26(1), 13-29.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), 15(32), 157-170.
- Weil, S. (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão/ Seleção e apresentação Ecléa Bosi*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.